LEGITIMIDADE E CRISE DO SERVIÇO SOCIAL
Um Ensaio de Interpretação Sociológica da Profissão.

Marilda Villela Jamamoto

Orientador: Prof.^o Dr. ORIO WALDO QUEDA

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia Rural.

PIRACICABA

Estado de São Paulo - Brasil
Abril, 1982

Aos meus pais, Moysés e Hilda,
Ao companheiro Jorge,
Ao pequenino André Toshio,
dedico este trabalho.

A vocês,
com carinho,
o meu reconhecimento.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar meus agradecimentos à pessoas e entidades que colaboraram para a realização deste trabalho:

- ao Prof. Dr. Oriowaldo Queda, amigo e orientador, pelo inestimável apoio intelectual, pela disponibilidade, estímulos e confiança demonstrados nesses anos de convivência;

- ao economista Raul de Carvalho, colega de pesquisa, que numa demonstração de verdadeira amizade, partilhou comigo de toda a trajetória desta dissertação;

- à direção do Centro Latino-Americano de Trabalho Social - CELATS -, na pessoa de Leila Lima Santos, pelo apoio e compreensão proporcionados;

- à Diretoria da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, através da Prof. Maria Carmelita Yasbeck e aos colegas do Departamento de Fundamentos do Serviço Social, representados pela Prof. Raquel Raichelis, que propiciaram condições para que esta dissertação fosse concluída;

- ao Prof. Dr. Octávio Ianni, pelos incentivos e pelo apoio efetivo;

- ao amigo e Prof. Dr. José de Souza Martins, a quem devo importante etapa de minha formação profissional;

- ao amigo e Prof. José Albertino Rosário Rodrigues pela contribuição decisiva em minha formação sociológica;

- à socióloga e amiga Maria Berenice Lacroix pelo acompanhamento das discussões e pela leitura parcial dos originais;

- ao colega José Paulo Netto pelas sugestões apresentadas;

- aos professores e colegas do curso de Socio
logia Rural da ESALQ/USP, que contribuíram para a minha forma
ção intelectual;

- aos alunos da Faculdade de Serviço Social da
PUC-SP que representam um desafio permanente para o repensar
da profissão;

- aos pesquisadores Manuel Manrique Castro e
Alejandrino Maguiña Larco pelas calorosas discussões, amizade
e companheirismo;

- à Fundação Ford e ao Prof. Joaquim José de
Camargo Engler, que viabilizaram um apoio financeiro durante
um período do curso de pós-graduação;

- ao Jorge Iamamoto, pelo apoio permanente, pe
lo respeito e incentivos constantes ao meu desempenho profis-
sional, dividindo as alegrias e dificuldades na realização
deste trabalho;

- às colegas Yara Spadini Vicini, Maria Bereni
ce Godinho Delgado, Luzia Fátima Baierl Lippi, Rosalina de
Santa Cruz Leite, Sandra Amêndola Barbosa Lima e Rachel Rai-
chelis pela colaboração na revisão final dos originais desta
dissertação;

- à Arlene Ghiraldelli Forli que realizou os
serviços datilográficos;

Finalmente, deve ser afirmado que as pessoas e
entidades supra-citadas não têm qualquer responsabilidade so
bre as opiniões emitidas e possíveis falhas deste ensaio.

Piracicaba, abril de 1982.

ÍNDICE

	Página
1. INTRODUÇÃO	1
2. UMA CONCEPÇÃO TEÓRICA DA REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES <u>SO</u> CIAIS	10
2.1. A Produção Capitalista é Produção e Reprodução das Relações Sociais	11
2.2. O Capital como Relação Social	14
2.2.1. O Capital e a Forma Mercadoria	14
2.2.2. A Transformação da Mercadoria em <u>Cap</u> tal	18
2.3. As Relações Mistificadas e o Ciclo do Capital.	30
2.4. A Reprodução do Capital e a Totalidade da Vida Social	54
3. A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO	61
3.1. Fundamentos da Divisão Social do Trabalho	63
3.2. A Divisão Manufatureira do Trabalho	69
3.3. A Divisão do Trabalho na Grande Indústria	77
4. O SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO DAS <u>RELA</u> <u>ÇÕES</u> SOCIAIS	89
4.1. Perspectiva de Análise	89
4.2. A Intervenção do Agente Profissional nas <u>Rela</u> ções Sociais	96
4.3. O Significado dos Serviços Sociais	111
4.4. Relações Sociais e Serviço Social	116
4.4.1. Serviço Social e Reprodução da Força de Trabalho	121
4.4.2. Serviço Social e Reprodução do Controle e da Ideologia Dominante	130
5. LEGITIMAÇÃO E CRISE DO SERVIÇO SOCIAL	150
5.1. Problematização do Tema	150
5.2. A "Questão Social" no Capitalismo Monopolista.	158

5.3. Assistente Social: O Profissional da Coerção e do Consenso	173
5.4. O Serviço Social Face à "Questão Social" no Capitalismo Monopolista	192
5.4.1. A Herança Conservadora do Serviço Social e Sua Atualização	194
5.4.2. A Ruptura com a Herança Conservadora ..	217
LITERATURA CITADA	224

R E S U M O

LEGITIMIDADE E CRISE DO SERVIÇO SOCIAL.

Um Ensaio de Interpretação Sociológica da Profissão.

Marilda Villela Iamamoto

Orientador: Prof. Dr. Oriowaldo Queda

A presente dissertação apresenta uma análise sociológica da profissão de Serviço Social frente às relações sociais, referenciada ao contexto de aprofundamento do capitalismo na sociedade brasileira. Objetiva explicitar o significado social dessa instituição e das práticas desenvolvidas em seu âmbito por agentes especialmente qualificados: os Assistentes Sociais.

Consiste em um ensaio teórico, fruto de pesquisa bibliográfica. Expõe os fundamentos analíticos do processo de reprodução das relações sociais e da divisão do trabalho na sociedade e no interior da produção, a partir de textos clássicos marxistas. Situa o Serviço Social nesse processo, como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e da difusão da ideologia dominante junto à classe trabalhadora. Através da prestação dos serviços sociais, que concretizam políticas sociais do Estado, contribui, também, para a reprodução da força de trabalho, participando, ainda, da reprodução das contradições básicas que caracterizam a organização social vigente. Finalmente, problematiza a legitimação e crise do Serviço Social na sociedade brasileira, nas três últimas décadas, tendo por pano de fundo o significado da questão social no capitalismo monopolista. Expõe as respostas dadas pela categoria profissional às novas características da demanda: a atualização da herança conservadora do Serviço Social e a busca de ruptura com a mesma.

S U M M A R Y

LEGITIMACY AND CRISIS OF SOCIAL WORK.

A Sociological Interpretation Essay of the Profession.

Marilda Villela Iamamoto

Guidance: Prof. Dr. Oriowaldo Queda

The actual dissertation is a sociological analysis of the Social Work as a professional area and social relations, based on the development of the capitalism in the Brazilian Society. It pretends to reveal the social meaning of this institution and the practice developed by specially qualified agents: the Social Workers.

It consists in a theoretical study, resulting of a bibliografical research. It exposes the analitic bases of the reproduction process of social relations and the work-division in society and inside the production, based on marxist classic texts. It places the Social Work in this process, as an auxiliary and subsidiary activity that exercises the social control and the diffusion of dominant ideology, over the working classes. By renderind social services, that realize the social politics of the State, it also contributes to the working-power and the reproduction of basic contraditions which characterize the actual social organization.

At last, it puts in doubt the legitimacy and crisis of Social Work in Brazilian Society, in the last three decades, having as background the meaning of social matter in monopolist capitalism. It exposes the answers of the professional category to the new characteristics of the discussion: to bring up-to-date the conservative inheritance of Social Work and to break out with it.

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação não é apenas um ensaio teórico descompromissado e alheio à vida da autora. Encontra-se enraizado em sua trajetória profissional, constituindo uma análise teórica sobre uma vivência prática da profissão, acumulada durante vários anos, seja através de atividades de campo, de docência e pesquisa. Neste trabalho sujeito e objeto de pesquisa se confundem num só agente com os riscos e potencialidades daí derivados.

Este ensaio não se configura, portanto, como um trabalho meramente acadêmico, cujas indagações e cujos fins se circunscrevam nos limites da Universidade. Passa por ela, como uma oportunidade de sistematização e de um distanciamento crítico do já vivido no cotidiano da vida profissional. Essa passagem, acoplada a uma reflexão sobre o Serviço Social, deu-se na busca de um suporte científico a nível das Ciências Sociais na tarefa de desvendar e compreender uma dimensão de vida: a prática profissional dos Assistentes Sociais na sociedade capitalista.

Assim é que na seleção do tema da dissertação passou-se do Cooperativismo ao Serviço Social, priorizando, em detrimento de uma reflexão sobre a sociedade agrária, uma interpretação sociológica desse exercício profissional em

suas conexões com a produção e reprodução das relações sociais na formação social vigente na sociedade brasileira.

Este texto, de cunho teórico, tem por suporte além da vivência profissional, um trabalho sistemático de pesquisa documental, levado a efeito sob os auspícios do Centro Latino-Americano de Trabalho Social - CELATS, durante o ano de 1978, como parte de um projeto mais amplo sobre a "História do Serviço Social na América Latina". (1)

Preliminarmente, impõem-se algumas considerações sobre a *perspectiva de análise* que orientou a abordagem do objeto de estudo: o Serviço Social como profissão referenciada ao contexto de aprofundamento do capitalismo na sociedade brasileira. Através desse estudo procurou-se desvendar o significado social dessa instituição e das práticas desenvolvidas em seu âmbito, por agentes especialmente qualificados: os Assistentes Sociais. A análise sociológica nessa perspectiva implicou o esforço de inserir a profissão no processo de reprodução das relações sociais.

Afirmar que a instituição Serviço Social é produto ou "reflexo" da realidade social mais abrangente, expressa apenas um ângulo da questão, se considerado isoladamente. Por outro lado, reduzir a análise dos elementos constitutivos "internos" -- que, supostamente, peculiarizam à profissão um perfil específico: seu objeto, objetivos, procedimentos e técnicas

(1) O projeto dessa pesquisa foi, parcialmente, publicado. Ver: M. V. Iamamoto e M.C. Manrique. "Hacia el Estudio de la Historia del Trabajo Social en la América Latina". In: Acción Crítica nº 5, abr. de 1979, Celats-Alaets, Lima, p. 53-73. A pesquisa sobre a história do Serviço Social no Brasil foi coordenada pela autora e efetuada conjuntamente com Raul de Carvalho. Ver, M.V. Iamamoto e R. de Carvalho. "Relatório Final da Pesquisa sobre a História do Serviço Social no Brasil". São Paulo, 1979 (não publicado). Outros resultados parciais daquele projeto mais amplo são o livro de autoria de A.L. Maguiña. Desarrollo Capitalista y Trabajo Social. Peru 1896-1979. Lima, Celats, 1979 e o artigo de R. de Carvalho. "Modernos Agentes da Justiça e da Caridade". In: Serviço Social e Sociedade nº 2, ano I, mar. 1980. São Paulo, Cortez Ed., p. 43-71.

nicas de atuação, etc. -- significa extrair, artificialmente, o Serviço Social das condições e relações sociais que lhe dão inteligibilidade e nas quais se torna possível e necessário. Significa privilegiar a visão focalista e a histórica que permeia muitas das análises institucionais. A tentativa de superação dessas orientações metodológicas implicou considerar que a apreensão do significado histórico da profissão só é desvendada em sua inserção na sociedade, pois ela se afirma como instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho. Como a profissão só existe em condições e relações sociais historicamente determinadas, é a partir da compreensão destas determinações históricas que se poderá alcançar o significado social desse tipo de especialização do trabalho coletivo (social), mais além da aparência em que se apresenta em seu próprio discurso, e, ao mesmo tempo, procurar detectar como vem contribuindo, de maneira peculiar, para a continuidade contraditória das relações sociais, ou seja, do conjunto da sociedade. (2)

Não se tem pretensão de, através deste trabalho, chegar a uma demonstração cabal de como o Serviço Social vem contribuindo, em sua evolução, para a reprodução das relações sociais. O que se supõe viável é explicitar as ferramentas teóricas que possibilitam trabalhar sob esta ótica de análise e situá-lo nesse processo.

(2) "Mostrar que uma instituição 'reflete' ou expressa uma realidade mais profunda e elevada, quer dizer, o inconsciente ou a história, a sociedade ou o Estado burguês, o econômico ou o social, é uma coisa: mostrar como ela contribui para a produção e reprodução das relações sociais é outra coisa." H. Lefebvre. "Estrutura social: A Reprodução das Relações Sociais". In: M.M. Foracchi e J.S. Martins. Sociologia e sociedade (Leituras de introdução à Sociologia). Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 288-9. Grifos nossos.

Esta é uma linha de análise que não encontra suporte na bibliografia especializada do Serviço Social, implicando, portanto, a necessidade de recuperar a teoria e o método de análise de autores clássicos. Nesse sentido procura-se, no decorrer do estudo, explicitar o desenvolvimento da lógica que preside a concepção relativa à reprodução das relações sociais. Mais do que uma exposição, em forma didática, de categorias fundamentais da análise marxista, representa um esforço de sistematização de uma leitura dos clássicos que busca recuperar a dimensão da totalidade dessa teoria e método, vistos de forma indissociável. Acentua-se, como diretriz da própria elaboração do texto, o empenho em explicitar a articulação básica e contraditória entre a essência das relações sociais e sua manifestação através de formas mistificadas, mas necessárias à expressão dos fenômenos sociais: ambas criadas e recriadas no próprio processo da vida social. Cabe situar que o uso intenso de citações -- particularmente nos dois capítulos subsequentes -- teve por objetivo garantir rigor conceitual, funcionando, assim, como um roteiro de leitura das fontes utilizadas. A exposição do processo de reprodução das relações sociais e as considerações sobre a divisão do trabalho apresentam, necessariamente, maior nível de abstração, sendo, porém, indispensáveis dentro da estratégia teórico-metodológica adotada para uma reflexão do Serviço Social face às relações sociais vigentes.

Essas reflexões aparecem como básicas para a apresentação de elementos que dinamizem um debate, reforcem a procura de novos caminhos para o repensar da profissão, o que só será frutificado mediante um esforço coletivo. Esses novos rumos, acreditamos, têm que partir da consideração do passado vivido pela profissão, o qual, submetido a uma crítica à base do conhecimento científico, resgate seus elementos substanciais. Esta é uma condição indispensável à formulação de novas estratégias para a ação dos agentes profissionais que se

propõem a atuar a serviço dos interesses dos trabalhadores. Estratégias que deverão apoiar-se na análise rigorosa da realidade, superando o mero voluntarismo dos agentes individuais. Nesse sentido, o indagar-se sobre a *legitimidade social* da demanda do Assistente Social traz à superfície um elemento essencial para a superação de um tipo de prática profissional controladora dos setores populares; procura ultrapassar a mera revisão de formas de atuar numa linha de modernização do aparato teórico-prático da instituição Serviço Social, para situá-la a partir das relações de força entre as classes fundamentais da sociedade.

Importa ressaltar, ainda, algumas condições que cercaram a elaboração deste trabalho. Como todo texto, expressa a trajetória de quem o elaborou. Assim, manifesta a busca de cobrir deficiências de formação teórica, inerentes ao ensino universitário e particularmente, à graduação em Serviço Social. Implicou, portanto, em um esforço sistemático de superar lacunas da formação profissional de origem e incorporar estudos efetuados a nível do curso de pós-graduação, aliados a uma reflexão crítica sobre a prática vivenciada.

O fato de ser um campo praticamente novo de pesquisa e elaboração analítica trouxe dificuldades complementares ao trabalho, à medida que se defrontou com a quase inexistência de estudos sociológicos sobre o tema, especialmente na perspectiva analítica aqui assumida.

A parcimoniosa referência à literatura especializada de Serviço Social deve-se aos motivos anteriormente referidos e ao fato de que tornava-se difícil e delicado selecionar a bibliografia incorporada nesses anos de profissão. Acresce-se, também, que as fontes documentais utilizadas na pesquisa sobre a história do Serviço Social no Brasil, que subsidiou este ensaio, não comportavam citação dado o caráter predominantemente teórico desta dissertação.

O segundo capítulo -- Uma Concepção Teórica da Reprodução das Relações Sociais -- expressa os fundamentos analíticos, segundo a concepção marxista, para a compreensão da reprodução das relações sociais, como premissa fundamental para situar o Serviço Social nesse processo. Procura-se apreender a vida em sociedade em uma perspectiva de totalidade, como produção e reprodução de relações sociais historicamente determinadas e das contradições que as permeiam, evitando-se a reificação de categorias econômicas. Ressaltam-se as expressões simultaneamente econômico-políticas e ideológicas dos fenômenos sociais. No desenvolvimento do texto existe uma linha metodológica básica que permeia toda a exposição: desvendar por que, na sociedade do capital, relações sociais entre pessoas, enquanto personificam interesses de classe, aparecem como relações entre coisas, em que os sujeitos desse processo submergem, para transparecer, na superfície da sociedade, as coisas, isto é, as mercadorias que possuem, e mediadas pelas quais entram em relação. Trata-se, portanto, de elucidar e articular as relações sociais e as *formas sociais* por intermêdio das quais necessariamente se expressam, ao mesmo tempo em que encobrem seu caráter mais substancial. O desencadeamento dessa linha de raciocínio parte da mercadoria simples e de seu fetiche, como forma social básica e pressuposto da sociedade capitalista. Acentua-se, a seguir, o processo de transformação da mercadoria em capital, ressaltando as novas determinações do processo de trabalho enquanto processo de valorização do capital, de produção de mais-valia. Face à reprodução ampliada do capital, são expressas as mistificações que permeiam o ciclo do capital, as relações entre capital e trabalho.

O terceiro capítulo está voltado para um aprofundamento sobre a divisão do trabalho na sociedade e no interior da produção, dentro de uma linha que procura apreender a historicidade dessa noção, isto é, compreender as formas es

pecíficas que assume nos vários estágios de desenvolvimento do capitalismo. Parte-se da divisão do trabalho na produção mercantil simples, especificando suas peculiaridades na produção manufatureira e na grande indústria capitalista. Destaca-se ainda, os fundamentos da divisão do trabalho na sociedade, a partir do momento em que a mercadoria torna-se o elemento mediador das relações sociais. Este texto tem em vista subsidiar algumas indicações, feitas nos capítulos subsequentes, sobre a inserção da profissão na divisão capitalista do trabalho.

O capítulo quarto -- O Serviço Social no Processo de Reprodução das Relações Sociais -- orienta-se no sentido de situar a profissão na reprodução das classes sociais fundamentais, recuperando a orientação teórica supramencionada para apreender essa expressão particular do trabalho coletivo. Representa um intento de compreender o *significado social* dessa profissão. O texto tem por objetivo básico a construção de hipóteses diretrizes de trabalho.

A prática institucional do Serviço Social, de mandada pela classe capitalista e por seus representantes no Estado para intervir junto aos trabalhadores, é apreendida como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia dominante. Atua, ainda, pela mediação dos serviços sociais, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho. Sendo o exercício profissional polarizado pela luta de classes, o Serviço Social também participa do processo social, reproduzindo as contradições próprias da sociedade capitalista, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades pelas quais é chamado a reforçar as condições de dominação. Se, de um lado, o profissional é solicitado a responder às exigências do capital, de outro, participa, ainda que subordinadamente, de respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora. Procura-se, pois, apreender o movimento contraditório da

prática profissional no jogo das forças sociais presentes na sociedade. Subsidiando o desenvolvimento analítico das hipóteses, são ressaltadas algumas características do agente profissional nas relações sociais; as fontes de legitimidade de sua demanda, a condição de trabalhador assalariado e de intelectual, o suporte simbólico que, predominantemente, sustenta a atuação técnica, etc. Como o Assistente Social atua na implementação de medidas de política social concretizadas através dos serviços sociais, procura-se marcar o significado desses serviços na sociedade burguesa, na ótica do capital e do trabalho.

No último capítulo, de caráter conclusivo, caracteriza-se o processo de legitimação e crise do Serviço Social na sociedade brasileira nas três últimas décadas. Como o surgimento e desenvolvimento dessa instituição é vista neste ensaio a partir do prisma da "questão social", isto é, da expansão do proletariado com expressão política própria, coloca-se em relevo as novas peculiaridades da "questão social" no capitalismo monopolista. Numa conjuntura histórica marcada pelo autoritarismo, e pela pauperização crescente da classe trabalhadora, o tratamento dessa questão passa a ser presidido pela articulação entre repressão e assistência, subordinando-a aos preceitos da doutrina de segurança nacional e aos requisitos da acumulação. É dentro desse panorama que são ressaltadas as respostas dadas pela categoria profissional às novas características da demanda: a atualização da herança conservadora do Serviço Social e a busca da ruptura com a mesma. Condicionando essas respostas considera-se algumas particularidades do Assistente Social como intelectual. Caracteriza-se o pensamento e a utopia conservadoras incorporados pelo Serviço Social desde suas origens. A atualização dessa herança se traduz numa modernização da instituição, para atender aos requisitos da acumulação capitalista e como garantia de renovação de sua legitimidade junto as instâncias mandatárias. Es-

sas mudanças são vivenciadas por uma expressiva parcela do meio profissional como "crise" profissional, que se resolve no mero aprimoramento técnico-operativo da prática de Serviço Social. Por outro lado, segmentos minoritários de Assistentes Sociais passam a questionar a própria legitimidade da demanda que lhe é apresentada, buscando reorientar sua prática segundo os interesses sociais daqueles setores que são o alvo de sua intervenção, isto é, os trabalhadores, na tentativa de ruptura teórico-prática com a herança conservadora do Serviço Social. Aí, a "crise" profissional não se resolve apenas no âmbito estrito da profissão por tratar-se de uma questão eminentemente política, cujos rumos dependem da correlação de forças entre as classes sociais na sociedade e frente às quais cabe ao profissional posicionar-se, somando-se àqueles que lutam por conquistar um novo lugar no cenário da história.

2. UMA CONCEPÇÃO TEÓRICA DA REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Para situar o significado da profissão de Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, faz-se necessário, inicialmente, procurar apreender o movimento no qual e através do qual se engendram e se renovam as relações que peculiarizam a formação social capitalista. Buscar detectar no processo da vida social sua realidade substancial e as formas que reveste é uma tarefa preliminar.

É este referencial teórico que fornecerá os subsídios para análise do objeto de estudo. Trata-se, portanto, de um primeiro nível de reflexão mais geral e de maior nível de abstração, para, em seguida, voltar à profissão, captando-a na sua significação histórica.

2.1. A Produção Capitalista é Produção e Reprodução das Relações Sociais de Produção (1)

É na vida em sociedade que ocorre a produção. *A produção é uma atividade social.* Para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam a produção. A produção do indivíduo isolado é uma abstração. A relação entre os homens na produção e na troca de suas atividades varia de acordo com o nível de desenvolvimento dos meios de produção. Tais relações se estabelecem, portanto, em condições históricas determinadas, nas quais os elementos da produção articulam-se de forma específica. Assim sendo, *a produção social é essencialmente histórica.* Aqui, trata-se de uma produção social na sua especificidade: a produção capitalista.

"(...) as relações sociais, de acordo com as quais os indivíduos produzem, as relações sociais de produção alteram-se, transformam-se com a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas. Em sua totalidade as relações de produção formam o que se chama relações sociais: a sociedade e, particularmente, uma sociedade num determinado estágio de desenvolvimento histórico, uma sociedade com um caráter distintivo particular (...) O Capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, relação de produção da sociedade burguesa." (2)

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada dos homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência

(1) Esta concepção está presente no conjunto das obras de Karl Marx. Ver especialmente: K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política. México, Fondo de Cultura Económica, 2a. ed., 5a. reimpressão. 3 tomos. 1975; El Capital, libro I, Capítulo VI (Inédito). Buenos Aires, Siglo XXI. 3a. ed., 1973; "Trabalho assalariado e capital." In: K. Marx e F. Engels. Textos 3. São Paulo, Ed. Sociais, 1977. p. 60-93.

(2) K. Marx. "Trabalho...", op. cit., p. 69.

humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as idéias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrando o antagonismo que as permeia.

Assim, a produção social não trata de produção de objetos materiais, mas de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas. (3)

Na sociedade de que se trata, o capital é a relação social determinante que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social.

Sendo o capital uma relação social, supõe o outro termo da relação: o trabalho assalariado, do mesmo modo que este supõe o capital. Capital e trabalho assalariado são uma unidade de diversos; um se expressa no outro, um recria o outro, um nega o outro. O capital pressupõe como parte de si mesmo o trabalho assalariado.

"Capital não é uma coisa material, mas uma determinada relação social de produção, correspondente a uma determinada formação histórica da sociedade, que toma corpo em uma coisa material e lhe infunde um caráter social específico. O capital é a soma dos meios materiais de produção produzidos. É o conjunto dos meios de produção convertidos em capital, que em si, tem tão pouco de capital como o ouro e a prata, como tais, de dinheiro. É o conjunto dos meios de produção monopolizados por uma determinada parte da sociedade, os produtos e as condições de exercício da força de trabalho substantivados frente à força de trabalho viva e a que este antagonismo personifica como capital." (4)

(3) "A economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas, e em última instância entre classes sociais; embora estas relações estejam sempre ligadas a coisas e apareçam como coisas." F. Engels. "Contribuição à Crítica da Economia Política" de Karl Marx. In: K. Marx e F. Engels. Textos 3. São Paulo, Ed. Sociais. p. 311, 1977.

(4) K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. III, p. 754.

A reificação do capital, isto é, sua identificação com coisas materiais (os meios de produção) é típica daqueles que não conseguem distinguir as formas em que as relações se expressam destas mesmas relações. O capital se expressa através de mercadorias (meios de produção e de vida) e do dinheiro. Estas formas que o representam são *necessárias* porque criadas e recriadas no movimento mesmo da produção. Tais formas exteriores são aparências necessárias que fazem parte dos próprios fenômenos, através das quais se manifesta a substância real dos mesmos. Ao mesmo tempo que as expressam, as encobrem, pois as relações aparecem invertidas naquilo que realmente são: aparecem como relações entre mercadorias, embora não sejam mais que expressões de relação entre classes sociais antagônicas.

As relações sociais aparecem, pois, mistificadamente, como relações entre coisas, esvaziadas de sua historicidade. A reificação do capital é, pois, a forma mistificada em que a relação social do capital aparece na superfície da sociedade. (5)

Cabe, porém, a indagação: *Por que a produção e reprodução do capital é uma relação social historicamente dada que aparece como produção e reprodução de coisas?*

Para responder a esta questão, vamos partir do capital como mercadoria, tentando desvendar o mistério que acompanha esta forma social típica da sociedade burguesa. Em seguida, procuraremos detectar em que condições as mercadorias se

(5) "Os economistas, prisioneiros das representações nas quais se movem os agentes capitalistas de produção, incorrem em um "quid pro quo" duplo, porém reciprocamente condicionado. Por uma parte, transformam o capital, de relação em uma coisa, em um conjunto de mercadorias, as quais, na medida em que servem como condições de novo trabalho, se denominam capital (...) Por outra parte, transformam as coisas em capital, isto é, consideram a relação social que se representa nelas e através delas como uma propriedade que corresponde à coisa enquanto tal, tão logo a mesma ingresse como elemento no processo de trabalho ou no processo tecnológico." K. Marx. El Capital, libro I, cap. VI, op. cit., p. 3, nota 3.

transformam em capital, desvendando o que ocorre no mercado e no processo de trabalho característicos da sociedade capitalista. Finalmente, nos deteremos na reprodução do capital como reprodução ampliada das relações de dominação e as mistificações que a acompanham.

A partir deste quadro analítico poderemos levantar algumas hipóteses sobre o Serviço Social e a Reprodução das Relações Sociais.

2.2. O Capital como Relação Social

2.2.1. O Capital e a Forma Mercadoria (6)

O Capital se expressa sob a forma de mercadorias: meios de produção (matérias-primas e auxiliares e instrumentos de trabalho) e meios de vida necessários à reprodução da Força de Trabalho.

As mercadorias são objetos úteis, produtos de um trabalho de qualidade específica (trabalho útil concreto), que atendem a necessidades sociais; como objetos úteis, de qualidades materiais diferenciadas, são *valores de uso*. O valor de uso é a própria materialidade da mercadoria e se realiza no consumo dos objetos úteis.

(6) "A riqueza das sociedades onde impera o regime capitalista de produção se nos parece como 'um imenso arsenal de mercadorias e a mercadoria como sua forma elementar'. Por isso nossa investigação parte da mercadoria." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t.I, cap. I, p. 4. Porém é sob a hegemonia do capital industrial que a mercadoria se transforma em forma geral e necessária, não só dos produtos do trabalho, mas também das condições de produção (meios de produção, Força de Trabalho); o mundo da mercadoria atinge a própria Força de Trabalho, que passa a encontrar-se no mercado para ser comprada e vendida, dotada de sua qualidade específica de ser uma mercadoria cujo valor de uso possui a virtude particular de ser fonte de valor, de modo que consumi-la significa realizar trabalho e, portanto, criar valor.

Esta parte do texto está fundamentalmente baseada na obra supra referida, t. I, cap. I, p. 3-55: partimos da mercadoria simples, porque esta é a premissa básica para que os produtos ingressem no ciclo do capital.

"Os valores de uso formam o *conteúdo material da riqueza*, qualquer que seja a *forma social* desta. No tipo de sociedade a que nos propomos a estudar, os valores de uso, são, ademais, o suporte material dos valores de troca." (7)

Mas as mercadorias não são apenas valores de uso; são grandezas ou magnitudes sociais que têm em comum o fato de serem produto do trabalho humano geral e indiferenciado (trabalho abstrato); são *valores* enquanto materialização de força humana de trabalho. Enquanto grandezas sociais não se distinguem por sua qualidade, mas pela quantidade de trabalho que têm incorporado. São valores que se medem pelo tempo de trabalho socialmente necessário, (8) incorporado na sua produção. É esta "substância comum" que viabiliza que objetos úteis de qualidades diversas sejam trocados numa relação equivalente. O valor das mercadorias só se expressa na relação de troca. Na expressão dos valores se distinguem dois pólos: a mercadoria, cujo valor se expressa (forma relativa), e aquela em que se expressa este valor (forma equivalente). Assim é que a proporção em que as mercadorias são trocadas se expressa numa relação quantitativa de mercadorias, em que uma classe destas assume a função de equivalente; isto é, representante do valor das demais mercadorias que entram na relação de troca. Historicamente, este papel de *equivalente geral*, de forma de expressão do valor das mercadorias, aderiu-se ao ouro que se converteu em mercadoria dinheiro.

(7) K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. I, p. 4.

(8) "Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele que se requer para produzir um valor qualquer, nas condições normais da produção e com o grau médio de destreza e intensidade de trabalho imperantes na sociedade." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. I, p. 6 e 7.

Os produtos assumem, historicamente, a forma de mercadoria porque são produtos de trabalhos privados que necessitam ser trocados. (9) São *valores de uso para outros*, enquanto, para seu possuidor, não têm outra utilidade que a de ser valor de troca e, portanto, meio de troca. Porém, sendo as mercadorias produto de trabalhos privados, têm um *caráter social* que decorre do fato de que:

a) por um lado, sendo produtos de um trabalho útil, têm que satisfazer uma determinada necessidade social e, portanto, integrar-se no trabalho coletivo da sociedade, dentro da divisão social do trabalho;

b) por outro lado, este trabalho só pode satisfazer uma necessidade de seu produtor à medida que possa ser trocado por outro trabalho útil, que lhe seja equivalente (já que são não-valores de uso para quem os produz e, sim, para outros). Para que seja possível a troca de produtos de qualidades diferenciadas, fruto de trabalhos de qualidades determinadas, tem-se que abstrair da desigualdade real destes trabalhos materializados nos objetos para que apareça, subjacente a eles, sua igualdade a todos os outros tipos de trabalho, enquanto desgaste de força humana de trabalho -- trabalho humano geral.

(9) "Para que estas coisas se relacionem umas com as outras, é necessário que seus guardiães se relacionem entre si como 'personas' cujas vontades moram naqueles objetos, de tal modo que cada possuidor de uma mercadoria só possa apoderar-se da de outro por vontade deste e desprendendo-se da sua própria; isto é, por meio de um ato de vontade comum a ambos. É necessário, por conseguinte, que ambas as pessoas se reconheçam como proprietários privados.

Esta relação jurídica que tem por forma de expressão o contrato, e ache-se ou não legalmente regulamentada, é uma relação de vontade em que se reflete a relação econômica. O conteúdo desta relação jurídica ou de vontade é o da relação econômica mesma. Aqui, as pessoas só existem umas para as outras como representantes de suas mercadorias, isto é, como possuidores de mercadorias." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. II, p. 48. Grifos do autor

Este duplo caráter social do trabalho é o que permite aos diversos produtores equipararem seus produtos no ato da troca como valores. O que fazem, ao trocar suas mercadorias, é equiparar seus diversos produtos como modalidades do mesmo trabalho, embora não o saibam. (10).

Nas relações que os homens estabelecem através da troca de seus trabalhos equivalentes, materializados em objetos, o caráter social de seus trabalhos aparece como sendo relação entre os produtos de seus trabalhos, entre coisas, independentes de seus produtores. (11)

O que aparece como relação entre objetos materiais é uma relação social concreta entre homens oculta por trás das coisas.

Constata-se, pois, um caráter misterioso das mercadorias, mistério esse que faz com que as relações sociais entre pessoas, expressas através de relações materiais entre coisas, apareçam invertidas. Isto é, apareçam como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, alheias de seus produtores. De onde decorre esse caráter misterioso das mercadorias?

(10) K. Marx, El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. I, p. 39.

(11) "A forma mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que esta forma se corporifica, não tem nada a ver com seu caráter físico nem com as relações materiais que deste caráter se derivam. O que aqui reveste, aos olhos dos homens, a forma fantasmagórica de uma relação entre objetos materiais não é mais que uma relação social concreta estabelecida entre os mesmos homens. Por isso, se quisermos encontrar uma analogia a estes fenômenos teremos que remontar às regiões nebulosas do mundo da religião, onde os produtos da mente humana assemelham-se a seres dotados de vida própria, de existência independente e relacionados entre si e com os homens. Assim acontece no mundo das mercadorias com os produtos da mão do homem. A isto eu chamo fetichismo, sob o qual se apresentam os produtos do trabalho. Tão logo se criam na forma de mercadorias, e que é inseparável, conseqüentemente, deste modo de produção. K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. I, p. 38.

Ao responder a esta questão, o autor afirma não decorrer nem do valor de uso, nem das determinações de seu valor, mas sim da própria *forma* mercadoria. Isto porque, na mercadoria,

"a igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma de igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida por meio da duração, de dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social de seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho." (12)

Este fetiche da mercadoria simples reaparece sob novas formas e novas determinações na mercadoria produto do capital, dando origem ao que o autor denomina "mistificação do capital".

2.2.2. A Transformação da Mercadoria em Capital

O valor capital se expressa em mercadorias: meios de produção e meios de subsistência. Mas *nem toda soma de mercadorias é capital*. (13) O capital supõe o monopólio dos meios de produção e de subsistência por uma parte da sociedade -- a classe capitalista -- em confronto com os trabalhadores desprovidos das condições materiais necessárias à materialização de seu trabalho. Supõe, o trabalhador, que, para sobre

(12) Adotou-se aqui a tradução brasileira: O Capital -- Crítica da Economia Política. Livro I, v. I, 3a. ed. Trad. de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. p. 37.

(13) "Como, então uma soma de mercadorias, de valores de troca, se transforma em capital? Conservando-se, multiplicando-se como força social independente, isto é, como força de uma parte da sociedade, através da troca pela força de trabalho imediata, viva. A existência de uma classe que possui apenas sua força de trabalho é uma condição preliminar necessária ao capital. É exclusivamente o domínio do trabalho acumulado, passado, materializado, sobre o trabalho imediato, vivo, que transforma o trabalho acumulado em capital". K.Marx. "Trabalho assalariado e capital", op.cit., p.70.

viver, só tem a vender a sua força de trabalho. O *capital* *sus-*
põe o trabalho assalariado e este, o capital. (14)

O capital na sua forma elementar de dinheiro ou mercadoria só é potencialmente capital; deve se transformar em capital real e efetivo no processo de produção, mediante a in corporação da força de trabalho viva, que conserva os valores das mercadorias que ingressam no processo produtivo e cria novos valores.

Enquanto o dinheiro representa uma soma dada de valores, isto é, tem uma magnitude constante, o capital é uma soma de valor que tende a crescer. É empregado tendo em vista a sua conservação e o seu engrandecimento. O produto da produção capitalista não é apenas um valor de uso, nem um produto que tem valor de troca. "Seu produto é a mais-valia; ou seja, seu produto são mercadorias que possuem mais valor de troca, isto é, representam mais trabalho que o que foi adianta do para a sua produção sob a forma de mercadoria ou de dinheiro." (15) A função específica do capital é a produção de um sobrevalor ou de um valor maior que aquele adiantado no início do ciclo produtivo. Este sobrevalor ou mais-valia é o fim e o resultado do processo capitalista de produção. Significa substancialmente materialização de tempo de trabalho excedente, trabalho não pago apropriado pela classe capitalista. (16)

(14) É nossa intenção desenvolver conceitualmente esta afirmativa inicial. O desenvolvimento do raciocínio que aqui se segue está baseado principalmente em K. Marx. El Capital, libro I, capítulo VI (Inédito), op.cit., p. 4-101.

(15) K. Marx. El Capital, libro I, capítulo VI (Inédito), op. cit., p. 33.

(16) "O único que distingue uns tipos econômicos de sociedade de outros é a forma em que este trabalho excedente é arrancado do produtor imed-diato -- o trabalhador (...)" K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. VII, p. 164.

E ainda: "O trabalho excedente não foi inventado pelo capital. Onde quer que uma parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção nos encontramos com o fenômeno de que o trabalhador, livre ou escravizado, tem que acrescentar ao tempo de trabalho necessário para poder viver uma

A transformação do dinheiro em capital decompõe-se em três processos inter-relacionados, mas independentes, no tempo e no espaço. O primeiro: a compra e venda dos meios de produção e da força de trabalho que se desenvolve no mercado. O segundo, que se efetiva no processo de produção onde, mediante o consumo produtivo da capacidade de trabalho, os meios de produção transformam-se em produtos, os quais, além de conterem o valor do capital adiantado, contêm, ainda, a mais-valia criada. Tem-se aí a produção e reprodução de capital. E o terceiro processo, que ocorre novamente na órbita da circulação, onde se realiza o valor do capital e da mais-valia, mediante a transformação de mercadoria em dinheiro. (17)

No primeiro processo tem-se a transformação do dinheiro nas mercadorias que constituem os fatores de produção. É um ato de troca de mercadorias, premissa do processo global de produção. O valor capital ingressa no processo de produção sob a forma de mercadorias determinadas, revestindo a dupla forma de valores de uso e de troca, nas quais intervêm determinações mais complexas que as diferem da mercadoria simples.

Enquanto as mercadorias isoladas devem ter *qualquer* valor de uso, de modo a atender a uma necessidade so-

quantidade de tempo suplementar, durante o qual trabalha para produzir os meios de vida destinados ao proprietário dos meios de produção, dando no mesmo que este proprietário seja (...) ateniense, teocrata, etrusco, o "civis romanus", o barão normando, o escravista norte-americano, o boiardo da Valáquia, o proprietário de terras moderno ou o capitalista. Sem dúvida, é evidente que naquelas sociedades econômicas em que não predominava o valor da troca, mas o valor do uso do produto, o trabalho excedente se achava circunscrito a um setor mais ou menos amplo de necessidades, sem que do caráter mesmo da produção brote uma fome insaciável de trabalho excedente." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. VIII, p. 181.

(17) "É todo este processo, a transformação do dinheiro em capital, opera-se na órbita da circulação e não opera nela. Opera-se por meio da circulação, pois está condicionada pela compra de força de trabalho no mercado de mercadorias. Não se opera na circulação, porque este processo não faz mais que iniciar o processo de valorização, cujo centro reside na órbita da produção." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. V, p. 145-6.

cial, a forma valor de uso do capital é determinada pela natureza do processo de trabalho, devendo constituir-se dos elementos do mesmo: objetos e meios de trabalho. Deve constituir-se de meios de produção objetivos (instrumento de produção, matérias-primas e auxiliares) e força de trabalho com uma especialidade determinada, correspondente ao particular valor de uso dos meios de produção, capaz de transformá-los em produtos. Esta força de trabalho é a condição subjetiva da produção. (18)

A transformação do dinheiro em capital exige, portanto, que os possuidores de dinheiro encontrem no mercado não só os meios objetivos de produção como mercadorias, mas também uma mercadoria especial; a força de trabalho, cujo valor de uso tem a qualidade de ser fonte de valor, isto é, cujo consumo é ao mesmo tempo materialização de trabalho e, portanto, criação de valor.

Tal fato supõe que o capitalista encontre no mercado o trabalhador livre, (19) isto é, livre de outros vínculos de dominação extra-econômicos, proprietário de sua pessoa, a fim de que possa enfrentar-se no mercado com os possuidores do dinheiro, em uma relação entre possuidores juridicamente iguais de mercadorias, através das quais entram em relação (o dinheiro, expressão dos meios de subsistência, e a força de trabalho): o proprietário da força de trabalho a cede ao comprador para o seu uso durante certo período de tempo. Esta

(18) "Entendemos por capacidade ou força de trabalho o conjunto de condições físicas e espirituais que se dão na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que este põe em ação ao produzir valores de uso de qualquer classe." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. IV, p. 121.

(19) "Para converter o dinheiro em capital, o possuidor do dinheiro tem, pois, que encontrar-se no mercado, entre as mercadorias, com o trabalhador livre; livre em um duplo sentido, pois de um lado terá que poder dispor livremente de sua força de trabalho como sua própria mercadoria; e de outro lado não deve ter outra mercadoria para vender; deverá encontrar-se, portanto, livre de todos os objetos para realizar por conta própria sua força de trabalho." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. IV, p. 122.

é a condição para que se mantenha como proprietário de sua mercadoria, podendo tornar a vendê-la. A esta condição se alia outra, qual seja, o trabalhador (classe trabalhadora) se vê obrigado a vender, para sobreviver, a única mercadoria que possui: sua força de trabalho. Ou seja, vende parte de si mesmo, já que de outro lado se lhe enfrentam como *propriedade alheia* todos os meios de produção e condições de trabalho necessários à materialização de seu trabalho, assim como os meios necessários à sua subsistência.

Para sobreviver, o homem precisa produzir os seus meios de subsistência e, para isso, tem que dispor dos meios necessários à sua produção. Quando o trabalhador está desprovido dos meios de produção, está, também, desprovido dos meios de subsistência. À medida que estes se contrapõem ao trabalhador, como propriedade alheia monopolizados por uma parte da sociedade -- a classe capitalista -- não lhe resta outra alternativa senão vender parte de si mesmo em troca do valor equivalente aos meios necessários para sua subsistência e de sua família, (20) expressos através da forma do salário. A condição histórica para o surgimento do capital e o pressuposto essencial para a transformação do dinheiro em capital é a existência no mercado da força de trabalho como mercadoria.

(20) Segundo Marx, o valor da força de trabalho é determinado como o de qualquer outra mercadoria, isto é, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, incluindo a sua reprodução. Como a força de trabalho não existe separada do indivíduo, sua produção corresponde à produção e à reprodução do trabalhador. Neste sentido, o valor da força de trabalho equivale ao tempo de trabalho necessário para a produção dos meios de subsistência indispensáveis para a satisfação de necessidades básicas do trabalhador e de sua família (alimentação, educação, habitação, etc.). Inclui a reprodução da prole do trabalhador, pois, para que a força de trabalho se renove continuamente no mercado como mercadoria, é necessário que seu vendedor se perpetue através da procriação. O mínimo vital para atender as necessidades básicas e o modo de satisfazê-las varia de acordo com o nível de cultura de um país e com os hábitos, condições e exigências da classe trabalhadora. O valor da força de trabalho contém um dado histórico-moral, sendo um fator fixo numa época e país determinados. K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. IV, p. 124-5 (Resumo livre).

Na esfera da circulação de mercadorias se estabelece uma relação contratual -- de compra e venda -- entre possuidores juridicamente iguais de mercadorias equivalentes: a força de trabalho e os meios de subsistência sob a forma de dinheiro. Mas o que ocorre na esfera de produção?

O processo de produção do capital considerado como um processo que, por meio do trabalho útil, cria novos valores de uso, é um *Processo de Trabalho*. (21) Mas é um processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista. Assim sendo, é um processo de trabalho com características específicas, historicamente diferenciadas, já que:

a) As mercadorias compradas pelo capitalista para serem consumidas no processo de produção são sua *propriedade*; é o seu dinheiro transformado em mercadorias. É um modo de existência de seu capital sob a forma em que realmente pode funcionar como capital. Isto se aplicaria também ao trabalho? A força de trabalho em ação -- isto é, o trabalho -- é uma *função* pessoal do trabalhador, enquanto gasto de sua força vital, realização de suas capacidades produtivas. Porém, enquanto criador de valores, pertence ao capitalista que comprou a força de trabalho para empregá-la, produtivamente, durante um certo período de tempo. A força de trabalho é uma potência que só se exterioriza em contato com os meios de produção; só sendo consumida, ela cria valor. O consumo da força de trabalho pertence ao capitalista, do mesmo modo que lhe pertencem os meios de produção.

(21) "(...) No processo de trabalho a atividade do homem consegue, valendo-se do instrumento correspondente, transformar o objeto sobre o qual versa o trabalho, de acordo com o fim perseguido. Este processo desemboca num produto. Seu produto é um valor de uso, uma matéria oferecida pela natureza e adaptada às necessidades humanas mediante uma mudança de forma. O trabalho se compenetra e confunde com objetos. Materializa-se no objeto, à medida que este é elaborado. E o que no trabalhador era dinamismo é, agora, plasmado no produto, quietude. O trabalhador é o tecedor e o produto, o tecido." K. Marx. *El Capital. Crítica de la Economía Política*, op. cit., t. I, cap. V, p. 133.

Esta é a característica de qualquer processo de trabalho considerado nos seus elementos gerais.

Assim é que o trabalhador trabalha sob o *con-*
trole do capitalista a quem pertence o seu trabalho. A produ-
ção capitalista supõe a cooperação em larga escala e a concen-
tração e centralização dos meios de produção com que se defron-
ta o trabalhador como uma propriedade alheia. Ao capitalista
e/ou a seus prepostos cabe, portanto, a função de direção e vi-
gilância do trabalhador coletivo, seja garantindo o emprego ra-
cional dos meios de produção para evitar desperdícios, seja ga-
rantindo a maior intensidade possível de exploração da força
de trabalho.

Como as condições de trabalho e o próprio tra-
balho pertencem ao capitalista, este recebe também, gratuita-
mente, a força produtiva do trabalho social derivada da coope-
ração, que se apresenta como força produtiva do capital. (22)

Assim como o trabalho é propriedade do capita-
lista o é, também, o *produto do trabalho*. (23)

(22) "Como pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos que entram na relação com o mesmo capital, mas não entre si. Sua cooperação começa no processo de trabalho, isto é, quando já deixaram de pertencer a si mesmos. Ao entrar no processo de trabalho são absorvidos pelo capital. Como trabalhadores que cooperam para um resultado, como membros do organismo trabalhador, não são mais que uma modalidade de existência de capital para o qual trabalham. Por conseguinte, a força produtiva desenvolvida pe-
lo trabalhador como um trabalhador social (coletivo) é a força produtiva do capital. Esta força produtiva social do trabalho se desenvolve, gratui-
tamente, tão logo os trabalhadores se veem sujeitos a determinadas condi-
ções, a que o capital os submete. E como a força produtiva social do tra-
balho não custa nada ao capitalista, já que, ademais, o trabalhador não a desenvolve antes que o seu trabalho pertença ao capitalista, parece, à pri-
meira vista, como se esta força fosse força produtiva inerente por nature-
za ao capital, a força produtiva inata a este." K. Marx. El Capital. Crí-
tica a la Economía Política, op. cit., t. I, cap. XI, p. 268-9 (Grifos do autor).

(23) "(...) O processo de trabalho é um processo entre objetos compra-
dos pelo capitalista, entre objetos pertencentes a ele. E o produto deste processo pertence ao capitalista, da mesma forma que lhe pertence o produ-
to da fermentação do vinho de sua adega." K. Marx. El Capital. Crítica de
la Economía Política, op. cit., t. I, cap. V, p. 137.

b) Enquanto os meios de produção entram no processo de produção da mesma forma útil que revestiam na circulação, o mesmo não ocorre com a parte variável do capital que é trocada pela força de trabalho. O dinheiro, aqui, é uma forma modificada dos meios de subsistência do trabalhador, existente no mercado; esta parte do capital só se transforma em capital variável quando é trocada pelo trabalho, que é a substância criadora de valor. Assim, a forma de valor de uso desta parte do capital na circulação (meios de subsistência) é completamente diferente da forma de valor de uso com que ingressa na produção propriamente dita (como trabalho vivo em ação).

A análise do processo de produção capitalista como *processo de trabalho* esclarece o fundamento da mistificação que considera o capital como coisa. Ela decorre da forma útil, de meios de produção, que o valor capital tem, necessariamente, que assumir no processo de trabalho. Considerando-se, simplesmente, o substrato material do valor do capital, subtrato este determinado pela natureza do processo de trabalho, considerando-o, entretanto, isolado das relações sociais e das relações de propriedade que se estabelecem entre a classe capitalista e a classe trabalhadora na produção, considerar o capital como coisa é abstrair de sua historicidade.

O processo de produção capitalista não é apenas um processo de trabalho, de produção de valores de uso mediante o consumo de um trabalho de qualidade específica (trabalho concreto). É, ao mesmo tempo, *um processo de valorização*: de criação e conservação de valor. Nesta ótica de análise, o que interessa é o *valor da troca do capital*, que se diferencia do valor de troca das mercadorias, que ingressam, como tais, no processo de produção. O importante, para perceber essa diferença, é verificar o que ocorre com a parte variável do capital, ou seja, aquela que é trocada pela força de trabalho. O valor de troca da mercadoria força de trabalho, seu custo diário de conservação, é definido antes mesmo que esta mercadoria in

gresse na circulação. Ele se expressa no seu preço, ou seja, no salário. Já o seu valor de uso -- que é o próprio trabalho -- só se expressa no seu consumo. A realização deste consumo supõe a existência dos meios de produção, nos quais a capacidade de trabalho se materializa. Porém, ao ser consumida, a força de trabalho já não pertence mais ao trabalhador e sim ao capitalista que a comprou, temporariamente, sendo uma forma de existência de seu capital. O que busca o capitalista é, pois, o valor de uso específico desta mercadoria que lhe permite ser fonte de valor e, portanto, criar um valor superior ao seu preço; mas, para que crie valor, a força de trabalho deve ter um caráter útil, enquanto apta para produzir objetos de qualidades específicas. O que se verifica, pois, é que o valor da força de trabalho na circulação é diferente da magnitude de valor que cria na produção. Esta parte do valor adiantado na produção, ao ser transformada em trabalho vivo em ação, adquire uma magnitude variável; aí, tem-se não mais um valor, mas a *valorização enquanto processo*. O trabalho vivo não só conserva os valores dos meios de produção (trabalho acumulado), mas reproduz o valor do capital variável e gera um incremento de valor: a mais-valia. Trata-se da força de trabalho em ação que se apresenta em processo de realização. O trabalho, como formador de valor, é aqui abstraído de seu valor de uso particular (trabalho concreto) e considerado como trabalho socialmente necessário, indiferenciável na sua qualidade, mas diferenciável na sua quantidade; trabalho que agrega valor proporcionalmente à sua duração. Trata-se do tempo de trabalho socialmente necessário (24) que alcança sua expressão autônoma no dinheiro, no

(24) "A fim de que o tempo de trabalho do trabalhador gere valor proporcional à sua duração, deve ser tempo de trabalho socialmente necessário. Isto é, o trabalhador deve executar, em um tempo determinado, o "quantum" socialmente normal de trabalho útil, e para isto o capitalista obriga ao trabalhador que seu trabalho alcance, no mínimo, o grau médio de intensidade conforme a norma social. Procurará aumentá-lo acima deste mínimo e extrair do trabalhador, em um tempo dado, o maior trabalho possível, já que toda intensificação do trabalho superior ao grau médio lhe oferece mais-valia. Tra

preço da mercadoria força de trabalho. Por isso, interessa ao capitalista aumentar a duração e intensidade do trabalho, seja prolongando a sua jornada (mais-valia absoluta), seja potenciando o trabalho acima do grau médio (mais-valia relativa), para que obtenha um tempo de trabalho superior àquele necessário à reposição do salário.

Deve-se ter claro, entretanto, que esta segmentação entre trabalho concreto e socialmente necessário, tendo fundamento na realidade e em termos analíticos, não deve ser encarada como uma dualidade, de modo dicotômico. Trata-se de uma unidade de contrários, em que um trabalho se expressa através de outro. O mesmo trabalho é, ao mesmo tempo, concreto e abstrato; o tempo de trabalho socialmente necessário só se expressa através de trabalhos úteis determinados.

O fato de o trabalhador ser forçado a produzir um trabalho excedente determina mudanças na forma de valor de uso com que o capital se apresenta no processo produtivo. Em primeiro lugar, os meios de produção devem estar disponíveis em uma quantidade suficiente para absorver o trabalho necessário e o sobretabalho. Em segundo lugar, a duração e a intensidade do processo de trabalho se modificam. Finalmente, as relações entre o trabalhador e os meios de produção se alteram, substancialmente. Se do ponto de vista do processo de trabalho, é o trabalhador quem emprega os meios de produção, como instrumento para a realização de seu trabalho, transformando-os em produto, no processo de valorização a relação se inverte. Aqui, o trabalho vivo é mero meio de valorização dos valores existentes expressos nos meios de produção. (25)

tará ademais, de prolongar o mais possível o processo de trabalho, mais além dos limites em que é necessário trabalhar para repor o capital variável, o salário." K. Marx. El Capital, libro I, cap. I (Inédito), op. cit., p. 16.

(25) "O capital não consiste em que o trabalho acumulado sirva de meio de trabalho vivo para nova produção. Consiste em que o trabalho vivo sirva de meio ao trabalho acumulado, para manter e aumentar o valor de troca deste último." K. Marx. "Trabalho assalariado e capital", op. cit., p. 70.

Estes valores sô se conservam e se acrescentam mediante a absorção do trabalho vivo, que se torna *meio* de valorização de todo o capital. Trata-se do domínio do trabalho objetivado nos meios de produção, nas coisas, sobre o trabalho vivo, ou seja, sobre o trabalhador. (26) Aí o capitalista sô funciona como personificação do capital e o trabalhador como personificação do trabalho. (27)

No decorrer da presente reflexão, destacamos o processo de produção do capital como *processo de trabalho e de valorização*; não se trata de dois processos independentes, mas de duas dimensões do mesmo processo. Não se trabalha duas vezes para produzir um produto útil e para criar valor e mais-valia. O que cria o valor é o trabalho real que, tendo uma dada intensidade, materializa-se no produto em determinadas quantidades; que transforme os meios de produção em produtos de qualidades específicas. Ou seja, o processo imediato de produção é unidade do processo de trabalho e de valorização, assim como a mercadoria é unidade de valor de uso e valor de troca. Porém, na formação social capitalista, o processo de trabalho é *meio* do processo de valorização, já que o objetivo primordial da

"A absorção pelo trabalho objetivado, passado, do trabalho vivo constitui o processo de autovalorização, sua transformação em capital". K. Marx. El Capital, libro I, capítulo VI (Inédito), op. cit., p. 24.

(26) "No processo de trabalho efetivo, o trabalhador consome os meios de trabalho como veículo de seu trabalho e o objeto de trabalho como matéria na qual se expressa o seu trabalho. Precisamente por isto, transforma os meios de produção na forma adequada a um fim, do produto. Do ponto de vista do processo de valorização, as coisas, porém, se apresentam diferentemente. Não é o trabalhador quem emprega os meios de produção, são os meios de produção que empregam o trabalhador (...) é o trabalho material que se conserva e se acrescenta mediante sucção de trabalho vivo, graças ao qual se converte em valor que se valoriza, em capital, e funciona como tal". K. Marx. El Capital, libro I, capítulo VI (Inédito), op. cit., p. 17.

(27) "As funções que exerce o capitalista não são outra coisa que as funções do capital mesmo, exercidas com consciência e vontade. O capitalista sô funciona enquanto capital personificado, é o capital enquanto pessoa: do mesmo modo que o trabalhador funciona unicamente enquanto trabalho personificado, que a ele pertence enquanto suplício, porém que pertence ao capitalista como substância criadora e acrescentadora de riqueza". K. Marx. El Capital, libro I, capítulo VI (Inédito), op. cit., p. 19.

produção não é a satisfação de necessidades sociais, mas a produção de mais-valia, a valorização do próprio capital.

No processo de produção do capital, os meios de produção, por meio de trabalho vivo, se transformam em produtos que são mercadorias, mas são *mercadorias produto do capital* que contêm novas determinações que as diferenciam da mercadoria individual, premissa da produção capitalista, visto que:

a) Contêm trabalho pago e não pago; parte do trabalho nela objetivado equivale ao salário, enquanto a outra é trabalho excedente, mais-valia.

b) Cada mercadoria se apresenta como parte integrante da massa total de mercadorias, como parte alíquota do produto total do capital que pode ser considerado como uma única mercadoria, que contém o valor do capital adiantado e mais-valia.

c) Para que se realize o valor do capital e da mais-valia, o volume de mercadorias vendido é, aqui, essencial. (28)

À medida que o valor capital se expressa sob forma de mercadorias, tem que cumprir as funções destas: têm que ser vendidas, convertidas em dinheiro, para que o valor passe a circular, e reiniciar o ciclo produtivo, sob novas formas. Opera-se aí uma mudança na forma do valor: este, que existia sob a forma de produtos, existe agora sob a forma de dinheiro, mas de capital -- dinheiro que expressa o valor dos meios de produção invertidos no produto da força de trabalho e o sobrevalor criado no processo produtivo.

(28) Sobre a mercadoria produto do capital, ver K.Marx. El Capital, livro I, capítulo VI (Inédito), op. cit., cap. III. "Las Mercancías como producto del capital", p. 109-37; e, também El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. II, seção I. "Las Metamorfosis del capital y su ciclo", p. 27-135, especialmente o ciclo do capital dinheiro e do capital mercadoria.

Esta metamorfose do valor da forma mercadoria na forma dinheiro, que é, ao mesmo tempo, a *realização do valor* criado no processo produtivo, ocorre na esfera da *circulação*.

No "modo de produção especificamente capitalista", tem-se a generalização da mercadoria, que se torna a forma geral de toda a riqueza, e a alienação do produto, a forma necessária para a sua apropriação. A própria substância da produção torna-se mercadoria (e não só o excedente produzido) e as condições da produção se mercantilizam, inclusive a força de trabalho.

2.3. Relações Sociais Mistificadas e o Ciclo do Capital

O processo que acabamos de apresentar, de transformação do dinheiro em capital, não é algo mecânico, de simples mudanças de formas do valor capital. As metamorfoses do capital são uma condição indispensável para que o valor capital se movimente, se crie e se acrescente e reinicie o seu ciclo. Partimos do valor capital na sua forma dinheiro monopolizado pelo capitalista, que, no mercado e através da compra e venda das condições de produção, transforma-o em mercadorias; esta forma mercadoria do valor capital é condição indispensável para que o processo de produção se realize, já que este é um processo de trabalho que supõe instrumentos de produção, matérias-primas e auxiliares e a força viva de trabalho, através da qual não só estes meios de produção se transformam em produtos, mas em produtos de um valor maior que o do capital adiantado no início do processo. É no ciclo do capital produtivo que ocorre a verdadeira transformação do dinheiro em capital, isto é, em valor que se valoriza, em valor que gera valor. Aí a mudança de forma é acompanhada de uma transformação real do valor. Finalmente, as mercadorias produzidas têm que se transformar novamente em dinheiro, nesta expressão substantivada do valor já valorizado, pois é sob esta forma que o ciclo pode se

reiniciar. O capitalista poderá, então, transformar o valor do capital inicial e a mais-valia capitalizada em novas condições de produção, ampliando a sua escala. É nesta última metamorfose da mercadoria produto do capital em dinheiro (venda) que o valor do capital valorizado se realiza. (29)

O que nos interessa aqui é destacar as *relações sociais através das quais este processo se realiza*. Para tanto, devemos considerar não o capitalista e o trabalhador individualmente, mas o *conjunto dos capitalistas e dos trabalhadores*, enquanto *classes sociais* que personificam categorias econômicas: o capital, o trabalho e o seu antagonismo. E, ainda, considerar o *processo de produção na sua continuidade*, isto é, na sua reprodução.

O processo de produção, quaisquer que sejam as suas características históricas, é um processo que se reinicia permanentemente, já que a sociedade não pode prescindir da produção e do consumo.

A reprodução é a continuidade do processo social de produção, (30) porém, uma continuidade que não se reduz à mera repetição. É uma continuidade no decorrer da qual o processo se renova, se cria e recria de modo peculiar. As condições de produção são, portanto, as da reprodução.

Aqui, trata-se de uma produção determinada historicamente: a produção capitalista, em que o processo de trabalho é meio do processo de valorização. Desta forma a reprodução torna-se simplesmente um meio de reproduzir o capital, de produzir mais-valia, a qual aparece como forma de rendimento produzido pelo próprio capital e não pelo trabalho.

(29) Sobre o Ciclo do Capital, ver K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. II, seção I, p. 27-135.

(30) "Portanto, todo processo social de produção considerado em seus constantes vínculos e em fluxo ininterrupto de sua renovação é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução". K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, p. 477-8.

O ponto de partida do processo capitalista de produção é a separação entre a força de trabalho e os meios de produção, que são monopolizados, privadamente, pela classe capitalista. Ao se analisar a continuidade do processo social de produção, verifica-se que o que era *premissa* é agora *resultado* do processo. O trabalhador assalariado sai do processo de produção como ingressou, como mera força de trabalho, como fonte pessoal de riqueza que se realiza como riqueza para outros. Deixando de lado, por um momento, o desgaste de sua energia vital, que é consumida pelo capital no processo de trabalho, o que recebe em troca da venda da força de trabalho -- os seus meios de vida -- são consumidos na reprodução de sua vida e de sua família. Não lhe resta, portanto, outra alternativa senão a de retornar ao mercado novamente, vender parte de si mesmo como condição de sua sobrevivência, já que os seus meios de vida estão monopolizados, também, pela classe capitalista.

Mas o que a classe trabalhadora entrega ao capitalista?

Entrega-lhe, diariamente, o valor de uso de sua força de trabalho -- o trabalho de uma jornada, que não só reproduz o valor de todo o capital adiantado mas cria novo valor, o que se materializa em mercadorias que são propriedade do capitalista, por ele vendidas no mercado. Mediante a sucção do trabalho, o capital não só se produz como capital, mas se *reproduz*: a mais-valia criada se converte em meios de consumo da classe capitalista e em capital adicional empregado em nova produção, em novo meio de exploração do trabalho assalariado.

A classe trabalhadora cria, pois, em antítese consigo mesma, os próprios meios de sua dominação, como condição de sua sobrevivência. (31)

(31) "(...) O próprio trabalhador produz constantemente a riqueza objetiva como capital, como uma potência estranha a ele que o explora e o domina. E o capitalista produz, não menos constantemente, a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus meios de realização e materialização, como fonte abstrata que radica na própria corporeidade do traba

Capital e trabalho assalariado se criam mutuamente no mesmo processo. A continuidade do processo de produção capitalista é um processo de produção e reprodução de classes sociais.

Como esse processo se engendra? Como estas relações se produzem e reproduzem? Quais as suas características?

Retornemos, brevemente, ao confronto da classe capitalista e da classe trabalhadora no mercado. Aqui, o que está em jogo é compra e venda de mercadorias, supondo uma relação entre livres proprietários de mercadorias equivalentes, que se diferenciam pela qualidade material de suas mercadorias: os trabalhadores, proprietários da força de trabalho, e os capitalistas, dos meios de subsistência e dos meios de produção. O que se esconde sob esta relação de iguais?

Em troca de sua mercadoria, o trabalhador recebe a título de salário uma parte do produto em que se traduz parcela de seu trabalho: o trabalho necessário para a sua conservação e reprodução.

O salário, embora à primeira vista apareça como o preço do trabalho, é o preço da força de trabalho. Se o trabalho fosse vendido no mercado como mercadoria, teria que existir antes de ser vendido. No entanto, se o trabalhador pu-

balhador ou, para dizê-lo brevemente, o trabalhador como trabalhador assalariado. Esta constante reprodução ou eternização do trabalhador é condição "sine qua non" da produção capitalista". K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. XXI, p. 480.

E ainda: "o trabalhador se empobrece tanto mais quanto mais riqueza produz (...) à medida que se valoriza o mundo das coisas se desvaloriza em razão direta o mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias, produz a si mesmo e produz o trabalhador como uma mercadoria, na mesma proporção em que produz mercadorias em geral (...) o objeto produzido pelo trabalho, seu produto, o enfrenta como algo estranho, como um poder independente de seu produtor." K. Marx. "Manuscritos econômico-filosóficos de 1848." In: K. Marx e F. Engels. Manuscritos económicos varios. Barcelona, Grijalbo, 1975, p. 63.

desse dar uma existência independente a seu trabalho, venderia o produto do mesmo e, não, o trabalho. (32)

O salário é o preço da força de trabalho, em que se traduz o capital variável do capitalista. (33) Mas o valor da força de trabalho é diferente de seu *rendimento*; quando colocada em ação, torna-se uma magnitude variável; a força de trabalho em realização é um processo de valorização que não só transfere o valor dos meios de produção ao produto, mas repõe o valor do capital variável e cria novo valor. O rendimento do trabalho depende de sua *duração*. O capitalista compra o direito de explorar a força de trabalho durante uma jornada, na qual o trabalhador não só produz o trabalho necessário para a sua subsistência, mas um trabalho excedente ou um valor excedente. Assim, o capitalista que compra a força de trabalho a faz funcionar por mais tempo que o necessário para reproduzir o seu preço; caso contrário, só obteria o tempo de trabalho socialmente necessário, equivalente ao salário, não se apropriando de qualquer trabalho excedente. Sem trabalho excedente não haveria mais-valia, e a continuidade da produção estaria comprometida, já que esta é seu impulso e finalidade básica.

Ao aparecer como preço do trabalho, a forma salário encobre toda a divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e excedente (pago e não pago), fazendo com que

(32) "O possuidor do dinheiro não se enfrenta no mercado de mercadorias com o trabalho, mas com o trabalhador. O que este vende é a sua força de trabalho. Tão logo o seu trabalho começa a colocar-se em ação, já deixou de pertencer-lhe e não pode, portanto, vender o que não lhe pertence. O trabalho é a substância imanente de valores, porém, em si, carece de valor." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política. op. cit., t. I, p. 449.

Em nota ao pé da página, o autor destaca ainda que: "o trabalho, medida exclusiva do valor (...) fonte de toda riqueza, não é uma mercadoria."

(33) "O capital variável não é mais que uma forma histórica concreta de manifestar o fundo de meios de vida ou o fundo do trabalho que o trabalhador necessita para o seu sustento e reprodução." K. Marx, El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, p. 477-8.

todo o trabalho entregue ao capitalista apareça (34) como trabalho pago. Esta mistificação da forma salário não é facilmente desvendada no cotidiano, tanto pelo capitalista, como pelo trabalhador.

"O capitalista ignora que o preço normal do trabalho envolve também uma determinada quantidade de trabalho não retribuído e que precisamente este trabalho não retribuído é a fonte normal de onde provém seu lucro. Para ele, a categoria tempo de trabalho excedente não existe, pois aparece confundida na jornada normal de trabalho que crê pagar com salário." (35)

Para melhor explicitar a "desigualdade" que se esconde sob a forma de salário, importa destacar que o trabalhador só é pago depois de ter vendido sua força de trabalho; após o seu trabalho útil, que é ao mesmo tempo criador de valor, ter sido colocado em funcionamento. Assim, a classe trabalhadora adianta à capitalista o seu trabalho, fornece-lhe um crédito, já que o dinheiro com que o trabalhador é pago desempenha a função de meio de pagamento: o trabalhador só recebe seu salário após sua força de trabalho ter sido consumida produtivamente pelo capital. Considerando o processo de produção na sua continuidade, verifica-se que a classe trabalhadora é paga com o produto de seu próprio trabalho, do trabalho efetuado anteriormente pelo conjunto dos trabalhadores. Assim é

(34) "Ademais, a forma exterior "valor ou preço do trabalho" ou "salário", à diferença da realidade substancial que nela se exterioriza, ou seja, o valor ou o preço da força de trabalho, está sujeita às mesmas leis de todas as formas exteriores e seu fundo oculto. As primeiras se re produzem de modo direto, e espontâneo, como formas discursivas que se desenvolvem por sua própria conta; o segundo é a ciência que terá que descobrir (...) Nesta forma exterior de manifestar-se, que oculta e faz invisível a realidade, invertendo-a, baseiam-se todas as idéias jurídicas do trabalhador e do capitalista, todas as mistificações do regime capitalista de produção, todas as ilusões livre-cambistas, todas as frases apologéticas da economia vulgar." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, p. 452-454,

(35) K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. XVIII, p. 461.

que a classe trabalhadora é quem *produz o capital variável* que posteriormente lhe é devolvido sob a forma de salário. (36)

Assim é que o capitalista "vende" constantemente ao trabalhador uma parte do próprio produto deste último -- os meios necessários de sobrevivência em troca de trabalho -- e lhe empresta, constantemente, outra parte de seu próprio produto -- os meios de produção -- cujo valor é, também, recriado pelo trabalho. Ora, a relação entre compradores e vendedores supõe a troca de seus próprios trabalhos, o que não se verifica neste caso. Com isto se desvanece a aparência, expressa na circulação, de uma relação entre possuidores de mercadorias. Esta compra e venda é a forma mediadora de subjugamento do trabalhador ao capital, que se renova constantemente.

"Encobre, como mera *relação monetária*, a transação real e a dependência perpétua que essa intermediação de compra e venda renova incessantemente. Não só se re produzem de maneira constante as condições deste comércio, mas o que um compra e o que o outro se vê obrigado a vender é resultado do processo. A renovação constante desta relação de compra e venda não faz mais que mediar a continuidade da relação específica de dependência e lhe confere a *aparência* falaciosa de uma transação, de um contrato entre *possuidores de mercadoria*, dotados de iguais direitos e que se contrapõem de maneira igualmente livre. Esta relação *introdutória* agora se apresenta, inclusive, como elemento imanente desse predomínio do trabalho objetivado sobre o trabalho vivo, gerado na produção capitalista. (37)

● que o capitalista devolve ao trabalhador como fundo de trabalho ou salário é empregado na aquisição dos meios de vida do trabalhador e de sua família. O consumo individual da classe trabalhadora reproduz o próprio trabalhador como trabalhador assalariado: tanto os trabalhadores atuais como os futuros, condição indispensável para a continuidade do processo de produção. Tem-se aí não só a reprodução

(36) A este respeito, ver K. Marx. *El Capital. Crítica de la Economía Política*, op. cit., t. I, cap. XXI.

(37) K. Marx. *El Capital*, libro I, capítulo VI (Inédito), op. cit., p. 105 (Grifos do autor).

física da força de trabalho, mas também da "tradição e acumulação de destreza para o trabalho de geração em geração" (K. Marx, t. I, p. 483). Embora a conservação de sua vida e progeneritura seja levada a efeito pelo próprio trabalhador, fora do processo produtivo propriamente dito, o consumo dos meios de subsistência implica a própria destruição dos mesmos, o que obriga a classe trabalhadora a comparecer novamente no mercado vendendo sua força de trabalho ao capital.

O consumo individual do trabalhador é improdutivo para ele mesmo, pois não faz mais que reproduzir o indivíduo necessário: *sô é produtivo para o capitalista e para o Estado*, visto que produz a "força produtora de riqueza para outros". (38)

Assim, quando o capitalista converte parte de seu capital em força de trabalho, o que obtém é uma exploração de *todo* o seu capital. Obtém vantagens não só do que *extraí* do trabalhador, mas do que *entrega* à classe trabalhadora sob a forma de salário. (39) O processo capitalista de produção reproduz o trabalhador divorciado das condições de trabalho; o reproduz como trabalhador assalariado. Esta "vassalagem econômica" se disfarça pela ocorrência da renovação periódica da venda de força de trabalho, seja devido à troca de

(38) K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, p. 482.

(39) "Assim, dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora volta a converter o capital gasto em troca de força de trabalho em nova força de trabalho, explorável pelo capital. É produção e reprodução do meio de produção indispensável para o capitalista, do próprio trabalhador. O consumo individual do trabalhador é, pois, um fator de produção e reprodução do capital." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, p. 486.

patrões individuais, seja devido às oscilações de preço da força de trabalho no mercado. (40) Do ponto de vista social, a classe trabalhadora é um atributo do capital. Mas o próprio processo cria as aparências mistificadoras que evitam que a revolta se expresse e garantam a continuidade do processo produtivo. A reprodução das relações de dominação é também reprodução das formas jurídicas igualitárias e "livres" que as mascaram.

Na esfera da circulação, na compra e venda da força de trabalho, o que distingue o trabalhador de outros vendedores de mercadorias é o valor de uso específico da mercadoria que é fonte de riqueza: o trabalho capaz de produzir e reproduzir valor. Porém, isto não modifica a determinação formal da transação entre compradores de mercadorias. Ou seja, não há violação da lei de troca de mercadorias. Para demonstrar, portanto, que se trata de uma mera troca de mercadorias, basta se ater ao aspecto formal desta transação de troca de coisas, não se atendo à natureza das relações que ela encerra.

O que imprime ao dinheiro e à mercadoria o caráter de *capital* desde a circulação não é o fato de serem mercadorias e dinheiro e muito menos o valor de uso específico destas mercadorias. Mas é o fato de que as condições de produção e os meios de subsistência estejam alienados do trabalhador e enfrentam-no como coisas capazes de comprar pessoas. O trabalhador trabalha como não proprietário, e as con-

(40) "O escravo romano se achava sujeito por cadeias à vontade do senhor; o trabalhador assalariado se acha submetido à palmatória de seu proprietário por meio de fios invisíveis. A troca constante de patrões e a "fictio juris" do contrato de trabalho mantém a aparência de livre personalidade." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, p. 482.

dições de trabalho enfrentam-no como um poder estranho, autônomo, personificado por seus possuidores. (41)

"As coisas que são condições objetivas de trabalho, ou seja, os meios de produção e as *coisas* que são condições objetivas para a conservação do trabalhador mesmo, isto é, os meios de subsistência, só se convertem em capital ao enfrentar o trabalho assalariado. O capital não é uma coisa, assim como o dinheiro não o é. No capital, como no dinheiro, determinadas relações sociais aparecem como *qualidades sociais* que certas coisas têm por natureza (...) Capital e trabalho assalariado (assim denominado o trabalho do trabalhador que vende sua própria capacidade de trabalho) não expressam outra coisa que dois fatores de mesma relação. O dinheiro não pode transformar-se em capital, se não se troca por capacidade de trabalho, enquanto mercadoria vendida pelo próprio trabalhador. Ademais, o trabalho só pode aparecer como trabalho assalariado quando suas próprias condições objetivas enfrentam-no como poderes autônomos, egoístas, propriedade alheia, valor que é para si aferrado a si mesmo, em suma: como capital." (42)

Capital e trabalho assalariado se criam mutuamente no mesmo processo. Assim é que o processo de produção capitalista é um *processo de relações sociais entre classes*.

O salário, forma típica do mundo dos equivalentes, encobre a desigualdade efetiva que se esconde sob a aparência de relações contratuais juridicamente iguais. O que ocorre no "mundo da produção" sob a aparência da igualdade expressa no "mundo da troca" de mercadorias?

(41) "Antes que o dinheiro e a mercadoria se tenham realmente transformado em capital (que) lhe imprime desde o início um caráter de capital, não é a sua condição de dinheiro, nem sua condição de mercadoria, nem o valor de uso destas mercadorias que consiste em servir de meios de subsistência e produção, mas é o fato de que este dinheiro e esta mercadoria, estes meios de produção e de subsistência se enfrentam com a capacidade de trabalho -- despojada de toda riqueza objetiva -- como poderes autônomos personificados em seus possuidores; o fato de que as condições de trabalho estão alienadas do trabalhador mesmo ou, mais precisamente, se apresentam como fetiches dotados de uma vontade e alma próprias; o fato de que mercadorias figuram como compradoras de pessoas." K. Marx. El Capital, libro I, capítulo VI (Inédito), op. cit., p. 35-7 (Grifos do autor).

(42) K. Marx. El Capital, libro I, capítulo VI (Inédito), op. cit., p. 38.

Com o desenvolvimento do que Marx denomina "modo de produção especificamente capitalista", verifica-se uma revolução total no modo de produzir, ou seja, no processo de trabalho. Desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho devido à cooperação, à progressiva divisão técnica do trabalho, à aplicação de maquinaria, à aplicação do desenvolvimento científico e tecnológico no processo produtivo. A escala social de produção se amplia e, com isto, também o volume mínimo de capital exigido para que os capitalistas individuais explorem produtivamente o seu capital. Tem-se a concentração e centralização do capital existente, que ampliam e aceleram as mudanças na composição técnica e de valor do capital, isto é, na sua composição orgânica, (43) fazendo com que o capital aplicado nos meios de produção cresça em maior proporção que aquele aplicado na compra da força de trabalho. O trabalho é, pois, potenciado, isto é, verifica-se um aumento de produtividade social de trabalho: uma quantidade menor de trabalho é capaz de criar uma maior quantidade de produtos. (44) Com isso se reduz o tempo de trabalho socialmente neces-

(43) "A composição do capital pode ser interpretada em dois sentidos. Em relação ao valor, a composição do capital depende de proporção em que se divide em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Em relação à matéria, a seu funcionamento no processo de produção, os capitais se dividem em meios de produção e força viva de trabalho; esta composição se determina pela proporção existente entre massa dos meios de produção empregados, de um lado, e, de outro, pela quantidade de trabalho necessário para o seu emprego. Chamaremos a primeira de composição do valor e a segunda de composição técnica do capital. Existe entre elas uma relação de mutua interdependência. Para expressá-la, dou à composição de valor, enquanto se acha determinada pela composição técnica e reflete as mudanças operadas nesta, o nome de composição orgânica do capital." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. XXIII, p. 51 (Grifos do autor).

(44) "O grau social de produtividade do trabalho se reflete no volume relativo dos meios de produção que o trabalhador converte em produto, durante certo tempo e com a mesma tensão da força de trabalho (...) seja condição ou efeito, o volume crescente dos meios de produção, comparado com a força de trabalho que absorvem, expressa sempre a produtividade crescente de trabalho." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política. op. cit., t. I, cap. XXIII, p. 525 (Grifos do autor).

sário para a reprodução da força de trabalho, ampliando-se o tempo de trabalho que é entregue gratuitamente ao capitalista. É o mundo da mais-valia relativa.

Como a classe trabalhadora dentro do processo produtivo não é mais que um modo de existência do capital, o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho aparece como força produtiva do capital, como propriedades inerentes aos meios de produção enquanto valores de uso, enquanto coisas. Esta aparência se reforça à medida que, no capitalismo, observa-se um amplo desenvolvimento das forças *produtivas do trabalho coletivo*, que não têm comparação em épocas precedentes; aparecem, portanto, como algo natural à relação do capital. Por outro lado, as condições objetivas do trabalho assumem aí, devido ao trabalho combinado socialmente, uma forma modificada, como meios de produção concentrados. Porém, este *caráter social das condições de trabalho* (máquinas, edifícios, etc.) aparece como algo dado, independente do trabalhador, como sendo organizado pelo capitalista e obra sua. Como o trabalho, enquanto criador de riqueza, pertence ao capital e apenas como esforço individual pertence ao trabalhador, o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho e as condições sociais do trabalho se apresentam como se fossem fruto do capital e não do trabalho. Esta forma alienada, porém necessária, para a subsistência do capitalismo se reflete na consciência dos homens, como se a riqueza proviesse do capital e não do trabalho. O que decorre da potenciação do trabalho coletivo aparece como algo inerente às condições naturais da produção enquanto tais; o que é produto do trabalho aparece como produto do capital. Esta é a *mistificação do capital* (45) inerente ao processo de trabalho como meio do processo de valorização. No processo social de produção, o trabalhador não só produz mercadorias, mas capital. A força

(45) Sobre a mistificação do capital, ver K. Marx, El Capital. libro I, capítulo VI (Inédito), op. cit., p. 93-101.

de trabalho é consumida pelo capitalista que a adquiriu como meio de valorização de valores já existentes, e, ao mesmo tempo, o componente vivo do capital consome os meios de produção, transformando-os em produtos que têm um valor superior aquele desembolsado inicialmente. Tem-se, aí, o consumo produtivo da força de trabalho; o trabalho produtor de mais-valia. Deste processo resulta a *vida da classe capitalista*, isto é, a mais-valia obtida é empregada tanto como fundo de consumo individual do capitalista, como para aquisição de novas condições de produção necessárias à continuidade ampliada do processo produtivo, como capital adicional (mais-valia capitalizada). Ou seja, *o trabalhador produz e reproduz o capital; produz e reproduz a classe capitalista que personifica o capital, enfim, cria e recria as condições de sua própria dominação*. Portanto, a relação entre o trabalhador e o produto de seu trabalho é uma relação entre o produtor e um objeto alheio, dotado da condição de exercer poder sobre ele. A objetivação do trabalho, desta substância criadora de riqueza, no produto, torna-se para o produtor escravização de si mesmo aos objetos criados pelo seu trabalho. Mas a *alienação do trabalhador* não só se expressa na sua relação com os produtos de trabalho. (46) A alienação se manifesta no próprio ato da produção, no trabalho. O trabalho aparece como algo externo ao trabalhador, como algo em que não se afirma, mas se nega a si mesmo; que o mortifica. Só se sente livre quando deixa de trabalhar. Seu

(46) "Consideramos o ato de alienação da atividade prática humana, do trabalho, em dois aspectos: 1) A relação entre o trabalhador e o produto do trabalho, como objeto alheio e dotado de poder sobre ele. Esta relação é ao mesmo tempo a que o coloca ante um mundo exterior sensível, ante os objetos da natureza como ante um mundo estranho e hostil; 2) A relação entre o trabalho e o ato de produção, dentro do trabalho. Esta relação é a que se estabelece entre o trabalhador e sua própria atividade, como uma atividade alheia e que não lhe pertence, a atividade como passividade, a força como impotência, a procriação como castração, a própria energia física e espiritual do trabalhador, sua vida pessoal, pois a vida não é outra coisa que atividade -- como uma atividade que se volta contra ele mesmo, independente dele, que não lhe pertence. A auto-alienação, como acima, a alienação da coisa". K. Marx. "Manuscritos econômico-filosóficos de 1848, op. cit., p. 66.

trabalho é um *trabalho forçado*, que "não representa, portanto, a satisfação de uma necessidade, mas que é simplesmente um meio para satisfazer necessidades estranhas a ele (...) a exterioridade do trabalho para o trabalhador se revela no fato de que não é algo próprio seu, mas de outro, de que não lhe pertence e de que ele mesmo, no trabalho, não pertence a si mesmo, mas a outro". (47)

Contraditoriamente ao processo de alienação do trabalho, típico do processo de produção do capital, o trabalhador encontra-se numa situação mais privilegiada que a do capitalista; este encontra aí a sua satisfação absoluta -- a produção de mais-valia -- enquanto o trabalhador encontra aí as condições materiais que explicam a sua rebeldia, já que neste processo são criadas as condições materiais de uma nova forma de produção social de riqueza, de "um processo de vida social conformado de maneira nova, e com isto, de uma nova formação social". (48)

"A dominação do capitalista sobre o trabalhador é, conseqüentemente, a da coisa sobre o homem, do trabalho morto sobre o trabalho vivo, a do produto sobre o produtor, já que na realidade as mercadorias que se convertem em meios de dominação sobre os trabalhadores (porém, só como meios de dominação do *capital* mesmo) não são meros resultados do processo de produção, mas os produtos do mesmo. Na produção material, no verdadeiro processo de vida social -- pois este é o processo de produção -- se dá exatamente a *mesma* relação que se apresenta no terreno ideológico, na religião: a conversão do sujeito em objeto e vice-versa. Considerada *historicamente*, esta conversão aparece como momento de transição necessário, para impor, pela violência e às custas da maioria, a criação de riqueza enquanto tal, isto é, o desenvolvimento inexorável das forças produtivas do trabalho social, que é o único que pode constituir a base material de uma sociedade humana livre." (49)

(47) K. Marx. "Manuscritos econômico-filosóficos de 1848", op. cit., p. 65-6.

(48) K. Marx. El Capital, libro I, capítulo VI (Inédito), op. cit., p. 19-106.

(49) K. Marx. El Capital, libro I, capítulo VI (Inédito), op. cit., p. 19.

Esta aparente transformação de relações sociais em relações entre coisas é uma inversão inerente e própria ao processo de produção e reprodução do capital; não depende de um ato de vontade ou de forças externas mas da mistificação que se ergue sobre a fonte criadora de valor que é o trabalho. Para que esta inversão se produza, a própria dinâmica de produção joga a seu favor, já que o trabalho aparece materializado em mercadorias, e o que predomina nesta aparência é a forma material do objeto que é propriedade privada do capitalista. Ante os olhos aparecem as coisas e desaparece a tarefa cumprida pelo esforço criador.

Vimos que as relações entre classes sociais se engendram contraditoriamente no ciclo do capital, ao mesmo tempo em que engendram as mistificações que as transfiguram em relações entre coisas, desprovidas dos antagonismos que as cacterizam. Perguntaríamos ainda: qual a influência da acumulação ampliada do capital sobre a classe trabalhadora?

Considerando o ciclo do capital no seu conjunto, a acumulação ou reprodução ampliada do capital não é mais que um momento da continuidade da produção. Parte da mais-valia extraída da classe trabalhadora na produção e realizada na circulação, através da venda das mercadorias produzidas, capitaliza-se, convertendo-se em capital adicional, reinvertido no processo produtivo. Esse aumento do volume de capital funciona como base para ampliar a escala da produção. Essa ampliação supõe a incorporação de novos meios de produção e de novos trabalhadores, ou seja, a ampliação do proletariado.

(50)

(50) "Assim como a reprodução simples produz constantemente o próprio regime do capital, de um lado capitalistas e de outro trabalhadores assalariados, a reprodução em escala ampliada, ou seja, a acumulação reproduz o regime de capital em uma escala superior, cria em um pólo mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos e em outro mais trabalhadores assalariados (...). A acumulação do capital supõe, portanto, um aumento do proletariado." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. XXIII, p. 518.

Como o objetivo da produção é a obtenção de mais-valia, da maior lucratividade possível, ao capitalista só restam duas alternativas: ou aumentar a jornada de trabalho, fazendo crescer o tempo de trabalho excedente materializado (mais-valia absoluta) ou, mantendo uma dada jornada de trabalho, aumentar a produtividade do trabalho, mediante o emprego de meios de produção mais eficazes, que permitam reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma mercadoria e aumentar, conseqüentemente, o tempo de trabalho excedente da jornada de trabalho (mais-valia relativa). Esta última alternativa supõe, necessariamente, uma mudança na composição orgânica do capital, ou seja, um maior emprego de capital constante em relação ao capital variável.

A acumulação do capital implica a concentração de meios de produção e do poder de mando sobre o trabalho nas mãos de capitalistas individuais que competem entre si. Mas se expressa, também, na expropriação dos capitalistas menores em um movimento de atração de capitais já existentes, isto é, em um movimento de centralização do capital. (51)

Ao desenvolver-se o processo de acumulação, o incremento de produtividade do trabalho torna-se a sua alavanca mais poderosa. Essa produtividade aumentada do trabalho se expressa no fato de que um capital necessita menos trabalho necessário para produzir um mesmo valor de troca, ou quantidades maiores de valor de uso. Ou seja: um mesmo capital põe em movimento mais sobretabalho e menos trabalho necessário. Dessa forma, todos os métodos de potenciação da força de trabalho são métodos de incrementar a produção de mais-valia, elemento constitutivo da acumulação. A lei do capital é criar sobretabalho, o que supõe a mediação do trabalho necessário como condição de extrair aquele. Sua tendência é criar a maior

(51) Sobre a concentração e centralização do capital, ver K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. XXIII, p. 528-32.

quantidade possível de trabalho materializado, isto é, de valor, e ao mesmo tempo, reduzir o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho a um mínimo, ampliando o tempo de trabalho excedente. O grau social da produtividade do trabalho reflete-se numa diminuição relativa da massa de trabalho face à massa dos meios de produção que absorve. Portanto, à medida que progride a acumulação, a tendência é a redução do capital investido na compra e venda da força de trabalho, em proporção ao capital total empregado na produção: não é uma redução absoluta, mas relativa ao aumento do capital constante. Como a demanda do trabalho depende do capital variável e não do capital total, esse tende a se reduzir, relativamente ao crescimento do capital investido no conjunto do processo produtivo. Assim, para ser possível manter os trabalhadores empregados e manter o contingente dos ativos, é necessário um ritmo cada vez mais acelerado de acumulação de capital. Esse descenso relativo do capital variável expressa-se como um crescimento absoluto da população trabalhadora, mais rápido que os meios de ocupação que o capital oferece, dando origem a uma superpopulação relativa face às necessidades médias do capital ou "exército industrial de reserva". Essa população sobran-te faz com que a produção capitalista possa desenvolver-se livre de limites que se lhe possam opor o crescimento natural da população.

"Portanto, ao produzir a acumulação do capital, a população trabalhadora produz, também em proporções cada vez maiores, os meios para o seu excesso relativo. Esta é a lei de população peculiar do regime de produção capitalista, pois em realidade, todo regime histórico concreto de produção tem suas leis de população próprias, leis que regem de um modo historicamente concreto." (52)

(52) K. Marx. *El Capital. Crítica de la Economía Política*, op. cit., t. I. cap. XXIII, p. 534 (Grifos do autor).

Contraditoriamente, portanto, a classe trabalhadora, ao fazer crescer a lucratividade da classe capitalista, reduz as possibilidades de obter os meios de vida do conjunto da população trabalhadora, já que, neste mesmo processo em que cria riquezas para outros, cria também as condições para que se reproduza uma parcela de população excessiva para as necessidades médias do capital, isto é, em proporção à intensidade e extensão do processo de acumulação.

O exército industrial de reserva, sendo um *produto* da acumulação, é, também, uma das *condições* para que esta se efetive. A existência de uma superpopulação trabalhadora disponível, independente dos limites reais de crescimento da população, é condição fundamental para a vida do próprio regime do capital. Isto porque, à medida que cresce a força expansiva do capital face à produção em grande escala, aumenta o ritmo da acumulação, a transformação acelerada do produto excedente em novos meios de produção. A existência de grandes massas de trabalhadores disponíveis a serem imediatamente absorvidas, sem que a escala de produção em outras órbitas seja afetada, é condição para que o processo de acumulação ampliada se renove. Essa massa de trabalhadores é oferecida à indústria pela existência de uma população excessiva colocada em disponibilidade, devido a métodos de produção que diminuem, proporcionalmente, a cifra de trabalhadores face à ampliação da mesma produção. (53)

(53) "Constitui um exército industrial de reserva, um contingente disponível que pertence ao capital de modo tão absoluto como se tivesse sido criado e se mantivesse às suas custas. Oferece-lhe o material humano, disposto a ser sempre explorado, à medida que o exijam suas necessidades variáveis de exploração e, além disso, independente dos limites que o aumento real da população lhe possa opor." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. XXIII, p. 535.

O desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho permite ao capitalista, com o mesmo desembolso de capital variável, colocar em ação maior quantidade de trabalho, mediante maior exploração intensiva e extensiva de forças de trabalho individuais. Esse excesso de trabalho de trabalhadores ativos tem como contrapartida o engrossamento das filas dos trabalhadores em reserva, ao mesmo tempo em que a pressão destes sobre aqueles obriga-os a trabalharem mais e a se submeterem às pressões do capital. (54)

O crescimento cíclico da indústria moderna, as necessidades de expansão e retração do capital funcionam como um dos agentes mais ativos do exército industrial de reserva.

O movimento geral de salários passa a ser regulado, em termos gerais, pelas expansões e contrações da população trabalhadora sobrando, correspondentes às alternativas periódicas do ciclo industrial: se durante as fases de expansão econômica o exército industrial de reserva exerce uma pressão sobre os trabalhadores ativos, nos momentos de superprodução e crise, funciona como freio às suas exigências. Atua como uma pressão baixista dos salários e favorecedora da subordinação do exército ativo às imposições do capital na sua fome insaciável de absorção de trabalho não pago. Assim, a existência da superpopulação relativa é o pano de fundo a partir do qual se move a lei da oferta e demanda de trabalho, em condições absolutamente favoráveis ao capital, no regime especificamente capitalista da produção.

(54) "A existência de um setor da classe trabalhadora condenado à ociosidade forçada, pelo excesso de trabalho imposto à outra parte, converte-se em fonte de riqueza do capitalista individual e acelera, ao mesmo tempo, a formação do exército industrial de reserva em uma escala proporcional aos progressos da acumulação social." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. XXIII, p. 539.

Esta população sobran-te se apresenta sob diversas modalidades. (55) Nos centros industriais modernos, a produção ora atrai um número maior de trabalhadores, ora os repele. O número de trabalhadores empregados aumenta em termos gerais, ainda que em proporções decrescentes à escala de produção. A superpopulação existe em um estado *flutuante*. Com o avanço de divisão técnica do trabalho dentro do processo produtivo, o capital tende a absorver parcelas de classe trabalhadora até então não integradas na produção: jovens e mulheres especialmente. (56) Com a intensificação do processo de exploração do trabalho a vida média do trabalhador se reduz; o processo de envelhecimento se acelera. Tais condições exigem uma rápida reprodução das gerações trabalhadoras.

Mas a expansão da acumulação do capital não é linear: vai abarcando progressivamente diversos ramos de produção. Ao atingir a agricultura, tende a reduzir a demanda da população trabalhadora rural, sendo que esta expulsão não é completada, como na indústria, por um movimento de nova absorção. Uma das alternativas que se afigura à população é a migração para os centros urbanos. O fluxo para as cidades supõe, no campo, a existência de uma *superpopulação latente constante*.

(55) Sobre as modalidades da superpopulação trabalhadora, que aqui mencionaremos de modo sucinto, ver K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I. cap. XXIII, item 4: "Diversas modalidades de superpopulação relativa. A lei geral da acumulação capitalista", p. 543-9.

(56) "O fato de que o incremento natural da massa trabalhadora não sacie as necessidades de acumulação do capital e, apesar disto, as rebaixe, é uma contradição inerente ao próprio processo capitalista. O capital necessita grandes massas trabalhadoras de idade jovem e menores proporções de idade adulta. Esta contradição não é menos escandalosa que aquela que supõe a queixa de falta de braços em um momento que estão lançados à rua milhões de homens, porque a divisão do trabalho os vincula a um determinado ramo industrial." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. XXIII, p. 543.

Existem ainda aquelas camadas de classe trabalhadora do exército ativo que vivem de trabalho muito irregular. É a chamada superpopulação *intermitente*, cujo nível de vida encontra-se abaixo da média da classe trabalhadora.

Finalmente, excluindo o "lumpen proletariado", encontra-se a camada social dos trabalhadores que vivem numa situação de pauperismo, (57) constituída não só de pessoas capacitadas para o trabalho (cuja proporção aumenta nos períodos de crise e se reduz nas fases de "euforia econômica"), como também de órfãos e filhos de pobres que são envolvidos no exército ativo nos períodos de pânico econômico e, ainda, os velhos e as "vítimas da grande indústria": viúvas, mutilados, doentes.

Importa marcar que, quanto maior é o crescimento econômico, isto é, a acumulação, maior também é o contingente absoluto do proletariado e a capacidade produtiva de seu trabalho; e tanto maior é o exército industrial de reserva. Este cresce ao crescer a riqueza social. (58)

(57) "O pauperismo é asilo dos inválidos do exército trabalhador ativo e peso morto do exército industrial de reserva. Sua existência leva implícita a existência de uma superpopulação relativa, sua necessidade a necessidade desta e com ela constitui uma das condições de vida da produção capitalista e da produção de riqueza. Figura entre as "faux fraix" de produção capitalista (...)" K. Marx. *El Capital. Crítica de la Economía Política*, op. cit., t. I, cap. XXIII, p. 545-6.

(58) "Quanto maiores são a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a intensidade de seu crescimento e maiores também, portanto, a magnitude absoluta do proletariado e a capacidade produtiva do seu trabalho, tanto maior é o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, conseqüentemente, à medida que crescem as potências de riqueza. E quanto maior é este exército de reserva em proporção ao exército ativo, mais se estende a massa da superpopulação considerada, cuja miséria se acha em razão inversa aos tormentos de seu trabalho. E finalmente, quanto mais crescem a miséria dentro da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, mais cresce o pauperismo oficial. Tal é a lei geral absoluta da acumulação capitalista." K. Marx. *El Capital. Crítica de la Economía Política*, op. cit., t. I, cap. XXIII, p. 546 (Grifos do autor).

O capital mantém sempre a superpopulação relativa em proporção às suas necessidades de acumulação.

A reprodução ampliada do capital é acompanhada não só de uma *reprodução ampliada das relações de classes*, à proporção que o proletariado absorvido pelo capital se expande; mas esta *reprodução da relação social é também uma reprodução dos antagonismos de classe que tendem a se aprofundar*. A *acumulação da miséria é proporcional à acumulação do capital*.

"A produção capitalista não é só reprodução da relação; é sua reprodução numa escala sempre crescente, e, na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista se desenvolve a força produtiva social de trabalho, cresce também frente ao trabalhador a riqueza acumulada, como riqueza que o domina, como capital (...) e na mesma proporção se desenvolve por oposição sua pobreza, indigência e sujeição subjetiva." (59)

No mundo das aparências, esta realidade, que aqui se busca desvendar, apresenta uma outra face: para o capitalista o capital é uma soma de meios materiais de produção que tem o poder místico de gerar mais capital; o trabalho não pago extraído da classe trabalhadora, que é a fonte de riqueza do burguês e da miséria do proletário, aparece, exclusivamente, como trabalho pago através do salário. Para a classe capitalista a fonte de seu lucro não provém de expropriação da vida humana da classe trabalhadora mas, sim, de um mero mecanismo de mercado: comprar mais barato e vender mais caro. A fonte de seu lucro, na sua consciência aderida ao capital, provém da circulação. O capital acrescido, expresso num produto que é uma mercadoria, tem que ir ao mercado, para este valor valorizado *se realizar*, transformando-se novamente em dinheiro, que é a forma necessária para se reiniciar o ciclo produtivo. Este processo que se expressa numa mudança meramente formal do valor capital é falsamente qualificado como a fonte de riqueza.

(59) K. Marx. El Capital, libro I, capítulo VI (Inédito), op. cit., p. 103.

O limite mínimo do preço de venda da mercadoria produzida é o seu preço de custo, que significa, para o capitalista, o necessário para repor o capital invertido na produção: o valor dos meios de produção consumidos e o preço da força de trabalho. O preço de custo repõe o que a mercadoria custou ao capitalista, sendo medido pela inversão do capital. Desta forma, o custo capitalista não expressa todo o valor da mercadoria ou o seu preço real de custo, porque este inclui, além da reposição do capital adiantado, uma parte do valor contido na mercadoria, o qual nada custou ao capitalista -- a mais-valia -- mas que custou ao trabalhador como trabalho não retribuído. Porém, o capitalista não pensa a partir do valor da mercadoria, mas sim de seu preço de custo; não pensa em termos de mais-valia e sim de lucro. O lucro é a forma transfigurada da mais-valia na qual se encobre o segredo de sua existência e a sua origem: mas é uma das formas em que a mais-valia se manifesta. (60) Mas se até aqui nos referimos fundamentalmente à mais-valia, o que é o lucro? A mais-valia, considerada como o remanescente do capital *total* invertido na produção, assume a forma de lucro. (61) Enquanto a taxa de mais-valia ou de exploração do trabalho é medida em relação ao capital variável, ou seja, é a relação entre trabalho pago e não pago, na taxa de lucro o trabalho não pago é calculado em relação ao capital total adiantado na produção. Na taxa de

(60) K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. III, cap. II, p. 63

(61) "Assim representada, como "rebento" do capital total desembolsado, a mais-valia reveste a forma transfigurada de lucro (...) Consequentemente, o lucro (...) é o mesmo que a mais-valia, ainda que sob uma forma mistificada, a qual responde, necessariamente, ao regime de produção capitalista (...) Ao aparecer o preço da força de trabalho, em um dos pólos, sob a forma transfigurada de salário, a mais-valia aparece em outro pólo, sob a forma transfigurada de lucro (...)" K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. III, cap. I, p. 53.

"A mais-valia ou lucro consiste no remanescente do valor da mercadoria sobre o seu preço de custo, isto é, no remanescente da soma total de trabalho contido na mercadoria depois de cobrir a soma de trabalho retribuído que ela encerra (...)" K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. III, cap. I, p. 58.

mais-valia se desnuda a relação capital e trabalho; na taxa de lucro, as diferentes "funções" que cumpre o capital invertido nos meios de produção e na força de trabalho se obscurecem, já que se trata de considerar o capital total de maneira indiferenciada; conseqüentemente, o capital aparece numa relação consigo mesmo. Existe aí a consciência de que o valor novo é gerado pelo capital ao longo do processo de produção e circulação. Porém, o modo como isto ocorre aparece mistificado como fruto de qualidades inerentes ao próprio capital. Mas, se a mais-valia nasce no processo direto de produção, *só se realiza no processo de circulação*. O fato de realizar-se ou não e o grau em que este valor excedente se realiza dependem das condições do mercado, da concorrência, isto é, da mútua especulação entre os capitalistas. Assim sendo, a mais-valia ou lucro já não aparece como produto da apropriação de tempo de trabalho não pago, mas sim como o remanescente do preço de venda sobre o preço de custo. Como o capitalista identifica o preço de custo com o valor intrínseco da mercadoria, o lucro para ele só pode provir da circulação. (62) Não percebe que seu lucro só pode originar-se do fato de poder vender algo pelo qual nada pagou. Esta aparência de que a mais-valia ou lucro, além de realizar-se na circulação, dela brotasse diretamente é realçada pelo menos por dois fatores: o lucro obtido na venda depende das conjunturas de mercado, além da astúcia e do conhecimento do capitalista; por outro lado, entra em jogo, além do tempo de produção, o tempo de circulação, pois quanto menor é o período em que a mercadoria permanece no mercado ou, em outros termos, quanto mais rápida é a venda, maior é a rotatividade do valor capital e maior a acumulação.

(62) "O remanescente do valor ou mais-valia que se realiza ao vender a mercadoria é considerado pelo capitalista, portanto, como o remanescente de seu preço de venda sobre o seu valor e não como um remanescente de seu valor sobre o seu preço de custo, como se a mais-valia contida na mercadoria não se realizasse mediante a venda, mas surgisse diretamente dela." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. III, cap. I, p. 54.

Este processo mistificador adquire novos matices e complica-se, ainda mais, ao se considerar o lucro médio e os preços de produção. (63)

2.4. A Reprodução do Capital e a Totalidade da Vida Social

Ao finalizar estas reflexões, importa destacar alguns aspectos já abordados no decorrer da exposição, mas que, reunidos, explicitam melhor a dimensão de totalidade do processo de produção e reprodução das relações sociais, ou seja, como a reprodução do capital permeia as várias "dimensões" e expressões da vida em sociedade.

A produção e reprodução da riqueza material, inseparável da criação e recriação das formas sociais de que se reveste é um processo eminentemente social. É indissociável das relações sociais que na era do capital têm como agentes fundamentais os capitalistas e trabalhadores assalariados, considerados não apenas individualmente, mas como representantes de classes sociais antagônicas. (64) O antagonismo de in-

(63) Sobre esta questão, ver K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. III, seção II, p. 150-212.

(64) Faz-se necessário esclarecer que, embora a reflexão expressa nessa primeira parte tenha se centralizado em torno do capital e trabalho assalariado, tal não significa um desconhecimento da importância da propriedade privada da terra e da classe dos proprietários de terra que se apropriam de parcela da mais-valia socialmente gerada, sob a forma de renda da terra. A centralização da análise em torno do capital como relação burguesa de produção tem as suas justificativas. Em primeiro lugar, por ser a relação determinante da atual forma de organização social da produção, a partir da qual as demais adquirem inteligibilidade. É sua compreensão que desvenda a produção e extração da mais-valia, que constitui o motor e a finalidade básica da produção nesta fase histórica. A renda da terra não é mais que outra forma transfigurada de se expressar a mais-valia que, como o lucro, tem como tal suas características específicas. Em segundo lugar, como o propósito desta exposição é subsidiar a discussão da profissão de Serviço Social, situando-a no processo de reprodução, esta se nos afigura como sendo um fenômeno tipicamente urbano-industrial. Embora isto não elimine a importância da compreensão da classe dos proprietários de terra, especialmente face à realidade latino-americana, não se trata de uma condição indispensável para a fundamentação das hipóteses de trabalho referentes à inserção da profissão no movimento contraditório da vida social. Dentro das limitações do presente trabalho, cremos que as colocações apresentadas são suficientes (mas não exaustivas) para os propósitos em vista.

teresses que permeia tais relações, independente das elaborações ideológicas que se faça dos mesmos, é um fato objetivo, dado pelo caráter cada vez mais social da produção contraposto à apropriação privada dos meios e dos produtos do trabalho alheio. Em outros termos, a lei geral da acumulação supõe a acumulação da riqueza, monopolizada por uma parte da sociedade -- a classe capitalista -- inseparável da acumulação da miséria e da pauperização daqueles que produzem a riqueza como uma riqueza alheia, como poder que os domina, enfim, como capital.

A reprodução ampliada do capital supõe a recriação ampliada da classe trabalhadora e do poder da classe capitalista e, portanto, uma reprodução ampliada da pobreza e da riqueza e do antagonismo de interesses que permeia tais relações de classes, o qual se expressa na *luta de classes*.

Nesse mesmo processo de reprodução da dominação, são criadas as bases materiais para uma nova forma de organização da sociedade. A sociedade capitalista, expressão histórica do desenvolvimento social e, portanto, necessária à expansão das forças produtivas do trabalho social, encontra-se em processo de recriação e de negação. O mesmo processo que a recria, reproduz os seus antagonismos.

Do ponto de vista da população trabalhadora, este processo se expressa numa pauperização crescente em relação ao crescimento do capital. Não se trata, necessariamente, de pauperização absoluta, mas relativa à acumulação do capital, que atinge a globalidade da vida da classe trabalhadora. A exploração se expressa tanto nas condições de saúde, de habitação, como na degradação moral e intelectual do trabalhador; o tempo livre do trabalhador é cada vez menor, sendo absorvido pelo capital nas horas extras de trabalho, no trabalho noturno que desorganiza a vida familiar. O período da infância se reduz pelo ingresso precoce de menores na atividade produtiva. As mulheres tornam-se trabalhadoras produtivas.

Crescem, junto com a expansão dos equipamentos e máquinas modernas, os acidentes de trabalho, as vítimas da indústria. O processo de industrialização, ao atingir todo o cotidiano do operário, transforma-o num cotidiano de sofrimento, de luta pela sobrevivência. Esta luta pela sobrevivência se expressa também em confrontos com o capital, na busca de reduzir o processo de exploração, com vitórias parciais, mas significativas da classe trabalhadora, como a jornada de oito horas de trabalho, a legislação trabalhista, o sindicalismo livre, etc. A classe capitalista, zelosa de seus interesses, cuida para que as conquistas da classe trabalhadora não afetem visceralmente a continuidade da vida do capital. (65)

Vemos, portanto, que a reprodução das relações sociais é reprodução da dominação: reprodução ampliada do domínio de classe. Este é um processo eminentemente político, em que as classes dominantes têm no Estado o instrumento privilegiado do exercício de seu poder no conjunto da sociedade.

Mas, concomitantemente à reprodução da dominação, recriam-se, também, as formas sociais mistificadas que encobrem a exploração. Têm por função apresentar a desigualdade entre classes como normais, naturais, destituídas de conflitos e contradições. Estas formas ideológicas são as aparências através das quais as relações sociais antagônicas se manifestam. A produção e reprodução da ideologia é fruto do mes

(65) "A lei da acumulação capitalista que se pretende mistificar, convertendo-a em lei natural, não expressa mais que uma coisa; que sua natureza exclui toda redução do grau de exploração do trabalho ou toda alta do preço desde que possa colocar em perigo seriamente a reprodução constante do regime capitalista e a reprodução do capital em uma escala cada vez mais alta. E, forçosamente, tem que ser assim em um regime de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de exploração de valores já criados, em vez da riqueza material existir para as necessidades do trabalhador." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. XXIII, p. 524.

mo processo em que se reproduz a riqueza social como capital e o trabalho como trabalho assalariado. Porém, se as formas ideológicas encobrem a exploração, *não a eliminam*: ambas são produto contraditório do mesmo processo histórico, configurando-o como um "desenvolvimento histórico desigual". (66) As ideologias que se reproduzem na prática cotidiana são também absorvidas pela "ciência" ou pelos intelectuais "orgânicos" das classes dominantes. Como sustentam Marx e Engels:

"As idéias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção materiais, tem ao mesmo tempo os meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e, em média, as idéias daqueles a que faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes não são mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isto, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, consequentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e distribuição de idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época. (67)

Deve-se ainda, apenas marcar que o processo de produção capitalista não é só um processo de re-produção de relações sociais, mas de *produção de relações*. Enquanto as relações sociais se renovam em alguns ramos produtivos, a expansão da acumulação vai abrangendo novos ramos, provocando

(66) Esta noção de desenvolvimento histórico desigual, assim compreendida, é desenvolvida por José de Souza Martins, no conjunto de seus trabalhos, conforme indicação bibliográfica.

(67) K. Marx e F. Engels. A Ideologia alemã (Feuerbach). São Paulo. Grijalbo, 1977. p. 72.

alterações substanciais na maneira de produzir, ou seja, no processo técnico de trabalho e nas relações sociais de produção, face à subsunção real do trabalho ao capital. Porém, a expansão do capital não é linear. Verifica-se, historicamente, que o movimento mesmo de reprodução no conjunto da sociedade *produz relações sociais de produção não capitalistas*, como meio de extração de trabalho excedente pelo capital. Não se trata de mera sobrevivência de relações próprias de modos anteriores de organização da sociedade, porque são redimensionados no seu significado histórico ao se subordinarem ao movimento expansionista do capital. Trata-se da produção capitalista de relações de produção não capitalistas. (68)

Finalizando este capítulo, importa explicitar o raciocínio que norteou sua elaboração. O esforço efetuado orientou-se no sentido de articular, na exposição, teoria e método. A explicitação das noções fundamentais que conformam o universo analítico da pesquisa é condição preliminar para o tratamento teórico do tema em estudo. Procurou-se resgatar e acentuar, no decorrer da exposição efetuada, alguns princípios metodológicos do pensamento de Marx, assim como a dimensão propriamente sociológica de sua reflexão, procurando fazer face às leituras correntes, de cunho economicista do autor. Embora limitadamente, aventurou-se na busca de explicitar as tensões inerentes e específicas às relações sociais que peculiarizam a sociedade do capital: a articulação indissolúvel e contraditória entre a essência dessas relações sociais e sua manifestação através das formas sociais, por meio das quais se expressam, ambas engendradas e recriadas no processo da vida social. Acentuamos a tensão entre a aparência de rela

(68) Não se pode encarar relações como o escravismo, a produção mercantil simples, o "colonato", etc., como excrescências no capitalismo, mas como maneiras historicamente específicas do capital se reproduzir. Sobre a questão ver o original trabalho de José de Souza Martins. O Cativo da terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

ções igualitárias, indispensável à troca de mercadorias equivalentes, expressa na órbita da circulação, e a desigualdade inerente a esse modo de produção e de vida, em que o caráter cada vez mais social do trabalho contrapõe-se à apropriação privada das condições e produtos do mesmo. Ressaltamos ainda, como a "liberdade" do trabalhador, necessária ao intercâmbio de sua capacidade de trabalho como mercadoria, contrapõe-se, contraditoriamente, à reprodução das condições de sua dominação e de sua miséria. Ou seja, procuramos explicitar como o próprio processo de exploração produz a sua legitimação. Esse descompasso necessário ao funcionamento da sociedade só pode ser superado através da prática política.

A força de trabalho em ação, sendo a substância que produz a riqueza, a reproduz como riqueza para outros. Assim, o trabalho se torna para o trabalhador como algo que lhe é estranho, que o mortifica e no qual se aliena, mas através do qual são, também, gestadas as condições de sua efetiva libertação. A própria organização do processo de produção, entendido como unidade contraditória de produção, circulação, troca e consumo, viabiliza as ilusões que conferem à circulação, a qualidade de criadora de sobrevalor, independente da produção. Por outro lado, a mística da forma salário encobre, ao mesmo tempo em que permite desvendar, a relação entre o trabalho pago e não pago do trabalhador. Essas mistificações afetam não só aos capitalistas, mas também à classe trabalhadora.

Esses, dentre outros, foram alguns aspectos que se procurou acentuar, descartando a perspectiva analítica, que, em detrimento da apreensão do movimento contraditório da totalidade concreta, enquadra a realidade em níveis analíticos: econômico, político e ideológico. Enfim, procurou-se dar alguns passos, ainda que limitadamente, no sentido de captar o desenvolvimento desigual entre as representações

e a realidade substancial dos fenômenos, ressaltando as mediações necessárias à expressão das contradições e as determinações do processo social na sua totalidade.

3. DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

O Serviço Social só pode afirmar-se como *prática institucionalizada e legitimada* na sociedade ao responder a *necessidades sociais* derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada.

À medida que a satisfação das necessidades sociais se torna mediatizada pelo mercado, isto é, pela produção, troca e consumo de mercadorias, tem-se uma crescente divisão do trabalho social, a qual pode ser considerada nas suas formas gerais (no mercado mundial, por grupo de países, no interior de um país, entre agricultura e indústria, cidade e campo, etc.), passando pelas formas singulares e particulares dentro dos ramos de produção, até a divisão do trabalho no interior da oficina. (1)

(1) Sobre a divisão do trabalho, ver especialmente: K. Marx e F. Engels. A Ideologia..., op. cit.; K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía política, op. cit., t. I, seção IV; idem. La Miseria de la Filosofía. Buenos Aires, Siglo XXI, 3a. ed. p. 104-28; Idem. "Manuscritos económico-filosóficos de 1848", op. cit., p. 99-104; Idem. Los Fundamentos de la Crítica de la Economía Política. v. II. Madri, Comunicación, 1972. p. 555-73; F. Engels. Do Socialismo Utopico ao Socialismo Científico. Lisboa. Ed. Estampa, 1971. E ainda: H. Braverman. Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1977; H. LeFebvre. "A Sociologia...", op. cit., p. 64-88; A. Gorz (org.) Crítica da divisão do trabalho. São Paulo, Martins Fontes, 1980.

A divisão do trabalho na sociedade determina a vinculação de indivíduos em órbitas profissionais específicas, tão logo o trabalho assume um caráter social, executado na so ciedade e através dela. Com o desenvolvimento das forças pro dutivas sociais do trabalho, sob a égide do capital, o proce so de trabalho passa a ser efetuado sob a forma de cooperação de muitos trabalhadores livres e de máquinas no interior da fá brica. Verifica-se, ao mesmo tempo, um parcelamento das ativi dades necessárias à realização de um produto, sem precedentes em épocas anteriores, agora executados por diversos trabalha dores diferentes e por um sistema de máquinas. Cria-se o tra balhador parcial, efetuando-se o parcelamento do próprio indi víduo no ato da produção. As forças produtivas do trabalho co letivo são apropriadas pelo capital, enfrentando o trabalha dor como elementos que o subjugam. A própria ciência é apro priada pela classe capitalista e colocada a seu serviço, como força produtiva do capital e não do trabalho.

É neste contexto da divisão social do trabalho que se pretende situar o Serviço Social. Esta é uma linha de análise que não encontra suporte na literatura brasileira es pecializada do Serviço Social e da sociologia das profissões, implicando em reunir alguns elementos teóricos complementares que permitam, nos capítulos subsequentes, caracterizar a pro fissão face à divisão de trabalho peculiar à sociedade capita lista.

A divisão do trabalho na sociedade, isto é, a divisão social do trabalho e a consequente determinação dos indivíduos a certos ramos de atividades profissionais é uma característica comum a todas as sociedades. Interessa, no en tanto, circunscrever a presente análise a partir do momento em que a troca de mercadorias passa a ser o agente intermediã rio da articulação de trabalhos diferenciados, oriundos de ór bitas distintas da produção. Partimos, pois, da divisão do trabalho tal como se configura na produção e circulação sim

ples de mercadorias, percorrendo a manufatura, para explicitar as peculiaridades dessa divisão no interior da sociedade e da produção características da indústria capitalista. Ressalta-se a importância de apreender a historicidade dessa noção, ou seja, de compreender as diversas formas específicas que a divisão do trabalho assume, de acordo com as condições de produção sobre a qual se baseia e as relações entre os membros da sociedade que refletem a realidade dessas condições.

(2)

3.1. Fundamentos da Divisão do Trabalho

Ao produzirem os meios de vida, os homens produzem sua vida material. O modo de produzir os meios de vida refere-se não só à reprodução física dos indivíduos, mas à *reprodução de determinado modo de vida*. A produção da própria vida no trabalho e da alheia na procriação dá-se numa dupla relação natural e social; social no sentido de que compreende a cooperação de muitos indivíduos. Portanto, determinado modo de produzir supõe, também, determinado modo de cooperação entre os agentes envolvidos, determinadas relações sociais estabelecidas no ato de produzir, as quais envolvem o cotidiano da vida em sociedade. (3)

O grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho expressa o grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho. Com a divisão do trabalho dá-se, ao mesmo tempo, a distribuição quantitativa e qualitativa do próprio trabalho e dos seus produtos, isto é, da propriedade -- do poder de dispor do trabalho de outros. A divisão do tra

(2) K. Marx. Los Fundamentos de la Crítica de la Economía Política, op. cit., p. 561.

(3) "Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção: com o que produzem, com o modo como produzem. O que os indivíduos são depende, pois, das condições materiais de produção." K. Marx e F. Engels. A Ideologia Alemã. (Feuerbach). São Paulo, Grijalbo, 1977. p. 27-8.

balho e a propriedade são expressões idênticas: o que a primeira enuncia em relação à atividade do homem, a segunda enuncia em relação ao produto da atividade do homem. Assim é que a cada fase da divisão do trabalho corresponde uma forma de propriedade, ou a cada estágio do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social corresponde uma forma de apropriação do trabalho. (4)

Sendo o trabalho humano expressão da atividade humana num contexto de alienação, a "divisão do trabalho é a expressão econômica do caráter social do trabalho dentro da alienação". (5)

Os sujeitos do processo de troca aparecem como proprietários de mercadorias sendo a propriedade privada condição prévia da circulação. A apropriação da mercadoria não se efetua na circulação, mas deve ser suposta anteriormente. Na produção simples, a mercadoria tem como fonte o trabalho de seu possuidor. Como valor de troca, é trabalho materializado; a expressão do indivíduo produzida por ele e objetivada para outro. Nesse contexto, o trabalho e a apropriação pelo indivíduo sobre os frutos de seu próprio trabalho servem de base à apropriação do trabalho de outros na esfera da circulação. Isto supõe a alienação ou conversão do trabalho pessoal em uma forma social. A circulação é, portanto, o movimento mediante o qual o produto pessoal se converte em produto social, em valor de troca expresso no dinheiro, para logo reconverter-se em produto individual, ou seja, em valor de uso e objeto de consumo para o próprio indivíduo. Assim o conjunto do

(4) Ver K. Marx e F. Engels. A Ideologia..., op. cit.

(5) "Uma vez que o trabalho humano não é mais que a atividade humana dentro da alienação -- da manifestação da vida enquanto alienação da vida -- podemos dizer, também, que a divisão do trabalho não é outra coisa que o estabelecimento alienado da atividade humana genérica real ou da atividade do homem enquanto ser genérico". K. Marx. "Manuscritos econômico-filosóficos de 1848." In: K. Marx e F. Engels. Manuscritos econômicos vários. Barcelona, Grijalbo, 1975. p. 99.

processo de troca implica como pré-condição, que a produção esteja submetida à divisão do trabalho social. Isso porque "as mercadorias trocadas são trabalho objetivado em diversos valores de uso que representam o modo de existência objetivado da divisão do trabalho ou da materialização de trabalhos qualitativamente diferentes que satisfazem um conjunto de necessidades diferentes". (6) Porém a consideração da divisão do trabalho não se esgota na ótica do intercâmbio de trabalhos de qualidades diferenciadas, do ponto de vista do valor de uso dos produtos trocados. No mundo dominado pelo valor de troca, o indivíduo produz para si ao produzir para a sociedade, na qual cada membro trabalha para ele em outra esfera. Ao se produzir uma mercadoria esta deve ter um valor de uso não para quem a produz, mas para outros; é valor de troca, que só se converte em meio de subsistência para seu produtor depois de ter revestido, no dinheiro, a forma de produto universal, através do qual pode realizar-se em qualquer trabalho de outro qualitativamente distinto. Implica, uma *forma específica da divisão do trabalho*, cuja condição fundamental é que os sujeitos criem produtos determinados pelo elemento social do valor de troca. Trata-se da divisão do trabalho de estrutura histórica determinada na qual o indivíduo se encontra determinado pela sociedade. Quando o indivíduo produz seus próprios meios de subsistência, sua produção não tem um caráter social e seu trabalho não é social. Este caráter social só se manifesta no conteúdo do trabalho, quando, como membro de um complexo social, produz para as necessidades dos demais, estando submetido a uma dependência social. Seu trabalho privado torna-se trabalho geral e seu produto um produto social que responde a necessidades sociais. Tal se comprova pelo fato de que seu trabalho privado passa a constituir uma particularidade do trabalho social, um ramo que o completa, um modo de existência do trabalho coletivo. Nesse contexto os indivíduos

(6) K. Marx. Los Fundamentos..., op. cit., p. 559.

se enfrentam unicamente na qualidade de proprietários de valores de troca. Os laços sociais entre os indivíduos deixam de ter a característica de laços diretos entre membros de uma comunidade, para se tornarem mediados pelas mercadorias que produzem, pelas relações monetárias que dão suporte à troca de seus produtos privados. Assim, a vida em sociedade passa a existir frente aos indivíduos como algo exterior, material e autônomo, o que passa a ser condição para que possam estabelecer relações como pessoas privadas.

Com a divisão do trabalho dá-se a contradição entre o interesse particular e coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si. Os agentes sociais envolvidos na troca buscam unicamente seus próprios fins nessa transação: cada um não é mais que meio para o outro, para a consecução de seus próprios interesses particulares. Embora a reciprocidade seja necessária, os sujeitos da troca são indiferentes entre si; importam-se, apenas, como meio de satisfação de seus fins privados e egoístas. Nessa contradição entre o interesse individual e coletivo, o coletivo passa a existir não só na representação como interesse geral. Tem um respaldo na realidade, visto que se apresenta como a dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho está dividido. Porém o coletivo não mais coincide com o interesse individual, sendo o geral uma forma ilusória de coletividade: coletividade de essa baseada no relacionamento de classes sociais antagônicas, já condicionadas pela divisão do trabalho, entre as quais existe uma relação de dominação. Aqueles que têm acesso ao poder político, apresentam seu interesse particular como interesse geral da sociedade. O interesse coletivo adquire, assim, na qualidade de Estado, uma forma autônoma, separado dos interesses particulares e gerais. A luta prática desses interesses particulares que se chocam com o interesse "geral" cria a

necessidade do controle e intervenção prática através do Estado, como ilusório interesse geral. (7)

Com a divisão do trabalho dá-se também a separação entre a atividade intelectual e manual, podendo ser atribuídas a indivíduos diferentes. É dada a possibilidade da consciência emancipar-se da prática social existente, chocando-se com a mesma, porque as relações sociais se contrapõem às forças de produção. (8) Essa divisão entre trabalho espiritual e manual se reflete também no seio da classe dominante, em que seus ideólogos ativos se cindem de seus membros ativos. Tal cisão pode assumir matizes de hostilidade a qual se desfaz face a qualquer colisão política que possa colocar em cheque a própria classe. (9)

Em síntese, pode-se afirmar que a divisão do trabalho resume as condições sociais nas quais os indivíduos, na qualidade de pessoas autônomas e privadas, produzem valores de troca. (10)

(7) "... a luta prática desses interesses particulares, que constantemente e de modo real chocam-se com os interesses coletivos e ilusoriamente tidos como coletivos, torna necessário o controle e a intervenção prática através do ilusório interesse geral como Estado". K. Marx e F. Engels. *A Ideologia Alemã*, op. cit., p. 49-50.

(8) K. Marx e F. Engels. *A Ideologia Alemã*, op. cit., p. 45.

(9) "A divisão do trabalho... expressa-se também no seio da classe dominante como divisão entre trabalho espiritual e manual, de tal modo que, no interior desta classe uma parte aparece como os pensadores desta classe (seus ideólogos ativos, conceptivos, que fazem da formação de ilusões a respeito de si mesma seu principal meio de subsistência), enquanto que outros relacionam-se com essas idéias e ilusões de maneira mais passiva e receptiva, pois na realidade são os membros ativos dessa classe e têm pouco tempo para produzir idéias e ilusões a respeito de si próprios". K. Marx e F. Engels. *A Ideologia Alemã*, op. cit., p. 72-73.

(10) Esse caráter privado da produção é um produto histórico: "Se cada indivíduo encontra-se isolado e autônomo no seio do processo de produção é devido à divisão do trabalho, que, por sua vez, baseia-se em uma série de condições econômicas que determinam o lugar dos indivíduos no meio dos restantes e o conjunto de modalidades de sua existência." K. Marx. *Los Fundamentos de la Crítica*, op. cit., p. 560.

A divisão do trabalho é condição da existência da troca e do valor de troca. A sociedade burguesa é a sociedade do valor de troca desenvolvido, o qual domina toda a produção. A relação direta do produtor com o produto de seu trabalho tende a desaparecer, tornando toda a produção dependente das relações monetárias. O sistema de necessidades se amplia e se torna cada vez mais complexo. A proporção que se desenvolve a divisão do trabalho, mais se produz sob a forma de valores de troca. A troca dos produtos como mercadorias torna-se o agente mediador dos diversos trabalhos.

"Não é a troca que cria a diferença entre as órbitas da produção. O que faz é relacionar essas órbitas distintas entre si, convertendo-as em ramos de uma produção global da sociedade, unidos por laços de dependência."
(11)

Como a produção e circulação de mercadorias constitui a premissa do regime capitalista de produção é necessário que a *divisão do trabalho na sociedade tenha adquirido um certo grau de maturidade para que apareça, como produto tipicamente capitalista, a divisão manufatureira do trabalho.*
(12)

A divisão de trabalho na sociedade não se reduz a uma categoria simples e abstrata, mas implica um processo histórico. Apresenta como condições fundamentais de seu desenvolvimento, entre outras, a separação cidade-campo, certa magnitude e densidade da população, a ampliação do mercado e a consequente diversificação das necessidades sociais, a regulação das trocas pela lei da concorrência. Assim, também, a emergência da manufatura e da divisão de trabalho que lhe é

(11) K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., vol. I, p. 286.

(12) É isto que justifica porque, na reconstrução dessa noção, partiu-se da produção e circulação simples de mercadorias, estabelecendo os fundamentos da divisão social do trabalho, para em seguida abranger as formas específicas que assume no interior da unidade produtiva no período manufatureiro e na indústria capitalista.

peculiar supõe a acumulação e concentração dos instrumentos - de produção e de trabalhadores como condição básica que precede a divisão do trabalho na oficina e se desenvolve concomitantemente à mesma.

O modo de produção correspondente ao capital apresenta dois níveis fundamentais de desenvolvimento: a manufatura e a grande indústria que especificam formas determinadas de divisão de trabalho, levando à parcialização do próprio trabalho no ato da produção de mercadorias produtos do capital.

3.2. A Divisão Manufatureira do Trabalho

Para que o dinheiro seja trocado enquanto capital pelo trabalho livre, supõe, como primeira condição, a associação de trabalhadores por meio do capital, a qual é puramente formal na forma mais simples e independente da divisão do trabalho. Refere-se ao emprego pelo capital de trabalhadores autônomos e dispersos. Tal associação afeta apenas o produto do trabalho e não o próprio trabalho, sendo as trocas concentradas nas mãos do capital. A segunda condição é a eliminação da autonomia e da dispersão dos trabalhadores, agora agrupados em um só lugar, sob o mesmo mando e sob vigilância. É o capital quem realiza a associação dos trabalhadores na produção, criando o modo de produzir que lhe é adequado. (13) A partir desse momento, o capital aparece não só como o representante do caráter social da troca, mas, também, do caráter social do trabalho, da força coletiva dos trabalhadores, como a força que cria a unidade. É o próprio capital que vai criar, concomitantemente, a disciplina crescente, a segmentação do

(13) "A produção capitalista tem histórica e logicamente seu ponto de partida na reunião de um número relativamente grande de trabalhadores que trabalham ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, preferindo-se no mesmo campo de trabalho) na fabricação da mesma classe de mercadorias e sob o mando do mesmo capitalista". K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t I, cap. XI, p. 259.

trabalho, a continuidade e dependência dos processos implica dos na fabricação de um produto no âmago da produção. É criada a *manufatura*, onde a cooperação baseada na divisão do trabalho adquire a sua forma clássica.

A manufatura implica um processo de produção coletivo, executado por numerosos trabalhadores em cooperação (14) entre os quais se dividem as diversas operações parciais da produção. Essas operações parciais tornam-se função exclusiva de cada trabalhador, convertendo-se em um trabalhador parcial. O produto final passa a ser produto comum de uma coletividade de trabalhadores parciais. O trabalhador perde a capacidade de desenvolver um ofício em toda a sua extensão, à medida que a distribuição do trabalho vai cristalizando-se sob a forma de divisão do trabalho na produção manufatureira.

O trabalho se torna social por excelência, adquirindo a qualidade de um trabalho social médio executado pelos trabalhadores agrupados e os instrumentos de produção adquirem, concomitantemente, um caráter social. Ao mesmo tempo, verifica-se a atomização do processo de produção em operações diferenciadas atribuídas a trabalhadores distintos. A fragmentação desse processo de produção em fases especiais coincide, na manufatura, com a diferenciação do ofício manual nas suas diversas operações integrantes. A execução de tais operações conserva seu caráter manual, dependendo da destreza, segurança e rapidez do trabalhador no manejo de sua ferramenta. A perícia de cada trabalhador parcial é a base da produção, mas cada um se reduz a executar a mesma operação parcializada continuamente, o que leva a produzir mais em menos tempo, reduzindo o emprego improdutivo do trabalho. Acompanha esse pro-

(14) "A forma de muitos trabalhadores, coordenados e reunidos com vistas a um plano no mesmo processo de produção ou em processos de produção distintos, porém enlaçados, chama-se cooperação." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., cap. XI, p. 252.

cesso a diferenciação e especialização dos instrumentos de trabalho. A manufatura funciona como um mecanismo de produção cujos órgãos são homens.

A cooperação de muitos trabalhadores exigida pela produção manufatureira permite não apenas potenciar a força de trabalho individual, mas cria uma força produtiva nova resultante da jornada de trabalho combinada: a força produtiva social do trabalho. Essa cooperação, no entanto, não é voluntária, mas imposta pelo capital. Ela começa no processo de trabalho quando o trabalhador em atividade, já deixou de pertencer a si mesmo sendo, como membro de um organismo trabalhador, uma forma de existência do capital. Por isso, a força produtiva desenvolvida pelo trabalhador é uma força produtiva apropriada pelo capital, que nada lhe custa, sendo criada à medida que o trabalhador é submetido pelo capital a determinadas condições de trabalho. Aparece, pois, como força produtiva inerente, inata, ao capital. (15) Na manufatura, o enriquecimento da força produtiva social do trabalhador coletivo, apropriado pelo capital, é condicionada ao empobrecimento do trabalhador em suas forças produtivas individuais: o conhecimento, a perspicácia, a vontade, as habilidades que o trabalhador artesanal desenvolviam são agora transferidas ao capital.

(15) "O poder social, isto é, a força produtiva multiplicada que nasce da cooperação de muitos indivíduos, exigida pela divisão do trabalho, aparece a estes indivíduos, porque sua cooperação não é voluntária mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas como uma força estranha situada fora deles, cuja origem e destino ignoram, que não podem mais dominar, e, que, pelo contrário, percorre agora uma série particular de fases e estágios de desenvolvimento, independente do querer e do agir desses homens, que, na verdade, dirige esse agir e esse querer." K. Marx e F. Engels. A Ideologia Alemã, op. cit., p. 49-50. "A associação dos trabalhadores, a cooperação, a divisão do trabalho, aparecem como força produtiva do capital, do mesmo modo que as forças produtivas que determinam a intensidade e a extensão práticas do trabalho. A força coletiva e o caráter social do trabalho são a força coletiva do capital. O mesmo ocorre com a ciência, com a divisão do trabalho, com a troca que implica a divisão dessas tarefas. Todas são forças produtivas do capital, o qual aparece como sujeito das mesmas." K. Marx. Los Fundamentos de la Crítica de la Economía Política, op. cit., p. 75.

"As potências espirituais da produção ampliam-se em escala e sob um aspecto, à custa de inibir-se nos demais. O que os trabalhadores parciais perdem se concentra no capital, enfrentando-os. É o resultado da divisão manufatureira do trabalho que as *potências espirituais* do processo material de produção se erigem frente aos trabalhadores, como *propriedade alheia e poder dominador*. Este processo de *dissociação* começa com a cooperação simples, onde o capitalista representa frente aos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social do trabalho. O processo continua avançando na manufatura, a qual mutila o trabalhador ao convertê-lo em trabalhador parcial. Conclui-se na grande indústria, onde a *ciência* é separada do trabalho como potência de produção independente e acumulada a serviço do capital."

(16)

A manufatura contribui, portanto, para a degradação do trabalhador individual, acentuando pelo trabalho repetitivo e fragmentado, obstaculizando o disciplinamento da inteligência, a criatividade, criando uma verdadeira "patologia industrial". (17) A divisão manufatureira do trabalho revoluciona o modo de trabalhar de cada trabalhador individual, fomentando artificialmente uma de suas habilidades parciais e abafando inúmeros estímulos e capacidades. Além de distribuir os diversos trabalhos parciais entre os indivíduos, secciona o próprio indivíduo, convertendo-o em um aparato automático adscrito a um trabalho parcial (18). A ciência, a cultura, tornam-se suscetíveis de coexistirem separadas do trabalho, dominando-o como força produtiva alheia, em detrimento da intensificação da força produtiva do trabalhador individual. Os gastos de formação e treinamento do trabalhador se reduzem e, com isto, o valor de sua força de trabalho.

(16) K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. XII, p. 294.

(17) "É indubitável que toda divisão de trabalho no seio da sociedade é inseparável de certa degeneração física e espiritual do homem. Porém o período manufatureiro, com seu regime de divisão peculiar, acentua esse desdobramento social dos ramos do trabalho de tal modo e afeta a tal ponto as raízes vitais do indivíduo, que cria a base e o incentivo para que se forme uma verdadeira *patologia industrial*..." K. Marx, *idem*, p. 296.

(18) K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. XII, p. 298.

A manufatura não só subordina os trabalhadores a um mando, mas cria uma hierarquia entre os próprios trabalhadores. Estabelece uma divisão entre trabalhadores qualificados e não qualificados, sendo estes últimos dominantes numericamente, mas sob a influência determinante dos primeiros.

A divisão manufatureira do trabalho é um meio de produzir mais mercadorias com a mesma quantidade de trabalho, favorecendo maior rapidez ao processo de acumulação de capital. *É um método de criação de mais-valia relativa.* (19) Se de um lado contribui para o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, sendo nesse sentido um progresso histórico incontestável, por outro lado é um meio aprimorado de maior exploração do trabalhador, já que desenvolve a força produtiva social do trabalho para o capitalista e não para o trabalhador.

A plena realização dessa forma de regime capitalista de produção não se dá sem barreiras: o capital tem que lutar permanentemente contra a insubordinação dos operários, de cuja perícia manual depende a produção manufatureira. Ora, a razão determinante do processo de produção é a obtenção da maior valorização possível do capital, ou, em outros termos, a apropriação do trabalho não pago do trabalhador li

(19) K. Marx, nesta passagem, sintetiza o significado da divisão manufatureira do trabalho: "A divisão manufatureira do trabalho cria a organização quantitativa dos processos sociais de produção, isto é, cria uma determinada organização do trabalho social, desenvolvendo com isto, ao mesmo tempo, a nova força social produtiva do trabalho. Como forma especificamente capitalista do processo social da produção -- que apoiando-se em bases pre-estabelecidas só podia continuar desenvolvendo-se sob a forma capitalista -- esta organização não é mais que um método para a criação de mais-valia relativa; um procedimento para aumentar, à custa dos trabalhadores, os lucros do capital -- a chamada riqueza social, "riqueza das nações", etc. Este método só desenvolve a força produtiva social do trabalho para o capitalista exclusivamente ao invés de desenvolvê-la para o trabalhador. Além disso a converte em força mutiladora do trabalhador individual. Cria novas condições para que o capital domine o trabalho. Portanto, ainda que de um lado represente um progresso histórico e uma etapa necessária no processo econômico de formação da sociedade, por outro é um meio de exploração civilizada e refinada". K. Marx, *idem*, p. 297.

vre pela classe capitalista sob a forma de mais-valia. Assim sendo o enriquecimento do capitalista tem sua outra face: o empobrecimento do trabalhador, agora mutilado como trabalhador parcial. Essa insubordinação supra-referida tem, portanto, suas razões incrustradas na própria forma de organização da produção e da distribuição do trabalho que a caracteriza. Ao crescer o número de trabalhadores empregados simultaneamente pelo mesmo capital cresce, também, sua força de resistência e, em contrapartida, a pressão do capital para vencê-la. Contra a luta de resistência do trabalhador, a mutilação de sua vida no trabalho alienado, o capital responde através da imposição da ordem. Essa necessária função controladora, de vigilância e direção do processo social de trabalho é uma função do capital e de seus prepostos. Como a reunião dos trabalhadores na produção é uma iniciativa do capital, cabe-lhe, também, garantir a coordenação e unidade do processo, que aparece na prática como a autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que submete a seus fins as atividades do conjunto dos trabalhadores. Essa função de direção, de vigilância, traduz-se numa forma despótica, transfigurando-se numa função de exploração, determinada pelo inevitável antagonismo das relações sociais que aí se estabelecem. Está voltada, ainda, para a fiscalização do emprego dos meios de produção, evitando sua destruição e seu desgaste. À medida que se expande o capital, a função de vigilância direta dos trabalhadores tende a ser transferida a um grupo de funcionários que durante o processo de trabalho exerce o mando em nome do capital, restringindo-se o patrão às funções de alta direção e vigilância.

Concluindo a caracterização da divisão manufatureira do trabalho caberia sintetizar as suas peculiaridades face a divisão do trabalho na sociedade. (20) Essas duas ex-

(20) Ver Marx, K. El Capital. Crítica de la Economía Política, t. I, op. cit., cap. XII.

pressões da divisão do trabalho articulam-se e condicionam-se mutuamente, mantendo, no entanto, características específicas. Assim como a divisão manufatureira do trabalho exige como pré-condição um certo desenvolvimento da divisão do trabalho na sociedade voltada para a produção de mercadorias, a produção manufatureira impulsiona a divisão social do trabalho. Produz uma diferenciação dos ramos da produção ao diversificar os instrumentos de produção e, conseqüentemente, as indústrias - que os produzem. Indústrias que eram exploradas articuladamente se dissociam, adquirindo autonomia. Certas fases especiais do processo de produção de uma mercadoria tornam-se ramos industriais independentes. A produção manufatureira incentiva, ainda, a divisão territorial do trabalho. *A manufatura não afeta apenas a esfera econômica mas todas as expressões da vida em sociedade, favorecendo a emergência de especialidades e especialistas.* Ao revolucionar o regime de produção em um ramo industrial afeta necessariamente os demais, visto que, ainda que cada qual produza uma mercadoria independente, encontram-se articulados como fases de um processo global de produção. As transformações operadas na produção agrícola e industrial, a ampliação do mercado mundial, afetam os meios de comunicação e transporte, os estilos de vida, as atividades científicas e artísticas.

Porém essas duas expressões da divisão do trabalho -- na sociedade e na manufatura -- apresentam diferenças essenciais. O que caracteriza a divisão manufatureira do trabalho é o fato de cada trabalhador parcial dedicar-se a uma operação limitada do processo de produção, que considerada em si mesma carece de valor e utilidade. Cada trabalhador parcial não chega a produzir uma mercadoria, dedicando-se apenas a uma operação que é parte de seu processo de produção. O produto final é um produto *comum*, fruto da combinação dos trabalhos fragmentados de muitos trabalhadores. O que unifica e articula esses trabalhos parciais é o fato dos trabalhado-

res venderem suas forças de trabalho a um único capitalista, que os emprega como força de trabalho combinada. Já a divisão de trabalho na sociedade opera pela compra e venda de mercadorias, produtos de vários ramos industriais. O que integra os trabalhos desses diversos ramos é o fato desses produtos serem mercadorias. Enquanto a divisão manufatureira do trabalho supõe a concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, a divisão social do trabalho implica o seu fracionamento entre muitos produtores de mercadorias mutuamente independentes. Enquanto na produção manufatureira existem funções determinadas para cada conjunto de trabalhadores, na sociedade a distribuição dos meios de produção e dos produtores nos diferentes ramos sociais do trabalho é regida pela arbitrariedade, pela lei da concorrência. A isto se opõe a divisão manufatureira do trabalho subordinada a um plano e à autoridade incondicional do capitalista à qual estão sujeitos os trabalhadores como membros de um mecanismo global de propriedade do capitalista.

Essas duas manifestações da divisão do trabalho convivem sem excluir-se, interinfluenciando-se mutuamente. Porém a divisão manufatureira do trabalho é um produto específico da sociedade capitalista, da expansão das forças produtivas e da consolidação do trabalho assalariado. Com ela a divisão social do trabalho é redimensionada assumindo nova peculiaridade histórica. (21)

(21) Marx, ressaltando a historicidade deste tipo de divisão do trabalho face a outras formas de sociedade afirma: "Na sociedade do regime capitalista de produção a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão do trabalho na manufatura estão reciprocamente condicionados. Outras formas mais antigas de sociedade em que a especialização da indústria se desenvolve de modo elementar, para logo cristalizar-se e consolidar-se legalmente, apresentam a imagem de uma organização do trabalho social sujeita a um plano e a uma autoridade, de um lado, enquanto de outro lado excluem radicalmente ou só estimulam em escala insignificante ou de modo esporádico e fortuito a divisão de trabalho dentro da oficina. K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, p. 290. O autor estabelece, ainda, como regra geral: "quanto menos a divisão do trabalho no seio da sociedade é presidida pela autoridade, mais se desenvol-

3.3. A Divisão do Trabalho na Grande Indústria

A indústria manufatureira impulsionada com a expansão do mercado mundial defrontou-se com uma demanda de produtos manufaturados que já não podia ser satisfeita no estágio vigente de desenvolvimento das forças produtivas. Sua estreita base técnica incompatibilizou-se com as demandas da produção que ela própria havia criado. Porém um dos resultados da manufatura foi a fabricação de instrumentos de trabalho, introduzindo a indústria de máquinas, cujo desenvolvimento coloca em questão o princípio da divisão manufatureira do trabalho: sua base manual, a dependência da força muscular e das habilidades do trabalhador especializado no manejo de seus instrumentos de produção. Com o desenvolvimento da manufatura são gestadas, portanto, as bases da *grande indústria* que revoluciona o regime de produção, transformando os instrumentos de trabalho em máquinas, nas quais as ferramentas do trabalhador reaparecem combinadas como peças de um aparato mecânico, revestindo uma forma substantiva totalmente emancipada dos entraves e limites próprios da força humana. O instrumento de trabalho adquire independência face ao trabalhador: supera sua debilidade física e sua obstinação. Na grande indústria capitalista se consuma o divórcio entre as potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual. A perícia do trabalhador individual transforma-se em detalhe secundário ante a ciência, a tecnologia, as forças naturais e o trabalho social de massa.

A fábrica emerge como a unidade de produção baseada no maquinismo onde se dá a cooperação simples de inúmeras máquinas funcionando concomitantemente para fins semelhan

ve a divisão do trabalho no interior da oficina e mais se submete tal divisão à autoridade de uma só pessoa. Portanto, em relação à divisão do trabalho, a autoridade na oficina e na sociedade está em razão inversa uma da outra." K. Marx. La Miséria de la Filosofía, op. cit., p. 119-120.

tes. Reproduce-se aí a cooperação baseada na divisão do trabalho característica da manufatura, porém, agora, expressa como cooperação de muitas máquinas. O objeto de trabalho percorre diversos processos parciais articulados entre si por uma cadeia de máquinas diferenciadas, relacionadas e complementares.

A manufatura oferece a base elementar da divisão de trabalho e do processo de produção da grande indústria. Logo emerge, no entanto, uma diferença essencial: desaparece o princípio subjetivo da divisão do trabalho, isto é, a necessidade de adaptação do processo de produção ao trabalhador parcial que executava cada etapa do mesmo com sua ferramenta, dependendo de suas capacidades e habilidades pessoais. Na grande indústria automatizada o trabalhador defronta-se com um organismo objetivo da produção como condição dada. (22) A máquina de trabalho combinada é um sistema de diversas máquinas e grupos de máquinas tanto mais perfeita quanto menor a interrupção do trânsito da matéria do início da produção até o seu término. Tal característica a diferencia da produção manufatureira em que o princípio da produção é dado pelo isolamento e segmentação das diversas operações contidas na fabricação de um produto. No modo de produzir peculiar a este estágio avançado da produção capitalista o papel do trabalhador modifica-se substancialmente: a eficácia no manejo dos instrumentos de trabalho passa do trabalhador para a máquina na

(22) "Na manufatura a divisão e a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, uma simples combinação de trabalhadores parciais. No sistema baseado no maquinismo, a grande indústria possui um organismo perfeitamente objetivo com o qual o trabalhador encontra-se como condição material de produção pronta e acabada. Na cooperação simples e, inclusive, na cooperação especificada pela divisão do trabalho a substituição do trabalhador isolado pelo trabalhador coletivo apresenta-se como algo puramente casual. As máquinas combinadas, fora algumas exceções, só funcionam nas mãos do trabalhador diretamente socializado ou coletivo. - Portanto, agora, é a própria natureza do instrumento de trabalho que impõe como necessidade técnica o caráter cooperativo do processo de trabalho". K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. XII, p. 315-316.

qual é incorporada. Torna-se o trabalhador um mero vigilante da máquina intervindo, esporadicamente, num sistema automatizado. Supera-se, pois, a base técnica da grande indústria. Os trabalhadores se transformam em simples órgãos de um maquinismo subordinado a uma força motriz central. Enquanto na manufatura o movimento parte do trabalhador que se serve de suas ferramentas, na fábrica ele serve à máquina que se torna o sujeito da produção. Os homens passam a seguir os movimentos da máquina que se sobrepõem a eles como um mecanismo morto ao qual são incorporados como apêndices vivos, acessórios conscientes. A máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas priva-o de seu conteúdo. Este trabalho mecanizado e automatizado de mera vigilância esgota ainda mais o trabalhador: afeta-lhe o sistema nervoso, depaupera sua atividade muscular, confisca-lhe toda a atividade física e intelectual. Na manufatura o trabalhador imprimia vida aos instrumentos de trabalho graças à sua habilidade. A máquina concentra em si a habilidade, força e destreza do trabalho socialmente acumuladas, substituindo o trabalhador graças à aplicação de conhecimentos científicos na sua construção. A ciência se manifesta nas máquinas e aparece como alheia e exterior aos trabalhadores. Já não existe no cérebro dos trabalhadores mas, apropriada pelo capital e objetivada no maquinismo, atuando sobre eles como uma força estranha, força da própria máquina. (23)

(23) "A ciência não custa absolutamente 'nada' ao capitalista, mas isto não o impede que a explore. O capital se apropria da ciência alheia, assim como se apropria do trabalho dos demais. Porém a "apropriação" capitalista" e a "apropriação pessoal" são coisas radicalmente distintas, seja tratando-se da ciência ou da riqueza material". K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, p. 316 (Nota de rodapé).

Embora a apropriação do trabalho vivo pelo trabalho morto seja inerente a natureza do capital, ela adquire expressão patente na grande indústria. O trabalho objetivado aparece fisicamente como a força dominante face o trabalho vivo: não só o apropria, mas o domina ativamente no próprio processo de produção. O domínio do homem pela coisa, pelo fruto de seu próprio trabalho materializado, apropriado por outro, adquire aí uma manifestação explícita. O trabalho vivo deixa de ser a unidade dominante do processo de produção: é reduzido quantitativamente a proporções ínfimas em relação ao trabalho materializado, embora qualitativamente conserve uma importância fundamental na criação do valor. Assume um papel subalterno face à atividade científica geral, à tecnologia aplicada na produção e à força produtiva derivada do conjunto da organização social da produção, que não são mais que outras dádivas naturais do trabalho social, embora sejam produtos históricos. A ciência -- essa força produtiva geral -- desempenha um papel básico no desenvolvimento da indústria automatizada. O capital apropria-se gratuitamente desse progresso geral do trabalho social, cujos resultados fixam-se no capital e não no trabalho, sendo utilizados em função de seus próprios fins de valorização e dominação.

O capital implica, por definição, na potenciação da força produtiva do trabalho que se apresenta como força produtiva exterior ao trabalho e instrumento de debilitação do trabalhador. É, no entanto, na qualidade de capital fixo que o maquinismo torna o trabalhador dependente, objeto de apropriação e dominação. E só adquire essa forma de capital fixo porque tem como contrapartida o trabalho assalariado. Tal distinção é fundamental porque importa distinguir a tendência universal e civilizadora do capital -- o desenvolvimento universal das forças produtivas, das quais a ciência não é mais que um aspecto -- do caráter alienante e destrutivo que assumem nessa forma de produção. Essa tendência do desen-

volvimento das forças produtivas encontra-se em contradição com a forma limitada que o impulsiona. A limitação do capital está em que todo o seu desenvolvimento efetua-se de maneira antagônica: o desenvolvimento da riqueza social, das condições de trabalho, da ciência, etc., aparecem como alienadas do trabalhador que se comporta frente a tais condições por ele produzidas como riqueza alheia, causadora de sua pobreza. O processo de objetivação do poder material do trabalho é um produto do próprio trabalhador e a ele corresponde. Porém o fato dessas condições objetivas se tornarem cada vez mais independentes do trabalhador enfrentando-o como força alheia, não corresponde ao trabalhador, mas às condições de produção personificadas, isto é, ao capital. Esse processo possuirá o caráter de alienação para o trabalhador ou de apropriação do trabalho de outro pelo capital durante o período em que, a nível do capital e do trabalho, esse corpo objetivo da atividade funcione em oposição ao trabalho imediato. Tal *inversão* -- o domínio do homem pelas coisas -- a essa *subversão* -- o fato do trabalhador criar, contraditoriamente, as próprias condições de sua dominação -- são reais, não existindo apenas no espírito do capital e do trabalho. Correspondem a uma necessidade histórica: é a condição necessária ao desenvolvimento das forças produtivas a partir dessa base determinada. Porém não se trata de uma necessidade absoluta, mas efêmera. O resultado desse processo está voltado para a destruição dessa base e dessa forma de desenvolvimento, apontando para o desenvolvimento das forças produtivas sem obstáculos e para a possibilidade do desenvolvimento universal do indivíduo -- de sua individualidade social -- numa sociedade de nova natureza. A distinção supra ressaltada é importante porque para os economistas burgueses a necessidade de objetivação das forças sociais do trabalho aparece indissolivelmente ligada à necessidade de sua alienação face ao trabalhador. (24) Mas, partindo

(24) Ver K. Marx. Los Fundamentos de la Crítica de la Economía Política, op. cit., t. II, p. 344.

do trabalho assalariado, as máquinas só podem surgir em oposição ao trabalho vivo. Como propriedade e força do capital de vem opor-se necessariamente ao trabalhador. Esse modo de distribuição é uma condição do modo de produção baseado no trabalho assalariado. Entretanto, isso não significa que as máquinas deixariam de atuar como agentes de produção ao serem apropriadas pelos trabalhadores associados. Implicaria em outro tipo de distribuição, sobre nova base produtiva: outro modo de reprodução da vida e da produção que só pode ser criado no próprio processo histórico social.

Em síntese, o capital tende a ampliar as forças produtivas e a reduzir ao máximo o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução do trabalhador e de sua família, expandindo assim o sobretabalho gratuitamente apropriado. Esta tendência se realiza na grande indústria com a transformação dos instrumentos de trabalho em máquinas articuladas. É este o sentido fundamental dessa revolução operada no modo de produzir. A finalidade do emprego das máquinas não é facilitar os esforços do homem, mas reduzir o trabalho necessário e, em contrapartida, ampliar a parcela da jornada de trabalho entregue sem equivalente ao capitalista. É um meio peculiar de produção de mais-valia relativa, de exploração de trabalho de modo cada vez mais intensivo. É esta a razão histórica que impulsiona a grande indústria e a divisão do trabalho que a caracteriza. Trata-se de transformação histórica dos instrumentos de trabalho tradicionais e da atividade humana no seu manejo em meios adequados à forma capitalista de exploração.

(25)

(25) "Para o capital o desenvolvimento dos meios de trabalho em maquinismo não é fortuito; é a transformação histórica dos meios de trabalho tradicionais em meios adequados à forma capitalista. A acumulação do saber, da habilidade assim como todas as forças produtivas da inteligência social ficam, então absorvidas pelo capital, opondo-se ao trabalho. Daí em diante aparecem como uma propriedade do capital ou, mais exatamente, do capital fixo, à medida em que ingressa no processo de trabalho como um meio de produção efetivo. K. Marx. Los Fundamentos de la Crítica de la Economía Política, t. II, op. cit., p. 795.

O grau de desenvolvimento da divisão do trabalho vigente na indústria capitalista expressa o grau de desenvolvimento das forças produtivas e a organização e distribuição do trabalho que lhe é peculiar. Como a grande indústria apresenta como ponto de partida a transformação dos instrumentos de trabalho em máquinas, privilegiamos a discussão desse aspecto como condição para explicitar as peculiaridades do papel do trabalhador nesse estágio de desenvolvimento das relações capitalistas de produção e sua submissão ao tipo peculiar de divisão do trabalho.

O crescimento da população trabalhadora é uma das condições da introdução das máquinas para substituir o trabalho. Elas não surgem como alternativa à falta de mão-de-obra, mas para restringir o uso da força de trabalho à proporções adequadas às necessidades de reprodução do capital. Isto porque a produção capitalista apresenta como condição necessária um maior conjunto absoluto de trabalho necessário a uma maior massa possível de sobretrabalho em relação ao trabalho pago. Sua condição essencial é, pois, um crescimento máximo da população, devendo a força de trabalho ser massiva para que as máquinas se desenvolvam. Para que o capitalista possa se apropriar do sobretrabalho da população ativa é necessário que haja uma superpopulação inativa em oposição à população necessária a esse estágio histórico da produção. Explicita-se aí o papel do exército industrial de reserva. Com a expansão das forças produtivas sociais do trabalho o tempo de trabalho socialmente necessário é reduzido, ampliando-se o trabalho excedente, conforme o já explicitado. Consequentemente parte da mão-de-obra passa a ser supérflua, porque com o trabalho potenciado a parcela da classe trabalhadora em atividade torna-se suficiente para efetuar a massa de sobretrabalho anteriormente produzida por toda a mão-de-obra empregada. Assim, a diminuição do trabalho necessário com as transformações operadas no regime de produção industrial significa a criação de

uma superpopulação crescente, desprovida de todos os recursos e, ainda, dos meios de procurar trabalho. Não podendo sobreviver de seu trabalho enquanto está impossibilitada de realizá-lo, sua existência passa a depender da renda de todas as classes. A sociedade é obrigada a assumir a manutenção dessa parcela da classe trabalhadora, momentaneamente excluída do mercado de trabalho, no sentido de manter viva, em reserva, essa força de trabalho potencial para utilização posterior nos períodos de expansão da produção.

Na sociedade capitalista a redução do trabalho necessário obtido com o desenvolvimento das forças produtivas materiais não tem como contrapartida a ampliação do tempo livre do trabalhador; está voltada para ampliar ao máximo o tempo de trabalho não pago, fazendo com que o trabalhador consagre ao capitalista todo o seu tempo de trabalho e sua vitalidade aí consumida. Mas não se pode desconhecer a importância histórica de tal redução. Uma vez liberado das travas do trabalho alienado, o trabalhador emancipado poderá usufruir dos benefícios da redução do tempo de trabalho fazendo livre uso desse tempo disponível para o livre desenvolvimento de suas individualidades sociais. Não se trata de livrá-lo do trabalho, mas do processo de valorização que torna o trabalho um meio de dominação do próprio homem. O desenvolvimento das forças produtivas é uma das condições da emancipação do trabalho.

Com a produção industrial, a divisão do trabalho na fábrica tende a perder o caráter de especialidade; (26) as operações que exigem grande habilidade do trabalhador

(26) "O que caracteriza a divisão do trabalho no seio da sociedade é que engendra especialidades, as distintas profissões, o idiotismo do ofício. O que caracteriza a divisão do trabalho na oficina mecânica é que o trabalho dentro dela perde todo o caráter de especialidade. Porém enquanto cessa todo o desenvolvimento especial começa a ser possível sentir todo o afã da universalidade, a tendência a um desenvolvimento integral do indivíduo. A oficina mecânica suprime as profissões isoladas e o idiotismo do ofício. K. Marx. La Miséria de la Filosofía, op. cit., p. 127.

tendem a ser substituídas por equipamentos especiais que concentram em si tais exigências, tornando necessário apenas o trabalho de vigilância de trabalhadores não qualificados. Como a habilidade no manejo dos instrumentos de trabalho é deslocada do trabalhador para a máquina e como o movimento global da fábrica não parte do trabalhador, mas do ritmo impresso pela máquina, já não existe *necessidade técnica* de consolidar a divisão do trabalho manufatureiramente, mediante a contínua adaptação do trabalhador a mesma função. A rapidez no aprendizado de operações mecanizadas reduz as exigências de formação especial dos trabalhadores manuais e o preço da mão-de-obra. O parcelamento e a simplificação das atividades da produção é tal, que o trabalhador que se sujeita ao trabalho fabril durante anos, não aprende nenhum trabalho capaz de produzir um efeito útil. O trabalho perde o seu valor de uso e, com isso o seu valor de troca. O trabalhador na indústria pode movimentar-se de uma máquina a outra, sem que interrompa o processo de trabalho, conforme a vontade de quem dirige o seu trabalho. Assim a hierarquia dos trabalhadores especializados da manufatura tende a ser substituída pela equiparação dos diversos trabalhos manuais. O capital é nivelador por excelência: estabelece a nivelação dos diversos trabalhos e a igualdade de condições da exploração do trabalho. (27) Mas, ainda que tecnicamente a grande indústria venha abolir a divisão do trabalho que supõe a anexar a vida de um homem a uma operação detalhista, a *forma capitalista da produção industrial* tende a consolidá-la e a reproduzi-la como um meio ainda

(27) Na grande indústria o grupo especializado de trabalhadores da manufatura é substituído pelo trabalhador principal com alguns auxiliares. A distinção que passa a ser estabelecida é entre os trabalhadores mecânicos que operam efetivamente as máquinas, os simples peões que ajudam esses trabalhadores, fornecendo materiais às máquinas e uma categoria de trabalhadores de nível superior, encarregado do controle e reparação das máquinas: engenheiros, mecânicos, etc. Tal divisão de trabalho é aí basicamente técnica. Ver: El Capital. Crítica de la Economía Política. t. I, cap. XIII, p. 347.

mais violento de exploração da força de trabalho: transforma-se na especialidade de servir a uma máquina parcial durante toda uma vida.

O sistema automatizado substitui a mão-de-obra pela máquina, a divisão de trabalho entre os diversos operários pela decomposição do processo de produção em suas partes integrantes, executadas por máquinas vigiadas e abastecidas pelos trabalhadores. A cooperação e a divisão do trabalho real parecem agora com o caráter de distribuição dos diversos trabalhadores entre as máquinas especializadas e os diferentes departamentos da fábrica. Tal organização da produção, ao reduzir o uso da força muscular permite a ampliação do contingente disponível dos assalariados mediante a incorporação do trabalho da mulher e da criança, colocando toda a família trabalhadora sob a dependência do capital. Nesse processo, deprecia a força de trabalho ao lançar no mercado todos os membros da família trabalhadora, distribuindo entre eles o valor do trabalho do seu chefe. Amplia, também, o grau de exploração da família trabalhadora, expresso não só na ampliação da jornada de trabalho, mas na potenciação do trabalho face às barreiras impostas pela sociedade ao prolongamento desmedido daquela. À medida que a jornada de trabalho é reduzida legalmente, como conquista da luta de resistência da classe trabalhadora, o capital cria meios para ampliar a intensidade do trabalho exigindo do trabalhador um maior desgaste durante o mesmo período de tempo, seja aumentando a velocidade do trabalho, seja aperfeiçoando os meios de produção. A condensação do trabalho num dado lapso de tempo é um meio de obter maior quantidade de trabalho à custa de maior desgaste humano. Por outro lado, a economia dos meios de produção se converte, nas mãos do capital, em agressão sistemática às condições de trabalho e, portanto, à vida do trabalhador: significa roubo de espaço, luz, ar, meios pessoais de proteção face a insalubridade e perigos do ambiente de trabalho, etc. Ao reduzir o tempo de

dicado ao trabalho doméstico pela incorporação da mulher e das crianças à produção aumenta os gastos monetários da família, deduzidos dos rendimentos obtidos no trabalho. A falta de tempo para os cuidados familiares contribui para ampliar a mortalidade infantil, a criminalidade, a degeneração física e intelectual da família trabalhadora. Ao mesmo tempo a grande indústria, ao designar a mulher, ao jovem e às crianças um papel decisivo na organização social da produção, retirando-os da órbita doméstica, estabelece novas bases para a organização da família e das relações entre os sexos.

A rígida disciplina imposta pelo trabalho mecanizado exige que os trabalhadores modifiquem seus hábitos de vida, de modo a se adaptarem ao ritmo regular e invariável do trabalho. Na fábrica é imposta uma disciplina quartelar, respaldada por uma legislação que expressa a regulamentação social do processo de trabalho, sendo, inclusive, suas transgressões traduzidas em deduções salariais ou em motivos de demissões. (28) Porém o controle do operário extrapola o âmbito fabril, sendo complementado por instituições sociais que, em nome do capital, contribuem para o estabelecimento de meios de tutela e normatização de vida do trabalhador, socializando-o de modo a adaptá-lo à disciplina e aos métodos de trabalho requeridos pela organização industrial. (29)

Finalizando essa parte, importa ressaltar que a nova forma de divisão do trabalho na grande indústria não pode ser pensada segmentadamente, como se afetasse apenas o processo de trabalho no interior da fábrica. O desenvolvimento industrial modifica a própria organização da vida na sociedade: universaliza a concorrência, cria e consolida o mercado

(28) "O açoite do capataz de escravos dá lugar ao regulamento penal do vigilante". K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, p. 351.

(29) Ver A. Gramsci. "Americanismo e Fordismo". In: Obras Escolhidas. vol. II, Lisboa, Ed. Estampa, 1974.

mundial, desenvolve os meios de comunicação, a propaganda, submete a si o comércio, multiplica e diversifica os ramos industriais, amplia a concentração e centralização do capital. Consolida, ainda, a divisão do trabalho entre cidade e campo, faz crescer as cidades, transforma a agricultura e as relações de produção aí vigentes. Amplia o mercado de mão-de-obra, estabelecendo mobilidade sem limites da força de trabalho e solidifica a segmentação entre trabalho manual e intelectual. A indústria moderna revoluciona constantemente as técnicas de produção e, com elas as funções do trabalhador e as combinações sociais do processo de trabalho. Com isto, revoluciona constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade, lançando massas de trabalhadores e de capitais de um ramo a outro da produção.

Enfim, a divisão capitalista do trabalho cria novas necessidades sociais, transforma as relações sociais, a moral, os costumes, a religião, a organização familiar, o lazer, etc. Afeta todo o modo de vida e de trabalho da sociedade.

É dentro dessas condições que se pretende situar a emergência e expansão da profissão de Serviço Social na sociedade capitalista.

4. O SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

4.1. Perspectiva de Análise

A presente análise está voltada para a reconstrução do objeto de estudo -- a profissão de Serviço Social -- segundo a orientação teórico-metodológica anteriormente expressa. Trata-se de um esforço de captar o *significado social dessa profissão na sociedade capitalista*, situando-a como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas. Nesse sentido, efetua-se um esforço de *compreender a profissão* historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial.

Poder-se-ia afirmar que as reflexões aqui reunidas têm em vista responder à seguinte indagação: *como o Serviço Social se situa na reprodução das relações sociais?* Assim, mais do que uma análise centrada nos elementos constitutivos que dão um perfil peculiar ao Serviço Social, face a outras profissões, o esforço orienta-se no sentido de apreender as implicações sociais que conformam as condições desse exercício profissional na sociedade atual.

Ainda a nível introdutório, vale ressaltar que, a pretensão aqui se restringe ao estabelecimento de hipóteses diretrizes de trabalho, (1) norteadoras da análise, que permitam caracterizar a participação do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, na perspectiva do capital e do trabalho.

Dentro da referência analítica adotada, cabe reafirmar que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias-primas). A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas, também, os ultrapassa. Não se trata, apenas, da reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. (2) Nesse processo são gestadas e recriadas as lutas sociais entre os agentes sociais envolvidos na produção, que expressam a luta pelo poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade.

(1) As hipóteses diretrizes constituem "a base estratégica para a investigação do fenômeno..."; não são concebidas "como hipóteses para verificação, inferidas empiricamente por meio de pesquisa anterior; mas hipóteses de trabalho baseadas nos quadros reais da pesquisa e formuladas com o fim de orientar teoricamente a pesquisa". F. Fernandez. "Raça e sociedade: O preconceito social em São Paulo" (Projeto de Estudo). In: A sociologia numa era de revolução social. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. 2a. ed., cap. IX, p. 296 e 300.

(2) Ver, por exemplo, o texto clássico de Marx, que expõe a noção de sociedade enquanto totalidade e o desenvolvimento desigual de seus elementos: K. Marx. "Prefácio à contribuição à crítica da Economia Política. In: K. Marx e F. Engels, Textos 3, op. cit., p. 60.93.

Assim, a reprodução das relações sociais é a *reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida* (3) que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade. Envolve a reprodução do modo de produção, entendido na linha de interpretação que Lefebvre (4) faz da noção:

"Quanto ao modo de produção (capitalista) este conceito designa em Marx o resultado global das relações de antagonismo: "salário/Capital", "proletariado / burguesia". Estas relações sociais não entram na prática da sociedade, e da sociedade burguesa, a não ser através de formas que as sustentam e as mascaram; por exemplo, a forma contratual (a do "contrato de trabalho", ficticiamente livre, que liga os membros da classe trabalhadora e os da burguesia, e que pretensamente os associa). Este resultado global compreende, portanto, as elaborações jurídicas das relações de produção, as relações de propriedade codificadas -- as ideologias que "exprimem" também, dissimulando-as, as relações de antagonismo --, as instituições políticas e "culturais", a ciência etc." (5)

Trata-se, portanto, de uma *totalidade concreta em movimento, em processo de estruturação permanente*. Entendida dessa maneira, a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder, etc., como também na *profissão*.^I

(3) Ver K. Marx. *A Ideologia...*, op. cit., p. 27

(4) H. Lefebvre. "Estrutura social: A Reprodução das relações sociais." In: M.M. Foracchi e J. S. Martins. *Sociologia e sociedade. Leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 220.

(5) É evidente, portanto, que tal concepção não se confunde com a interpretação sistêmica do modo de produção de cunho estrutural funcionalista. Não diz respeito a um todo fechado, em que as partes mantêm relativa autonomia, expressa em "instâncias" econômicas, políticas e ideológicas e em níveis de determinações e sobre-determinações.

Isso supõe, como diretriz de trabalho, considerar a profissão sob dois ângulos, não dissociáveis entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais.

A unidade entre essas duas "dimensões" é contraditória, podendo haver uma defasagem entre as condições e efeitos sociais objetivos da profissão e as representações que legitimam esse fazer. Em outros termos: uma defasagem entre intenções expressas no discurso que ratifica esse fazer e o próprio exercício desse fazer. O esforço está direcionado, pois, para apreender o Serviço Social inserido no *processo social*. (6)

A reflexão teórica sobre o Serviço Social no movimento de reprodução da sociedade não se identifica com a defesa da tese unilateral que tende a acentuar, aprioristicamente, o caráter "conservador" da profissão como esforço e apoio ao poder vigente. Não significa, ainda, assumir a tese oposta, amplamente divulgada na literatura profissional latino-americana recente que sustenta, a nível de princípio, a dimensão necessariamente "transformadora ou revolucionária" da atividade profissional. Ambas as posições acentuam, apenas e de modo exclusivo, um pólo do movimento contraditório do con-

(6) "Por processo social não entendemos o sentido intersubjetivo das relações sociais, mas sim que as relações sociais são mediatizadas por condições históricas e que os processos têm duas dimensões: a da consciência subjetiva da situação e a do sentido e direção objetiva que assume. Então entre estes sujeitos há uma realidade objetiva e construída, cujos significados podem ser compreendidos de diferentes modos." J.S. Martins. Capitalismo e tradicionalismo. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975. p. 54.

creto, sendo nesse sentido unilaterais. Não se esgota a análise da profissão na afirmativa mecanicista que, sustentando ser o Serviço Social um dos instrumentos a serviço de um poder monolítico, conclui estar a profissão necessariamente fadada a constituir-se num esforço exclusivo do mesmo. Por outro lado, o voluntarismo que impregna a posição oposta, ao considerar o Assistente Social como "o agente de transformação", não reconhece, nem elucida, o verdadeiro caráter dessa prática na sociedade atual. Ao superestimar a eficácia política da atividade profissional, subestima o lugar das organizações políticas das classes sociais no processo de transformação da sociedade, enquanto sujeitos da história; por outro lado, parece desconhecer a demanda do mercado de trabalho.

Tais considerações não visam sustentar uma posição intermediária ou conciliatória de tendências opostas, mas estão inscritas na preocupação de recuperar, na análise dessa expressão da prática social, o caráter da diversidade do movimento histórico.

O movimento de reprodução do capital, que recria o móvel básico da continuidade da organização dessa sociedade -- a criação e apropriação do trabalho excedente, sob a forma de mais-valia -- recria, também, em escala ampliada, os antagonismos de interesses objetivos inerentes às relações sociais, através das quais se efetiva a produção. Concomitantemente, no mesmo processo, reproduz-se a contradição entre a igualdade jurídica de cidadãos "livres" e a desigualdade econômica que envolve a produção cada vez mais social contraposta à apropriação privada do trabalho alheio. Em outros termos: são reproduzidas as condições de exploração ou da reprodução da riqueza pelo trabalhador como riqueza alheia; as relações sociais que sustentam o trabalho alienado com seus antagonismos e o mascaramento ideológico que encobre e revela sua verdadeira natureza.

Ora, o Serviço Social, como instituição componente da organização da sociedade, não pode fugir a essa realidade. As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras.

É este o ponto de partida da análise, a qual deverá demonstrar, no seu desenvolvimento teórico e empírico, o que tem sido a força dominante na trajetória da prática histórica do Serviço Social: atender, prioritariamente, uma demanda do capital ou do trabalho, tendo por suposto que estas forças contraditórias não se excluem do contexto profissional.

A perspectiva analítica está voltada, pois, para efetuar a reconstrução da profissão na ótica das relações de classes, em que as personagens sociais envolvidas na

prática profissional, face às quais o Assistente Social exerce uma função mediadora, são encaradas mais além de meras individualidades. As personagens sociais que entram na relação profissional são consideradas, simultaneamente, enquanto seres sociais e particulares, e em cujo modo de ser, de atuar e de ver o mundo estão contidas as determinações sociais derivadas da posição que ocupam no processo de produção e no jogo do poder. Não se nega a singularidade dos indivíduos, numa visão determinista da história, mas essa individualidade é tida como expressão e manifestação de seu ser social, de sua vida em sociedade. Ressaltamos isto, porque a particularização do indivíduo e de seu trabalho tende a ser *representada* na perspectiva de sua individualidade. É concebida como se sua particularidade intelectual e moral houvesse adquirido uma particularidade social e não o inverso: sua individualidade como manifestação da vida em sociedade. Tal concepção, que emana da circulação simples de mercadorias, confirma a liberdade dos indivíduos necessária à troca de mercadorias e permanece viva em toda a economia burguesa, tendo adquirido uma força muito expressiva na representação ideológica do Serviço Social. Essa forma de ver está presente em certo tipo de literatura profissional, que tende a encarar o indivíduo focalisticamente, segmentado da sociedade. É a visão a-histórica do indivíduo abstraído, artificialmente, da produção material, das relações de classe, enfim, da sociedade.

Na perspectiva ora adotada, os "contratantes" do profissional -- os capitalistas e seus representantes no aparelho de Estado -- e os "clientes" ou usuários dos serviços prestados pelo Assistente Social -- os trabalhadores assalariados a quem se dirigem, prioritariamente, tais serviços

-- são apreendidos enquanto representantes de interesses de classes, personificando categorias econômicas. (7)

4.2. A Intervenção do Agente Profissional nas Relações Sociais

Dentro da orientação analítica expressa neste ensaio, parte-se do pressuposto de que a compreensão da profissão de Serviço Social implica o esforço de inseri-la no conjunto de condições e relações sociais que lhe atribuem um significado e nas quais torna-se possível e necessária. Afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao ser expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas *necessidades sociais e novos impasses* que passam a exigir *profissionais especialmente qualificados* para o seu atendimento, segundo os parâmetros de "racionalidade" e "eficiência" inerentes à sociedade capitalista.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes -- a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial -- e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a

(7) Esta precisão é metodologicamente importante: "aqui nos referimos às pessoas enquanto personificação de categorias econômicas, como representantes de determinados interesses e relações de classe". K.Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., Prólogo da 1ª ed., t. I, p. XV.

hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada "questão social", a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais, como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade. O Estado busca enfrentar também, através de medidas previstas nessas políticas e concretizadas na aplicação da legislação e na implementação dos serviços sociais, o processo da pauperização absoluto ou relativo do crescente contingente da classe trabalhadora urbana, engrossado com a expansão industrial, como elemento necessário à garantia dos níveis de produtividade do trabalho exigidos nesse estágio de expansão do capital. Ao referir-se à classe trabalhadora, engloba-se aí tanto a parcela dessa classe diretamente inserida no mercado de trabalho, como aquela excedente para as necessidades médias de exploração do capital: o exército industrial de reserva. Este segmento de trabalhadores, não podendo sobreviver principalmente de salário, enquanto está socialmente impossibilitado de produzi-lo, passa a depender da renda de todas as classes. A sociedade é obrigada a ocupar-se com a manutenção dessa parcela da classe trabalhadora alijada do merca-

do de trabalho. Os capitalistas, embora impelidos a partilhar dos custos de reprodução dessa população, tentam, na medida do possível, desincumbir-se de tal ônus, ampliando a pauperização desses trabalhadores "livres", e socializando os custos de reprodução desse segmento da classe trabalhadora para o conjunto da sociedade, no que as políticas sociais dos Estados capitalistas desempenham um papel fundamental. Isto sem relegar a necessidade política de contenção e controle de possíveis insubordinações do conjunto da população trabalhadora submetida a um processo intenso de exploração.

Assim, à medida que avança o desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e a sua consequente potenciação, modificam-se as formas e o grau de exploração da força de trabalho. (8) Modifica-se, concomitantemente, o posicionamento das diversas frações da classe dominante e suas formas de agir face à questão social, no que entram em cena os interesses econômicos específicos desses grupos e a luta pelo poder existente no seu interior. As respostas à questão social sofrem alterações mais significativas nas conjunturas de crise econômica e de crise de hegemonia no bloco do poder.

Historicamente, passa-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Passa o Estado a atuar sistematicamente sobre as sequelas da exploração do trabalho expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores.

(8) Ver K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, seção IV

O que merece ser marcado é que a evolução da questão social apresenta duas faces, indissociáveis: uma, configurada pela situação objetiva da classe trabalhadora, dada historicamente, face às mudanças no modo de produzir e de apropriar o trabalho excedente, como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classe e na procura de satisfação de suas necessidades imediatas de sobrevivência; outra, expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la e agir sobre ela, propostas pelas diversas frações dominantes, apoiadas no e pelo poder do Estado.

Mais além das especificidades dessas formas de enfrentamento da questão social -- que necessitam ser retidas, dado seu inestimável valor heurístico para a compreensão da atuação do Serviço Social -- o que se encontra subjacente e as unifica é a contradição fundamental que expressa a desigualdade inerente à organização vigente dessa sociedade: o trabalho social e a apropriação privada das condições e dos frutos do trabalho, que se traduz na valorização crescente do capital e no crescimento da miséria relativa do trabalhador.

O Serviço Social no Brasil afirma-se como profissão, estreitamente integrado ao setor público em especial, face à progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil. Vincula-se, também, a organizações patronais privadas, de caráter empresarial, dedicadas às atividades produtivas propriamente ditas e à prestação de serviços sociais à população. A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas. *Dessa forma, não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula,* como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação do profissional. Ora, sendo integrante dos aparatos de poder, como uma das catego-

rias profissionais envolvidas na implementação de políticas sociais, seu significado social só pode ser compreendido ao levar em consideração tal característica.

O Serviço Social, embora regulamentado como uma profissão liberal, no país não tem uma tradição de prática peculiar às profissões liberais na acepção corrente do termo. O Assistente Social não tem sido um profissional autônomo, que exerça independentemente suas atividades, dispondo das condições materiais e técnicas para o exercício de seu trabalho e do completo controle sobre o mesmo, seja no que se refere à maneira de exercê-lo, ao estabelecimento da jornada de trabalho, ao nível de remuneração e, ainda, ao estabelecimento do "público ou clientela a ser atingida". (9) No entanto, se esta não vem sendo, historicamente, uma característica básica da profissão, ela não exclui, integralmente, certos traços que marcam uma prática "liberal" entre os quais se poderia arrolar: a reivindicação de uma deontologia (Código de Ética), o caráter não rotineiro da intervenção, viabilizando aos agentes especializados uma certa margem de manobra e de liberdade no exercício de suas funções institucionais. Outra característica a ser ressaltada é a existência de uma relação singular no contato direto com os usuários -- os "clientes"-- o que reforça um certo espaço para a atuação técnica, abrindo a possibilidade de se reorientar a forma de intervenção, conforme a maneira de se interpretar o papel profissional. A isso se acresce outro traço peculiar ao Serviço Social: a indefinição ou fluidez do "que é" ou do "que faz" o Serviço So-

(9) Segundo Mills, a característica básica do profissional liberal tradicional é a independência no exercício de suas atividades. Contrapõe o profissional independente, figura da antiga classe média, ao profissional assalariado, categoria integrante dos white collars ou nova classe média. Não se pretende incorporar integralmente a concepção desse autor, que, conforme ele próprio explicita, trabalha à base de conceitos de origem weberiana. Ver C.W. Mills. A Nova classe média. Rio de Janeiro, Zahar, 1969, capítulos 4, 6 e 16.

cial, abrindo ao Assistente Social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem meramente a demanda institucional. Tal característica, apreendida às vezes como um estigma profissional, pode ser reorientado no sentido de uma ampliação de seu campo de autonomia, de acordo com a concepção social do agente sobre sua prática. Resta salientar ainda que a definição jurídica do Serviço Social como profissão liberal abre possibilidades de seu exercício independente, apesar de serem restritas tais experiências face ao panorama do mercado de trabalho especializado no país.

Dentre as organizações institucionais que mediatizam o exercício profissional, cabe ao *Estado* uma posição de destaque, por ser, tradicionalmente, um dos maiores empregadores de Assistentes Sociais no Brasil. Ao considerar-se o Estado, é necessário acentuar sua importância decisiva na produção das relações sociais, na sua condição de legislador e de controlador das forças repressivas. Estes dois "braços" do Estado são mutuamente complementares na tarefa de assegurar o poder e a ordem estabelecida conforme os interesses dominantes. (10) O Estado, como centro de exercício do poder político, é a via privilegiada através da qual as diversas frações das classes dominantes, em conjunturas históricas específicas, impõem seus interesses de classe ao conjunto da sociedade, como ilusório interesse geral. Sendo a noção de Estado inseparável da de dominação, importa reter o movimento contradi-

(10) "A que se deve imputar a perenidade (aparente) das relações de produção? Será ao Estado, na sua condição de legislador, organizador do sistema contratual e institucional, sempre perfectível, pelo menos aparentemente, ou então ao Estado enquanto capacidade repressiva que detém o exército, a polícia, os serviços especiais ou meios de constrangimentos? (...) Aos dois, enquanto fatores complementares e fatores da ordem estabelecida (...) A capacidade legislativa e contratual não é nada sem a repressão. O Estado dispõe destes dois membros, destas duas mãos, destes dois braços armados; é no nível do Estado político que se situam os pensamentos estratégicos que utilizam, bem ou mal, consciente ou inconscientemente, as forças econômicas, sociais, ideológicas e políticas de que os atores dispõem". H. Lefebvre. "Estrutura...", op. cit., p. 244.

tório através do qual é exercida. No interior da classe dominante encontram-se presentes interesses divergentes entre suas frações, que lutam entre si pelo controle do poder e pela apropriação de maior parcela possível do excedente produzido sob as formas de lucro industrial e comercial, juros e renda da terra. O Estado supõe, pois, uma aliança de segmentos sociais, cujos interesses são conflitantes, embora não antagônicos. Porém, se o poder de Estado exclui as classes dominadas, não pode desconsiderar totalmente suas necessidades e interesses como condição mesma de sua legitimação. Assim, o Estado vê-se obrigado, pelo poder de pressão das classes subalternas, a incorporar, ainda que subordinadamente, alguns de seus interesses, desde que não afetem aqueles da classe capitalista como um todo, dentro de um "pacto de dominação". (11) As relações sociais explicam, pois, o Estado. Na prática da dominação política deve ser considerado, ainda, o conjunto de meios de direção moral e intelectual de uma classe sobre o conjunto da sociedade, ou seja, a forma pela qual é possível realizar sua hegemonia, ultrapassando as entidades estritamente governamentais, para abarcar a própria sociedade civil. Configura-se, aí, o que Gramsci denomina "Estado Integral" ou "ampliação do Estado". (12)

(11) L. Kowarick. "Proceso de desarrollo del Estado en América Latina y políticas sociales". Acción Crítica nº 5, Lima, CELATS/ALAEIS, abr. 79, p. 6-13.

(12) Para o enriquecimento do tema em debate reconhecemos a importância de uma reflexão mais aprofundada sobre o significado do Estado no capitalismo monopolista, dado o caráter polêmico da questão expresso na literatura especializada. Fugindo aos limites deste trabalho desenvolvê-lo, remetemos os interessados à bibliografia que se segue: A. Gramsci. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 3a. ed.; H. Portelli. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; V. I. Lenin. O Estado e a revolução: O Conceito marxista de poder. Rio de Janeiro, Diálogo Livraria, s.d.; K. Marx. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: K. Marx e F. Engels. Textos 3. São Paulo, Ed. Sociais, 1977; N. Poulantzas. Poder político e classes sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1977; idem, O Estado em crise. Rio de Janeiro, Graal, 1977; R. Milliband. El Estado en la sociedad capitalista. México, Siglo XXI, 1976; J. O'Connor. USA: A Crise do Es-

Essas considerações sobre o Estado adquirem especial relevo para a compreensão do caráter da demanda e das fontes de legitimidade desse profissional face às personagens sociais presentes nas condições que circunscrevem sua prática. O processo de institucionalização do Serviço Social como profissão dentro da divisão social do trabalho encontra-se estreitamente vinculado ao crescimento das grandes instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais, geridas ou subsidiadas pelo Estado, que viabilizam a expansão do mercado de trabalho para estes trabalhadores especializados. A isto se aliam as alterações implantadas pelo empresariado, relativas à administração e gerência das relações industriais. Passam a lançar mão de técnicos qualificados na área de "relações humanas" -- entre eles o Assistente Social -- para a implementação de políticas de pessoal, face a necessidade de racionalização da produção e do trabalho, exigidas pelo aprofundamento do processo de industrialização nos moldes do grande capital. A vigilância dos operários no interior da fábrica passam a ser articulados mecanismos de persuasão que contribuam para a garantia da organização e regulamentação das relações de trabalho, no sentido de adaptar o trabalhador aos novos métodos de produção que potenciem a extração de trabalho excedente.

Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua missão política de apostolado social junto às classes subalternas, particularmen

tado capitalista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; L. Althusser. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. São Paulo, Martins Fontes, s. d.; N. Bobbio, et alii. O Marxismo e o Estado. Rio de Janeiro, Graal, 1979; H. Lefebvre. "Sociologia Política: A Teoria do Estado." In Sociologia de Marx. Rio de Janeiro, Forense, 1968.

te junto à família operária. Essa origem confessional, articulada aos movimentos de Ação Social e Ação Católica, conforma um tipo de legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológica encontram-se na doutrina social da Igreja. Configura-se, assim, um caráter missionário à atividade profissional, como meio de fazer face aos imperativos da justiça e da caridade, dentro da perspectiva de profissionalização do apostolado social segundo parâmetros técnicos e modernizadores, numa sociedade secularizada, ameaçada pelo liberalismo e pelo comunismo. Se esta é a fonte legitimadora da formação desse profissional nos seus primórdios, ela não se choca com o crescente aproveitamento e cooptação desse agente pelo aparato de Estado e pelo empresariado, que progressivamente vão atribuindo novas determinações à legitimação e institucionalização do Serviço Social. O Estado passa a ser, num certo lapso de tempo, uma das molas propulsoras e incentivadoras desse tipo de qualificação técnica, ampliando seu campo de trabalho, conforme estratégias estabelecidas pelos setores dominantes para o enfrentamento da questão social, consolidadas em medidas de política social. O Assistente Social passa a receber um mandato diretamente das classes dominantes para atuar junto à classe trabalhadora. A demanda de sua atuação não deriva daqueles que são o alvo de seus serviços profissionais -- os trabalhadores -- mas do patronato, que é quem diretamente o remunera, (13) para atuar, segundo metas estabelecidas por estes, junto aos setores dominados. Estabelece-se, então, uma disjunção entre intervenção e remuneração, entre quem demanda e quem recebe os serviços do profissional. O que deve ser ressaltado é que esse profissional, embora trabalhe

(13) Tal afirmativa não implica o desconhecimento de que a remuneração recebida por esse trabalhador qualificado tem sua origem no valor criado pela classe trabalhadora em geral, que é quem produz a riqueza social. O que se procura marcar é que, à diferença de outros profissionais liberais, o Assistente Social não recebe um pagamento diretamente daquele a quem se aplicam seus serviços.

a partir e com a situação de vida do trabalhador, não é por ele diretamente solicitado; atua junto a ele a partir de uma demanda, que na maioria das vezes não é dele. A demanda dos serviços profissionais tem, pois, um nítido caráter de classe, o que fornece, por sua proximidade estreita com o Estado, um certo caráter "oficial" ao mandato recebido. Passa o profissional a dispor de um suporte jurídico-institucional para se impor face ao "cliente", mais além de sua solicitação, restando ao usuário aceitar ou não os serviços prestados, não podendo deles se subtrair. O caminho que percorre o cliente até o profissional é mediatizado pelos serviços sociais prestados pelos organismos que contratam o profissional, os quais são, em geral, o alvo da procura do usuário. Porém, para obtê-los, é obrigado a passar pelo Assistente Social, enquanto um dos agentes institucionais que participa da implementação de tais serviços. Este caráter de cunho impositivo que marca grande parte da atuação do profissional não aparece límpidamente no discurso da instituição Serviço Social. Ao contrário, tende a expressar-se na representação dos profissionais ao reverso, como reforço à ideologia do desinteresse, do altruísmo, do dom de si, do respeito à livre iniciativa do cliente, do princípio da não ingerência, da neutralidade, etc. Essa linguagem característica de certo tipo de literatura especializada é típica de profissões referidas às opções vocacionais, que se constituem em seus primórdios, a partir de ações benemerentes e filantrópicas, que valorizavam o *primado de ser* -- as qualidades pessoais, ideológicas, filosóficas e especialmente morais de seus adeptos -- sobre o *primado do saber*. A vocação de servir é concebida, nessa perspectiva, como uma escolha, oriunda de um chamado, justificado por motivações de ordens éticas, religiosas ou políticas, a que só podem aderir indivíduos dotados de certas aptidões particulares e dispostos a engajar a totalidade de suas vidas em um projeto que,

antes de ser trabalho, é uma missão. (14) Dessa imagem social, historicamente plasmada e frequentemente incorporada pelos postulantes à profissão e mesmo por profissionais, deriva um certo caráter missionário da figura do profissional, expressiva em suas origens, mas ainda vigente, talvez, através de uma roupagem mais secularizada: não mais o discurso carregado de linguagem explícita do apostolado cristão, mas do agente voltado para a ajuda aos demais, a serviço do povo, do oprimido. Essa insígnia do despojamento que marca o profissional pode contribuir, ainda, para embaçar na e para a sua consciência as reais implicações de sua condição de trabalhador assalariado, fragilizando a luta sindical, o processo de organização da categoria profissional, pela defesa de seus direitos trabalhistas e reivindicações salariais.

O trabalho do Assistente Social se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada. Aí se estabelece uma das linhas divisórias entre a atividade assistencial voluntária, desenhada por motivações puramente pessoais e idealistas, e a atividade profissional que se estabelece mediante uma relação contratual que regulamenta as condições de obtenção dos meios de vida necessários à reprodução desse trabalhador especializado. Passa esse agente a perceber um salário, preço de sua mercadoria força de trabalho em troca de serviços prestados, determinado como o preço de qualquer outra mercadoria, ingressando sua atividade no reino do valor. Uma das pré-condições para tal ingresso é a transformação de sua força de trabalho em mercadoria e de seu trabalho em atividade subordinada à classe capitalista, para efetivar-se à medida que, conforme o já acentuado, não se afirma historicamente como uma profissão liberal.

(14) Ver, a respeito, J. Verdès-Leroux. Le Travail social. Paris, Minuit, 1978, especialmente capítulo III, p. 101-9.

O alvo predominante do exercício profissional é o trabalhador e sua família, elemento mais vital e significativo do processo de produção. É dele ou, mais precisamente, de sua força de trabalho em ação, que depende não apenas a transferência do valor contido nos meios de produção ao produto, mas a criação de novos valores, os quais são realizados a través da venda das mercadorias. Mais explicitamente: a força de trabalho em ação é a fonte de toda a riqueza social. À medida que o exercício do Serviço Social está circunscrito dentro do contexto referente às condições e situação de vida da classe trabalhadora, encontra-se integrado ao processo de criação de condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração da mais-valia. (15) Participa, ao lado de outras profissões, da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto, integrada como está à divisão social e técnica do trabalho. A produção e reprodução capitalista inclui, também, uma gama de atividades, que, não sendo diretamente produtivas, são indispensáveis ou facilitadoras do movimento do capital. São funções que, com o progresso da divisão do trabalho, se desmembraram de outras, adquirindo uma existência independente, substantivadas como função específica de determinados agentes a que está diretamente encomendada. Embora não sejam geradoras de valor, tornam mais eficiente o trabalho produtivo, reduzem o limite negativo colocado à valorização do capital, não deixando de ser para ele uma fonte de lucro. É o que ocorre, por exemplo, com a maioria das atividades ligadas ao comércio. Existem, ainda, muitas atividades caracterizadas por se dedicarem, especialmente, à criação de bases para o exercício do poder de classe, que tem sua expressão máxima no Estado. São ativida-

(15) Em caráter preliminar, poder-se-ia afirmar que o Serviço Social não é uma profissão que se inscreva, predominantemente, entre as atividades diretamente vinculadas ao processo de criação de produtos e de valor. O trabalho do Assistente Social seria, então, dominantemente, um trabalho improdutivo.

des diretamente vinculadas ao controle político-ideológico e/ou repressivo e à modernização do aparato burocrático do Estado, necessários à garantia do domínio de classe. Deste ponto de vista, são funções cujo significado econômico está subordinado a seu caráter político determinante. Sua razão de ser é dada pela contribuição que possam oferecer, à medida que se encontram vinculadas a estruturas do poder, à criação de condições político-ideológicas favoráveis à manutenção das relações sociais, configurando-se como harmônicas, naturais, destituídas das tensões que lhe são inerentes. Tratam, ainda, de reduzir as arestas da realização problemática da expansão do capital, determinada pela lei geral da acumulação: a reprodução ampliada da riqueza, apropriada privadamente e da miséria coletiva dos produtores diretos. Em outros termos: tratam de centrar esforços na busca de um equilíbrio tenso entre capital e trabalho, na árdua tarefa de conciliar o inconciliável. Assim, à proporção que encetam esforços no sentido de manter a continuidade da organização social dentro da ordem do capital, contribuem, inevitavelmente, para reproduzir as contradições fundamentais que conformam as relações sob as quais se baseia essa sociedade. É dentro desse quadro geral que se pretende situar o Serviço Social.

O profissional de Serviço Social é, aqui, também considerado na sua condição de *intellectual*. Para caracterizá-lo, busca-se suporte em Gramsci, (16) para quem essa categoria não constitui um grupo autônomo e independente das classes fundamentais; ao contrário, tem o papel de dar-lhes homogeneidade e consciência de sua função, isto é, de contribuir na luta pela direção social e cultural dessas classes na sociedade. Trata-se do "organizador, dirigente e técnico" que coloca sua capacidade a serviço da criação de condições favoráveis à organização da própria classe a que se encontra vin

(16) Ver, especialmente, A. Gramsci. Obras escolhidas, v. II, Lisboa. Estampa, Coleção Teoria nº 22, 1974. p. 189-215.

culado. À medida que expressa uma identidade pela consciência e pela prática com essas classes, são orgânicos, organicidade que é tanto maior quanto mais íntima a conexão com uma classe fundamental (burguesia ou proletariado).

Porém, em sua auto-representação, os intelectuais tendem a considerar-se como independentes das classes essenciais, o que, segundo o autor citado, não é mais que expressão de uma utopia social, uma vez que cada classe cria sua própria categoria de intelectual, a cujos interesses se encontra estritamente vinculado.

A categoria específica de intelectual de novo tipo da sociedade moderna está vinculada à educação técnica, típica do mundo industrial. Seu modo de ver e de atuar já não se reduz à eloquência, mas envolve-se, diretamente, na vida cotidiana, como "organizador, construtor, persuasor permanente". Dessa forma, além da atividade técnica propriamente dita, executa um trabalho organizativo e articulador das "massas" aos grupos sociais a que se encontram ligados; atividade essa que se orienta para a criação de condições favoráveis ao domínio dessa classe. Nesse sentido, são organicamente vinculados aos grupos fundamentais, tendo seu desempenho voltado para contribuir na luta pela hegemonia da classe a que serve. A relação dos intelectuais com o processo de valorização do capital não é direta, mas mediatizada por todo o contexto social. (17)

Na atividade intelectual pode-se distinguir diferentes graus: "os criadores dos valores, das ciências, artes e filosofia" e os "administradores e divulgadores da riqueza intelectual existente, tradicionalmente acumulada." (18)

(17) "A relação entre os intelectuais e o mundo de produção não é imediata, como acontece com os grupos sociais fundamentais, mas é mediata, em diversos graus por todo o tecido social, pelo conjunto das sobre-estruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários." A. Gramsci. Obras..., op. cit., p. 198.

(18) A. Gramsci. Obras..., op. cit., p. 200.

O Assistente Social, que na sua qualidade de intelectual tem como instrumento básico de trabalho a *língua*, poderia ser caracterizado nesse segundo grupo. Historicamente, não constitui atividade proeminente para essa categoria profissional a produção de conhecimentos científicos. Emerge e se afirma em sua evolução como uma categoria voltada para a *intervenção na realidade*, utilizando-se dos conhecimentos socialmente acumulados e produzidos por outras ciências, aplicando-os à realidade social para subsidiar sua prática.

A consideração do Assistente Social como um intelectual subalterno situa, necessariamente, a reflexão de seu papel profissional numa dimensão eminentemente política, estando em jogo o sentido social da atividade desse agente. Coloca de frente indagações como: a quem vem efetivamente ser vindo esse profissional, que interesses reproduz, quais as possibilidades de estar a serviço dos setores majoritários da população?

O Serviço Social em sua trajetória não adquire o *status* de ciência, o que não exclui a possibilidade e necessidade de o profissional produzir conhecimentos científicos, contribuindo para o acervo das ciências humanas e sociais, numa linha de articulação dinâmica entre teoria e prática. A divisão de trabalho entre as ciências, a segmentação entre teoria e prática, ciência e técnica, são expressões da crescente divisão de trabalho intelectual e manual, que se desenvolve à medida que se aprofunda o capitalismo. Independentemente do *referendum* à orientação positivista que procede à fragmentação da realidade em detrimento da apreensão da unicidade e das leis do movimento do concreto, é inegável que a divisão do trabalho engendra especialidades e especialistas, além de fragmentar o próprio homem no ato mesmo de produzir, tornando-o um trabalhador parcial, uma peça do trabalho coletivo. Estabelece a segmentação entre as ciências, as tecnologias, que adquirem, inclusive, uma de suas expressões na di

versidade de ocupações vigentes no mercado de trabalho. Dentro desse panorama vigente na sociedade, poder-se-ia caracterizar o Serviço Social como uma tecnologia social, e o profissional como um técnico cuja atuação é geralmente mediatizada pela prestação de serviços sociais em instituições que implementam políticas sociais específicas, sendo nesse sentido relevante indagar-se sobre o significado desses serviços na sociedade vigente.

4.3. O Significado dos Serviços Sociais

A expansão dos serviços sociais no século XX está estreitamente relacionada ao desenvolvimento da noção de *cidadania*. (19) Com a generalização da economia mercantil e a necessária afirmação da liberdade individual como condição de funcionamento da nova organização da sociedade, vai adquirindo forma a noção de igualdade de todos os homens perante a lei, com direitos e obrigações derivados de sua condição de participantes integrais da sociedade, ou seja, de cidadãos. A relação contratual se generaliza: afirmam-se os direitos civis e políticos, mas os direitos sociais só adquirem tal *status* no século atual. Antecedido de leis beneficentes, entre as quais se destaca a "Lei dos Pobres" na Inglaterra, a conquista dos direitos sociais é perpassada pela luta contra o estigma do assistencialismo, presente até os nossos dias.

(19) Segundo Marshall, o conceito de *cidadania* compreende três elementos inter-relacionados, cujo desenvolvimento, porém, não coincide no tempo: o elemento civil, composto dos direitos necessários à liberdade individual (de ir e vir, de imprensa, de pensamento e o direito à propriedade e de concluir contratos válidos), e o direito de justiça; o elemento político compreende o direito de participar do poder político, seja como participante de um organismo investido de autoridade política, seja como eleitor; e, finalmente, o elemento social, "que se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar uma vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas a ele são o sistema educacional e os serviços sociais". T.H. Marshall. "Cidadania e classe social." In: Cidadania, classe social e "status". Rio de Janeiro, Zahar, p. 57-114.

"A *poor law* tratava as reivindicações dos pobres não como parte integrante de seus direitos de cidadãos, mas como uma alternativa deles -- como reivindicações que poderiam ser atendidas somente se deixassem de ser cidadãos. (...) O estigma associado à assistência aos pobres exprimia os sentimentos profundos de um povo que entendia que, aqueles que aceitavam assistência, deviam cruzar a estrada que separava a comunidade dos cidadãos da companhia dos indigentes." (20)

A incorporação dos direitos sociais à noção de cidadania começa com o desenvolvimento da escola primária pública e se expande, principalmente, à medida que o liberalismo vai perdendo terreno e o Estado assume progressivamente os encargos sociais face à sociedade civil.

O que merece ser ressaltado é que a sociedade do capital supõe uma contradição inevitável na sua continuidade: o discurso da igualdade e a realização da desigualdade. De um lado a afirmação da liberdade individual e da igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos, como condição de funcionamento pleno da economia de mercado. É a igualdade necessária a toda troca de mercadorias equivalentes, através da relação entre livres proprietários das mesmas. É a relação igualitária que aparece na esfera da circulação consubstanciada, também, nos textos legais. Em pólo oposto, tem-se a desigualdade inerente à organização da sociedade como unidade de classes sociais distintas e antagônicas assentada em uma relação de poder e exploração. É a desigualdade inerente à relação do capital, ao "livre direito de propriedade", que só é desvendado ao se analisar o que ocorre com os agentes sociais na produção social da riqueza, contraposta a sua apropriação privada.

Em outros termos, a noção de cidadania e da igualdade que lhe acompanha, de igual participação de todos os indivíduos na sociedade, tem como contrapartida as classes sociais em confronto, que convivem numa relação desigual, tanto

(20) T. H. Marshall. "Cidadania...", op. cit., p. 72.

econômica quanto política. Uma é condição de existência da outra, embora se neguem mutuamente: a igualdade e a desigualdade, a cidadania e as classes sociais, como pólos da mesma moeda. E os "*direitos sociais*" têm por justificativa a cidadania, embora seu fundamento seja a desigualdade de classes. (21)

Ora, os serviços sociais são uma expressão concreta dos direitos sociais do cidadão, embora sejam efetivamente dirigidos àqueles que participam do produto social por intermédio da cessão de seu trabalho, já que não dispõem das condições necessárias à realização de seu trabalho. São serviços a que têm direito todos os membros da sociedade na qualidade de cidadãos; mas são serviços que vêm suprir as necessidades daqueles cujo rendimento é insuficiente para ter acesso ao padrão médio de vida do "cidadão"; são, portanto, a esses efetivamente dirigidos e por eles consumidos predominantemente.

Mas o que significam os serviços sociais, mais além de serem expressão dos direitos sociais? Como se situam no conjunto da sociedade?

A riqueza social existente, fruto do trabalho humano, é redistribuída entre os diversos grupos sociais sob a forma de rendimentos distintos: o salário da classe trabalhadora, a renda daqueles que detêm a propriedade da terra, o lucro em suas distintas modalidades (industrial, comercial) e os juros daqueles que detêm o capital. Parte da riqueza so

(21) Tal questão é colocada por Marshall ("Cidadania...", op. cit.), embora seja desenvolvida e encaminhada a partir de outros parâmetros analíticos. A indagação é proposta pelo autor nos seguintes termos: "Se a cidadania tem sido uma instituição em desenvolvimento na Inglaterra, pelo menos durante a metade do século XVII, então é claro que seu crescimento coincide com o desenvolvimento do capitalismo, que é o sistema não de igualdade, mas de desigualdade. Eis o que necessita de explicação. Como é possível que estes dois princípios opostos possam florescer lado a lado, no mesmo solo? O que fez com que eles se reconcilhassem e se tornassem, ao menos por algum tempo, aliados ao invés de antagonistas? A questão é pertinente, pois não há dúvida de que, no século XX, a cidadania e o sistema de classe capitalista estão em guerra" (p. 76).

cialmente gerada é canalizada para o Estado, principalmente sob a forma de impostos e taxas pagos por toda a população. Assim, parte do valor criado pela classe trabalhadora e apropriado pelo Estado e pelas classes dominantes é redistribuído à população sob a forma de serviços, entre os quais os serviços assistenciais, previdenciários ou "sociais", no sentido amplo. Assim é que tais serviços nada mais são, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda a sociedade (em especial aos trabalhadores, que deles mais fazem uso) sob a forma transmutada de serviços sociais. Reafirmando: tais serviços, públicos ou privados, nada mais são do que a devolução à classe trabalhadora de parcela mínima do produto por ela criado mas não apropriado, sob uma nova roupagem: a de serviços ou benefícios sociais. Porém, ao assumirem esta forma, aparecem como sendo doados ou fornecidos ao trabalhador pelo poder político diretamente ou pelo capital, como expressão da face humanitária do Estado ou da empresa privada. Os diversos serviços sociais previstos em políticas sociais específicas são a expressão de conquista da classe trabalhadora em sua luta por melhores condições de trabalho e de vida, que são consubstanciadas e ratificadas através da legislação social e trabalhista. A generalização dos serviços sociais expressa, portanto, vitórias da classe operária na luta pelo reconhecimento de sua cidadania na sociedade burguesa, mais do que a manifestação de um possível espírito solidário e humanitário de um caricato Estado de Bem-estar Social. No entanto, existe uma outra face da mesma questão que deve ser ressaltada: ao defrontar-se com o processo de organização da classe operária, o Estado e as classes patronais incorporam e encampam como suas uma série de reivindicações da classe trabalhadora em sua luta de resistência face ao capital e de afirmação de seu papel como classe na sociedade: defesa de salários reais, direito à educação, saúde, cultura, etc. Tais rei

vindicações, ao serem absorvidas pelo Estado e pela classe patronal, através de suas organizações privadas, passam a ser devolvidas aos trabalhadores sob forma de benefícios indiretos, organizados e centralizados em instituições assistenciais e, agora, outorgados mediante uma estrutura burocratizada, sob o controle do Estado. Assim procedendo, não só debilitam o componente autônomo e, portanto, o caráter de classe das lutas operárias esvaziando-as, como também reorientam a seu favor o conteúdo e os ganhos da mesma. Passam a utilizar tais conquistas como meio de interferir e de mobilizar controladamente os movimentos sociais, ao mesmo tempo em que deslocam as contradições do campo explícito das relações de classe, absorvendo-as dentro das vias institucionais. As expressões de luta de classe se transformam em objetos de assistência social, e os serviços sociais que são expressão de direitos sociais dos cidadãos, transmutam-se em matéria-prima da assistência. Explicitando: o que é direito do trabalhador, reconhecido pelo próprio capital, é manipulado de tal forma, que se torna um meio de reforço da visão paternalista do Estado.

Portanto, se tais serviços, de um lado, favorecem os trabalhadores, como resultante de suas próprias conquistas no sentido de suprir necessidades básicas de sobrevivência nessa sociedade, por outro lado, sua implementação, ao ser mediatizada e gerida pela classe capitalista, passa a se constituir em um dos instrumentos políticos de reforço do seu poder, face ao conjunto da sociedade. Torna-se um meio de não só manter a força de trabalho em condições de ser explorada produtivamente, evitando alterações substanciais na política salarial que afetem a lucratividade dos empresários, como, e principalmente, um instrumento de controlar e prevenir possíveis insubordinações dos trabalhadores que escapem ao domínio do capital. Passam, ainda, a ser utilizados como suportes materiais de um discurso ideológico que fortalece a divulgação

de um modo de vida, dado pelo capital, para a classe trabalhadora, elemento básico à ação de impor a interiorização das relações sociais vigentes.

4.4. Relações Sociais e Serviço Social

As reflexões anteriores encaminham à formulação de hipóteses diretrizes norteadoras da análise, construídas a partir de um modo peculiar de encarar o objeto de estudo: a profissão de Serviço Social no contexto de aprofundamento do capitalismo monopolista na sociedade brasileira. Estas hipóteses, sinteticamente, enunciadas, são, a seguir, desenvolvidas em seus elementos teórico-constitutivos.

Poder-se-ia afirmar que o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade *auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora*. Assim, contribui como um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia e inserido no aparato burocrático do Estado, das empresas e outras entidades privadas, na criação de bases políticas que legitimem o exercício do poder de classe, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores. *Intervêm, ainda, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho*, através da mediação dos serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado, que constituem o suporte material de uma ação de cunho "educativo", exercido por esses agentes profissionais. Porém, como o processo de reprodução das relações sociais é, também, o processo de reprodução das contradições fundamentais que as conformam, estas se recriam e se expressam na totalidade das manifestações do cotidiano da vida em sociedade. A instituição Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostas, *participa, também do processo social,*

reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizada para reforçar as condições de dominação, como dois polos inseparáveis de uma mesma unidade. É a existência e compreensão desse movimento contraditório que, inclusive, abre a possibilidade para o Assistente Social colocar-se a serviço de um projeto de classe alternativo àquele para o qual é chamado a intervir. Sendo o agente profissional um intelectual mediador de interesses de classes em luta pela hegemonia sobre o conjunto da sociedade, a prática profissional é, visceralmente, permeada por esse jogo de forças, subordinando-se, historicamente, àquelas que são dominantes do ponto de vista político, econômico e ideológico, em conjunturas históricas determinadas. Embora constituída para servir aos interesses do capital, a profissão não reproduz, monoliticamente, necessidades que lhe são exclusivas: *participa, também, ao lado de outras instituições sociais, das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, face às suas condições de vida, dadas historicamente.* Os movimentos sociais autônomos constituem a forma politicamente legítima de organização e mobilização dos trabalhadores, como meio de expressão e enfrentamento coletivo de suas necessidades e interesses de classe no cenário político; outra forma de enfrentamento dessas necessidades de sobrevivência é a busca de acesso aos recursos sociais existentes, através dos equipamentos coletivos, instituídos e mantidos pelo poder vigente, como meio de fazer face aos direitos já conquistados pela classe trabalhadora, na sua luta de resistência ao capital. Porém, ao serem tais respostas mediatizadas por organismos institucionais com um nítido caráter de classe, as "soluções" propostas para as necessidades de sobrevivência dessa população passam a ser subordinadas aos objetivos político-econômicos dos setores sociais que controlam tais entidades. As condições de vida dos trabalhadores passam a constituir-se em meio de implementação de uma estratégia política, do exercício

de poder de classe, e os agentes profissionais tendem a se tornar agentes mediadores dos interesses desse poder sobre a população, dentro dos requisitos estabelecidos pelo "pacto de dominação". Não se pode menosprezar, nesse contexto, o poder de pressão exercido pelos movimentos políticos das classes subalternas sobre essas instituições, o que se traduz, muitas vezes, em modificações operadas nas estratégias, programas e serviços estabelecidos pelas mesmas. Tais mudanças expressam a correlação de forças entre as diversas classes e suas frações, que conformam um perfil peculiar a conjunturas históricas determinadas, como expressão da luta de classe.

Dentro dessa perspectiva, cabe ressaltar a figura do agente profissional, como sujeito partícipe desse processo. No desempenho de sua função intelectual, o Assistente Social, dependendo de sua opção política, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional. Pode tornar-se intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes; pode orientar a sua atuação reforçando a legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto político alternativo, apoiando e assessorando a organização dos trabalhadores, colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos. Isso supõe, evidentemente, por parte do profissional, uma clara compreensão teórica das implicações de sua prática profissional, possibilitando-lhe maior controle e direção da mesma, dentro de limites socialmente estabelecidos. Por outro lado, supõe, ainda, uma clara subordinação do exercício técnico-profissional às suas consequências políticas: aí, o caráter propriamente técnico subordina-se à dimensão política dessa prática. Portanto, trata-se da necessidade de uma reflexão sobre o caráter político da prática profissional, como condição para o estabelecimento de uma estratégia teórico-prática que possibilite, dentro de uma perspectiva histórica, a alteração do caráter de classe da legitimidade desse exercício profissional.

Considerando que o Serviço Social, no processo de reprodução das relações sociais, não se situa unilateralmente como um mecanismo de apoio ao capital, podendo tornar-se um instrumento a serviço dos trabalhadores, cabe, no entanto, apreender na história dessa instituição na sociedade brasileira, qual tem sido sua tônica predominante. No estabelecimento dessa tendência dominante, intervêm vários fatores, além das determinações estruturais que estabelecem os limites dentro dos quais a profissão pode mover-se. Entre eles cabe ria reafirmar: o jogo das forças sociais que reflete a articulação das classes e de suas frações na luta pelo poder e pela hegemonia, conformando os vários momentos conjunturais e as respostas dadas pela categoria profissional aos novos desafios que lhe são apresentados, nos diferentes momentos históricos. Essas respostas estão condicionadas pelo nível de desenvolvimento teórico-prático obtido pelo Serviço Social, pelo peso das várias correntes profissionais e políticas existentes no interior dessa instituição, que conformam diferentes maneiras de interpretar o papel do profissional e da profissão, presentes em confronto no meio profissional.

A revisão da trajetória do Serviço Social no Brasil conduz a afirmar que, considerando o antagonismo da relação capital e trabalho, a *tendência predominante*, no que se refere à inserção da profissão na sociedade, vem sendo, historicamente, o *reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição à sua organização livre e independente*. Tal subordinação é mediatizada pela integração da "clientela" aos aparatos institucionais através dos quais se exerce o controle social, tornando-se esse profissional assalariado um agente auxiliar a serviço da racionalização de serviços prestados por essas organizações e intermediário entre elas e a população. Porém, se esta tem sido, historicamente, a direção principal e predomi-

nante dessa prática institucional, ela não é, cristalinamente, refletida na literatura especializada. Verifica-se uma défasagem entre os efeitos sociais objetivos da prática profissional e as representações que legitimam esse fazer, expressas através de um *discurso marcado por um tom humanitário e modernizador*, o que não exclui seu conteúdo de classe, embora tenda a encobri-lo. Contribui, assim, para mistificar para o próprio agente profissional as implicações históricas de sua prática. Percebe-se que o discurso da instituição Serviço Social é mais límpido quanto à intenção de seu fazer, nos seus primórdios. À proporção que avança a acumulação e com ela a modernização do Estado e a conseqüente burocratização das atividades, aquele discurso vai se tornando cada vez mais técnico e racional, com uma aparência "neutra" e "apolítica". Mas, ao mergulhar-se mais além das aparências e ao confrontar o código com o fazer efetivo, historicamente situado, torna-se possível desvendá-lo, apreendendo os compromissos com interesses de classe que essa prática traz subjacente.

As hipóteses aqui apresentadas acentuam, portanto, a relação do Serviço Social face à reprodução do controle social, da ideologia dominante, da força de trabalho e das contradições inerentes às relações sociais vigentes. Tais aspectos ressaltados são inseparáveis, enquanto dimensões distintas de um mesmo fazer profissional. Não se trata de trabalhar duas ou mais vezes, para obter resultados diversos visto que os pontos colocados em relevo são resultados contrapostos de uma única e mesma atividade: da prática profissional do Assistente Social. A distinção estabelecida é apenas abstrata, para fins analíticos, sendo que, de acordo com as circunstâncias do trabalho profissional, pode haver ênfase em uma ou outra forma de inserção do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais. Essa expressão do trabalho coletivo é, pois, pensada na globalidade de suas implicações, a partir das contradições da sociedade que se traduzem na prática dessa instituição.

A seguir, as hipóteses apresentadas são desenvolvidas em seus elementos fundamentais, caracterizando-os con conceitualmente. Reafirmamos, pois, que as distinções feitas no tocante ao Serviço Social e reprodução da força de trabalho, do controle e da ideologia, são meramente abstratas, orientadas no sentido de facilitar a exposição.

4.4.1. Serviço Social e Reprodução da Força de Trabalho

A sobrevivência e a reprodução da classe trabalhadora na sociedade capitalista dependem fundamentalmente do salário que o trabalhador recebe em troca da venda de sua força de trabalho no mercado; isto porque trata-se de trabalhadores assalariados, despojados dos meios de produção e dos meios de vida, os quais se encontram monopolizados pelos proprietários do capital e da terra.

É do rendimento do trabalhador, isto é, do salário, que depende, portanto, a satisfação das necessidades básicas do produtor direto e de sua família, tais como: alimentação, saúde, lazer, habitação, educação, etc. E o preço da força de trabalho é socialmente determinado considerando-se o mínimo indispensável para cobrir as necessidades consideradas básicas em cada momento histórico particular, de acordo com o nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade.

Como a reprodução da força de trabalho está na dependência direta do salário, qual o significado dos serviços sociais mantidos pelo Estado ou pelas instituições privadas nessa reprodução?

A resposta a essa indagação é uma condição para se apreender o significado da atividade profissional do Assistente Social, do ponto de vista da reprodução das condições de sobrevivência da classe trabalhadora. Isto porque a atuação profissional é, geralmente, mediatizada pelos servi-

ços sociais prestados através de aparatos institucionais aos quais se vincula o profissional por meio de um contrato de trabalho, enquanto um dos participantes da implementação de políticas sociais e do planejamento e execução de atividades por elas previstas. Assim, as reflexões efetuadas a partir dos serviços sociais são extensivas à profissão, à medida que aqueles constituem a retaguarda de recursos ou suporte material para o exercício profissional.

A tentativa de encontrar a resposta à indagação supra-mencionada conduz a caminhos que ajudam a desvendar a relação entre salário e acumulação.

Embora, à primeira vista, salário e acumulação sejam duas magnitudes independentes uma da outra, trata-se na realidade da relação entre trabalho retribuído e não pago da mesma população trabalhadora. O salário supõe sempre a entrega de trabalho excedente aos proprietários do capital, trabalho este que é a substância mesma do processo de acumulação. Assim é que a elevação do "preço do trabalho" não elimina a exploração, podendo, no entanto, reduzir seu grau ao aumentar a parcela de trabalho pago apropriado pelo trabalhador. (22) Porém, o que determina os movimentos de alta e baixa dos salários é o ritmo da acumulação. (23) Em alguns momentos, o crescimento do capital pode tornar a força de trabalho explorável insuficiente, fazendo com que o aumento da demanda de trabalho eleve os salários. Entretanto, tão logo isto acontece, a causa da elevação dos salários desaparece. Assim é

(22) "O fato de que o trabalho suba de preço por efeito da acumulação do capital só quer dizer que o volume e o peso das cadeias de ouro que o trabalhador assalariado forjou para si mesmo, apenas permitem que fique menos rigidamente acorrentado." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., t. I, cap. XXIII, p. 521-2.

(23) "(...) Para dizer em termos matemáticos: a magnitude da acumulação é a variável independente; a magnitude do salário a variável dependente e não vice-versa." K. Marx. El Capital. Crítica de la Economía Política, op. cit., p. 523.

que o próprio processo de produção capitalista faz com que o "preço do trabalho" ou, mais precisamente, da força de trabalho retorne ao nível que corresponde às necessidades do capital. No entanto, a própria lei que reage a acumulação exclui toda elevação do preço do trabalho que possa colocar seriamente em perigo a reprodução do próprio regime de capital, já que, aí, o trabalhador existe para reproduzir a riqueza e não esta para atender as necessidades daqueles que a criam.

Como o trabalho excedente ou mais-valia é a própria substância da acumulação, é evidente que qualquer elevação de salário acima das necessidades médias do capital interfere no montante de trabalho não pago a ser apropriado pela classe capitalista. Ou, em outros termos, a redução do piso salarial é um dos principais mecanismos tradicionalmente utilizados pelos capitalistas para ampliar sua lucratividade e que tem, como contrapartida, o aumento da taxa de exploração da classe trabalhadora e a consequente redução de seu nível de vida. Por outro lado, ocupa um lugar de destaque na história da classe trabalhadora na sociedade moderna a luta, através de seus organismos sindicais, pelo "justo preço do trabalho", o que só é arrancado da classe capitalista através do peso da pressão organizada.

Face ao crescente processo de expropriação a que estão submetidos os trabalhadores no movimento de expansão do capital, sua pauperização tende a aumentar em relação ao crescimento acelerado do capital. Diante dessa lei da acumulação, o Estado, em seu "papel de árbitro das relações de classe", assume tarefas cada vez mais ativas no sentido de zelar pela reprodução da força de trabalho, não só através de legislação específica -- expressão muitas vezes de ganhos efetivos da classe operária -- como através da prestação de serviços básicos por intermédio de organismos estatais, para-estatais ou privados, regulados através de políticas sociais.

Se a política salarial é o elemento determinante do nível de vida da classe trabalhadora na sociedade capitalista, é, portanto, o elemento mais fundamental de qualquer política social. Porém, no discurso do capital e do Estado, a política salarial é abstraída e segmentada do conteúdo das chamadas políticas sociais. O que se encontra subjacente a essa fragmentação é a preservação do "direito natural" dos detentores dos meios de produção de garantirem suas taxas de lucratividade e de exploração do trabalho, seja diretamente, seja por intermédio de seus porta-vozes a nível de Estado, fixando eles próprios os níveis salariais e regulando as relações de trabalho. Assim, as políticas sociais e os serviços delas derivados são relegados a dimensões particulares e particularizadas da situação da vida dos trabalhadores: saúde, habitação, educação, alimentação, etc., subordinadas às estratégias político-econômicas que sustentam o processo de reprodução ampliado do capital.

Do ponto de vista do capital, essas medidas colaboram no sentido de *socializar parcela dos custos de re-produção da força de trabalho*, partilhando-os com toda a população, que os assume indiretamente via impostos e taxas recolhidos pelo poder público. Tais serviços, ainda quando mantidos por empresas privadas e fornecidos a baixo custo ou em pagamentos facilitados aos empregados, são vantajosos para o capital, porque seu custo é partilhado pelos próprios beneficiários. Na linguagem do poder, os "benefícios sociais" são algumas vezes denominados "salário indireto", já que são encarados como uma "complementação salarial", preferível à elevação dos salários reais, à proporção que podem ser descontados total ou parcialmente dos beneficiários ou de impostos governamentais. Os serviços sociais tornam-se, portanto, um meio de reduzir os custos de reprodução da força de trabalho.

Em segundo lugar, poder-se-ia ressaltar que a rede de serviços sociais viabiliza ao capital uma *ampliação de*

seu campo de investimentos, subordinando a satisfação das necessidades humanas à necessidade de reprodução ampliada do capital. As respostas às exigências básicas da reprodução da vida da classe trabalhadora, social e historicamente definidas, são transformadas, pela lógica que preside o processo de valorização, num meio de diversificação dos ramos de aplicação productiva do capital. Assim, a qualidade dos serviços prestados subordina-se ao imperativo da rentabilidade das empresas. Na perspectiva da classe capitalista, a filantropia é redefinida: a "ajuda" passa a ser concebida como investimento, que é o princípio que preside a organização dos serviços sociais.

Dentro da ótica do capital, os serviços sociais tornam-se, ainda, *um reforço para a garantia dos eleva*-dos *níveis de produtividade do trabalho* exigidos pela eleva-ção da composição orgânica do capital. Contribuem para manter um equilíbrio psicofísico do trabalhador, canalizando e ante-cipando a emergência de focos de tensão, que afetem a paz social necessária à potencialização do processo de exploração do trabalho. Alguns tipos desses serviços -- ensino profissiona-lizante, por exemplo -- estão voltados, ainda, para propiciar uma qualificação da força de trabalho, exigida de parcela da classe trabalhadora, para fazer frente ao crescente processo de especialização da produção.

Uma outra contribuição efetiva propiciada à classe capitalista pela infra-estrutura de serviços sociais, mantidos pelo Estado, é a *colaboração prestada na manuten*-ção de *condições subsidiárias à sobrevivência do exército indus*-trial de reserva. A existência da superpopulação relativa é uma das condições do regime capitalista de produção gerada pela própria força expansiva do capital, que tende a realizar-se alterando a composição orgânica média do capital. Se esta é a característica que se observa nos ramos mais avançados da produção, ou seja, naqueles em que há maior emprego de capi-tal em meios de produção (máquinas, matérias-primas e instru-

mentos de trabalho aperfeiçoados) em proporção à força de trabalho viva, não se pode esquecer de que, em outros ramos, o desenvolvimento da produção tem ainda por base prioritariamente uma ampla absorção de mão-de-obra.

O que importa destacar é que o exército industrial de reserva, à medida que estabelece uma maior competição entre os próprios trabalhadores, contribui para a redução dos salários, ao fazer a oferta de mão-de-obra crescer em relação à demanda. Assim, as medidas assistenciais voltadas para auxiliar a reprodução dessa parcela da classe trabalhadora, alijada do mercado de trabalho, vem responder a interesses substanciais da classe capitalista, no sentido de garantir uma oferta abundante e permanente de força de trabalho a baixo custo. Não se pode esquecer que a força de trabalho em ação é a fonte de valor e propriedade do capitalista e, portanto, fonte de valor para os representantes do capital. Deve-se destacar, ainda, que a pauperização acentuada determina um ambiente fértil à emergência de utopias, de inconformismos que são, potencialmente, ameaçadores à ordem vigente. Controlar e prever as ameaças tem sido uma estratégia política do poder.

Assim como os serviços sociais têm para os capitalistas um caráter complementar à reprodução da força de trabalho a menor custo, para os trabalhadores assalariados tais serviços são também complementares na sua reprodução física, intelectual e espiritual e de sua família, já que a base de sua sobrevivência depende da venda de sua força de trabalho. Ainda que complementares, não significam que sejam absolutamente secundários, especialmente face à política de contenção salarial que mantém o salário real aquém do necessário à satisfação das necessidades básicas de reprodução da família trabalhadora, como alternativa para a elevação da taxa lucro. Tal tendência é acentuada nos períodos cíclicos de crise eco-

nômica em que as condições de vida da classe trabalhadora atingem dimensões críticas.

Para a parcela do exército industrial de reserva, qualificada por Marx como o "pauperismo oficial" -- aquele segmento da classe trabalhadora que perdeu a base da obtenção de seus meios de vida, isto é, a venda de sua força de trabalho -- tais serviços deixam de ser apenas complementares, tornando-se vitais, embora não suficientes, diante da inexistência de outros meios de sobrevivência. Refere-se, aqui, às "vítimas da grande indústria": mutilados, doentes, velhos, viúvas, etc., cuja sobrevivência está em certa proporção na dependência dos benefícios obtidos através da previdência social ou em outras formas de assistência pública ou privada.

Portanto, do ponto de vista dos *representantes do trabalho* pode-se afirmar, preliminarmente, que os serviços sociais respondem a necessidades legítimas, à medida que são, muitas vezes, temas de lutas político-reivindicatórias da classe trabalhadora, no empenho de terem seus direitos sociais reconhecidos, como estratégia de defesa de sua própria sobrevivência.

Como esses serviços sociais, na implementação dos quais atua o Assistente Social, ingressam no processo de reprodução da força de trabalho e, mais amplamente, das relações sociais?

Os referidos serviços ingressam no consumo da classe trabalhadora, que, sob certo ponto de vista, é um *consumo produtivo*. Para o trabalhador esse consumo não é mais que meio de sobrevivência de sua pessoa e de sua família. Já para o Estado e para os capitalistas é um consumo produtivo, no sentido de que contribui para reproduzir o trabalhador como um trabalhador assalariado, divorciado das condições de trabalho, sempre disposto a vender parte de si mesmo para sub

sistir. Reproduz, assim, a força viva de trabalho como fonte de riqueza para aqueles que a adquirem e não para aqueles que a desgastam. Embora em caráter subsidiário, tais serviços contribuem para a produção e reprodução do meio de produção indispensável ao processo produtivo: o próprio trabalhador.

Caberia indagar, finalmente, sobre a "eficiência" dos serviços sócio-assistenciais para a atenuação dos efeitos do processo expropriativo a que se encontra submetida a grande parcela da população.

Assim como esses serviços têm sua justificativa histórica na desigualdade estrutural que permeia a sociedade de classes, têm, também, seus limites dados pelo próprio regime de produção, que, devido à sua natureza, permite, no máximo, a redução da exploração e não sua eliminação. A política social que orienta o aparato burocrático-legal que implementa os serviços sociais é estabelecida e controlada pelo poder do Estado, existindo, prioritariamente, para assegurar as condições básicas indispensáveis ao domínio do capital no conjunto da sociedade. Ora, é a nível do Estado que se situam as estratégias políticas que orientam a reprodução das relações sociais. Assim, as políticas "assistenciais", de "promoção social" ou de "bem-estar social", como se queira rotular, embora dirigidas à classe trabalhadora, interpretam os interesses dessa classe, segundo a visão dos grupos que controlam o Estado. Orientam-se no sentido de *integrar à sociedade a população trabalhadora "assistida"*, o que, em outros termos, *significa integrá-la à ordem estabelecida pelo capital: é a integração ao sistema de dominação na sua condição de dominada.* Um dos resultados que se obtêm, através de muitos desses serviços, é a *institucionalização, pelo Estado, da pobreza, trans*

formando o que era "um problema social" em uma questão sob controle. (24)

Os limites das políticas de "bem-estar social" são dados ainda pelas crises periódicas que acompanham inevitavelmente a realização do capitalismo mundial, durante as quais os problemas sociais se agudizam.

A análise da profissão de Serviço Social na ótica de sua inserção na sociedade capitalista tem sido pouco explorada na literatura profissional. Alguns trabalhos pioneiros (25) tendem a acentuar as relações entre o Serviço Social e a reprodução da força de trabalho, embora os autores assinalem de passagem que os assistentes sociais "atuam, também, como agentes ideológicos da burguesia, rompendo a luta reivindicativa dos trabalhadores". Mas esse aspecto não é desenvolvido nos trabalhos referidos. É esta dimensão político-ideológica que pretendemos recuperar e desenvolver a seguir.

(24) "No caso da assistência à pobreza, o resultado final a que se assiste não é a eliminação do fenômeno, mas é antes a institucionalização da pobreza. Aquilo que inicialmente era um problema social, na medida em que venha a ser institucionalizado, passa a ser uma questão sob controle. São o Estado vê os seus objetivos atendidos; em outros termos, a integração, pelo menos formalmente, está atingida." A. Rizzoli. "Assistencialismo e marginalidade: o Serviço de colocação familiar em São Carlos." Piracicaba, Dissertação de Mestrado, ESALQ/USP, 1978, p. 13.

(25) Poder-se-ia citar, por exemplo, os trabalhos de A. L. Maguiña e de J. Parodi, que têm o mérito de ter levantado a questão da análise do Serviço Social na ótica da reprodução do capital. No entanto, importa acentuar que os artigos supracitados desenvolvem a análise a partir da profissão do Serviço Social, sem dar maior peso aos aparatos institucionais a que se encontra vinculada. Tal orientação analítica, embora acentue diretamente o significado da profissão na sociedade capitalista, corre o perigo de atribuir à profissão um poder que não decorre dela mesma exclusivamente, mas sim dos aparatos de poder a que se encontra vinculada. Ver, a respeito, A. L. Maguiña. "Trabajo Social: Servicio o actividad productiva?" Acción Crítica n. 3, Lima, CELATS/ALAETS, 1977, p. 17-26; J. Parodi. "El Significado del Trabajo Social en el Capitalismo y la Reconceptualización." Acción Crítica n. 4, Lima, CELATS/ALAETS, 1978, p. 33-43.

4.4.2. Serviço Social e Reprodução do Controle e da Ideologia Dominante

Essa dimensão privilegiada na análise da inserção do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais deve ser apreendida dentro dos reais limites em que se encontra circunscrita a prática profissional. Não se trata de superestimar a importância ou a força dessa profissão como um dos mecanismos mobilizados por aqueles setores sociais que a legitimam e a demandam, dentro de uma estratégia de reforço do controle social e da difusão da ideologia dominante. O Serviço Social é considerado, portanto, como um instrumento *auxiliar e subsidiário*, ao lado de outros de maior eficácia política e mais ampla abrangência, na concretização desses requisitos básicos para a continuidade da organização social vigente. Isso, no entanto, não minimiza o esforço de inserir a reflexão sobre a profissão na direção apontada, procurando apreender as implicações históricas desse tipo de intervenção na realidade, inscrita dentro de um projeto de classe. Para o desenvolvimento da análise, nessa perspectiva, é oportuno retomar e ampliar algumas considerações anteriormente expressas sobre as relações de apropriação e dominação na sociedade capitalista, situando, a partir das mesmas, o Serviço Social face à reprodução do controle social e da ideologia.

Conforme já foi acentuado, a produção e reprodução da riqueza é um processo eminentemente social, à medida que se realiza através de relações sociais que são engendradas e recriadas no interior do amplo processo da produção social. O capital, demiurgo da economia moderna, é antes de tudo uma relação social que supõe, como parte de si mesmo e como seu antagônico, o trabalho assalariado. E a acumulação do capital, apreendida em seu constante renovar-se, é um processo de reprodução ampliada não só do valor, mas das relações de classes em que se situam os agentes sociais fundamentais desse processo: o capitalista e o trabalhador assalariado,

apreendidos não apenas individualmente, mas enquanto personificam categorias econômicas que determinam sua posição no processo produtivo.

À medida que o capital sô se nutre de mais-valia -- isto é, de trabalho excedente não pago, apropriado do trabalhador desprovido dos meios de produção e de vida -- o confronto entre os agentes sociais é permeado por uma luta infinda na defesa de seus interesses antagônicos: o que é substância e condição do crescimento do capital é parte do próprio processo vital do trabalhador. Este se desgasta e se empobrece como meio de subsistir e, no mesmo ato, enriquece o capitalista e recrudescer as condições que reproduzem sua própria situação de classe. (26)

O desenvolvimento das forças produtivas num contexto de aprofundamento do capitalismo abrange, cada vez mais, ramos diversificados da produção, que vão sendo subsumidos de modo real ao capital. (27) A expansão do capital supõe, portanto, o desenvolvimento extensivo do proletariado, a intensificação do processo de trabalho e, conseqüentemente, da exploração. Essa maneira de se efetivar o desenvolvimento econômico faz com que se desenvolvam, concomitantemente à ampliação das relações de dominação e exploração, as condições objetivas que viabilizam a maturação política dos trabalhadores e o desenvolvimento de sua consciência de classe. Porém, se, de

(26) A noção de situação de classe é, assim, explicitada por Florestan Fernandes: "De acordo com a conceituação de Marx, a situação de uma classe social é definida pela posição ocupada, em conjunto, pelos seus membros no processo de produção econômica. Colocando grupos de indivíduos em condições econômicas fundamentalmente semelhantes, a situação de classe favorece o desenvolvimento de um paralelismo de interesses e dá origem a ações convergentes ou análogas, que podem inclusive assumir a forma de atuação consciente (organização parcial ou total das atividades da classe)". Florestan Fernandes. "A Análise Sociológica das Classes Sociais." In: Ensaio de Sociologia geral e aplicada. São Paulo, Pioneira, 1976, 3a. ed., cap. 2, p. 73.

(27) Sobre a noção de subsunção formal e real do trabalho ao capital ver especialmente K. Marx. El Capital - Libro I, capítulo VI (Inédito), op. cit., p. 54-77.

um lado, são dadas as condições objetivas que viabilizam o avanço da luta de classes, por outro lado, é preciso acentuar que o modo como se organiza a produção determina aparências ratificadoras de seu funcionamento, que tendem a encobrir as relações desiguais em que se sustentam. Se é na própria organização social que se incrusta a fonte do poder e da exploração de classe, o processo social não revela a natureza das relações sociais de modo imediato, porque estas não são relações diretas, "transparentes", mas mediatizadas pela mercadoria e pelo dinheiro. O trabalho alienado, que estabelece a relação invertida de sujeição do homem às coisas, é obscurecido pelas mistificações que se formam no movimento do capital, que fazem ressaltar as relações entre coisas, entre produtos, em detrimento das relações sociais entre os homens, que se expressam através de produtos-mercadorias.

O modo capitalista de produzir supõe, pois, um "modo capitalista de pensar", (28) que expressa a ideologia dominante, na sua força e nas suas ambiguidades. Esse modo de pensar necessário à "reelaboração das bases de sustentação -- ideológicas e sociais -- do capitalismo", é recriado

(28) "Entendo que o modo capitalista de produção, na sua acepção clássica, é também um modo capitalista de pensar e deste não se separa (...) Enquanto modo de produção de idéias, marca tanto o senso comum quanto o conhecimento científico. Define a produção de diferentes modalidades de idéias necessárias à produção de mercadorias em condições de exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e de desumanização do homem. Não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, mas ao modo de pensar necessário à reprodução do capitalismo, à reelaboração de suas bases de sustentação ideológicas e sociais. O modo capitalista de pensar está determinado, não obstante, pelas contradições do capitalismo, fato que se reflete nas suas ambiguidades e dilemas. É o que leva para o conhecimento do senso comum e para o conhecimento científico as tensões do capitalismo, expressas nas diferenciações ideológicas e de tendências dentro da mesma formação social. É que leva, enfim o capitalismo para o pensamento de outras classes, como a pequena burguesia, o proletariado, os proprietários de terra (...)" J.S. Martins. Sobre o modo capitalista de pensar. São Paulo, Hucitec, Coleção Ciências Sociais, Série Linha de Frente, 1978, p. XI e XII.

a partir do modo de produzir a riqueza material, da reprodução do modo de vida instituído pelo capital.

A economia capitalista, quando comparada a períodos históricos anteriores, prescinde de laços extra-econômicos de dependência pessoal, já que a própria lei da oferta e procura estabelece uma dinâmica "natural" às relações econômico-sociais. Porém, não prescinde de novas formas de controle social que garantam e fortaleçam o "consensus" social. É indispensável um mínimo de unidade na aceitação da ordem do capital pelos membros da sociedade, para que ela sobreviva e se renove. À medida que não existe sociedade baseada na pura violência, é necessário recorrer à mobilização de outros mecanismos normativos e adaptadores que facilitem a integração social dos cidadãos e a redução do nível de tensão que permeia as relações antagônicas. A burguesia tem no Estado, enquanto órgão de dominação de classe por excelência, o aparato privilegiado no exercício do controle social, (29) embora aí não se esgote, abarcando as instituições da sociedade civil.

(29) Nos termos do estudo clássico de Lênin, o Estado é assim caracterizado: "Segundo Marx, o Estado é um organismo de dominação de classe, um organismo de opressão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legaliza e fortalece esta opressão, diminuindo o conflito de classes (...). O Estado é o produto e a manifestação de que as contradições de classe são inconciliáveis. O Estado surge no momento e na medida em que, objetivamente, as contradições de classe não podem conciliar-se. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis (...) Como o Estado nasceu da necessidade de reprimir as oposições de classe, mas como nasceu, ao mesmo tempo, em meio ao conflito dessas classes, ele é, via de regra, o Estado da classe mais poderosa, daquela que domina do ponto de vista econômico e que graças a ele se torna também classe politicamente dominante e adquire assim novos meios para explorar a classe oprimida". V. I. Lênin. O Estado..., op. cit., p. 25 e 31.

Porém, o controle social (30) não se reduz ao controle governamental e institucional. É exercido, também, através de relações diretas, expressando o poder de influência de determinados agentes sociais sobre o cotidiano de vida dos indivíduos, reforçando a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente. Entre esses agentes institucionais encontra-se o profissional do Serviço Social.

O controle social e a difusão da ideologia dominante constituem recursos essenciais, complementando outras maneiras de pressão social com base na violência, para a obtenção de consenso social. Importa ressaltar que a ideologia dominante é um meio de obtenção do consentimento dos dominados e oprimidos socialmente, adaptando-os à ordem vigente. (31) Em outros termos: a difusão e reprodução da ideologia é uma das formas de exercício do controle social. Mas trata-se do uso que fazem da ideologia os grupos e classes que dis-

(30) O controle social, do ponto de vista sociológico, refere-se ao estudo dos modos como é exercida a pressão social, aqui apreendida como imposição e/ou persuasão orientada para a conformação dos agentes sociais à organização vigente da sociedade e ao poder de classe. Trata-se "do conjunto de métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter determinada ordem." K. Mannheim. Sociologia sistemática. (Uma Introdução ao Estudo de Sociologia). São Paulo, Pioneira, 1971. 2a. ed., p. 178.

(31) "A medida que não existe sociedade baseada na violência pura é e ideologia que obtém o consentimento dos oprimidos, dos explorados. A ideologia os representa de maneira tal, que lhes extorpe, além da riqueza material, a aceitação e mesmo a adesão espiritual. As ideologias de classe elaboram três imagens de classe que lutam pela dominação: uma imagem por e para ela mesma, que a exalta; uma imagem dela mesma para os outros grupos e classes, que a engrandece; uma imagem das outras classes e grupos, que os deprecia diante de todos, as desvaloriza a seus próprios olhos, abate-os e faz deles vencidos antes do combate ou sem combate... Desta forma a burguesia elabora sua representação de si, para seu próprio uso: portadora da razão humana, logo da boa vontade e distinção, em fim da capacidade de bem organizar. Ela se apresenta às outras classes à sua maneira: o bom e o mau operário, o "chefe" e o semeador da rebelião. Enfim, representa-se a si mesma para o uso de outras classes: o dinheiro empregado para o bem geral, para a felicidade humana, para a fecundidade e o progresso." H. Lefebvre. "Sociologia do conhecimento e ideologia." In: Sociologia de Marx, op. cit., p. 55.

põem do poder, na legitimação da estrutura social, já que as *idéias abstratas, em si sô, são destituídas de qualquer força de poder.* (32)

Porém, várias ideologias ou concepções de mundo convivem em confronto e se reproduzem desde que exista o confronto objetivo das classes sociais que são seus portadores, uma vez que as representações nada mais são que a vida real tornada consciente. (33) A produção da consciência tem seu fundamento na prática da vida social tal como ela se configura, historicamente. Expressa a maneira como a dinâmica social vem sendo apreendida pelos diversos agentes sociais, em dados momentos históricos. Não se trata, pois, de uma representação única e homogênea para todas as personagens sociais, enquanto portadoras de diversos interesses de classe.

(32) As observações sobre ideologia retomam as considerações tecidas no primeiro capítulo sobre a mistificação do capital e se alicerçam ainda, principalmente, em K. Marx e F. Engels. A Ideologia..., op. cit., e em H. Lefebvre. "Sociologia...", op. cit.

(33) "A produção das idéias, das representações, da consciência, está de início diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanação direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias, etc. Mas os homens mais ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio a que ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real." K. Marx e F. Engels. A Ideologia..., op. cit., p. 36 e 37. Os grifos são nossos.

Entretanto, não se reduz ao extremo oposto de representações meramente individuais. (34) A *ideologia vincula-se a classes sociais em luta pela hegemonia sobre o conjunto da sociedade*. E aquelas que monopolizam a riqueza e o Estado são, também, dominantes na configuração do modo de pensar necessário à reprodução da sociedade. O modo capitalista de reproduzir e o de pensar são inseparáveis, e ambos se expressam no cotidiano da vida social.

Assim como a sociedade encontra-se em permanente movimento, fazendo-se e transformando-se, a consciência também nunca é acabada, não se confundindo com um sistema petrificado de idéias. Encontra-se em permanente processo de constituição e renovação, processo esse que não está isento das contradições existentes na base material da sociedade, as quais se expressam com maior ou menor intensidade na consciência dos grupos e classes sociais. Não existe a consciência "pura", na perspectiva de um "tipo ideal". Ora, se as representações são o "ser consciente dos homens, isto é, o seu pro

(34) Lefebvre esclarece a diferença entre a concepção da ideologia para os ideólogos franceses e para Marx-Engels. "Para os ideólogos franceses a ideologia se limitava à explicação, através de uma psicologia causal, das representações individuais. Para Marx e Engels o objeto estudado torna-se o conjunto das representações características de uma época ou de uma sociedade. Por exemplo, a ideologia alemã" (p. 42 e 43). O autor destaca, ainda, que não se deve confundir a ideologia com a representação coletiva de Durkheim. Enquanto este faz da sociedade um ser abstrato, para Marx ela nasce da prática de indivíduos e grupos. A ideologia não pertence ao social em geral, mas a grupos (classes e castas) em luta para se afirmarem; não é exterior aos indivíduos, não dispendo, portanto, do poder de pressionar de fora sobre as consciências individuais. As ideologias têm suas exigências em relação às vidas individuais, porém são consentidas pelos indivíduos. "As ideologias fornecem a língua da vida real e, por consequência, não exercem pressão do social sobre o indivíduo no sentido da sociologia durkheimiana... as ideologias como tais envolvem o indivíduo, conferem-lhe um sentido (uma significação e uma orientação). De fora a ideologia aparece como um sistema fechado, coerente. De dentro, ela se entrega à fé, à convicção, à adesão. O indivíduo consagra-se à ideologia e crê realizar-se nela. Em vez de realizar-se, ele se perde, aliena-se" (p. 54). H. Lefebvre, "Sociologia...", op. cit.

cesso de vida real", a consciência social, fundando-se na prática histórica de uma sociedade, só a refletiria, fielmente, quando as relações entre as pessoas fossem diretas e transparentes o que não se verifica na formação social vigente. À medida que, no capitalismo, o modo de viver e de produzir é permeado pela forma mercadoria, esta torna-se a mediadora, por excelência, das relações sociais, transformando-se na aparência de relações entre coisas. É, portanto, historicamente impossível que as representações reflitam de modo límpido e cristalino a vida social, já que a própria consciência é permeada pela mercadoria e seu fetiche. Assim é que as representações tornam-se a expressão de um apreender parcial e mutilado da realidade, embora não totalmente falso ou ilusório. (35) A própria consciência das classes trabalhadoras não é imune às mistificações do capital e do capitalismo; caso contrário, a sociedade não se reproduziria. Esse apreender parcial, mas nem por isso falso da realidade, é a forma *necessária* da consciência se constituir e se expressar, porque é gerada no mesmo movimento em que se opera a produção e reprodução do capital, conforme já acentuamos anteriormente. Sua superação só pode se efetivar pela prática política das classes sociais em confronto.

Ao ressaltar a força da ideologia na obtenção do consentimento dos oprimidos ao processo de exploração, à proporção que o encobre e o legitima, não se pode esquecer que a eficácia da ideologia é limitada: se encobre as contradições na e para a consciência, não as elimina. Assim é que, apesar da função legitimadora das relações sociais exercida pela ideologia, as contradições inerentes a essas mesmas rela

(35) Segundo Lefebvre, a teoria das ideologias recolhe da filosofia uma conquista fundamental: que a verdade sempre surge mesclada à ilusão e ao erro. Recorre a Hegel para afirmar: "O erro e a ilusão são momentos do conhecimento de onde se resgata a verdade". H. Lefebvre, "Sociologia...", op. cit., p. 61.

ções se reproduzem, sendo criadas e recriadas no decorrer mes
mo do processo social.

Tendo por base estes parâmetros gerais, cabe a indagação: por que o privilegiamento da dimensão político-ideológica do Serviço Social em sua inserção no processo de reprodução do Capital?

Os elementos substanciais que justificam tal posição adotada já foram explicitados, mas agora reunidos con
tribuem para uma maior clareza da exposição.

A profissão se institucionaliza dentro da di
visão capitalista do trabalho, como partícipe da implementa -
ção de políticas sociais específicas levadas a efeito por or-
ganismos públicos e privados, inscritos no esforço de legiti-
mação do poder de grupos e frações das classes dominantes que
controlam ou têm acesso ao aparato estatal. Na operacionaliza
ção de medidas instrumentais de controle social, o emprego de
técnicas e tecnologias sociais é largamente utilizado, enquan
to meios de influenciar a conduta humana, adequando-a aos pa-
drões legitimados de vida social, manipulando racionalmente os
problemas sociais, prevenindo e canalizando a eclosão de ten-
sões para os canais institucionalizados estabelecidos oficial
mente. Entre essas tecnologias encontra-se o Serviço Social.

A institucionalização das atividades assisten
ciais a nível do Estado e a própria demanda de profissionais
especializados para atuação nesse campo expressa, de um lado,
a ampliação e intensificação das tensões sociais que acompa-
nham o desenvolvimento social e a necessidade de mobilizar re
cursos no sentido de atenuá-las ou preveni-las, controlando-
as segundo parâmetros de racionalidade e eficiência. De outro
lado, expressa, também, o reconhecimento oficial das diferen-
ças sociais crescentes e da situação de pobreza de parcelas
expressivas da população. Paradoxalmente, porém, as medidas
mobilizadas pelo Estado não são suficientes para alterar subs

tancialmente as situações diagnosticadas à proporção que lhe cabe preservar os pilares da organização vigente da sociedade. Porém, as medidas acionadas são eficazes para um outro objetivo: o contorno político dos "problemas sociais", abafando, momentaneamente, as tensões e estabelecendo ou fortalecendo vínculos de dependência da população carente para com o Estado através das instituições de cunho assistencial ou previdenciário. Na busca de contornar a desigualdade econômica, reforçando a "sensação" de uma participação mais efetiva do cidadão no poder e nos "benefícios" sociais, o que se obtém como resultado é a reprodução da desigualdade social e do poder segmentado de uma base legitimamente popular. Em suma, apesar de todas as medidas de controle, se acumulam e se reproduzem as expressões de antagonismo social; apenas suas eclosões se retardam ou se manifestam com uma roupagem, aparentemente, menos violenta.

As medidas de política social fornecem ao poder um argumento básico, na sua convivência política com os diversos grupos e classes sociais: seu "interesse" e a sensibilidade para com os problemas sociais, em busca de um projeto humanizado de sociedade. Este discurso ideológico é estratégico para o reforço das bases políticas do poder junto àqueles que não dispõem de canais efetivos de acesso a ele. Mas o discurso é rebatido pelo cotidiano do trabalhador, no qual o caráter desumano da organização social, mais além das propagandas político-ideológicas, se expressa na miséria de seu dia-a-dia e no trabalho alienado que só o escraviza, mortifica, parecendo-lhe algo estranho, que só lhe pertence enquanto sofrimento e desgaste pessoal.

Finalmente, importa ressaltar alguns traços característicos da prática institucional do Serviço Social, que tornam viável sua utilização pelo empresariado e pelo Estado, dentro de uma estratégia de dominação.

O Assistente Social, no exercício de suas atividades vinculado a organismos institucionais estatais, para-estatais ou privados, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais por eles programados para a população. Exerce funções tanto de suporte à racionalização do funcionamento dessas entidades, como funções técnicas propriamente ditas. (36) O Assistente Social é chamado a constituir-se no agente institucional de "linha de frente" nas relações entre a instituição e a população, entre os serviços prestados e a solicitação dos interessados por esses mesmos serviços. Dispõe de um poder, atribuído institucionalmente, de selecionar aqueles que têm ou não direito de participar dos programas propostos, discriminando, entre os elegíveis, os mais necessitados, devido à incapacidade da rede de equipamentos sociais existentes de atender todo o público que, teoricamente, tem acesso a eles. Nesse sentido, o profissional é solicitado a intervir como "fiscalizador da pobreza", comprovando-a com dados objetivos e *in loco*, quando necessário, evitando assim que a instituição caia nas "armadilhas da conduta popular de encenação da miséria", ao mesmo tempo em que procura garantir, dessa forma, o emprego "racional" dos recursos disponíveis. A demanda está orientada, também, no

(36) No exercício de suas funções, o Assistente Social realiza atividades como: seleção sócio-econômica para fins de "elegibilidade" do usuário, de acordo com as normas que regulam os serviços prestados, preparações dos "clientes" para seu "desligamento" da instituição ao término dos programas efetuados; interpretação das normas de funcionamento da entidade à população; explicitando seus direitos e deveres, cuja aceitação é pré-condição para o acesso à programação da entidade; encaminhamento dos solicitantes à rede de equipamentos sociais existentes, articulando uma retaguarda de recursos para a instituição; atendimentos individuais e grupais para orientação dos usuários face à necessidade por eles apresentada e/ou derivada de exigências do trabalho do próprio órgão; trabalhos comunitários; visitas domiciliares, treinamentos, organização de cursos, campanhas sócio-educativas; orientação e concessão de "benefícios" sociais previstos na legislação previdenciária/trabalhista, etc.; distribuição de auxílios materiais. Esta listagem de atividades, não pretendendo ser exaustiva, permite dar uma idéia do tipo de tarefas mais comumente desempenhadas pelo profissional.

sentido de contribuir para potenciar e agilizar os atendimentos, garantindo a produtividade do trabalho, quantitativamente avaliada, de modo a favorecer a rotatividade da população nos programas estabelecidos. Devido à proximidade com o usuário, o Assistente Social é tido como agente institucional que centraliza e circula informações sobre a situação social dos clientes para os demais técnicos e para a entidade, e as informações sobre o funcionamento desta para a população. A estas atividades é acrescida outra característica da demanda: a ação de persuadir, mobilizando o mínimo de coerção explícita para o máximo de adesão. Inclui-se, aí, a necessidade do usuário ser levado a aceitar as exigências normativas e regulamentos de funcionamento da entidade como as prioridades dos programas estabelecidos pelo órgão; a esta se soma a ação "educativa" que incide sobre valores, comportamentos e atitudes da população, segundo padrões sócio-institucionais dominantes. Importa que as diretrizes institucionais sejam transmitidas como necessárias e válidas tanto para o "cliente", como para a garantia de eficiência dos serviços, transformando o caráter impositivo da normatização em algo internalizado e aceito voluntariamente por aqueles a quem se dirige e aos quais não foi dada a oportunidade de opinar. Por outro lado, a estratégia de individualização dos atendimentos possibilita aliviar tensões e insatisfações, efetivas ou potencialmente existentes, canalizando-as para sua neutralização dentro de medidas oficialmente estabelecidas, isto é, submetendo-as ao controle institucional.

Se estas são algumas características dessa prática profissional, para atender a demanda que lhe é efetuada, elas não esgotam o trabalho técnico, devendo ser ressaltados outros elementos deste. O Serviço Social, como uma das formas institucionalizadas de atuação nas relações entre os homens no cotidiano da vida social, tem, como instrumento pri

vilegiado de ação, a *língua*gem. (37) É este o meio privilegiado, através do qual se efetiva a peculiar ação persuasiva ou de controle por este profissional. Embora os serviços sociais sejam o suporte material e as entidades a base organizacional que condicionam e viabilizam a atuação técnica do Assistente Social, esta dispõe de características peculiares. Trata-se de uma ação global de cunho sócio-educativo ou socializado ra, voltada para mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos. (38) Incide tanto sobre questões imediatas, como sobre a visão global de mundo dos "clientes". Não sendo, no interior da categoria profissional, uniforme e unívoco o direcionamento dessa ação, ele tem sido orientado, predominantemente, por uma perspectiva de *integração à sociedade*. Isso não significa desconsiderar a existência de rumos alternativos, que recusam a incorporação da educação do opressor, perspectiva que é minoritária no conjunto do meio profissional, mas profundamente significativa, face a seu caráter inovador dentro da tradição conservadora da instituição Serviço Social.

O Assistente Social atua no campo social a partir de aspectos particulares da situação de vida da classe trabalhadora, relativos à saúde, moradia, educação, relações familiares, infra-estrutura urbana, etc. É a partir dessas expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos e grupos que o profissional efetiva sua intervenção. Estando sua atividade referida ao cotidiano, enquanto *produto histórico* e enquanto *vivência pelos sujeitos*, ele é aqui apreendido como manifestação da própria história, na qual

(37) "A linguagem é tão antiga quanto a consciência -- a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e também para mim mesmo; e a linguagem nasce, como a consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio com outros homens". K. Marx e F. Engels. *A Ideologia...*, op. cit., p. 43.

(38) Essa característica é ressaltada por J. Verdès-Leroux. *Le Travail...*, op. cit., que situa o trabalho do Assistente Social no "campo da manipulação simbólica".

os agentes a produzem e reproduzem, fazendo-se e refazendo-se nesse processo social. A compreensão do cotidiano não se reduz aos aspectos mais aparentes, triviais e rotineiros; se eles são parte da vida em sociedade, não a esgotam. O cotidiano é a expressão de um *modo de vida*, historicamente circunscrito, onde se verifica não só a reprodução de suas bases, mas onde são, também, gestados os fundamentos de uma prática inovadora. Assim, o "cotidiano não está apenas mergulhado no falso, mas referido ao possível. A descoberta do cotidiano é a descoberta das possibilidades da transformação da realidade. Por isso, a reflexão sobre o cotidiano acaba sendo crítica e comprometida com o possível". (39) A crítica da vida cotidiana implica ultrapassar as aparências que a escamoteiam, para redescobri-la em toda a densidade do seu conteúdo histórico, a partir do desvendamento das formas pelas quais se expressa. O cotidiano é o "solo" da produção e reprodução das relações sociais. (40) O Assistente Social, através da prática direta junto aos setores populares, dispõe de condições potencialmente privilegiadas de apreender a variedade das expressões da vida cotidiana, por meio de um contato estreito e permanente com a população. Sendo esta proximidade aliada a uma bagagem científica, que possibilite ao profissional superar o caráter pragmático e empirista que não raras vezes caracteriza sua intervenção, poderá obter uma visão totalizadora da realidade desse cotidiano e da maneira como é vivenciada pelos agentes sociais.

(39) J.S. Martins. Pronunciamento efetuado durante o curso de Sociologia da Vida Cotidiana para os alunos de graduação em Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, em 11-03-75. (Anotação de aula).

(40) H. Lefebvre. "A Estrutura social: A Produção e reprodução das relações sociais." In: Sociologia..., op. cit. Sobre a vida cotidiana ver as seguintes obras do autor: La Critique de la vie quotidienne. (2 vols.), Paris, L'Arche, 1958; La Vida cotidiana en el mundo moderno. Madrid, Alianza, 1972. A incorporação da dimensão da vida cotidiana na reflexão do Serviço Social é apresentada, na literatura brasileira, pelo trabalho de S. A. Barbosa Lima. Participação social no cotidiano. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.

O profissional, em sua prática de campo, interfere, em graus diversos de intensidade, na vida das pessoas com quem trabalha, invadindo de certa forma sua privacidade. Explicita-se, aí, a importância do compromisso social do Assistente Social, orientado no sentido de solidarizar-se com o projeto de vida do trabalhador ou de usar esse acesso à sua vida particular para objetivos que lhe são estranhos. Esta atuação é marcada pelo *caráter pessoal* da relação, na qual os sujeitos são tratados pelo Assistente Social como seres particulares. Sendo esta uma característica do exercício profissional, embora não lhe seja exclusiva, é, muitas vezes, exacerbada na representação do agente técnico, fazendo com que a preocupação em apreender a singularidade dos indivíduos e a de sua situação de vida se faça segmentando-a de suas bases sociais. Os elementos mais gerais e comuns à situação de classe do trabalhador tendem a ser obscurecidos pela individualização e pulverização dos casos, prevalecendo o "dito" de que cada caso é um caso.

Face às relações sociais vigentes, em que as pessoas são tratadas como peças anônimas da engrenagem de produção, a personificação de seu oposto -- isto é, do pessoal e do humanitário -- é, também, capitalizada pelo poder, assumindo um papel de relativa importância na consolidação de sua legitimidade. Sendo o Assistente Social um técnico em relações humanas por excelência, essas características apontadas na prática profissional são recuperadas pelos representantes do poder no sentido de interferência e controle de aspectos da vida cotidiana da classe trabalhadora, utilizando-se da mediação desse intelectual. Busca-se canalizar aspirações desses setores para sua satisfação através de canais institucionais, geridos pelos representantes do poder e detectar as tensões sociais a tempo de propor medidas preventivas para seu enquadramento. Essa ação controladora, no entanto, é esvanecida pelo discurso humanista e humanizador acoplado a esse tipo de

intervenção, discurso esse mobilizado e incorporado pela própria burguesia e, ao mesmo tempo, sabotado na prática pela subordinação da atividade profissional a um projeto de classe. Aquela representação contribui para inverter a prioridade dos elementos do projeto das classes dominantes para a sociedade, ou seja, a lógica da acumulação passa a ser vista ao reverso: a produção voltada, não para os imperativos de reprodução do capital, mas para a satisfação das necessidades humanas e sociais. Assim, o trabalho profissional passa a ser utilizado no sentido de propiciar uma face humana e pessoal às relações contratuais, desfigurando-as, a nível do discurso, de seu caráter de classe. Ao reduzi-las a relações individualizadas e naturais, passa o profissional a operar a partir de um corpo conceitual que busca harmonizar as contradições presentes na realidade, despojando a dinâmica social de sua historicidade. A teoria passa a equivaler à realidade idealizada, que, se adequada à racionalidade do capital, é insuficiente para orientar cientificamente a ação profissional no jogo das forças sociais, correndo o Assistente Social o perigo de tornar-se vítima da visão mistificadora que incorpora. Subjacente a esse suporte simbólico, encontra-se o aval à "normalidade" da sociedade do capital, acentuando-se apenas a necessidade de romper certas arestas que dificultam sua realização problemática. A partir dessa perspectiva, as situações conflituosas e as desigualdades passam a ser vistas como "desvios" a serem contornados e controlados institucionalmente, segundo parâmetros técnicos. Os conflitos sociais não são negados, mas, o que é expressão da luta de classes, transforma-se em "problema social", matéria-prima da assistência. Segundo essa visão, os fatores tidos como problemáticos são deslocados da estrutura social para os próprios indivíduos e grupos considerados como responsáveis pela sua ocorrência. Consequentemente, o que deve ser mudado são os hábitos, atitudes e comportamentos dos indivíduos, tendo em vista seu ajustamento social, contribuindo, assim, para remover "obstáculos" ao "crescimen-

to econômico". Daí deriva uma visão estereotipada da classe trabalhadora, que inclui elementos como: população negligente, carente de iniciativa, com baixo nível de consciência, ignorante, que necessita incorporar hábitos civilizados, que precisa ser orientada, etc. (41) Assim a visão do cliente passa a ser incorporada segundo a imagem difundida pela burguesia para a classe trabalhadora, alicerçada em um *suporte simbólico que inclui elementos humanitários e a mística da modernização*. Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que o Assistente Social é chamado a constituir-se no "moderno filantropo da era do capital". (42) Essa imagem do Assistente Social não é alheia ao Estado. Se ela tem suas raízes na origem profissional da profissão em suas íntimas relações com a necessidade de racionalização das atividades filantrópicas, pode ser encarada, também, como uma extensão da imagem com que o Estado tende a se apresentar para o conjunto da sociedade. O Estado aparece como o benfeitor, voltado precipuamente para o bem-es

(41) Análise semelhante, referente à extensão rural e ao processo da modernização da agricultura, vem sendo efetuada por O. Queda. Ver, por exemplo, O. Queda e J. C. Duarte. "Agricultura e acumulação." Debate e Crítica n. 2, São Paulo, Hucitec, jan-jun. 1974, p. 90-7; O. Queda, et alii. Evolução recente das culturas de arroz e feijão no Brasil. Brasília, Binagri, 1979. Ver, também, J. S. Martins. Capitalismo e tradicionalismo, op. cit.

(42) "A escola humanitária é a que lastima o lado mau das relações de produção atuais. Para tranquilidade de sua consciência esforça-se para coonestar o mais possível os contrastes reais; deplora sinceramente as penalidades do proletariado e a desenfreada concorrência entre os burgueses; aconselha aos operários que sejam sóbrios, trabalhem bem e tenham poucos filhos; recomenda aos burgueses que moderem seu ardor na esfera da produção... A escola filantrópica é a escola humanitária aperfeiçoada. Nega a necessidade de antagonismo; quer converter todos os homens em burgueses; quer realizar a teoria enquanto se distinga da prática e não contenha antagonismo. É evidente que na teoria é fácil fazer abstrações das contradições que se encontram a cada momento na realidade. Essa teoria equivaleria, então, à realidade idealizada. Por conseguinte, os filantropos querem conservar as categorias que expressam as relações burguesas, porém sem o antagonismo que constitui a essência dessas categorias e que é inseparável delas; os filantropos acreditam que combatem a sério a prática burguesa, mas são mais burgueses do que ninguém." K. Marx. La Miséria..., op. cit., p. 109.

tar dos cidadãos, guardião da justiça e da paz social, detentor de uma ética e de uma vontade supraclases, representante dos interesses gerais da sociedade; o Estado tecnicamente armado para administrar os conflitos e problemas sociais, a serviço do povo. O Serviço Social, ao ser incorporado no aparato de Estado, tende a reproduzir, em sua prática institucional, não só o paternalismo autoritário estatal face à classe trabalhadora, mas também o discurso do Estado, expressão da ideologia dos governantes. Assim, a defasagem entre a representação humanitária e modernizadora do Serviço Social e os efeitos sociais objetivos da prática profissional acompanha a aparente ambigüidade entre a figura do Estado do Bem-estar Social e os fundamentos históricos da necessidade do Estado.

Este suporte simbólico e a agilização dos mecanismos de controle do trabalhador têm como pano de fundo a própria organização da produção, típica da grande indústria capitalista. Os novos métodos de organização da produção e do trabalho são indissociáveis de um modo de viver, de pensar e sentir a vida, sendo que a obtenção de resultados efetivos, em um campo, está intimamente associada ao êxito no outro. A automatização do trabalho, a subordinação da atividade humana à máquina, enquanto capital fixo; a perda de controle do trabalhador sobre seu processo de trabalho, coordenado e gerido pelos representantes do capital; a incorporação dos avanços científicos à produção, como meio de potenciar o trabalho, ampliando o tempo de trabalho não pago do trabalhador, apropriado pela classe capitalista; a desqualificação progressiva do trabalho, reduzindo o trabalhador a mero vigilante de um conjunto de máquinas, etc. -- todos esses fatores implicam mecanismos disciplinantes eficientes e de vigilância dos agentes de produção.

Mas a organização da produção não supõe apenas um controle do trabalhador no interior da fábrica. *Implica um novo tipo de socialização do trabalhador e de sua fami-*

lia, que afeta todo o seu cotidiano, de modo a adaptá-lo ao novo modo de vida e aos métodos do trabalho industrial. O capital busca estabelecer meios de tutela e normatização da vida do trabalhador fora da fábrica, invadindo sua vida privada. Procura não apenas conservar um certo equilíbrio psicofísico do trabalhador, visto que não devem ser avariadas em demasia as peças de uma máquina coletiva de trabalho, mas ampliar a interferência moral e política por parte do capital sobre o conjunto da sua vida particular. Nesse sentido tem à sua disposição o aparato de Estado, além das próprias iniciativas benemerentes levadas a efeito pela classe patronal. *Aí, a coerção social deve ser habilmente articulada com a persuasão e o consenso, que dão a forma exterior ao uso intrínseco da força.* Trata-se de canalizar esforços no sentido de que a classe trabalhadora interiorize as normas do novo modo de vida imposto pelo capital, minando suas iniciativas autônomas de organização enquanto classe. Busca-se fazer com que a vigilância exterior possa ser acoplada à interiorização dos padrões dominantes, transformando, assim, o controle externo em um tipo de normatização de vida incorporada e proposta pelo próprio trabalhador. (43) No entanto, por mais eficientes que sejam as medidas nessa direção, elas são rebatidas pela realidade objetiva das condições de vida do proletariado, em que a

(43) Gramsci, analisando o fenômeno da racionalização do trabalho nos Estados Unidos, mostra que "os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a 'moralidade' dos operários, são necessidades dos novos métodos de trabalho. Rir-se dessas iniciativas (se bem que tenham falido) e ver nelas apenas manifestação do 'puritanismo' é negar qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o alcance objetivo do fenômeno norte-americano, que é, também, o maior esforço coletivo até hoje verificado para criar, com inaudita rapidez e com uma consciência de fim nunca vistos na história, um novo tipo de trabalhador e de homem". Ao analisar as iniciativas "puritanas" dos industriais tipo Ford, acentua que: "É certo que eles não se preocupavam com a 'humanidade', com a 'espiritualidade' do trabalhador, que é imediatamente arruinada. Essa 'humanidade' e essa 'espiritualidade' não podem senão realizar-se no mundo da produção e do trabalho, na criação produtiva; era máxima no artesão e no demiurgo, quando a personalidade do trabalhador se refle

vivência coletiva do processo de exploração aponta para a questionamento dos mecanismos controladores e para a desmistificação do discurso dominante sobre o trabalhador. É dentro desse panorama que pode ser compreendida a institucionalização e a demanda do Serviço Social pela classe capitalista, como uma das tecnologias colocadas a serviço da reprodução da força de trabalho, do controle social e da difusão da ideologia dominante para a classe trabalhadora.

tia toda no objeto criado, quando era muito forte a ligação entre arte e trabalho. Mas, precisamente, contra este 'humanismo' luta o novo industrialismo. As iniciativas 'puritanas' têm apenas o fim de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico, que impeça o colapso psicológico do trabalhador, esmagado pelo novo método de produção. Este equilíbrio não pode ser senão exterior, mas poderá tornar-se interior se é proposto pelo próprio trabalhador e, não, imposto de fora, por uma nova forma de sociedade e por meios apropriados e originais..." e o autor vai além, afirmando que: "as tentativas feitas por Ford de intervir, com um corpo de inspetores, na vida privada de seus dependentes e controlar como gastavam seu salário e como viviam, é indício dessas tendências ainda 'privadas' ou latentes, que podem se tornar, a certa altura, ideologia estatal..." A. Gramsci. "Americanismo e Fordismo." In: Obras escolhidas, v. II. Lisboa, Estampa, 1974, p. 166, 168, 169, respectivamente.

5. LEGITIMAÇÃO E CRISE DO SERVIÇO SOCIAL

5.1. Problematização do Tema

Este capítulo, de caráter conclusivo, pretende retomar, aprofundar e complementar elementos já explicitados na análise do significado social da profissão no processo de reprodução das relações sociais, tendo em vista problematizar *a legitimação e crise do Serviço Social*, na sociedade brasileira, nas três últimas décadas.

Se a reflexão anterior procurou detectar algumas características da intervenção do Assistente Social e elucidar o que justifica, historicamente, a necessidade do Serviço Social na sociedade capitalista, busca-se agora, avançar a reflexão numa dupla direção. Em primeiro lugar, dar um contorno histórico-conjuntural mais preciso às considerações feitas que permitam apreender certas peculiaridades da intervenção profissional do Assistente Social, nos marcos da crise e consolidação do poder burguês, expresso na constituição do que Florestan Fernandes denomina "Estado Autocrático-Burguês".

(1) Em segundo lugar, privilegiar as respostas que vêm sendo dadas pelo profissional às novas características da demanda da classe capitalista no enfrentamento da "questão social", matizada pelas determinações peculiares do capitalismo na periferia. Essas respostas, não sendo unívocas, orientam-se seja no sentido de atualização da instituição Serviço Social - de seu discurso e de sua prática - face as novas preocupações das instâncias mandatárias; seja no sentido de buscar novas fontes de legitimidade do exercício profissional junto aos setores sociais que constituem o alvo da intervenção técnica, reorientando a direção social desse fazer para o horizonte das classes trabalhadoras. Esta alternativa supõe uma ruptura com os traços de origem conservadora dessa instituição, na busca de conformar uma prática de nova natureza para o Serviço Social.

A análise está, pois, voltada para apreender as mudanças verificadas na instituição, como respostas às exigências e desafios que lhe são apresentados pela própria realidade face a nova correlação de forças dos grupos e classes sociais, que se impõe numa conjuntura de aprofundamento do capitalismo monopolista na periferia dos centros hegemônicos mundiais.

(1) F. Fernandes. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975; F. Fernandes. Apostamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo", São Paulo, Hucitec, 1979; F. Fernandes. Brasil: Em Comasso de Espera. Pequenos Escritos Políticos, São Paulo, Hucitec, 1980. Deve-se esclarecer que, embora a reflexão proposta esteja referenciada à sociedade brasileira, especialmente após 1964, não se pretende elaborar uma análise exaustiva da conjuntura do período. O texto deverá manter um caráter mais teórico-metodológico do que propriamente histórico-conjuntural, embora tenha sido indispensável uma circunscrição mais definida da reflexão no tempo e espaço, dada a impossibilidade de se pensar o tema universalmente.

Sendo a análise balizada por esta premissa fundamental, deve ser aliada ao outro lado da questão: o comportamento assumido pelos profissionais face à demanda, o qual não é meramente reflexo. Em outros termos: os condicionantes histórico-conjunturais são mediatizados pelas características que, historicamente assumidas, dão um perfil peculiar a este exercício profissional no mercado de trabalho e ainda, pela maneira como os seus agentes sociais se posicionam, como intelectuais, face ao confronto das classes fundamentais nesse momento histórico da sociedade brasileira.

Sendo a prática profissional historicamente determinada, as respostas dadas pelos agentes profissionais também condicionam a configuração dessa instituição, dentro dos limites estabelecidos pela própria realidade. Destacar este movimento da prática profissional, como resultante da história, mas também como produto criado pelos intelectuais que a ela se dedicam, é o centro da diretriz analítica deste capítulo. Porém, se a apreensão desse movimento deve ser garantida, a ênfase da reflexão estará em acentuar como esses intelectuais vêm se posicionando frente às exigências com que se deparam numa conjuntura peculiar, marcada pelo autoritarismo.

Considerando que o projeto profissional não é desvinculado de um projeto de classe, como os Assistentes Sociais vêm fazendo uso da relativa autonomia que dispõem no exercício de suas funções intelectuais, nesse momento histórico, para conformar repostas repetitivas e/ou inovadoras às demandas no enfrentamento da "questão social"?

No encaminhamento dessa indagação, considere-se a prática profissional como uma *prática em processo*, em constante mudança, fato este derivado fundamentalmente das modificações nas formas de expressão e do aprofundamento das contradições sociais que peculiarizam o desenvolvimento da sociedade brasileira. À medida que novas situações históricas se apresentam, a prática profissional, como componente das

mesmas, também é obrigada a se redefinir. Estas constantes redefinições, que passam pelas elaborações teórico-práticas de seus agentes especializados, configuram uma "passagem de prática", mais que uma prática cristalizada, o que muitas vezes é classificado sob a rubrica de uma *crise* profissional. (2) Esta crise não é mais que a expressão, na consciência de seus agentes, da temporalidade dessas práticas, da necessidade de redefinições. Estas podem ser encaradas na perspectiva de mera atualização, modernização da atividade profissional segundo parâmetros de racionalidade e eficiência, ou como ruptura com o compromisso social historicamente estabelecido, com os representantes do capital, buscando reorientar o potencial dessa prática na perspectiva das classes sociais subalternas, o que obriga o profissional a repensar seu fazer de maneira antagônica à definição oficial. É, aí, segundo Brandão, que se expressa para o profissional um dilema de grande dimensão, que não é apenas um dilema profissional, mas essencialmente político. Trata-se da crise vivenciada pelo profissional mediador, comprometido com a população numa dimensão de seus reais interesses de classe. Ora, os profissionais são constituídos para serem agentes mediadores dos interesses do capital, que é quem tem o poder de produzir e legitimar tais serviços, de aprovar os estatutos profissionais, de remunerar seus agentes. É quem os constitui, os paga, determina sua parcela de poder, define e redefine sua prática. Este é, estruturalmente, o papel dos diversos profissionais na sociedade capitalista. A luta pela identidade profissional dos intelectuais que buscam conferir uma nova dimensão social à sua prática supõe um dilema de definição que não está diretamente colocado para quem os contrata, mas sim para a categoria profissional: a

(2) C.R. Brandão. "A Prática Social e a Prática Profissional". Palestra pronunciada no Seminário Regional de ABESS - Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - Região Sul II. São Paulo, 12 de maio de 1981. O desenvolvimento da noção de crise profissional se apoia no conteúdo da referida exposição.

questão política da definição dessa prática que subordina a questão propriamente profissional. Assim, não é possível "corrigir" uma questão eminentemente política, com uma mera correção técnico-profissional, não sendo suficiente modernizar o aparato profissional para resolver um problema que não é meramente profissional.

Essa direção da análise supõe apreender as diversas manifestações da crise profissional, como expressão da crise da própria sociedade (3), da realização tensa do capitalismo na periferia.

Porém, pensar esta crise no Serviço Social implica em assimilar as peculiaridades dessa profissão, que desenhem um perfil característico à vivência dessa crise pelos seus agentes. Essas características particulares serão colocadas em relevo no desenvolvimento do tema, cabendo ressaltar, de imediato, alguns elementos básicos que explicam a articulação proposta entre crise e legitimação.

Conforme o já explicitado, a fonte de legitimação da demanda do Serviço Social não tem sido derivada daqueles setores sociais que são o alvo da intervenção profissional mas, sim, dos segmentos que controlam as organizações em que atua o Assistente Social e através das quais buscam sedimentar sua influência sobre o conjunto da sociedade.

A prática profissional é, pois, polarizada por projetos sociais diferentes, dos setores mandatários e da população alvo. Esta tensão tem sido "resolvida" na trajetória histórica da instituição Serviço Social no sentido da adesão objetiva de seus agentes, consciente ou não, aos interesses sociais das classes dominantes, traduzidos na direção *imprimi*

(3) Refere-se, aqui, a uma noção ampla de crise "considerando-se a dominação burguesa, em suas conexões diretas com a reprodução da ordem burguesa e sua desagregação". F. Fernandes. Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo", op. cit., pág. 12.

da à prática e no modo de pensar que a informa. Isso vem marcando o Serviço Social com o selo da imposição. Este caráter impositivo, encontra-se em tensão permanente com um dos requisitos dessa ação que supõe obter a adesão dos clientes a seus propósitos e a seus fundamentos. Obter, permanentemente essa adesão, mesmo quando ela contraria os interesses objetivos da população a quem se dirige, é uma condição vital para a continuidade da própria instituição. Supõe traduzir os serviços prestados de modo que fique explícito para quem os recebe a sua necessidade, mobilizando o seu consentimento para a intervenção técnica. Muitas vezes, a coerção deve ser engenhosamente articulada à persuasão, veiculada sob a forma de um discurso que propõe respeito à livre iniciativa do "cliente".

Porém, aí, não se esgota a questão da legitimação do exercício profissional. Se do ponto de vista de uma prática identificada com as perspectivas da população, o seu reconhecimento é um dos fulcros principais do problema, ele tem adquirido um menor relevo no evoluer dessa instituição. Os esforços têm se concentrado no sentido de garantir uma demonstração constante da indispensabilidade de seus serviços àqueles de quem tem emanado o poder de delegação de autoridade ao profissional, de requisitar e remunerar o seu trabalho, fornecendo-lhe os meios necessários para agir. Isto implica numa atualização permanente da instituição Serviço Social, face aos problemas e preocupações que agitam as classes dominantes, frente às pressões e ameaças, efetivas ou potenciais, que representam para elas o aprofundamento da "questão social". Derivam, daí, não apenas a necessidade de atenuar os problemas sociais, mas de propor medidas controladoras, abertamente repressivas e/ou atenuadas por um respaldo técnico-científico.

A renovação das bases de legitimação do Serviço Social junto à classe capitalista e ao Estado burguês exige que a instituição e seus agentes renovem, permanentemente, as manifestações de sua própria adesão aos propósitos de clas

se, corporificados nas organizações institucionais a que os Assistentes Sociais se encontram objetivamente vinculados. Tal exigência torna-se mais aguda numa profissão não "liberal", com um baixo "status" diante de profissões congêneres, que não evoca cientificidade e saber, marcada por sua origem no benevolato, e pelo caráter basicamente feminino da profissão.

O caráter difuso das tarefas que o Assistente Social executa, difíceis de serem precisadas e definidas, se converte em mais um fator reforçador da necessidade de uma constante "interpretação de suas funções", tanto junto às instâncias mandatárias, convencendo-as da rentabilidade e eficácia do empreendimento, como junto à população que recebe os seus serviços. Isso não exclui a exigência do próprio profissional convencer-se da indispensabilidade e elevada utilidade social dos serviços a que se dedica, cujos resultados não são facilmente apreendidos e demonstráveis. Isto supõe que o profissional incorpore uma carga simbólica suficientemente sólida, amplamente favorecida pelas marcas cristãs e humanitárias, que lhe permita convencer-se da "superioridade" de seu trabalho, face a outras profissões predominantemente técnicas: aí o passado missionário e o componente vocacional são ricos ingredientes que reforçam o caráter "especial" da profissão na representação de seus agentes.

Crise e legitimação do Serviço Social implicam-se e realimentam-se mutuamente. Para o profissional que vivencia a "crise" profissional apenas como imperativo de modernização do aparato técnico-profissional, sem colocar em questão *as bases políticas da legitimação de seu fazer*, aquela se resolve facilmente no aprimoramento técnico da instituição em função das exigências do processo de acumulação e da modernização do Estado. Implica, necessariamente, em efetuar mudanças teórico-práticas no Serviço Social, porém mudanças acopladas à evolução das estratégias do poder no controle da sociedade civil e, em especial, da classe trabalhadora, reno-

vando os laços de aliança entre os agentes profissionais e as classes que os constituíram, atuando eficazmente para o fortalecimento das organizações nas quais atuam.

A crise/legitimação aparece com um quadro qualitativamente diferenciado para aqueles que buscam situar o Serviço Social nos rumos da história. Aí, crise e legitimação incorporam as contradições básicas da ordem burguesa. São a expressão, a nível da profissão, de uma questão que não é colocada prioritariamente pelo profissional, mas pela dinâmica da realidade e por ele assumida: a da criação de uma contra-hegemonia no bôjo das relações sociais fundamentais da sociedade. Crise/legitimação supõem ruptura profunda com o modo de pensar, de dirigir, de educar, daqueles que vivem no patamar superior da sociedade. Implica em ultrapassar, através da prática coletiva identificada com os setores subalternos e da compreensão da sociedade comprometida com o desvendamento e explicação de suas contradições, a consciência ambígua e heteroclita do próprio intelectual, de modo a se tornar, efetivamente, um especialista e um político, isto é, um dirigente que seja expressão dos interesses dos setores majoritários da população por ela requerido e reconhecido.

O desenvolvimento da problematização proposta encaminha-se no sentido de ressaltar como vem se delineando a "questão social" nos quadros do capitalismo monopolista, destacando aí, o Estado em suas relações com as classes sociais, como pilar que assegura a expansão da acumulação nos marcos da rearticulação do poder burguês. Nesse contexto serão acentuadas as novas determinações da política assistencial e suas derivações para a prática profissional.

Em seguida busca-se apreender as características das funções intelectuais desempenhadas pelo Assistente Social procurando ressaltar alguns traços específicos desse profissional que condicionam e mediatizam o exercício de suas

atividades intelectuais. Este é o fio da análise que apresenta o Assistente Social como um profissional cuja demanda, antes de ser técnica, é política, por excelência.

A discussão das respostas dadas pela categoria profissional à nova correlação de forças que se instaura na conjuntura de meados da década de sessenta, será efetuada considerando-se a *crise profissional* na dupla qualificação anteriormente referida. Essa reflexão passa pela análise da herança conservadora do Serviço Social, sua atualização e as tentativas de ruptura com as marcas de origem. Ressaltam-se os limites e potencialidades da profissão para cimentar rumos alternativos à prática de ação controladora da vida cotidiana da população trabalhadora.

5.2. A "Questão Social" no Capitalismo Monopolista

A preocupação está voltada para apreender as novas determinações da "questão social" nos marcos da consolidação do capitalismo monopolista na sociedade brasileira e da constituição do Estado "autocrático-burguês" e as derivações decorrentes para a assistência social. Estes são tidos como pré-requisitos para se compreender o significado das novas demandas que esta conjuntura apresenta aos Assistentes Sociais. A análise deverá ressaltar o caráter do Estado em suas relações com as classes sociais, especialmente as implicações do novo padrão de dominação para as classes trabalhadoras. (4)

(4) A rápida retomada de alguns aspectos considerados básicos da conjuntura assinalada está basicamente calcada na interpretação de F. Fernandes expressa especialmente em: A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaios de Interpretação Sociológica, op. cit., e Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo". Foi, no entanto, consultada a seguinte literatura: F. Fernandes. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 3a. ed., 1981; F.H. Cardoso. O Modelo Político Brasileiro e outros Ensaios. São Paulo, Difel, 1973. F.H. Cardoso. Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3a. ed., 1975; P. Singer. A Crise do Milagre. Interpretação Crítica da Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3a. ed., 1977; P. Singer

A presença das grandes corporações, operando diretamente ou por meio de filiais, no cenário da vida brasileira, contribui, até à segunda guerra, para dinamizar a economia competitiva dependente, ao mesmo tempo em que concorrem para a expansão monopolista das economias centrais, através do excedente acumulado em suas operações no país. É a partir da década de cinquenta, que a economia brasileira se incorpora a esse padrão de desenvolvimento, como um de seus polos dinâmicos da periferia dos núcleos hegemônicos centrais. Tal integração adquire novo alento com os governos militares, quando o capital monopolista passa a contar não apenas com o espaço econômico que conseguira abrir na economia, mas com o respaldo de uma política econômica capaz de articular a ação governamental aos interesses dos grandes empresários.

É nessa transição do capitalismo competitivo ao padrão monopolístico de acumulação, viabilizado pelo grau de avanço relativo da economia do país, capaz de absorver as práticas industriais, financeiras e de consumo requeridas pela concentração e centralização do capital, que se verifica o que Fernandes qualifica de "crise e consolidação do poder bur

et alii. São Paulo, 1975: Crescimento e Pobreza. São Paulo, Loyola, 1976; P. Singer e V.C. Brandt. São Paulo: O Povo em Movimento. Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1980; C. Furtado. O Brasil Pós-Milagre. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981; O. Ianni. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979; O. Ianni. Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968; O. Ianni. Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979; G. Mantega e M. Moraes. "Tendências Recentes do Capitalismo Brasileiro". Contraponto nº 3, Ano III, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Noel Nutellis, set. 1978, p. 59-67; F. Weffort et alii. "A Crise Política e Institucional". Revista de Cultura Contemporânea, nº 2, Ano I, São Paulo, Cedec, jan. 1979, p. 47-61; J.M.C. de Mello e L.G. de Mello Beluzzo. "Reflexões sobre a Crise Atual". Escrita Ensaio, nº 2, Ano I, 1977, p. 16-27.

guês e da dominação burguesa" (5), estreitamente articuladas - as condições impostas pelo "imperialismo total" (6).

Os pontos de clivagem dessa crise derivavam, em primeiro lugar, de pressões oriundas do capitalismo monopolista mundial, que exigia condições precisas de "desenvolvimento com segurança", isto é, de garantias econômico-sociais e políticas ao capital estrangeiro e ao crescimento de suas empresas aqui instaladas. Em segundo lugar, haviam as pressões internas de dupla derivação. De um lado, procedentes do radicalismo burguês, e dos trabalhadores, que, se não chegavam a ameaçar as bases do poder burguês, eram fontes de seu desgaste, restringindo a eficácia de sua dominação. De outro lado, as proporções crescentes assumidas pela intervenção do Estado na economia, que ao adquirir uma força administrativa e empresarial expressiva, torna-se "inquietaadora" para a iniciativa privada nacional e externa. O poder burguês se esvaziaria se perdesse o monopólio do poder estatal.

(5) F. Fernandes. A Revolução..., op. cit.

(6) A noção de imperialismo total expressa, para o autor citado, um novo tipo de dominação externa que emerge com a expansão recente das grandes empresas corporativas na América Latina, e que trazem consigo um novo estilo de organização, de produção de "marketing", com novos padrões de planejamento, propaganda, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Representando o capitalismo monopolista, absorvem posições de liderança antes ocupados por indústrias e empresários nativos. "O traço específico do imperialismo total consiste no fato que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa, o consumo de massa, até a educação, a transposição maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra-estrutura da superestrutura, os expedientes financeiros ou de capital, o eixo vital da política nacional etc. F. Fernandes. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina, op. cit., cap. I. "Padrões de Dominação Externa na América Latina", p. 18.

Para fazer face a tais pressões a burguesia se vê impelida a articular-se internamente, sobrepujando os seus interesses particularistas em conflito em favor da solidificação de seus laços de solidariedade. Mobiliza para tanto interesses comuns calcados na defesa da iniciativa e propriedade privadas, da ordem e do monopólio do poder pela classe. Fazia-se necessário tanto uma integração horizontal, em escala nacional, dos interesses das classes burguesas, como a possibilidade de universalizá-los para toda a sociedade, seja nas relações diretas entre as classes, seja através do Estado.(7)

Essa crise tem, como pano de fundo, a exigência de adaptação da burguesia à industrialização intensiva e aos novos ritmos econômico-sociais, transferidos de fora para a sociedade brasileira. O imobilismo econômico poderia ter desdobramentos a longo prazo, seja na deterioração da dominação burguesa ou no seu deslocamento pela iniciativa privada estrangeira. A burguesia deveria, portanto, reajustar seu padrão de dominação, de modo a fortalecer-se, como garantia de sua própria sobrevivência e auto afirmação de seu "status" como burguesia "nacional" nas relações internacionais com o sistema capitalista, embora receptiva às irradiações externas.

A crise desemboca numa *contra-revolução* defensiva, embora agressiva, da qual a burguesia sai fortalecida, em condições favoráveis para estreitar seus laços com o capitalismo financeiro internacional, reprimir, pela violência, toda e qualquer pressão dentro ou fora da ordem, e, transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, nos planos econômico, político e social. Passa a dispor de maior

(7) Na luta de sobrevivência do capitalismo contra o socialismo, as burguesias nativas contam com o apoio das nações hegemônicas, interessadas em fortalecê-las à medida que constituem o suporte da expansão imperialista na periferia, sob o capitalismo monopolista. Elas contam com o reforço externo para modernizar as formas de socialização, opressão e repressão inerentes à dominação burguesa.

flexibilidade para fixar uma política econômica destinada a acelerar a acumulação e favorecer a modernização tecnológica.

O traço peculiar dessa transição do capitalismo monopolista nas sociedades dependentes é que ela não ocorre segundo o modelo clássico de revolução nacional e democracia burguesa. Esta aspiração, embora presente nas "ilusões" da burguesia, -- ou seja, de que as forças acumuladas no capitalismo competitivo seriam suficientes para desencadear um movimento interno autônomo e conferir à burguesia uma sólida orientação democrático-nacionalista -- não encontra suporte em burguesias frágeis diante da influência externa e impotentes diante da luta entre interesses particularistas de suas frações. Assim o visado não era o desenvolvimento nacional autônomo, mas a autonomia das classes e estratos burgueses na sociedade e a possibilidade de consolidar a transformação capitalista monopolista, indissociável, naquelas circunstâncias, da manutenção da dependência e do desenvolvimento desigual interno. Esta passagem não coloca as classes dominantes diante do problema da democracia burguesa, mas da *ordem* burguesa. A referida transição leva a dissociação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Ou seja, instaura um padrão racional e modernizador de acumulação, ao mesmo tempo em que transforma o poder estatal em uma "autocracia burguesa" ou em uma "versão tecnocrática da democracia restrita".

A resolução da crise do poder burguês, passa pela esfera política, através da reorganização do Estado, colocado a serviço da iniciativa privada, favorecendo a adequação do espaço econômico e político aos requisitos do capitalismo monopolista. O Estado torna-se o eixo político da recomposição do poder burguês. A dominação burguesa ressurge com uma composição de poder heterogênea, de base nacional e internacional, congregando conservadores e liberais, ou seja, a hegemonia burguesa alcançada e "uma hegemonia agregada, de sim

ples articulação mecânica de interesses de classe" (8), mas que lhe permite superar momentaneamente sua impotência histórica.

Toda a sociedade passa a ser vazada por uma rede de relações autoritárias, incorporadas às instituições, ideologias e aos processos sociais, tendendo a exarcebar-se - como uma forma de auto-defesa das classes dominantes. (9)

Coube ao Estado, enquanto núcleo do poder burguês, reduzir e comprimir o espaço político e jurídico de todas as classes que se opusessem ao novo padrão de dominação, sendo o proletariado e as massas trabalhadoras o alvo privilegiado da agressão auto-defensiva da burguesia. As pressões daí oriundas tenderam a ser deslocadas para "fora da ordem", como estratégia para legitimar e impor o poder. Um conflito intenso de classes, encoberto e reprimido, marca sua presença. Os comportamentos coletivos de auto-defesa dos trabalhadores foram deslocados para a esfera de segurança nacional. O elemento peculiar que aí aparece não é a violência institucionalizada, mas uma concepção de segurança cimentada na noção de guerra permanente de umas classes contra as outras, assumida pelo Estado Nacional.

(8) F. Fernandes. A Revolução..., op. cit., p. 335.

(9) "Nesse contexto histórico-social, a dominação burguesa não é só força sócio-econômica espontânea e uma força política regulativa. Ela polariza politicamente toda a rede de ação auto-defensiva, percorrida pelas instituições ligadas ao poder burguês, da Empresa ao Estado, dando origem a uma formidável superestrutura de opressão e bloqueio, a qual converte reativamente a própria dominação burguesa na única fonte de poder político legítimo. Mero reflexo das relações materiais de produção ela se insere, como estrutura de dominação, no âmago mesmo dessas relações, inibindo ou reorientando, espontânea ou institucionalmente, os processos econômicos, sociais, e políticos por meio dos quais as demais classes ou quase classes se defrontam com a dominação burguesa; F. Fernandes "O Modelo Autocrático Burguês de Transformação Capitalista" In: A Revolução..., op. cit., p. 302-303.

Se é na consolidação do capitalismo monopolista que a burguesia alcança sua plenitude de poder, mantidos e agravadas as desigualdades econômico-políticas pré-existentes, não é apenas a burguesia que se recompõe. O proletariado adquire novo peso político e nova força social dentro da sociedade, ao mesmo tempo em que são fortalecidas as condições objetivamente favoráveis à disseminação dos conflitos de classe e da organização política dos trabalhadores, temporariamente bloqueadas de emergirem na superfície da sociedade.

Em síntese, o aprofundamento do padrão monopolista da organização econômica implicou uma reordenação da dominação burguesa e, conseqüentemente, das relações dessa classe com as demais, com o Estado, as grandes corporações e as nações centrais, cujos laços foram estreitados. Esse processo é acompanhado de uma radicalização do poder burguês, por intermédio do "Estado Autocrático-Burguês", que é fortalecido, concentrando a ação reguladora das relações sociais e a capacidade de gerir a economia. Torna-se a retaguarda necessária à iniciativa privada na dinamização da acumulação capitalista monopolista. Reforça-se o primado da estabilidade política como condição imposta externamente e assumida pela burguesia para a dinamização do desenvolvimento capitalista à base das grandes corporações estatais, privadas, nacionais ou estrangeiras. Isso implicou, como diretriz, da exclusão das massas populares e do proletariado das negociações do poder, concebido como "inimigo principal" da nova composição de forças que detém o controle do Estado. Acentuam-se os mecanismos repressivos e de disciplinarização das relações de classe, como garantia do poder e da elevação dos níveis de produtividade do

trabalho que passam a ser requeridos na grande indústria e em setores estratégicos da agricultura. (10)

Assim explicita-se uma nova correlação de forças mais favorável às necessidades decorrentes do processo de aprofundamento capitalista nacional e internacional. Ou seja, o novo modelo político que se impõe tem em vista a adequação do poder de Estado às novas necessidades da acumulação de modo a fortalecer a grande unidade de produção. Visto de outro ângulo, significa que a incorporação subordinada de interesses das classes populares, verificada durante o período "populista", torna-se secundária face à nova correlação de forças e à base social de apoio ao governo central. Mais ainda, tratava-se de necessidade prévia de desarticulação dos instrumentos de defesa dos trabalhadores para impor a radicalização do modelo de desenvolvimento econômico necessário ao novo patamar em que se situava internamente o aprofundamento do capitalismo e sua inserção na divisão internacional do trabalho. É ao fazer face a essas exigências que o Estado assume tanto funções repressivas no plano social, como modernizadoras no plano administrativo. (11) Ganha relevo a política de subsídio ao grande capital, ao mesmo tempo em que tornam-se dominantes no aparelho de Estado os representantes da aliança entre as forças armadas e a tecnocracia expressando os interesses daqueles setores do capital. Em substituição à ideologia "desenvolvimentista" impõe-se a ideologia da "modernização",

(10) "Com o golpe se instala uma ditadura a serviço do capital monopolista. Não só o aparelho de Estado, mas toda a vida econômica, política e cultural do país passou a ser amplamente determinada pela política de acumulação capitalista acelerada, daí o caráter agressivo e repressivo, em termos econômicos e políticos, da política econômica estatal. Tratava-se por um lado de expropriar o máximo o proletariado industrial e agrícola, além de certos setores da classe média e do campesinato; e, por outro lado, tratava-se de abrir as portas do país à livre ação do capital monopolista estrangeiro." O. Ianni. Ditadura e Agricultura, op. cit., p. 17.

(11) F.H. Cardoso. O Modelo Político Brasileiro e outros Ensaios, op. cit., p. É ilustrativa dessa modernização administrativa o Decreto Lei 200, de 1967, que centraliza e unifica a administração federal.

(12) de orientação pragmática e tecnocrática que, a partir de critérios de racionalidade crescente justifica um processo de super-concentração do poder estatal e acentuada burocratização.

Sendo estes os contornos gerais da questão social nos quadros do capitalismo monopolista, resta acentuar algumas dimensões que a especificam, tanto a nível da situação de vida dos trabalhadores e das novas formas mobilizadas pela burguesia para o seu enfrentamento.

Em decorrência do novo equilíbrio de forças, verifica-se uma mudança significativa nas relações de trabalho (13) expressando-se através das políticas salariais e sindical, que traduzem um aumento do nível de exploração da classe operária. O arrocho salarial é complementado tanto pela liquidação de "direitos" já conquistados como greve, e estabilidade, e pela desarticulação da estrutura sindical e partidária. Essas medidas viabilizam um aumento da taxa de exploração do trabalho, através da ampliação da jornada de trabalho, da institucionalização das horas extras, do reforço da disciplina industrial, da intensificação do ritmo de trabalho, etc., tendo como contrapartida uma elevação da produtividade dentro de um clima de aparente ordem e "paz social".

A consequência da implantação das novas estratégias de desenvolvimento, altamente concentradoras de renda e de capital é a queda do padrão de vida dos assalariados, que se expressa, entre outros fatores, no agravamento da desnutrição, de doenças infecciosas, no aumento das taxas de mortalidade infantil, dos acidentes de trabalho. (14) Em síntese,

(12) Ver O. Ianni. O Colapso do Populismo no Brasil, op. cit., esp. Cap. IX "A Ideologia dos Governantes", p. 187-198.

(13) P. Singer. A Crise do Milagre. Interpretação Crítica da Economia Brasileira, op. cit.. Ver, especialmente, Cap. II "A Economia Brasileira Depois de 1964", p. 77-98.

(14) Ver: P. Singer et alii. São Paulo : Crescimento e Pobreza, op. cit..

verifica-se a ampliação da miséria absoluta e relativa de grande parcela da população trabalhadora, consubstanciando um processo crescente de dilapidação da força de trabalho coletiva. (15)

Face a desarticulação dos organismos político-reivindicatórias da classe trabalhadora, de sua momentânea exclusão da arena política e, frente à manutenção de uma política salarial comprimida -- requisitos da solificação da dominação burguesa e da expansão capitalista -- a questão social passa a ser tratada através da já conhecida articulação entre *repressão e assistência*, como condição de preservação da "paz armada" imposta pelo poder.

Como substitutivo do esvaziamento dos canais de participação política dos trabalhadores são intensificados os programas de cunho assistencial, (16) centralizados e regulados pelo Estado e subordinados às diretrizes políticas de garantia da estabilidade social e de reforço à expansão capitalista. Em outros termos, a nova peculiaridade no enfrentamento da questão social, no que concerne a assistência, é que ela passa a ser organizada de modo a atender um duplo requisito: *favorecer a acumulação de capital pela iniciativa privada e subordinar-se aos preceitos da segurança nacional*.

De um lado, os programas assistenciais são mobilizados pelo Estado como contraponto ao peso político do proletariado e demais trabalhadores e a sua capacidade de pres

(15) Dados do DIEESE demonstram que em 1964 o trabalhador, para alimentar uma família de 4 pessoas, deveria trabalhar 262h/mês e em 1976 este tempo aumenta para 546h e 33 min/mês. Por outro lado, a produtividade do trabalho cresce de fev. de 1964 a maio de 1976 em 69% enquanto o salário mínimo real cai, no mesmo período em 41%. Cf R. Coutinho. "Sobreviver para Trabalhar: Salário e Alimentação do Trabalhador Brasileiro" Caderno do CEAS, nº 48, mar-abr, 1977. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, p.

(16) Emergem nesse período, programas governamentais dentro de uma retórica de atenção às condições de vida do trabalhador, tais como: Pro~~nam~~, Funrural, BNH e as Cooperativas Habitacionais, reestrutura-se a Previdência, surge o FGTS, PIS, PASEP, etc.

são, experimentada no bojo da crise do poder burguês. Busca-se, através deles, neutralizar manifestações de oposição, recrutar um apoio, pelo menos passivo ao regime, despolitizar organizações trabalhistas na tentativa de priorizar o trabalho assistencial sobre a luta político-reivindicativa. Assim, a política assistencial é irradiada até os sindicatos. Trata-se da utilização da assistência como um meio de regular o conflito social em nome da ordem pública e da segurança da Nação.

As medidas assistenciais ingressam como um dos componentes da rede de relações autoritárias imprimidas à sociedade, passando a articular-se às estratégias das relações do Estado com as classes trabalhadoras, como uma das áreas instrumentais do intervencionismo crescente do Estado na sociedade civil.

De outro lado, se o Estado se reserva o poder de regular tais políticas, orienta-se, também, no sentido de favorecer a participação da iniciativa privada na área da prestação de serviços sociais, como campo de investimento do capital ou meio de obtenção de vantagens fiscais, fazendo com que a qualidade dos serviços seja subordinada aos requisitos de rentabilidade das empresas que atuam no campo. (17) A isto se acresce uma outra particularidade: esses serviços devem ser *financiados, total ou parcialmente, pelos próprios beneficiários*. Na lógica que preside a estruturação dos serviços sociais não ingressa qualquer componente distributivista. Ao contrário, não se trata de distribuir, mas de *construir*, de

(17) São amplamente conhecidos, por exemplo, os "Convênios" na área de prestação dos serviços de saúde, acarretando a "industrialização" dos serviços médicos. Os estudos sobre a política habitacional são, também, ilustrativos.

acrescentar o capital investido, ampliando, conseqüentemente, as desigualdades sociais. (18)

Alguns desses "benefícios" sociais, como aqueles que se enquadram no campo do seguro social são, ainda, utilizados para o estabelecimento de uma poupança forçada, impingida pelo Estado, aos trabalhadores assalariados. Esta poupança, sendo gerida pelo Estado, tende a ser repassada aos capitalistas privados, favorecendo a reprodução do capital no conjunto da economia. Mediante deduções salariais compulsórias o trabalhador se vê compelido a reduzir satisfação de necessidades básicas atuais, em função de garantir possíveis benefícios futuros e a abrir mão da capacidade de decidir seu próprio consumo, em cuja esfera o Estado passa a ter uma ingerência direta. (19)

Os estudos de Malloy citados, apontam que a concepção de seguro social que regia os serviços previdenciários ("proteção" à família segurada contra riscos pré-estabelecidos: velhice, doença, invalidez e morte do provedor da família) tendeu, após 64, a ser ampliada para a noção de segu-

(18) É significativa a declaração do Gen. Geisel no "O Estado de São Paulo" de 05/02/76 anunciando o Pronan: "Deve-se exigir a participação financeira do próprio assalariado e estimular as empresas através de dedução dobrada no imposto de renda, para que proporcionem ao trabalhador de menor salário ou aos mais necessitados, uma alimentação adequada. É óbvio que os reflexos proporcionados por tal situação serão altamente promissores para a própria empresa que terá, sem dúvida, maior rendimento do trabalho do operário". Cf. R. Coutinho, op. cit., p. 35.

(19) Ver: J. Malloy. "A Política de Previdência Social no Brasil: Participação e Paternalismo". Dados nº 13, Rio de Janeiro, IUPERG, 1976, p. 93-115; "Previdência Social e Distribuição de Renda. Notas de Pesquisa". Estudos Cebrap, nº 25, Petrópolis, Vozes, s/d, p. 113-134; "Política de Bem-Estar no Brasil: histórico, conceitos e problemas." Revista de Administração Pública, nº 10, Ano 2, Rio de Janeiro, junho de 1976, p. 5-29.

rança social diretamente derivada da doutrina de Segurança Nacional (20) É expressão dessa alteração tanto a unificação da Previdência em 1967, como a criação do Ministério de Previdência e Assistência Social em 1974. A segurança social (incluindo-se aí programas como INPS, FGTS, PIS, salário família, *salário educação*, etc.), tende a expandir a assistência a todos os cidadãos, além de dispor de um caráter preventivista. Incide, segundo o autor, sobre uma questão chave da economia política "a capacidade da sociedade como um todo gerar poupança para financiar todos os programas sociais, sem romper os programas de desenvolvimento econômico" (21) ou, em outros termos, a contradição entre as funções de acumulação e legitimação da dominação burguesa e do Estado capitalista, subjacente a crise do capitalismo. (22)

O conceito que se sobressai na concepção de "segurança social", que passa a reger os programas de cunho assistencial, é o de *salário social*, que incorpora ao salário propriamente dito os vários serviços, bens e "benefícios" que a "coletividade paga" ao trabalhador, passíveis de utilização futura. O "salário social" se adequa, assim, à manutenção de um piso salarial rebaixado, à medida que engloba no conceito de salário os demais "benefícios", pelos quais o trabalhador se vê impingido a financiar duplamente: além do trabalho excedente que lhe é permanentemente subtraído, paga-os tanto com

(20) "Especificamente, eles (os militares) desenvolveram a noção de que um amplo alcance dos programas sociais reduziria as tensões de classe e contribuiria para a ordem social básica e, consequentemente, para a total segurança nacional. Dada a óbvia importância "política" de tais programas, eles devem ser monopolizados pelo Estado, que é o órgão encarregado de garantir a ordem e a segurança nacionais. Além disso, esses programas, devem ser organizados dentro do programa econômico do Estado, que, também, está vinculado à segurança nacional". J. Malloy. "Previdência Social e Distribuição de Renda. Notas de Pesquisa", op. cit., p. 128.

(21) J. Malloy. "Previdência Social e Distribuição de Renda. Notas de Pesquisa". op. cit., p. 128.

(22) F. Fernandes. "Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo". op. cit.

deduções salariais diretas, como arca com o financiamento dos custos das contribuições dos empregadores transferidos para os preços dos produtos, da elevação do custo de vida, etc.

É importante acentuar que a determinação do "salário social" ao ser definida pelo Estado, ultrapassa as relações de mercado, as negociações diretas entre empregado e empregador, em detrimento da possibilidade de exercício, pelo trabalhador assalariado, de sua cidadania na luta por sua própria sobrevivência na sociedade capitalista.

Os programas econômico-sociais passam a ser definidos pelo Estado em função de critérios aparentemente técnico-administrativos, eliminando, com isto, a função representativa dos grupos interessados, numa linha de "despolitização" desses programas. Como expressão da burocratização crescente das relações sociais, os trabalhadores passam a depender de decisões tomadas na esfera político-administrativa do Estado em questões que afetam sua própria sobrevivência. Estes são alguns contornos da "questão social" no capitalismo monopolista e das formas peculiares de seu enfrentamento pelos setores dominantes nos marcos do Estado Autocrático-Burguês.

O tratamento da questão social, via repressão e assistência, subordinada aos preceitos da Segurança Nacional e da acumulação monopolista implica não só no agravamento das tensões sociais, como na ampliação do processo de pauperização absoluta e relativa dos trabalhadores e das sequelas daí derivadas. A "crise do milagre" econômico brasileiro permite o reaparecimento, na superfície da cena política, da presença fortalecida e reorganizada dos trabalhadores em seus movimentos sociais, apesar da assistência e da repressão.

Esse quadro conjuntural representará para os Assistentes Sociais uma ampliação crescente de seu campo de trabalho. Paralelamente, diversificará as demandas feitas ao

meio profissional no sentido de assumir e enfrentar uma série de tarefas e funções relativas a implementação das políticas sociais, dentro da nova racionalidade que o modelo político impõe. A isso se acrescem os efeitos da burocratização crescente que acarreta a modernização do aparelho de Estado. Este fato que também se reflete no interior das empresas, torna ainda mais necessária a existência de funcionários especializados nas tarefas de interpretação e encaminhamento para a obtenção de "benefícios" a que se referem aquelas políticas. Assim, observa-se que o crescimento da demanda e exigências que essa conjuntura coloca para o meio profissional nada mais é do que um aspecto da resposta institucional ao agravamento das condições de vida do proletariado. Em outros termos, a ampliação do mercado de trabalho, e o reforço da legitimidade do Serviço Social diante do poder é expressão da resposta das classes dominantes ao enfrentamento das novas formas de expressão da questão social, que tem como pano de fundo a ampliação do processo de pauperização da população trabalhadora, dentro de uma conjuntura em que sua capacidade de luta encontra-se gravemente afetada pela política de desorganização e repressão às suas entidades de classe. Nesse quadro, a instituição Serviço Social deverá capacitar-se a fornecer uma resposta que a atualize, face aos novos desafios que lhe são colocados pela conjuntura político-econômica. Estes se traduzem num repensar da atuação profissional, seja numa linha de tecnificação pragmatista modernizadora, seja numa busca de questionamento das próprias bases da legitimidade dessa demanda.

Antes de desenvolver as respostas apresentadas pelos Assistentes Sociais a essa realidade, importa retomar e particularizar algumas características desse *intelectual* no desempenho de suas atividades profissionais, que viabilizam a ampliação de sua demanda pelos setores dominantes.

5.3. Assistente Social: O Profissional da Coerção e do Consenso

A identificação das funções intelectuais exercidas pelo profissional implica em resgatar algumas peculiaridades dessa prática profissional. Esta é considerada como uma das dimensões, através da qual o Assistente Social exerce seu papel intelectual, embora este extrapole o âmbito estritamente profissional.

Tendo por suporte as organizações públicas e privadas situadas na órbita dos quadros dominantes da sociedade, que atuam na esfera da prestação dos serviços sociais, a intervenção do Assistente Social é, eminentemente, uma ação de cunho "educativo", "organizativo", junto as classes trabalhadoras. Busca transformar a maneira de ver, de agir, de comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade. Incide, portanto, sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano. Essa ação é, no entanto, realizada através da prestação dos serviços sociais, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula contratualmente. Este tipo de prática vem configurando o Assistente Social como o "profissional da Assistência", enquanto opera com recursos institucionais para a prestação de serviços que se enquadram nesse âmbito, racionalizando e administrando sua distribuição, controlando o acesso e o uso dos mesmos pela "clientela". É um profissional intermediário das relações entre instituição e "clientela", um articulador da população aos órgãos em que trabalha. A prestação de serviços imediatos em que interfere o Assistente Social contribui para fazer frente a necessidades básicas e urgentes de sobrevivência das classes trabalhadoras, especialmente de seus segmentos mais pauperizados, afetando sua reprodução material. É acoplado a esses serviços buscados pela população, que o profissional desempenha suas funções tipicamente intelectuais.

Este tipo de intervenção profissional viabiliza que seus agentes qualificados atuem em organizações de diferentes tipos e que se dedicam a vários campos de atuação na realidade (saúde, habitação, lazer, trabalho, etc.) fazendo face a uma gama heterogênea de necessidades sociais. Isto possibilita à categoria profissional ter acesso à quase globalidade das esferas da vida cotidiana dos trabalhadores. O que delimita a solicitação desse profissional não é, propriamente, o tipo de especialização das instituições e dos serviços que mantêm: a estes deve *adaptar-se* o profissional, (23), geralmente na condição de um técnico do escalão inferior diante das atividades principais do setor, exercidas por um profissional com especialização técnica específica no campo (médico na área de saúde, pedagogo na de educação, etc.). Este quadro se altera nos organismos cujos programas principais se enquadram no campo "social" ou mais precisamente de "assistência", "promoção social" ou "bem-estar social". Aí o Assistente Social tende a ocupar postos principais na hierarquia institucional, quando não preenchidos por "políticos de carreira", ou por profissionais de outras áreas, em se tratando de cargos de confiança da administração pública e privada.

Esta prática diversificada, enquanto áreas diferenciadas de trabalho a que se dedica, é vivenciada e representada pelo profissional de maneira confusa: almeja ter um campo "próprio" de trabalho, enquanto área "específica" que lhe atribua "status" e facilite o seu reconhecimento profissional. Como tende a recusar atividade assistencial, pelos es

(23) Tal adaptação ao perfil da demanda do mercado de trabalho vem se traduzindo no interior da instituição Serviço Social, pela tendência a se formar especializações: Serviço Social Médico-Hospitalar, Serviço Social do Trabalho ou de Empresas, Serviço Social Previdenciário, etc. É a resposta da instituição no sentido de aprimorar a qualificação técnica em resposta à maleabilidade do exercício profissional nos mais diversos "campos" profissionais, que se multiplicam com o aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho.

tígm_as que contém (muitas vezes erroneamente identificada com a simples caridade) ele se vê "perdido" diante da definição de seu fazer frente a outras profissões correlatas cujas frentes de trabalho são mais precisas, seja pelo caráter técnico mais marcado, seja pela herança científica mais solidificada. Incorporando, frequentemente, a ótica da compartimentalização das disciplinas como um dado não questionável, o Assistente Social tem a sensação de estar presente em segmentos da realidade particulares e particularizados, "apropriados" pelas várias disciplinas, sem ter reconhecido o "seu" lugar. Sente a profissão diluída, difícil de ser definida e qualificada.

Apesar desse caráter aparentemente difuso e heterogêneo das tarefas exercidas pelo Assistente Social, este continua a ser necessário na presente organização social, o que se expressa no crescimento do mercado de trabalho, nos últimos anos, e na expansão quantitativa da categoria profissional.

Na busca de explicar o que unifica a demanda do Assistente Social em programas multifacéticos, pode-se levantar uma hipótese, que direciona as reflexões que se seguem: o que delimita, fundamentalmente, a solicitação desse tipo de profissional, não é tanto o caráter propriamente "técnico especializado" de suas ações, mas, antes e basicamente, as funções de cunho "educativo", "moralizador" e "disciplinador" exercidas mediante um suporte administrativo-burocrático, sobre as classes trabalhadoras, ou, mais precisamente, junto a seus segmentos que formam a "clientela" das instituições que desenvolvem "programas sócio-assistenciais". Radicalizando uma característica de todas as demais profissões, o Assistente Social aparece como o *profissional da coerção e do consenso*, como um especialista político. Esta é, pois, uma característica que não lhe sendo exclusiva, aparece, aí, com maior intensidade, tanto pelo significado da atividade assistencial, como pelas características mais peculiares da

profissão derivadas de sua trajetória histórica e constantemente atualizadas. Sua demanda pelos canais "oficiais" está relacionada, desde os seus primórdios, às tensões e mudanças significativas nas oposições de classes configuradas na "questão social". Encontra-se estreitamente vinculada, como uma atividade secundária, mas nem por isto dispensável, à necessidade de preservação da ordem, da estabilidade da sociedade civil, como suporte da ampliação da produtividade do trabalho, requerida pelo processo de acumulação. É dentro desse quadro que se explica, inclusive, o sentido prioritário das atividades de Assistência Social, sem menosprezar suas derivações na reprodução da força de trabalho, conforme já foi acentuado no capítulo anterior. "Paz social" dentro do "progresso" é a diáde subjacente à necessidade histórica da assistência social e dos profissionais a ela vinculados. Programas e agentes são mobilizados para detectar, preventivamente, as tensões sociais, e, localizadamente, atenuá-las ante as sequelas derivadas da intensificação do processo de exploração da força de trabalho e de sua contrapartida: a presença crescente dos trabalhadores no cenário político da sociedade, organizados na luta por seus interesses corporativos e políticos. As atividades assistenciais se recrudescem, especialmente nos períodos de crise, como contraponto a este processo de organização coletiva dos trabalhadores, como "soluções" enfeixadas nas mãos do Estado e dos segmentos de classes a ele vinculados. Tais soluções se materializam em programas sociais, que individualizam e pulverizam, mantendo sob controle, respostas às necessidades de caráter coletivo. É principalmente nesse processo de individualização de atendimentos que entra em cena o Assistente Social.

Sendo este o significado prioritário das atividades que conformam o "campo" de trabalho do profissional, elas não exaurem aí sua explicação. Quando toda a sociedade encontra-se regida pela lógica da acumulação os serviços so-

ciais não fogem a seu âmbito, passando a ser estruturados como campo de investimentos, como "locus" de aplicação do capital. A organização e distribuição dos serviços passa a ser subordinada aos quisitos do crescimento ampliado do capital.

Em síntese, a natureza da atuação profissional é de cunho predominantemente político-ideológico do que propriamente econômico. A eficácia de sua atuação junto a clientela é basicamente político-ideológica sob a aparência tecnicizada.

Tais elementos levam a direcionar a análise para a compreensão do papel intelectual desempenhado pela categoria profissional. Assim o foco analítico não se circunscreve a nível da própria categoria profissional; incorpora-a, ultrapassando-a, para buscar esboçar como o exercício das funções intelectuais se peculiarizam nesse profissional. Enfim, apreender algumas particularidades do intelectual Assistente Social.

O pressuposto assumido foi de que a análise sociológica da profissão e de seus agentes não pode ser reduzida à consideração do Serviço Social e do Assistente Social desvinculados dos organismos institucionais, cujo caráter e função condicionam o significado dessa prática profissional no processo de reprodução das relações sociais. Tal premissa remete a um aprofundamento da concepção do intelectual, apoiada em Gramsci, (24) visto que possibilita superar a consideração

(24) A. Gramsci. "Problemas da Vida Cultural" In: Obras Escolhidas, op. cit.; A. Gramsci. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3a. ed., 1969. H. Portelli. Gramsci e o Bloco Histórico, op. cit.; M. A. Macciocchi. A Favor de Gramsci. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2a. ed., 1980. J.M. Pirotte. El Pensamiento Político de Gramsci. Barcelona, A. Redondo, 1972. A análise do intelectual incorpora a interpretação apresentada por Pirotte. Não se pretende efetuar uma discussão teórica da noção, mas retomar e ampliar alguns elementos básicos da concepção do intelectual já explicitada, para subsidiar a compreensão de certas particularidades do Assistente Social como intelectual.

dos aspectos puramente profissionalizantes, atrelando-os à sua significação política, priorizando a função e o lugar que essa camada ocupa no bôjo das relações sociais.

Reafirmando o que já foi dito, Gramsci apresenta uma noção ampla de intelectual, conferindo uma significação histórico-sociológica a esta noção, definida a partir do *lugar e da função que ocupa no seio da estrutura social e no processo histórico*. Refutando a mera segmentação entre trabalho manual e intelectual, parte do suposto de que todos os homens são intelectuais, na medida em que sempre utilizam, em graus diferenciados, sua capacidade cerebral. Sustenta, no entanto, que nem todos exercem, no conjunto das relações sociais, a função de intelectual. É esta função que cumpre ressaltar.

Sendo os intelectuais representantes de interesses econômico-corporativos e políticos de uma classe, e, não apenas portadores de interesses privados, suas funções encontram-se estreitamente articuladas a posição e a função que as classes fundamentais (proletariado e burguesia) ocupam na sociedade. (25)

(25) Conforme Piotte, as funções dos intelectuais podem ser resumidas em que:

- são organizadores da função econômica da classe a que se articulam, exercendo tarefas no mundo da produção que são especializações de atividades em sua origem exercidas pelos membros ativos dessa classe;
- são organizadores da coerção de classe exercida a nível do Estado, através de seus quadros administrativos, políticos, jurídicos e militares;
- são portadores da função de hegemonia que a classe dominante exerce sobre o conjunto da sociedade civil através das organizações culturais (escolas, meios de comunicação e de difusão) e dos partidos, buscando assegurar o consentimento, senão ativo, pelo menos passivo, das classes dominadas à direção imprimida à sociedade;
- têm, ainda, o papel de favorecer a tomada de consciência da comunidade de interesses da própria classe que representam, homogeneizando sua concepção de mundo. Isto é, buscar a correspondência entre esta concepção e a função objetiva dessa classe, numa dada situação histórica. Ver: J. M. Piotte, op. cit.

O intelectual exerce funções de direção econômica, social e cultural que se expressam tanto nos níveis de elaboração como de difusão do saber próprio da classe que representa. Pode-se caracterizar o papel do intelectual como o de investigador, educador, organizador de hegemonia e da coerção e, ainda, homogeneizador da consciência da classe.

Se o vínculo do intelectual com a classe por este representada é *orgânico*, essa camada social dispõe de uma relativa autonomia no exercício de suas funções. A compreensão desse duplo movimento de organicidade e autonomia é básica para se ter clareza do papel do intelectual.

Ainda segundo Piotte a análise gramsciana do intelectual orienta-se para a *organização de classe*, voltada para sua preocupação com o partido, configurado como o intelectual coletivo. Em outros termos, os laços que unem os intelectuais às classes sociais procedem das organizações da sociedade civil e da sociedade política, nas quais atuam e a cujos propósitos confirmam sua adesão. Assim o caráter orgânico do intelectual está na estreita dependência dos vínculos que essas organizações mantêm com as classes fundamentais, sendo a organicidade tanto maior quanto mais estreitas são as relações entre ambas. O grau de organicidade do intelectual está, ainda, condicionado pelo lugar que ocupe dentro da hierarquia das organizações hegemônicas e corporativas da sociedade civil e nos organismos do Estado: quanto mais elevada a posição mais íntima a organicidade.

Esta vertente analítica supõe, portanto, compreensão, numa dada situação histórica específica, das classes e de suas relações, bem como dos organismos através dos quais se expressa e consolida sua influência numa sociedade determinada. Ela é básica para a análise do tema em debate: o papel do Assistente Social. Não sendo este um profissional liberal mas sua atuação realizada através dos organismos da sociedade civil e, especialmente do Estado, estes constituem as "pontes"

das relações entre o profissional e as classes sociais. Aprender, portanto, o caráter de classe das organizações nas quais trabalha o profissional, na condição predominantemente de um intelectual subalterno face a estrutura de poder das mesmas, é condição para se desvendar o significado dessa instituição e os efeitos sociais da prática de seus agentes.

Importa ressaltar que, para Gramsci, a natureza de classe da ação do intelectual, não se encontra na dependência imediata de sua origem de classe sobre a qual predomina a sua função social. À sua origem social, sobrepuja-se o espaço problemático a partir do qual orienta e implementa sua atividade, isto é, sua posição de classe, e a natureza das organizações através das quais exerce suas funções organizativas, educativas, e de elaboração do saber. Historicamente, a "pequena burguesia rural e urbana" se apresentam como as camadas, por excelência, produtoras de intelectuais que, tendem a ser incorporados pelos "grupos sociais" fundamentais em sua luta pela hegemonia no conjunto da sociedade.

Porém os intelectuais não são meros reflexos das classes sociais e nem simples membros das mesmas: seu vínculo orgânico supõe que representem a *autoconsciência crítica* dessas classes. O exercício de seu papel intelectual supõe uma criticidade, o que o indispõe, muitas vezes, com a classe representada, mas sem colocar em questão o seu poder econômico, político e cultural. A relativa autonomia que mantém a camada dos intelectuais é derivada da particularidade de suas funções, como do vínculo com as organizações que produzem uma certa "distância" entre o intelectual e a classe. Configurados como uma categoria específica, os intelectuais criam sua própria rede de organizações representativas, com uma certa independência das classes dominantes, para a defesa de seus interesses corporativos específicos.

Esta relativa autonomia, indissociável da organicidade, favorece a construção de representações por esses agentes em que apresentam como camadas efetivamente independentes, o que aparece de forma mais marcante, mas não exclusiva, nos intelectuais tradicionais, vinculados a classes que perderam ou vêm perdendo seu peso político e econômico na sociedade decorrente da própria expansão capitalista.

Incorporando esta rápida disgressão teórica para a compreensão das características da atividade profissional do Assistente Social como uma das instâncias em que efetiva seu papel intelectual, importa retomar, articulando na análise, elementos já apontados.

A posição do Assistente Social na organização e divisão de trabalho a nível do processo produtivo, dentro das unidades industriais, pode ser pensada como desdobramento de uma das funções originais do capitalista no âmbito da produção, delegada, posteriormente, a seus quadros técnicos administrativos: *a de controle e disciplinarização dos operários tendo em vista sua subordinação aos requisitos do processo de valorização.*

Porém, as atividades controladoras e educativas executadas pelo Assistente Social não se restringem ao âmbito fabril. Trabalhando a partir da *unidade familiar do trabalhador* abrange, também, a esfera de sua *vida privada*, extra-fábrica. Isso se dá seja através do acesso à vida particular do operário, e a seu ambiente doméstico, seja através da interferência na sua capacidade e decisões de consumo, mediante o poder que lhe é delegado na administração dos "benefícios sociais", enquadrados na concepção do salário indireto, ou, mais precisamente de "salário social".

Enquanto as tarefas de organização das relações industriais são partilhadas por uma equipe de profissionais, entre os quais o Assistente Social, a área dos "benefí-

cios" e das "relações empresa-comunidade" lhe tem sido atribuídas com certa exclusividade.

Sua posição funcional nas indústrias encontra-se predominantemente ligada à administração de pessoal, participando da implementação e, em menor escala do planejamento, de programas voltados para a "humanização" das relações de trabalho. Essas medidas, balizadas pela necessidade de garantir níveis ótimos de produtividade do trabalho, estão voltadas não só para atenuar as manifestações de insubordinação dos operários face à rígida disciplina imposta ao trabalho e ao trabalhador alienado, como para detectar a eclosão de insatisfações potenciais, e propor medidas, atreladas à hierarquia da Empresa, que esvaziem o potencial organizativo e reivindicatório do proletariado. (26)

A empresa tem no Assistente Social um dos técnicos privilegiados para exercer o papel de mediador entre a indústria e a vida privada do operário. Este é efetivado através da discussão de suas relações e dificuldades cotidianas, e do conhecimento de suas condições de sua vida doméstica, verificadas "in locu" por meio de "visitas domiciliares". O profissional não só invade o cotidiano do trabalhador, mas propõe e realiza programas que procuram "cooptar" algumas de suas esferas, trazendo-as para "dentro da fábrica", através da realização de atividades de lazer, esportivas, culturais, de confraternização da família operária, concursos, etc. Através de programas voltados para a integração empresa-comunidade concretiza o estabelecimento de fios articuladores no con-

(26) Encontram-se, aí, atividades como: verificação e controle do absenteísmo; orientação e interferência nos conflitos entre operários e entre estes e as chefias imediatas; verificação, a nível da história de vida individual, de fatores geradores de "displicência" no trabalho ou de queda da produtividade, de operários particulares; interpretação e orientação de normas de segurança do trabalho; treinamentos de lideranças; incentivo à criação de canais de participação e organização dos operários na vida da empresa, através de grupos e comissões supervisionadas por agentes da administração, etc.

trole do uso do tempo livre do trabalhador resgatado historicamente do capital, propondo alternativas de seu preenchimento dentro da órbita da empresa.

A mediação exercida pelo Assistente Social nas relações entre a indústria e vida privada do trabalhador se efetiva ainda, pelo controle do acesso e uso dos chamados "benefícios", previstos pela política de pessoal da empresa (empréstimos financeiros, adiantamentos salariais para necessidades urgentes, cooperativas de consumo, etc.) e pela política previdenciária. Esta área se revela como uma instância privilegiada de interferência em decisões que, no capitalismo, têm sido atribuídas ao próprio trabalhador, sem uma ingerência direta do capital. Trata-se de um empreendimento de tutela e programação do cotidiano operário, inculcando-lhe uma racionalidade de comportamento adequada à ordem capitalista.

Este trabalho persuasivo e coercitivo, aqui ressaltado a nível do Serviço Social na indústria, se repete com algumas particularidades nos demais campos de trabalho do Assistente Social em organizações da sociedade civil, e do Estado, sendo este sua principal instância mandatária. O profissional encontra-se presente em suas esferas administrativas, políticas, jurídicas e, mais recentemente, nas forças armadas. Por outro lado é significativa sua ausência em organizações e associações próprias da classe trabalhadora, por ela criadas e geridas, assim como de vínculos diretos com seus movimentos sociais autônomos. Mesmo as entidades sindicais, estruturadas dentro da política corporativista do Estado, não têm solicitado os serviços desse profissional, nem mesmo naquelas atividades que se vêem, muitas vezes, constrangidos a realizar no campo da assistência social. Importa registrar, no entanto, que, atualmente segmentos profissionais minoritários, identificados com as lutas populares, vêm realizando experiências de trabalhos pioneiras, embora ainda restritas, na

assessoria a movimentos sociais de trabalhadores, independente da mediação de instituições do Estado.

Se a base organizacional através da qual atua o Assistente Social apresenta um nítido caráter de classe, o vínculo com os propósitos da mesma passa pela *adesão* desse intelectual aos interesses sociais objetivos que aquelas organizações buscam sedimentar no conjunto da sociedade. Essa adesão é um pressuposto para o exercício de seu papel intelectual. Assim, o significado social que a instituição Serviço Social vem desempenhando na sociedade capitalista, na intimidade do poder dominante, não é independente da convivência ativa ou passiva de seus agentes, incorporando um *projeto social* que se expressa nos rumos assumidos por sua prática. Isto remete à necessidade de compreender quem é o profissional de Serviço Social e as mediações peculiares existentes em suas relações com as classes sociais.

Se nos seus primórdios os pioneiros dispunham de uma origem de classe definida, oriundos dos setores abastados da sociedade, com o evoluir da instituição verifica-se um alargamento das fontes de recrutamento, acompanhados ao mesmo tempo, de um processo de secularização relativa (27) e de "pu rificação profissional", ou profissionalização. Os Assisten tes Sociais passam a ser provenientes, em grande medida, dos setores médios urbanos, que almejam, numa profissão universi tária ascender socialmente e obter meios de sobrevivência através de uma atividade remunerada. Mas este fator não é suficiente para elucidar a procura do curso de Serviço Social ao se constatar o precário "status" da profissão e o baixo ní

(27) Coube, historicamente à Igreja o quase monopólio da formação profissional desses agentes. A maioria das Faculdades ainda, hoje, é católica, ampliando o seu processo de incorporação às Universidades do Estado. Este delegou à Igreja a tarefa de qualificação dos Assistentes So ciais, subsidiando, financeiramente, os centros de formação, mas sem ge ri-los diretamente.

vel salarial face a outras alternativas vigentes no mercado de trabalho que propiciam melhores possibilidades àqueles que priorizam galgar postos mais rentáveis na sociedade. Ingressa, aí, outro fator importante: busca-se, também, uma profissão que veicule vantagens simbólicas, no campo da "solidariedade humana", da "realização pessoal", da oportunidade de realizar uma "vocação", inspirada em motivações religiosas ou claramente políticas. Trata-se de uma profissão que incorpora a mística do "servir", da ajuda, guiada por valores "nobres" e altruístas, de caráter não utilitário (28). Portanto, busca-se no Serviço Social além de uma remuneração econômica, uma possibilidade de "recompensa pelo dever cumprido". Outro dado não desprezível, é a configuração da profissão como "setor de refugio", face a outras alternativas de escolha. (29).

A compreensão desse perfil peculiar passa pelas características de ser uma profissão basicamente feminina,

(28) Pesquisa realizada em 1967, junto a estudantes de todas as escolas de Serviço Social do Brasil, patrocinada pela ABESS, então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, com a participação entre outros de Otávio Guilherme Velho e Pedro de Assis Ribeiro, revela os principais motivos que levam a procura do curso de Serviço Social. São eles: "vontade de ser útil", "querer ajudar os outros" e "contribuir para o desenvolvimento do país", 32,7%; "achou que tinha vocação", "meio de se realizar", 25,3%; "arranjar melhor emprego", 11,6%; exclusão de outras profissões, 10,4%; "ampliar conhecimentos", 5,2%; "gosto da profissão", "de lidar com pessoas", 4,0%; "influência de outra Assistente Social", 1,1%; "teste de orientação vocacional", 0,4%; e outros, 9,3%. Dentre os "outros motivos" são destacados: privilégios obtidos pelos funcionários públicos com curso de nível superior e falta de outras escolas de nível superior que despertasse maior interesse ao candidato. A referida pesquisa mostra, ainda, que 90% dos estudantes são do sexo feminino, incidência elevada também encontrada em outras profissões como: Enfermagem, Biblioteconomia, Museologia, Música, Nutrição e Obstetrícia, conforme dados da CAPES. Ver: Valores e Serviço Social. Contribuição ao XIV Congresso Internacional de Escolas de Serviço Social. Helsink, ago. 1968. Rio de Janeiro, 1968. Sobre as vantagens simbólicas obtidas e procuradas na profissão ver, também, Jeannine Verdès-Leroux, op. cit.

(29) Tal característica é também constatada por J. Verdès-Leroux, op. cit.

que incorpora o peso da educação da mulher e da imagem cons
truída socialmente em torno da feminilidade pela cultura domi
nante. (30)

A imagem social da profissão e do profissional encontra-se profundamente estigmatizada pelos estereótipos criados em torno da mulher, aparecendo como uma extensão profissionalizante de seu "papel na sociedade", como uma alternativa a vida doméstica e a participação política. A figura da mãe, da educadora e do sacerdote se mesclam na imagem social dessa profissão, de precária base técnico-científica que, historicamente tendeu a valorizar "dons", os atributos de classe "naturalizados" como essenciais à tarefa educativa e moralizadora junto às classes subalternas. (31)

Este tipo de educação social predominante a que é submetida a mulher, especialmente aquelas oriundas de colégios católicos, permite facilitar a constituição de profissionais de setores subalternos, porém, identificados ideologicamente com a cultura dominante, e com o projeto de sociedade que ela expressa. Muitas vezes, características de classe tendem a se erigir como atributos profissionais. O componente humanitário, dentro de uma utopia conservadora, é consolidado aí, na mística da ajuda, contribuindo para a legitimação da profissão diante de seus próprios agentes, como uma profissão especial, que antes de ser trabalho é missão.

(30) Este raciocínio se apóia na obra anteriormente citada. São tidos como atributos essenciais às mulheres, entre outros: seriedade, modestia, gosto de servir, negação de si mesma: esquecer-se, dar-se, dedicar-se, sacrificar-se; capacidade de "entrar" na vida alheia, de compreender os demais, dotada de fina intuição peculiar. Educada através de uma repressão sexual moralizadora e infantilizada diante do sexo oposto, busca-se reforçar, ideologicamente, certas aptidões "naturais" que a sensibilizam de modo especial para o trabalho a "serviço da comunidade".

(31) Até a década de 70, pelo menos, a seleção para as Faculdades de Serviço Social incluía, além do exame vestibular, a exigência de testes vocacionais, realizados por especialistas, que buscavam detectar as aptidões e tendências pessoais do candidato à profissão.

Essas características contribuem para que as relações entre o Assistente Social e as classes trabalhadoras se emoldurem numa dimensão *tutelar*, marcada pelo paternalismo autoritário. O profissional tende a reproduzir suas disposições e comportamentos de classe junto ao "povo", à medida que defronta-se com um modo de vida que, a princípio lhe é estranho, apresentando-o como "problemático", "anômico", "amoral" e "desajustado". A clientela tende a ser infantilizada e estigmatizada pelo profissional, desqualificada diante de si mesma pelas suas condições de vida e pela sua maneira de enfrentar e resistir à vida. Essa incriminação estereotipada evoca pretensões universalizantes da burguesia, que busca imprimir, através de seus intelectuais, parâmetros de sua racionalidade ao cotidiano da vida operária. A prática do Assistente Social está, ainda, muitas vezes voltada, para o preenchimento de funções de intelectuais da classe trabalhadora, atribuindo-se um papel de porta-voz e representante de seus interesses ou cooptando lideranças, formando-as e orientando-as numa perspectiva de mútua colaboração entre as classes, de neutralização de tensões.

Porquanto essas características evidenciam elementos favorecedores da cooptação desse intelectual pela burguesia e seus aliados, partilhando de seu "partido ideológico", nos termos de Gramsci, deve ser, ainda, destacado como se expressa a relativa autonomia em relação às classes que esse intelectual dispõe e como a representa.

Esta autonomia é característica de suas próprias funções intelectuais que exigem uma certa distância crítica face as classes sociais a que se vincula, embora circunscrita a seus horizontes; deriva, também da autonomia relativa das organizações em que trabalha o Assistente Social frente as classes que as constituíram. Aqueles organismos institucionais, dispondo de funções específicas na sociedade, não são meros reflexos dos interesses dominantes: concretizam e ex-

pressam as polarizações sociais presentes numa dada situação histórica. Seu vínculo com o poder é mediado pelo jogo das forças sociais dentro de quadros conjunturais específicos. Por outro lado, o exercício profissional aí efetivado supõe a delegação de uma parcela de poder de decisão ao Assistente Social que se exprime na definição de suas atividades, da maneira de conduzi-las, assim como em suas relações com a "cliente-la". A própria fluidez das tarefas desempenhadas pelo profissional e sua flexibilidade de adaptar-se às condições diferenciadas de trabalho, faz com que, ocupar um cargo signifique, muitas vezes, estabelecer suas próprias atribuições e atividades a partir das solicitações feitas pelo empregador, confirmando-as ou adequando-as aos preceitos profissionais.

Ainda o fato do Serviço Social ser regulamentado como uma profissão liberal, embora em choque com a sua prática efetiva dependente de uma relação contratual de trabalho com as entidades empregadoras, atribui ao profissional certas prerrogativas, como o respeito a um código de ética, que lhe preserva um certo poder de barganha diante das instituições, na defesa de suas próprias iniciativas.

Na procura de consolidar as bases de legitimação legal e social da profissão os Assistentes Sociais criaram uma profícua rede de meios de expressão de seus interesses corporativos. Esta se consolida em atividades de culto à profissão (seminários, congressos internacionais e nacionais, geralmente prestigiados e avalizados pela presença de altas figuras governamentais e eclesiásticas), na criação de órgãos próprios de difusão, de conquista de uma legislação profissional, e de uma malha de associações e entidades profissionais, de âmbito nacional, regional e local. (32) Conquistas expres-

(32) Pode-se arrolar os seguintes dados que ilustram a afirmação feita: Em 1946 é criada a ABAS - Associação Brasileira de Assistentes Sociais, com ramificações estaduais através das APAs - Associações Profissionais de Assistentes Sociais. No mesmo ano é criada a ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social e, posteriormente, Associa-

sivas foram obtidas a nível da regulamentação da profissão e do ensino especializado. (33) Estas lutas voltadas para o reconhecimento profissional e preservação de seus privilégios no mercado de trabalho, reforçam o "espírito de casta" dos Assistentes Sociais, mas pouco avançaram no processo de organização política da categoria, nas lutas por reivindicações trabalhistas e salariais, tendência esta que só vem revertendo nos últimos anos. Ao contrário, tenderam a significar a renovação de manifestações de adesão ao poder, não eliminando conflitos secundários no bôjo das negociações das reivindicações em pauta. Contribuíram, no entanto, para reforçar a auto-definição desse intelectual como autônomo e independente das classes sociais. A esse movimento se aliam os componentes oriundos do humanismo cristão, de origem metafísica, em que o Homem "in abstrato" ocupa o lugar das classes sociais, obscurecendo para o próprio agente suas relações com as instâncias

ção Brasileira de Ensino em Serviço Social, de âmbito nacional, organiza da através de regionais. Em 1957 surge o primeiro sindicato de Assistentes Sociais em Porto Alegre. Em 1962 é criado o CFAS - Conselho Federal de Assistentes Sociais, e os CRAS - Conselhos Regionais de Assistentes Sociais, vinculados ao Ministério do Trabalho. Marca presença, ainda, o Comitê Brasileiro de Conferência Internacional de Serviço Social (ICSW) logo Comitê Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, entidade técnico-científica, com ampla influência no meio profissional. Em 1940 começa a ser publicada com regularidade a Revista Serviço Social que perdura até a década de cinquenta. Em 1965 é lançada a Revista Debates Sociais pelo CBCISS e em 1979 começa a ser publicada a Revista Serviço Social e Sociedade, em São Paulo. A respeito dos principais Congressos de Serviço Social no país, até a década de 60, ver M.V. Yamamoto e R. de Carvalho. "Relatório Final da Pesquisa sobre a História do Serviço Social no Brasil", op. cit.

(33) Dentre essas conquistas se destacam: Portaria 35, de 19/04/49, do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio que enquadra dos Assistentes Sociais no 16º grupo das profissões liberais; Lei 1.889, de 13/06/53, que regulamenta o Ensino do Serviço Social, regulando os seus objetivos, estruturação e prerrogativas dos portadores de diploma de Assistente Social e Agente Social; Lei 3.252, de 27/08/57, que regulamenta o exercício profissional; Decreto 994, de 15/05/62, que regulamenta a Lei anterior e cria o CFAS e os CRAS; Portaria Ministerial de 04/12/62, que fixa o currículo mínimo e a duração do curso de 4 anos; Código de Ética aprovado pelo CFAS, em 08/05/65.

mandatárias, contribuindo para fazê-lo incorporar o empreendimento cultural que lhe é delegado. Concorre, ao mesmo tempo, para mascarar, junto à "clientela", as posições de classe que veicula. A isto se acresce o precário "status" da profissão que reforça para o Assistente Social sua auto-imagem de um intelectual independente do poder.

De outro lado, o processo de ampliação da categoria profissional junto a "classe média", que vivencia os resultados de uma política econômica que nem sempre lhe é favorável, alarga as possibilidades do Assistente Social perceber-se e identificar-se como trabalhador assalariado, condição que o integra, objetivamente, ao conjunto das lutas gerais dos trabalhadores.

Todos esses fatores se somam na configuração de uma consciência profissional profundamente ambígua, em que se constata uma ampla distância entre propósitos anunciados e os resultados da ação. Mobilizado por motivações pessoais e pela "boa intenção" de solidariedade humana aos setores mais pauperizados e oprimidos da sociedade, o profissional acredita, frequentemente estar trabalhando para os interesses do "povo". Porém sua crença é subvertida através de sua prática, transmutando-se em resultados que negam as representações de seu fazer. Confunde, frequentemente, intenções com o resultado e significado social de sua intervenção profissional na sociedade. Essas indicações trazem alguns elementos para compreender algumas das particularidades do intelectual Assistente Social: ele não se enquadra na linha dos grandes pensadores, dedicados às atividades de elaboração científica, e de criação do saber. (34) Sendo o Serviço Social uma disciplina de

(34) O acervo das atividades de investigação e pesquisa no Serviço Social é extremamente parcimonioso, assim como daquelas atividades voltadas para a sistematização teórica de sua prática. Tal se reflete na exígua literatura profissional publicada, quando comparada a outras profissões da área das Ciências Sociais.

intervenção na realidade, as atividades de elaboração teórica não têm sido o eixo do labor profissional. Ao contrário, emergindo na tendência verificada na sociedade capitalista de segmentação entre teoria e prática, tem se perfilado como uma atividade predominantemente prática, de aplicação de conhecimentos produzidos em outras instâncias, para a introdução de mudanças imediatas no contexto social.

Assim sendo, o papel desse intelectual tem sido basicamente instrumental, de difusão de teorias e ideologias, de articulador das classes trabalhadoras na órbita das instituições do poder de classe. Ou seja, exerce suas funções intelectuais principalmente como educador, organizador da hegemonia e da coerção das classes a que se vincula objetivamente. Essas funções são exercidas através da mediação dos serviços sociais, previstos pelas instituições e procurados pelos "clientes", ao mesmo tempo em que se torna um intermediário entre aquelas organizações e a vida privada do trabalhador, invadindo e interferindo nas esferas particulares de sua vida cotidiana.

Trata-se de um intelectual *subalterno*, um *profissional da coerção e do consenso*, predominantemente articulado a burguesia como integrante de seu "partido ideológico". Mas é, também, um profissional que vivencia uma tensa ambiguidade: incorporando uma utopia reformista conservadora, de cunho humanitário-cristão, suas representações convivem em tensão com os resultados de sua prática.

5.4. O Serviço Social Face à "Questão Social" no Capitalismo Monopolista

O propósito deste item final é acentuar algumas particularidades do processo de reformulação por que passa a instituição Serviço Social para fazer frente às novas características da "questão social", em um quadro de aprofunda-

mento do capitalismo monopolista na sociedade brasileira é de um novo padrão de dominação instaurado pelo "Estado Autocrático-Burguês". Coloca-se em relevo *as respostas dadas pelos Assistentes Sociais*, expressas na adequação do discurso e do projeto de prática profissional à correlação de forças entre as classes sociais nessa conjuntura histórica particular.

Se os desafios de revisão teórico-prática da profissão, colocados pelo próprio momento histórico, atingem globalmente a instituição, as respostas dadas por seus agentes tendem a se polarizar diante das forças sociais presentes. Ou seja, elas conformam *maneiras diferenciadas de apreender e viver a crise profissional e a confirmação ou alteração das bases legitimadoras desse exercício profissional na sociedade de classes*.

Este é um fato novo na história do Serviço Social brasileiro. É nesse período que parcela da categoria profissional tenta romper o compromisso historicamente estabelecido com os interesses dominantes, consolidando questionamentos à tradição conservadora do Serviço Social. É nesse momento que a instituição e parcelas de seus intelectuais se cindem pela polarização do confronto de classes, começando a marcar presença no meio profissional de Assistentes Sociais correntes de pensamento que contestam, em diversos níveis, as práticas institucionais e o compromisso teórico com o conservadorismo presente nas Ciências Sociais.

É esse processo que se busca caracterizar, resgatando algumas marcas de origem da profissão na elaboração daquelas respostas, ou seja: a atualização e a ruptura com a herança conservadora do Serviço Social. No decorrer da análise procura-se, ainda, compreender a ambiguidade presente no Serviço Social, expressa pela defasagem entre intenções e resultados da prática profissional no cotidiano da vida em sociedade.

Na vertente modernizadora, que vivencia a crise profissional como atualização da instituição e reforço de suas bases de legitimação junto as instâncias mandatárias, acentuam-se as *mudanças de forma* do discurso e da prática, mantidos os vínculos do intelectual com o poder.

Na tendência que se lança na tentativa de ruptura com a herança conservadora do Serviço Social, problematiza-se os requisitos e dificuldades vivenciadas pelo intelectual que se orienta para um outro projeto de sociedade, através de uma prática efetivamente inovadora.

5.4.1. A Herança Conservadora do Serviço Social e sua Atualização

A compreensão das respostas dadas pelos Assistentes Sociais às novas determinações da "questão social" no capitalismo monopolista implica em retomar algumas marcas de origem da profissão que subsistem, hoje, redefinidas e que conferem certos traços peculiares ao exercício desses profissionais. O objetivo é, em primeiro lugar, situar essas marcas de origem no bôjo do *reformismo conservador*; em segundo lugar, acentuar como essa prática e sua justificação teórico-ideolôgica mudam de forma, preservando, no entanto, seus compromisos sócio-políticos com o conservadorismo, no decorrer da evolução do Serviço Social. (35)

O Serviço Social, como profissão inscrita na divisão do trabalho, surge como parte de um *movimento social* mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença

(35) Não se trata de efetuar uma reconstrução histórica do Serviço Social no Brasil, mas apenas de resgatar certos traços de origem para os propósitos supra referidos. A retomada sintética de características da profissão no passado e de sua inserção na sociedade da época está baseada em: M.V. Iamamoto e R. de Carvalho. "Relatório Final da Pesquisa sobre a História do Serviço Social no Brasil", op. cit. Consultar, também, R. de Carvalho: "Modernos Agentes da Justiça e da Caridade", op. cit.

ça mais ativa da Igreja Católica no "mundo temporal", nos inícios da década de trinta. A Igreja supera a postura contemplativa, na tentativa de recuperação de áreas de influência e privilégios perdidos, face a crescente secularização da sociedade e às tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado. Fortalece-se defensivamente, organizando e qualificando seus quadros intelectuais laicos, sob a orientação direta da hierarquia, para uma ação missionária e evangelizadora junto à sociedade. Contrapõe-se aos princípios do liberalismo e ao comunismo, que parecem como um perigo ameaçador a sua posição na sociedade. O movimento de "reação católica" é respaldado em uma vasta rede de organizações difusoras de um projeto de re-cristianização da ordem burguesa, sob o imperativo ético do comunitarismo cristão, exorcizando-a de seu conteúdo liberal. Luta, ainda, a Igreja, pela legitimação jurídica de suas áreas de influência dentro do aparato de Estado. (36)

O debate sobre a "questão social" atravessa toda a sociedade a partir das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século, obrigando o Estado, as frações dominantes e a Igreja a se posicionarem diante da mesma. É encarada pela Igreja segundo os preceitos estabelecidos nas Encíclicas Papais (especialmente Rerum Novarum e Quadragesimo Anno) as quais são a fonte inspiradora das posições e programas por ela assumidos diante dos "problemas sociais". A "questão social" é vista como uma *questão moral e religiosa*, antes de ser econômico-política. A sociedade é tida como um todo unificado, através de conexões orgânicas existentes entre seus elementos, que se sedimentam através das tradições, dogmas e princípios morais de que a Igreja é depo-

(36) Dentre a vasta rede de entidades católicas que dão suporte ao processo de mobilização do laicato pode-se citar: O Centro D. Vital, o Instituto de Estudos Superiores, a Ação Universitária Católica, a Liga Eleitoral Católica, os Círculos Operários criados a partir de 1932. Em 1935 é criada, segundo moldes europeus, a Ação Católica Brasileira com ramificações no meio estudantil, operário, etc.

sitária. Deus é a fonte de toda a justiça, e apenas uma sociedade baseada nos princípios cristãos pode realizar a justiça social. A intervenção do Estado na "questão social" é legítima, enquanto deve servir ao bem comum. O Estado deve preservar e regular a propriedade privada, impor limites legais aos excessos de exploração de força de trabalho e, ainda, tutelar os direitos de cada um, especialmente daqueles que necessitam de amparo. Porém o Estado não pode negar a independência da sociedade civil. Entre ele e os indivíduos existem os grupos sociais "naturais" (família, corporação, nação, etc.), organismos autônomos, mais que mera soma de indivíduos, que limitam a ação dominadora do Estado. Deve a Igreja compartilhar com o mesmo a atuação diante da "questão social", na tarefa de recristianização da sociedade através dos grupos sociais básicos, especialmente a família. Impõe-se uma ação doutrinária e organizativa junto ao proletariado, livrando-o das influências da vanguarda socialista do movimento operário, harmonizando as classes em conflito com base no comunitarismo cristão. (37)

A partir desse suporte analítico e dessa estratégia de ação a Igreja deixa de se antagonizar com o capitalismo, concebendo-o através da terceira via, em que o socialismo é veementemente combatido e o liberalismo substituído pelo comunitarismo cristão.

(37) Ver: R. Della Cava. "Igreja e Estado no Brasil no Século XX". Estudos CEBRAP, nº 12, São Paulo. Cebrap, 1975; A.C. Villaça. O Pensamento Católico no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1975; T. Bruneau. O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição. São Paulo, Loyola, 1974; L. W. Vianna. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1975; J.A.R. Rodrigues. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difel, 1968; A.A. Lima. A Fundação das Duas Primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Serviço Social da PUC-RJ. Rio de Janeiro, 1977 (mimeografado); M.C. Yasbeck. Estudo da Evolução Histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936-1945. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1977.

Incorporando esses princípios o Serviço Social surge da iniciativa de grupos e frações de classes dominantes, que se expressam através da Igreja, como um dos desdobramentos do movimento do apostolado leigo. (38) Aparece como uma das frentes mobilizadas para a formação doutrinária e para um aprofundamento sobre os "problemas sociais" de militantes, especialmente femininas, do movimento católico, a partir de um contato direto com o ambiente operário. Está voltado para uma ação de *levantamento moral* da família operária, atuando preferencialmente com mulheres e crianças. Através de uma ação individualizadora junto às "massas atomizadas social e moralmente" busca estabelecer um contraponto às influências anarco-sindicalistas no proletariado urbano.

O Serviço Social figura aos militantes desses movimentos como uma *alternativa profissionalizante* às suas *atividades de apostolado social*, num momento de profundas transformações sociais e políticas. A Ação Social e a Ação Católica (39) logo tornam-se uma das fontes preferenciais de recrutamento desses profissionais.

(38) Associações Assistenciais e do militantismo católico constituem as bases organizacionais e humanas mais importantes para a emergência da profissão no Brasil. Entre elas pode-se citar a Associação das Senhoras Brasileiras, fundada em 1922 no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas, criada em 1923, em São Paulo. Em 1932 é fundado o Centro de Estudos e Ação Social, entidade feminina, que toma a iniciativa da criação da primeira Escola de Serviço Social, em São Paulo no ano de 1936, hoje Faculdade de Serviço Social da PUC-SP.

(39) "A Ação Católica assinala o início de uma nova época na história da religião: quando ela de concepção totalitária (no duplo sentido: de que era uma concepção total do mundo, de uma sociedade no sentido total) torna-se parcial (também no duplo sentido) e deve possuir um partido próprio... A Ação católica representa a reação contra a apostasia das amplas massas, impotente, isto é, contra a superação de uma concepção religiosa do mundo. Não é mais a Igreja quem determina o terreno e os meios de luta; ao contrário, ela deve aceitar o terreno que lhe impõem os adversários ou a indiferença e servir-se de armas tomadas de empréstimo de seus adversários (a organização política das massas). A Igreja está, portanto, na defensiva, perdeu a autonomia dos movimentos e a iniciativa, não é mais uma força ideológica mundial, mas uma força subalterna... Cristopoliti reconhece que a Ação Católica é uma inovação e, não co

A profissão não se caracteriza apenas como no va forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial e cujos efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores às relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho.

Diferenciado da caridade tradicional, encarada como mera reprodutora da pobreza, o Serviço Social propõe uma ação educativa junto à família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais. Distin gue-se, também, da assistência pública, enquanto esta produz respostas não diferenciadas aos "problemas sociais", desconhecendo a singularidade e particularidade dos indivíduos. O Ser viço Social atuando através de entidades filantrópicas privadas e através do Estado, orienta-se para uma *individualização da proteção legal* entendida como assistência educativa adaptada aos problemas individuais. Desconhecendo o caráter de classe dos antagonismos sociais, os efeitos desses antagonismos são considerados motivos relevantes para um tratamento sócio-educativo da "clientela", tratamento esse de cunho doutrinário e moralizador, amplamente aurido no senso comum da classe de origem desses profissionais. O Serviço Social se propõe, ainda, a uma ação organizativa junto a população trabalhadora, dentro do programa de militância católica, fazendo frente às iniciativas provenientes de lideranças operárias que não aderem ao associativismo católico.

mo dizem as encíclicas papais uma atividade que sempre existiu desde o tempo dos apóstolos. Ela é uma atividade estreitamente ligada, como reação, ao iluminismo francês e ao liberalismo, etc., e à atividade dos Estados modernos pela separação da Igreja, isto é, à reforma intelectual e moral bem mais radical, para as classes dirigentes, que a Reforma Protestante; é a atividade Católica que começa a configurar depois de 1848, do fim da Restauração e da Santa Aliança. A Gramsci. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, op.cit., p. 280, 281, 283, respectivamente.

Esses elementos, sinteticamente colocados em relevo, permitem subsidiar a afirmativa de que o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador. O processo de secularização e de ampliação do suporte técnico-científico da profissão -- que se dá com o desenvolvimento das escolas (depois faculdades) especializadas no ensino de Serviço Social -- ocorre sob a influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais, nos marcos do pensamento conservador, especialmente de sua vertente empiricista norte-americana. Este universo intelectual, ao invés de produzir rupturas profundas com as tendências pragmatistas da profissão as reforçam e atualizam. O Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa junto ao proletariado urbano, articulando na justificativa dessa ação o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. Esse arranjo teórico-doutrinário, oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão "especial", voltada para os elevados ideais de "serviço ao Homem".

A fundamentação dessas afirmativas supõe retomar algumas características do pensamento conservador e sua influência na análise sociológica.

O conservadorismo moderno (40), implicando numa forma peculiar de pensamento e de experiência prática, é

(40) As considerações sobre o pensamento conservador e sua presença nas Ciências Sociais têm por base as análises de: R. Nisbet. La Formación del Pensamiento Sociológico. Buenos Aires, Amorrortu, Vol. I, 1969; R. Nisbet. "Conservadorismo e Sociologia" In: J.S. Martins. Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo, Hucitec, 1980, p. 62-67; K. Mannheim. Ensayos de Sociología y Psicología Social. Mexico. Fondo de Cultura Económica, 1963, Cap. II "El Pensamiento Conservador", p. 84-183; K. Mannheim. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro, Zahar, 3a. ed., 1976; H.

fruto de uma situação histórico-social específica: a sociedade de classes em que a burguesia emerge como protagonista do mundo capitalista. É este, segundo Mannheim, o ambiente sociológico do conservadorismo moderno, isto é, do tradicionalismo feito consciente, como um *contra-movimento*, oponente histórico das tendências da ilustração. (41) Reage ao racionalismo, ao pensamento a base do cálculo, necessário a universalização das relações de troca que se impõe, quando a mercadoria torna-se a mediadora por excelência das relações sociais e o lucro o centro motor da sociedade capitalista.

A fonte de inspiração do pensamento conservador provém de um modo de vida do passado, o qual é resgatado e proposto como uma ótica de interpretar o presente e como conteúdo de um programa viável para a sociedade capitalista.

Lefbvre. *De lo Rural a lo Urbano*. Barcelona, Ed. Peninsula, 1974, cap. I. "Problemas de Sociologia Rural", p. 19-38 e J.S. Martins. "As Coisas no Lugar" (Da Ambiguidade à Dualidade na Reflexão Sociológica sobre a Cidade-Campo). In: *Sobre o Modo Capitalista de Pensar*, op. cit., p. 43-82.

(41) Mannheim, utilizando a técnica de análise de significações, compreende o conservadorismo como um estilo de pensamento, um modo de conhecer e experimentar o mundo, que tem por base o destino dos grupos e classes sociais que são os seus portadores. O estilo de pensamento expressa, portanto, uma intenção básica, decorrente de um modo de vida. Enquanto ao modo de vida capitalista corresponderia o estilo de pensamento racionalista, o conservadorismo expressaria um modo de vida pré-capitalista, subsistindo como contra-corrente junto a camadas sociais que permaneceram "fora" do processo capitalista de racionalização: estratos camponeses, grupos pequeno-burgueses descendentes do artesanato e, ainda, nas tradições aristocráticas da nobreza. As relações irracionais entre os homens são levadas para a periferia da vida dos indivíduos, em suas esferas íntimas e privadas e para os grupos que vivem na periferia da nova sociedade. Ver. K. Mannheim. *Ensayos de Sociologia y Psicología Social*, op. cit., J.M.S. Martins, na obra supra citada, elaborada uma crítica desse esquema analítico, a qual é incorporada no presente texto. Ver: J.S. Martins. "As Coisas no Lugar...", op. cit..

"A Comunidade se levanta contra a sociedade (para empregar a terminologia de Tonnies), a família contra o contrato, a certeza intuitiva contra a razão, a experiência espiritual contra a experiência material. Todos estes fatores, parcialmente ocultos na base mesma da vida cotidiana, são descobertos subitamente pela reflexão e se luta a favor deles". (42)

Nesse sentido os conservadores são "profetas do passado". (43) Porém, a exaltação deliberada de formas de vida que já foram historicamente dominantes, vistas como propostas válidas para a organização da sociedade presente, é elaborada teoricamente através de categorias típicas do racionalismo capitalista. (44) Instaura-se, assim, uma tensão entre a concepção e programas que veicula e o procedimento analítico através do qual são propostos.

O que se constata é um "rapto ideológico" (45) de noções que são reinterpretadas no seu significado original e propostas como "válidas" para se compreender e agir em um contexto histórico diferenciado daquele no qual emergiram. Porém válidas para quem interessa obscurecer as contradições próprias da sociedade capitalista, interpretando-a de maneira que a nível analítico, sobressaia apenas o que favoreça sua própria coesão e reprodução, encobrando as desigualdades fundamentais que nela são produzidas.

(42) K. Mannheim. "Ensayos...", op. cit., p. 100-101.

(43) R. Nisbet. "La Formación del Pensamiento Sociológico", op. cit., p. 26.

(44) "O romantismo tratou de resgatar as forças irracionais reprimidas, lutou por elas, porém não advertiu que o mero fato de prestar-lhes uma atenção deliberada significa uma racionalização inevitável. O romantismo realizou uma racionalização que a ilustração burguesa nunca havia feito... Quando o clima geral é racionalista até os elementos irracionais tem que ser submetidos à reflexão racional para serem entendidos. Assim o romantismo pode ser interpretado como recompilação ou um resgate de todas as atitudes e modos de vida definitivamente religiosos, reprimidos pela marcha do racionalismo capitalista, porém uma recompilação e uma conservação no plano da reflexão". K. Mannheim, idem, p. 101.

(45) H. Lefebvre. De lo Rural a lo Urbano, op. cit..

Através desse mecanismo, o pensamento conservador deixa de se antagonizar com o capitalismo. Aquela tensão referida -- entre noções e idéias oriundas do passado, mas ressu citadas intencional e racionalmente como ideologicamente váli das para responder as necessidades de explicação da própria sociedade capitalista, -- permite que ele seja articulado às intenções básicas da burguesia, isto é, uma forma de agir e de pensar a sociedade a partir da perspectiva dessa classe. Martins (46) analisando a ambiguidade presente no pensamento conservador, sustenta que racionalismo e conservadorismo são duas maneiras de viver e de ver a sociedade, portanto dois pensamentos, mas integrados a um *único estilo de pensamento*, exprimindo um modo de vida: o da sociedade capitalista.

Assim o conservadorismo não significa apenas uma continuidade e persistência no tempo de um conjunto de idéias constitutivas da herança intelectual européia do Século XIX, mas de idéias que, reinterpretadas, se transmutam em uma ótica de explicação e em projetos de ação favorecedores da manutenção da ordem capitalista. Isto possibilita que o pensamento conservador e racional possam ser compatibiliza dos, apesar de suas diferenças, dentro de um mesmo projeto de classe para a sociedade.

Essa análise não exclui a importância de se apreender algumas peculiaridades do pensamento conservador e de sua presença nas Ciências Sociais contemporâneas, para a compreensão do Serviço Social, que nasce e se desenvolve embe bido em idéias conservadoras, incorporando as ambiguidades do reformismo conservador.

(46) J.S. Martins. "As Coisas no Lugar...", op. cit..

Dentre as características do pensamento conservador, (47) destaca-se sua vocação pelo passado, terreno germinativo da inspiração para a interpretação do presente. O passado é experimentado como virtualmente presente. A sociedade tende a ser apreendida como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação. Os pequenos grupos são tidos como fonte das relações interpessoais, da sociabilidade e da moralidade. Valoriza os elementos sagrados, irracionais, não utilitários da existência em contraposição ao primado da razão. É da tradição e dos costumes de onde deriva a legitimidade da autoridade. O conservador pensa à base do "nós", encarando o indivíduo não como uma partícula isolada e atomizada na sociedade, mas como parte de unidades mais amplas, dos grupos sociais básicos. Reage a toda igualdade externa, que desconheça as particularidades individuais. A individualidade é, aí, radicalizada: (48) os homens são seres essencialmente desiguais, porquanto particulares. A liberdade é subjetivada: consiste na habilidade de cada indivíduo desenvolver-se de acordo com as possibilidades e limitações de sua personalidade, com o núcleo de seu ser e o ser mais profundo do homem é sua individualidade e sua essência moral. Assim a liberdade é levada, restritivamente, a esfera privada e subjetiva da vida enquanto as relações "externas" e sociais devem ser subordinadas aos princípios da ordem, da hierarquia e da disciplina.

(47) Ver: R. Nisbet. "Conservadorismo e Sociologia", op. cit.; e K. Mannheim. Ensayos de Sociologia..., op. cit..

(48) "O reformismo conservador consiste na substituição de fatores individuais por outros fatores individuais ('melhoras'); e reformismo progressista tende a suprimir um fato indesejável, reformando todo o mundo circundante que torna possível sua existência. Assim, pois, o reformismo progressista tende a atacar o sistema no seu conjunto, enquanto o reformismo conservador ataca detalhes particulares". K. Mannheim. Ensayos de Sociologia..., op. cit., p. 116.

O conservador reage aos princípios universalizantes e abstratos do pensamento dedutivo: seu pensamento tem de aderir aos contornos imediatos da situação com que se defronta valorizando os detalhes, os dados qualitativos, os casos particulares, em detrimento da apreensão da estrutura da sociedade. A mentalidade conservadora não possui predisposição para teorizar. Sendo a organização da sociedade vista como fruto de uma ordenação natural do mundo, o conhecimento visa um controle prático das situações presentes. O conservador elabora seu pensamento como reação à circunstâncias históricas e idéias que se afiguram ameaçadoras à sua influência na sociedade. O conservadorismo torna-se consciente, no plano da reflexão, como defesa, decorrente da necessidade de armar-se ideologicamente para enfrentar o embate das forças oponentes.

Sem qualquer pretensão exaustiva, estes são alguns traços que conferem um perfil ao conservadorismo, o qual adquire matizes específicas nas diversas correntes internas do próprio pensamento conservador e frente à situações históricas particulares nas quais se expressa.

Nisbet, afirmando ser o conservadorismo moderno fruto da Revolução Francesa e da Revolução Industrial anaalisa sua influência no pensamento sociológico a partir do que denomina *idéias elementos* da sociologia, (49) das quais a noção de comunidade é a de maior alcance e a mais fundamental:

(49) Nisbet elabora o estudo do pensamento sociológico a partir das idéias elementos, que formam, no seu entender, os elementos constitutivos da sociologia, a "medula" dessa disciplina científica, persistindo desde a época clássica da Sociologia moderna até o momento presente. São elas: comunidade, autoridade, status, sagrado e alienação. Cada uma destas idéias está associada a uma antítese, da qual deriva grande parte de sua significação: comunidade-sociedade, autoridade-poder, status-classe, sagrado-secular, alienação-progresso. O autor desenvolve sua análise a partir da hipótese de que o ethos do individualismo (indivíduo natural) e a visão da ordem baseada em interesses racionais não esgota o pensamento do Século XIX. Verifica-se, aí, a reação do tradicionalismo contra a razão analítica, do comunismo contra o individualismo, do não racional contra o puramente racional, como resposta intelectual a situação da cri

"Quando digo comunidade, quero significar algo que ultrapassa a mera comunidade local. A palavra, tal como a encontramos em grande parte dos pensadores dos últimos séculos, abarca todas as formas de relações caracteriza das por alto grau de intimidade pessoal, profundidade emocional, compromisso moral, coesão social e continuidade no tempo" (50)

A comunidade tem sua força proveniente de motivações mais profundas que o mero interesse racional, na qual o homem é concebido como totalidade, e não a partir dos papéis que desempenha na ordem social. Seu modelo do ponto de vista histórico é a família. Os laços de comunidade passam a compor a idéia da "boa sociedade", estando na base do conceito do social, tal como é, predominantemente, utilizado pelos sociólogos. (51) O simbolismo da comunidade torna-se um meio de legitimação das relações sociais, um novo esquema de utopia.

A noção de comunidade permeia a produção dos autores clássicos da teoria sociológica: a sociologia, embora se apresente como uma forma secularizada de conhecimento, in

se da época. É nesse processo que emerge o conservadorismo moderno caracterizado pela defesa da tradição social, de origem medieval, dela derivando a insistência nos valores supra-mencionados, incorporados pela sociologia moderna, embora esta se afirme como uma forma secularizada de conhecimento. O conservadorismo reage contra o igualitarismo, e o poder centralizado no povo, contra a substituição de valores sociais não racionais por normas impessoais e efêmeras de contrato-utilidade, contra a decadência da autoridade política, social e religiosa; reage, ainda à perda da liberdade medieval e a decadência da cultura pela sua difusão junto as massas. Ver: R. Nisbet. La Formación del Pensamiento Sociológico, op. cit.. Ver, também, a análise crítica dessa perspectiva em J.S. Martins. "As Coisas no Lugar...", op. cit.

(50) R. Nisbet. La Formación del Pensamiento Sociológico, op. cit., p. 71-72.

(51) "A sociologia, mais do que qualquer outra disciplina, deste século, deu primazia ao conceito do social. O ponto que queremos insistir é, sem dúvida, que o referente ao social foi quase que invariavelmente o comunal. "Communitas" e não "societas" (com suas conotações impessoais) é a verdadeira fonte etimológica da palavra "social", tal como a emprega o sociólogo em seus estudos sobre o parentesco, a economia, o sistema público." R. Nisbet. *idem*, p. 82.

corpora o compromisso com o conservadorismo. (52) Nisbet assume a hipótese de que as preocupações hoje vigentes na sociologia norte-americana com a ordem social, ajustamento/desajustamento social, integração/desintegração grupal, com a natureza da personalidade estão enraizadas na tradição conservadora do pensamento europeu do Século XIX, mais do que no sistema liberal, geralmente tomado como o fundamento da sociologia moderna. (53)

O Serviço Social nasce e se desenvolve na órbita desse universo teórico. Passa da influência do pensamento conservador europeu, franco-belga, nos seus primórdios, para a sociologia conservadora norte-americana, a partir dos anos quarenta. Incorpora a noção de comunidade como matriz analítica da sociedade capitalista e como projeto norteador da ação profissional. Porém a comunidade é erigida como ótica de interpretação da sociedade capitalista, quando já deixou de ter contrapartida histórica, isto é, quando a sociedade encontra-se estruturada não mais segundo os princípios das relações comunitárias, mas conforme os parâmetros da racionalidade burguesa, da reprodução capitalista do capital.

(52) Nisbet demonstra como a noção de comunidade está presente na teoria sociológica: em Comte, a sociedade é considerada a comunidade "in extenso", ser supremo do culto positivista; a comunidade como utopia está expressa no seu conceito de comunidade moral (comunidade perdida é comunidade que tem que ser ganha, é o tema que orienta tanto sua Estática como sua Dinâmica social). Le Play introduz o estudo empírico substantivo da comunidade, através do estudo da família da classe trabalhadora (Os Trabalhadores Europeus, de 1855). Em Tönnies a comunidade aparece como tipologia, no "gemeinschaft" e "gesellschaft": opõe à noção de comunidade (no sentido definido por Nisbet) a sociedade como um tipo de relação humana caracterizada por alto grau de individualismo, impessoalidade, contratualismo, procedente da volição e do puro interesse. A comunidade aparece também, como metodologia em Durkheim, Simmel, e Weber, tornando-se instrumento de análise da conduta reflexiva do ser humano. Ver: R. Nisbet. La Formación..., op. cit., especialmente cap. III.

(53) R. Nisbet. "Conservadorismo e Sociologia", op. cit.

O princípio da solidariedade (54) é incorporada como diretriz ordenadora das relações sociais, em tensão com seus fundamentos históricos concretos. As relações sociais passam a ser vistas invertidamente: a coisificação alienadora das relações que se estabelece no universo da mercadoria são obscurecidas, fazendo reaparecer, na base mesma da sociedade, relações pessoais, solidárias, personalizadas.

Porém importa destacar que na base desse conservadorismo existe um *componente utópico* assimilado pelo Serviço Social, decorrente desse universo teórico, balizado pela filosofia humanista cristã. A comunidade ressurgue aí como utopia (55) nos meandros de um reformismo conservador, orientando a ação profissional.

A comunidade como utopia contém um componente de resistência à organização social da sociedade capitalista, componente este anti-capitalista, por que anti-societário: sua viabilidade histórica é dada pela superação do capitalismo, pela supressão da mediação coisificadora da mercadoria nas re

(54) Ver as análises de J.S. Martins, incorporadas no desenvolvimento dessa reflexão: J.S. Martins. A Imigração e Crise do Brasil Agrário, op. cit., especialmente "O Camponês e a Comunidade Utópica", p. 13-28; "As Relações de Classe e a Produção Ideológica da Noção de Trabalho" In: Contexto nº 5, São Paulo, Hucitec, maio 1978, p. 37-53.

(55) Martins, analisando o camponês e a comunidade utópica sustenta a respeito da utopia comunitária. "Enquanto visão de mundo que norteia o relacionamento numa formação social concreta, ela explica integralmente a vida camponesa, estabelecendo os nexos entre os elementos da situação como se não fossem referidos a outros componentes da formação capitalista". J.S. Martins. A Imigração e Crise do Brasil Agrário, op. cit., p.29.

lações entre os homens. (56) Segundo Martins, contém um projeto de vida alternativo que busca efetivar, mas que é desprovido da base histórica, ao desconsiderar a estruturação da própria sociedade capitalista. Consequentemente, o que subjetivamente pode ter um caráter de recusa, é vivido objetivamente - como confirmação da ordem vigente.

Enquanto os fundamentos do modo de vida veiculados pela utopia comunitária são redefinidos pelo capitalismo, essas redefinições não são apreendidas pela consciência dos agentes sociais, que permanece aderida a um modo de vida estranho ao capitalismo. O que se apreende são os efeitos daquela redefinição, os quais se busca neutralizar.

Analisando a sociedade a partir do suporte teórico da noção de comunidade, do princípio da solidariedade como base ordenadora das relações sociais, o Serviço Social alia a este universo teórico um outro elemento: a filosofia social humanista cristã. Ao mesmo tempo, aprimora os procedimentos de intervenção incorporando os progressos do Serviço Social norte-americano no que se refere aos métodos de trabalho com indivíduos, grupos e comunidades. Ou seja, enquanto os procedimentos de intervenção são progressivamente racionalizados o conteúdo do projeto de ação profissional permanece fundado no reformismo conservador e na base filosófica aristotélico-tomista.

(56) "... intersubjetivamente, a comunidade utópica constitui uma forma de resistência, passiva ou não, às rupturas estruturais da sociedade; objetivamente, porém, a utopia comunitária se insere dinamicamente nas relações sociais como resistências aos efeitos sociais dessas rupturas. Isto é, inverte o seu sentido. Alienadamente o camponês formula e desencadeia sua oposição à sociedade capitalista. Essa oposição fundada na utopia comunitária é anti-capitalista, na medida em que é anti-societária, isto é, na medida em que antagoniza a idéia constitutiva e dominante do sistema que é a de sociedade, enquanto contrato, vínculo racional, fruto da razão abstrata, que se traduz num querer objetivamente dado". J.S. Martins. A Imigração e Crise do Brasil Agrário, op. cit., p. 27-28.

Este arranjo teórico-doutrinário-operativo permite que a profissão mantenha o seu caráter missionário, atuando as marcas de origem e atendendo, concomitantemente, às exigências de tecnificação que lhe impõem a modernização da sociedade e do Estado. Se isto permite que a proposta profissional se adeque às exigências da ordem burguesa, na consciência dos agentes profissionais se instaura uma profunda ambigüidade: a ação que é desencadeada, subjetivamente, como recusa aos "excessos de diferenciação social", como forma de atenuar ou até mesmo de eliminar as injustiças sociais ou como missão a serviço do "homem", se transubstancia objetivamente numa prática que reforça os fundamentos da ordem alienadora, que produz e reproduz as desigualdades sociais. Em outros termos: os efeitos da ação profissional aparecem como uma negação dos propósitos humanistas que a orientam. Torna-se palpável a defazagem entre propósitos e resultados da ação, entre teoria e prática.

O pensamento humanitário incorporado pelo Serviço Social conduz a que a humanização das condições de vida e de trabalho dos segmentos sociais que constituam a "cliente-la" atendida pelo profissional seja proposta como objetivo dentro das condições do trabalho alienado, que não são questionadas. Veicula a "ideologia do trabalho" (57) e confirma a condição do trabalho assalariado, como elemento constitutivo da ordem social "natural", ao mesmo tempo em que coloca como objetivo fazer da prática profissional um instrumento de reconhecimento da pessoa do trabalhador, enquanto indivíduo particular, enquanto "sujeito". Os efeitos da exploração capitalista do trabalho são reconhecidos e transformados em "problemas sociais", justificadores da ação profissional, não se colocando em questão as razões históricas daquela exploração. Este

(57) J.S. Martins. "As relações de Classe e a Produção Ideológica da Noção de Trabalho", op. cit.

esquema de percepção permite conciliar a concepção humanista-cristã de vida e a exploração burguesa do trabalho. Aí a exploração das classes é suposta e os esforços passam a se orientar no sentido de fazer com que burgues e operário sejam solidários, dado que sua condição comum de pertencerem a uma mesma "comunidade produtiva" e também de "seres humanos" sobrepuja qualquer diferença social. Como as bases da organização social são tidas como dadas, não sendo questionadas em suas raízes, a solução entrevista está a nível da *reforma do homem dentro da sociedade*, para o que deve contribuir o Serviço Social.

Assim, essas representações que orientam o conteúdo de um programa para a sociedade, embora preservem seu conteúdo utópico, não se antagonizam com a ordem capitalista, passando a serem mobilizadas e incentivadas pela própria burguesia e pelo Estado.

As características ressaltadas do pensamento conservador, encontram-se profundamente enraizadas no discurso e na prática profissional, tornando-se parte integrante da configuração da profissão. Além da noção de comunidade já salientada, merece destaque a ênfase na *formação social, moral e intelectual da família*, considerada como célula básica da sociedade. Trata-se de um trabalho "educativo" junto à família operária, especialmente junto daqueles mais carentes que têm acesso aos equipamentos sócio-assistenciais, tendo em vista o reforço do núcleo familiar e a integração de seus membros à sociedade. É na história familiar que são buscados os elementos explicativos de comportamentos individuais "anômalos" ou "desviantes" de um padrão tido como "normal". A família, como grupo social básico, é erigida como núcleo do trabalho profissional e como referência para a apreensão da vida em sociedade, em contrapartida às classes sociais.

A individualização dos "casos sociais", em detrimento do reconhecimento da situação social comum vivida pelos segmentos sociais que constituem a "clientela" do Serviço Social, é outra característica marcante dessa atividade profissional. Os indivíduos são encarados como seres únicos e particulares, com potencialidades a serem desenvolvidas, desde que estimuladas, cuja dignidade de seres humanos e cuja liberdade merecem o respeito do profissional. Porém, tais características tendem a ser apreendidas desvinculadas de suas bases materiais, isto é, subjetivadas e autonomizadas da situação social de vida dos "clientes", transformando-se em princípios e postulados universalizantes orientadores da ação profissional. (58)

Outro fator a considerar refere-se à *tendência empirista e pragmatista* que vem marcando essa prática profissional. Ganham relevo as atividades de pesquisa e classificação da população cliente que sempre constaram como uma das atribuições básicas do Assistente Social, como pressuposto para a concessão de auxílios e benefícios sociais. Apenas o conhecimento empírico, mesmo que circunscrito à área sob intervenção, viabilizaria aquela intervenção. Essa atividade de pesquisa, realizada muitas vezes através da visita domiciliar, busca na realidade identificar os elementos que compõem o mo-

(58) Dentre os postulados éticos e metafísicos para a ação do Serviço Social tem-se: "a) postulado da dignidade da pessoa humana: que se entende como uma concepção do ser humano numa posição de eminência ontológica na ordem universal e ao qual todas as coisas devem estar referidas; b) postulado da sociabilidade essencial da pessoa humana: que é o reconhecimento de dimensão intrínseca a natureza humana, e, em decorrência do que se afirma o direito da pessoa humana encontrar, na sociedade, as condições para sua auto-realização; c) postulado da perfectibilidade humana: compreende-se como o reconhecimento de que o homem é, na ordem ontológica, um ser que se auto-realiza no plano da historicidade humana, em decorrência do que se admite a capacidade e potencialidades naturais dos indivíduos, grupos e comunidades e populações para progredirem e se auto promoverem". "Documento de Araraquã". Debates Sociais, nº 4, ano III, maio 1967, p. 9.

do de vida e de existência do proletariado, o que possibilita uma hierarquização dos *riscos sociais* a que estão sujeitos os indivíduos, famílias e grupos sociais e a consequente delimitação de uma população alvo preferencial a ser atingida pelos programas assistenciais e pelo próprio Serviço Social. A hierarquização dos riscos obedece a uma classificação baseada numa escala de "tipos de desajustamentos bio-psico-sociais" que estigmatiza e etiqueta a população, informando aos organismos institucionais a atitude a assumir frente a cada grupo, a qual pode oscilar de medidas paliativas rotineiras à multiplicidade de iniciativas de intervenção e controle.

Se o Serviço Social surge no seio do movimento católico, o processo de profissionalização e legitimação da profissão encontra-se estreitamente articulado à expansão das grandes instituições sócio-assistenciais estatais, para-estatais e autárquicas que surgem, especialmente, na década de quarenta. (59) A criação dessas grandes instituições tem como pano de fundo um período marcado pelo aprofundamento do modelo corporativista de Estado e por uma política econômica favorecedora da industrialização. A expansão do proletariado urbano, reforçada pela migração interna, cria a necessidade política de controlar e absorver esse setor. Nesse processo, o Estado tem que incorporar, necessariamente, parte das reivindicações populares, ampliando a base de reconhecimento legal da cidadania do proletariado e dos direitos sociais daí decorrentes, através de uma legislação social e sindical profícua no período.

É nesse contexto que emergem as grandes instituições assistenciais e previdenciárias como parte dos esforços reformadores do Estado para responder as pressões das novas forças sociais urbanas. O Estado passa não só a intervir

(59) Surgem, nesse período, o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), a Legião Brasileira de Assistência (1942), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942) e o Serviço Social da Indústria (1946).

na regulamentação da força de trabalho, mas também no estabelecimento e controle de uma política assistencial intimamente vinculada às organizações representativas das "classes produtoras". Estas, progressivamente, confirmam sua adesão à política de controle social da ditadura varguista, ao perceberem que a "paz social" imposta através de uma legislação simultaneamente paternalista e repressiva reverte em rentabilidade e econômica da empresa.

O surgimento dessas instituições representam uma enorme ampliação do mercado de trabalho para a profissão, tornando o Serviço Social uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto dominante. Se era o caráter de missão de apostolado social e a origem de classe dos "pioneiros" que conferiam legitimidade à intervenção do profissional, agora essa legitimidade será derivada do mandato institucional, confiado ao Assistente Social direta ou indiretamente pelo Estado. A vinculação institucional altera, ao mesmo tempo, a clientela do Serviço Social: de pequenos segmentos da população pobre em geral, atingida ocasionalmente pelas obras sociais confessionais, seu público se concentrará em amplos setores do proletariado, alvo principal das políticas assistenciais implementadas pelas instituições. Este processo constitui, ainda, a consolidação da profissionalização do Assistente Social, que se torna categoria assalariada, estendendo-se seu recrutamento junto aos setores médios. Em suma o Serviço Social deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes, para se transformar prioritariamente, em uma das engrenagens de execução da política social do Estado e setores empresariais.

Nesse processo de institucionalização a profissão passa a ser crescentemente incorporada aos programas que concretizam as políticas sociais do desenvolvimentismo popu-

lista, (60) que após a Segunda Guerra torna-se a ideologia do minante. Esse processar permitirá, também, ao Serviço Social -- da mesma forma que o permitiu sua cooptação pelo Estado -- manter com algumas adequações as características básicas da prática e do pensamento conservador, que o marcam desde a sua origem.

A atualização da herança conservadora, aparece de forma mais destacada no "pós-64" e informa as respostas das por parcela majoritária da categoria profissional às novas demandas que lhe são apresentadas no capitalismo monopolista. Essa atualização incide em mudanças no discurso, nos métodos de ação e no projeto de prática profissional às novas estratégias de controle e repressão da classe trabalhadora, efetivadas pelo Estado e pelo grande capital, para atender às exigências da política de desenvolvimento com segurança. Traduz-se numa *modernização da instituição Serviço Social*. De um lado, tem-se a preocupação com o aperfeiçoamento do instrumental operativo, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento, enfim uma tecnificação da ação profissional. (61) Esta é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais, resultantes das reformas administrativas que atingem o aparelho de Estado, as grandes instituições assistenciais e as empresas.

(60) Ver entre outros: Anais do II Congresso Brasileiro de Serviço Social. Rio de Janeiro, CBCISS, 1961 e S.B. Ammann. Ideologia e Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, São Paulo, Cortez Ed., 1980.

(61) Um dos exemplos mais expressivos desta modernização são os dois Seminários de Teorização do Serviço Social, promovidos pelo CBCISS com o apoio de órgãos governamentais e patronais, em Araxá (1967) e Terezópolis (1970), que tiveram ampla repercussão nacional e internacional, no meio dos Assistentes Sociais. Os resultados desses eventos encontram-se expressos no "Documento de Araxá". Revista Debates Sociais, nº 4, ano III, Rio de Janeiro, CBCISS, maio 1967; e no "Documento de Terezópolis - Metodologia do Serviço Social". Revista Debates Sociais. Suplemento nº 4, 5a. ed., Rio de Janeiro, CBCISS, set. 1978.

De outro lado, verifica-se uma maior aproximação do discurso profissional aos fundamentos da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. (62) Expressa-se numa prática profissional, numa perspectiva voltada para mudanças de hábitos, atitudes e comportamentos do trabalhador tendo em vista sua adequação aos novos ritmos de desenvolvimento. Este tipo de suporte científico mantém-se, porém, articulado à metafísica aristotélico-tomista que informa a base filosófica da visão de homem e de sociedade, (63) o que permite a profissão atualizar seu caráter missionário, preservando o seu componente utópico.

Face ao clima repressivo e autoritário, decorrente das mudanças políticas da década de sessenta, os Assistentes Sociais refugiam-se, cada vez mais, em uma discussão dos elementos que supostamente conferem um perfil peculiar à profissão; seu objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, sendo aí privilegiada a ênfase na metodologia

(62) Sobre a teoria da modernização ver, entre outros: G. Germani. Política y Sociedad em una Época de Transición. Buenos Aires, Ed. Paidós, 1962; E.E. Hagen. On the Theory of Social Change. Homewood, Dorsey Press, 1962; D. Lerner. The Passing of Traditional Society: Modernizing the Middle East. New York, The Free Press, 1958; L. Pinheiro Machado. "Alcançes e Limites da Teoria da Modernização". Revista de Administração de Empresas, nº 2, vol. 10. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, jul-set 1970, p. 169-192. F.H. Cardoso e E. Faletto. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1973; O. Ianni. Sociologia da Sociologia Latino-Americana. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971.

(63) Ana Augusta de Almeida comentando o Documento de Araxá considera que a linguagem filosófico-científica empregada no documento revela as colocações do chamado "modelo brasileiro no Serviço Social" em dois mundos culturais: "o do pensamento metafísico, aristotélico-tomista, que informa os conceitos, a lógica das categorias; o da intervenção, construída em termos teórico-científicos, numa abordagem estrutural (sic) inserida num contexto político-econômico com instrumental emprestado das Ciências Sociais" A.A. Almeida "O movimento de Reconceituação no Brasil. Perspectiva e Consciência". Debates Sociais, nº 21, Rio de Janeiro, CBCISS, 1975, p. 43-53.

profissional. (64) A tecnificação possibilita uma eufemização do paternalismo autoritário presente na ação profissional, desenvolvendo métodos de imposição mais sutis que preconizam a "participação" do "cliente" nas decisões que lhe dizem respeito; participação esta, que não prescinde do respeito à hierarquia (65) e à delimitação precisa de campos entre o técnico e o "paciente". (66)

Instaura-se, ao mesmo tempo, uma forte tendência, presente em segmentos específicos do meio profissional, à *psicologização das relações sociais*, (67) que privilegia problemas de desintegração e desadaptação social e funcional, isto é, problemas relacionais, que necessitam ser tratados através do diálogo. Esta ênfase leva à priorização de todas as necessidades que se situam além das carências objetivas e materiais do cliente, isto é, problemas existenciais que devem ser tratados profissionalmente. As exigências de sobrevivência são tidas como demandas secundárias para uma profissão

(64) "Na medida em que se fechava o caminho para uma crítica efetiva da vida social, o Serviço Social Brasileiro iniciou a crítica de suas próprias modalidades de intervenção. Em outras palavras: impossibilitado de questionar-se socialmente, o Serviço Social brasileiro se questionou metodologicamente. As preocupações sobre a função social do Serviço Social, a análise de seus valores ideológicos, o tratamento de suas implicações sócio-políticas, tudo isto foi substituído pelo excessivo cuidado com o instrumental que deveria ser utilizado no exercício profissional... O fetiche da teoria metodológica invade os círculos institucionalizados, transfere-se aos seminários profissionais e estende-se às atividades docentes... As construções teóricas se desenvolvem em instâncias de abstração tomadas diretamente do pensamento estrutural-funcional ou do discurso lógico do neo-positivismo. J. P. Netto. "La Crisis del Proceso de Reconstrucción del Servicio Social". In: N. Alayón et alii. Desafio al Servicio Social. Buenos Aires, Humanistas, 1975.

(65) Ver: D. Pignon e J. Querzola. "Ditadura e Democracia na Produção" e A. Gorz. "Técnica, Técnicos e Luta de Classe". In: A. Gorz. Crítica da Divisão do Trabalho, op. cit., p. 91-140 e 211-248, respectivamente.

(66) J.A. Guilhon de Albuquerque. A Metáfora da Desordem. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

(67) J. Verdès-Leroux. Le Travail Social, op. cit. Ver, especialmente cap. 2, "Técnica e Espiritualidade no Confronto de Classe", p. 82-101.

que procura ultrapassar o estigma assistencialista. Os problemas materiais tendem a ser espiritualizados, transformados em dificuldades subjetivas, de adaptação social: dificuldades do *indivíduo* beneficiar-se dos recursos e oportunidades que a sociedade lhe oferece. O cliente não deve ser visto como um "pobre", mas como uma "pessoa" e, todos os cidadãos são clientes potenciais do Serviço Social, visto que todos podem apresentar problemas relacionais e afetivos que necessitam orientação psico-social. Instaure-se, assim, uma tendência transclassista na consideração da clientela do Serviço Social, em choque com sua realidade efetiva, constituída dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. A psicologização das relações sociais permite preservar o julgamento moral da clientela, agora encoberto por uma aparência científica que tem por base rudimentos da psicanálise.

Subjacente a esse processo de atualização da herança conservadora do Serviço Social, nota-se a permanência e reforço de dois elementos que marcam, profundamente, o sentido da prática profissional e as percepções que os agentes têm da mesma. De um lado, tem-se a transformação de questões que são de economia política em problemas assistenciais, (68) paralelamente à transformação de direito e usufruto de conquistas sociais do proletariado, em concessão de benefícios; benefícios esses que nunca são vistos como direitos, mas como expressão de carências, "faltas", "desvios de personalidade", etc.. Por outro lado, reforçam-se mecanismos que dificultam a apreensão dos reais efeitos da ação profissional. A reificação dos métodos e técnicas da intervenção, a burocratização das atividades, a psicologização das relações sociais, a absorção de uma terminologia mais adequada à estratégia de crescimento econômico acelerado são fatores, entre outros, que contribuem para

(68) O. Ianni. Pronunciamento, como membro de Banca Examinadora da Tese de Mestrado de Maria Luiza de Souza, PUC-SP, 18 de agosto de 1978.

encobrir na consciência do profissional as reais implicações de sua prática. Aprofunda-se a distância entre as pretensões teóricas dos profissionais e os efeitos de sua intervenção, enquanto agentes das políticas sociais do Estado. Nesta perspectiva, a resolução da "crise da profissão" reduz-se, constantemente, a um maior aperfeiçoamento técnico-instrumental; vincula-se ao reconhecimento, pelas instâncias responsáveis pela elaboração e implementação das políticas sociais, das potencialidades daquele instrumental, para atuar sobre a "questão social". Essa perspectiva implica na reafirmação e aprofundamento da subordinação do Serviço Social às necessidades da política de dominação e controle das classes subordinadas emanadas do Estado, e portanto, na negação de qualquer veleidade crítica que ultrapasse os limites do sistema. Resume-se, na prática, à procura sempre renovada de apresentar-se como alternativa confiável de enfrentamento da "questão social", ampliando o campo de ação profissional e a legitimidade dessa intervenção junto às instâncias mandatárias, aparecendo, ainda, em nível secundário, a preocupação em torná-la mais aceitável pela população cliente.

5.4.2. A Ruptura com a Herança Conservadora

A revisão da trajetória histórica do Serviço Social no Brasil aponta, como sugerido anteriormente, para a prevalência de um comportamento essencialmente conservador. Nota-se, a partir dos registros disponíveis, que é apenas nos fins dos anos cinquenta e início da década seguinte, que se fazem ouvir as primeiras manifestações no meio profissional que se posicionam contra o "status quo" e contestam a prática institucional vigente. Esses questionamentos emergem numa conjuntura marcada por uma situação de crise e intensa efervescência política no continente, no quadro do colapso do populismo e de uma reorientação tática do imperialismo em relação às sociedades dependentes. Por outro lado, é nesse mesmo quadro conjuntural que o meio profissional começa a ampliar-se e moderni-

zar-se com rapidez face à multiplicação das Escolas especializadas e a demanda objetiva do Estado e das empresas.

No plano político interno essas manifestações irão coincidir com a intensificação da radicalização política que marca o período final do pacto populista e que tem por desfecho uma expressiva mudança na correlação de forças com o movimento de 1964. Nesse panorama o meio profissional passa a ser pressionado a posicionar-se face o debate que atravessa a sociedade, que naquele momento pode ser sintetizado na questão das "reformas de base", entre as perspectivas de modernização e das reformas estruturais.

O crescimento da organização dos trabalhadores urbanos e rurais se faz acompanhar de um processo de politização dos setores médios. Assume expressão uma "esquerda cristã", que passa a influenciar contingentes maiores de Assistentes Sociais, seja através das Escolas, do movimento estudantil, seja pela convivência no interior do "bloco católico". A ideologia nacional desenvolvimentista, especialmente aquela produzida e difundida pelo Instituto de Estudos Superiores - ISEB, é crescentemente absorvida por parcelas do meio profissional. Assim a própria realidade apresenta questionamentos políticos que sensibilizam segmentos de Assistentes Sociais e se traduzem num início de revisão da prática da instituição Serviço Social.

Com o movimento político-militar de 1964, essas manifestações são isoladas e obrigadas a refluir, reapareçendo, apenas, nas décadas seguintes. Apesar da presença dessas tendências expressarem um dado novo de significativa importância para o desenvolvimento posterior da profissão, na busca de novas bases de legitimidade, a dimensão que assumem é restrita, aparecendo apenas como marginais e pouco definidas. Cabe considerar também que a crítica que essas correntes passam a explicitar e o contra-discurso que produzem não po-

vem ser, ainda, caracterizados como uma ruptura com a herança conservadora do Serviço Social. Situam-se nos marcos do humanismo e do desenvolvimentismo, não atingindo as bases da organização da sociedade.

O aprofundamento desses questionamentos recuperará o início dos debates que se verificou nos anos sessenta, incorporando, ao mesmo tempo, os temas presentes na literatura profissional latino-americana representativa do "Movimento de Reconceituação" do Serviço Social (69) que colocam em questão a perspectiva meramente modernizadora da profissão.

Se a modernização levada a efeito pela instituição se mantém dentro dos marcos do pensamento conservador, representando não mais que sua atualização, torna-se necessário qualificar o que se entende por *ruptura com aquela herança*, evitando uma perspectiva maniqueísta e/ou particularista na análise da profissão.

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma *procura*, uma *luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social*, que

(69) A literatura profissional produzida em países como Uruguai, Chile, Argentina e Peru é absorvida nas elaborações iniciais dessa nova perspectiva. Ver: D. Palma. *La Reconceptualización: Una Búsqueda en América Latina*. Buenos Aires, Ed. Ecro, Serie Celats, nº 2, 1975; N. Alayon et alii. *Desafío al Servicio Social*. Buenos Aires, Humanistas, 1975; V.P. Falleiros. *Trabajo Social: Ideología y Método*. Buenos Aires, Ed. Ecro, 1972; H. Kruse. *Introducción a la Teoría Científica del Servicio Social*. Buenos Aires, Ed. Acro, Serie ISI/1, 1972; N. Kisnerman. *Seis Estudios sobre o Serviço Social*. São Paulo, Cortez e Moraes Ed., 1978; E. Ander-Egg. *El Servicio Social en la Encrucijada*. Mexico, UMETS, 1971; L. Lima e R. Rodrigues "Metodologismo: Estallido de una Época". In: *Acción Crítica*, nº 2, Lima, Celats/Alaets, jul. 1977; L. Lima. "Marchas y Contramarchas del Trabajo Social: Repasando la Reconceptualización". In: *Acción Crítica*, nº 6, Lima, Celats/Alaets, dez. 79; B. Lima. *Contribuição à Metodologia do Serviço Social*. Belo Horizonte, Interlivros, 1976; J.P. Netto. "A Crítica Conservadora a Reconceptualização". *Serviço Social e Sociedade*, nº 5. São Paulo, Cortez Ed., ano II, mar. 1981; H.I. Junqueira. "Quase Duas Décadas de Reconceituação do Serviço Social: Uma Abordagem Crítica". *Serviço Social e Sociedade*, nº 4, São Paulo, Cortez Ed., ano II, dez. 1980.

reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento "interno" da profissão. Engloba-se num movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo imprimido às suas atividades e pela forma de conduzi-las.

Essa ruptura, entendida numa dimensão processual, tem como pré-requisitos que o Assistente Social aprofunde a compreensão das implicações políticas de sua prática profissional, reconhecendo-a como polarizada pela luta de classes. Em outros termos, o profissional é mobilizado na implementação de políticas sociais que trazem no seu bojo interesses divergentes e antagônicos que o exercício profissional, contraditoriamente, reproduz, tendendo a ser cooptado por uma das forças em confronto. Essa compreensão é básica para tornar possível, por parte do Assistente Social, uma opção teórico-prática por um projeto coletivo de sociedade, superando as ilusões de um fazer profissional que paira "acima" da história. Isto implica, por sua vez, no enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social e no acompanhamento atento da dinâmica conjuntural.

A interação entre o aprofundamento teórico rigoroso e a prática renovada, politicamente definida, constitui elemento decisivo para a superação das artimanhas ideológicas incorporadas pela profissão em sua evolução histórica: o voluntarismo, a prática rotineira e burocratizada, as tendências empiricistas, e alheamento do modo de vida e o desconhecimento do saber popular, etc.

O posicionamento crítico -- que passa a ser assumido nos últimos anos por uma parcela minoritária, embora crescente, de Assistentes Sociais -- emerge não apenas de ini

ciativas individuais, mas como resposta às exigências apresentadas pelo momento histórico. Torna-se possível a medida que o contingente profissional se expande e sofre os embates de uma política econômica amplamente desfavorável aos setores populares. É numa conjuntura político-econômica, em que já não se pode desconhecer as manifestações populares, frente ao revigoreamento dos movimentos sociais e do processo organizativo das diversas categorias profissionais, que a prática do Assistente Social passa a ser analisada a partir das implicações políticas do papel desse intelectual vinculado a um projeto de classe. Verifica-se, aí, tentativas de ruptura de parte do meio profissional com o papel tradicionalmente assumido, na procura de somar-se às forças propulsoras de um novo projeto de sociedade. A isso se alia a busca de fundamentos científicos mais sólidos que orientem a atuação, ultrapassando a mera atividade técnica. Questiona-se, inclusive, que tipo de orientação teórico-metodológica deve informar a prática e como esta pode ser repensada a serviço da produção de conhecimentos voltados para os interesses dos setores populares e de sua organização autônoma. Essa nova qualidade de preocupação com a prática profissional está dirigida ainda a resgatar, sistematizar e fortalecer o potencial inovador contido na vivência cotidiana dos trabalhadores, na criação de alternativas concretas de resistência ao processo de dominação.

É importante frisar que essa perspectiva se traduz, presentemente, em experiências levadas a efeito por grupos profissionais num trabalho de organização popular, de assessoria a movimentos sociais urbanos, seja através de Universidades, de organismos públicos, de Igreja, etc. Tal se reflete na estruturação dos cursos, que orientam os currículos para uma maior incorporação das Ciências Sociais, amplian

do a bagagem científica dos profissionais. (70) Amplia-se, ao mesmo tempo, o processo de organização da categoria profissional, através da criação e dinamização de suas entidades representativas que vêm marcando presença nos movimentos e no processo de organização dos trabalhadores. E, será justamente o balanço crítico rigoroso dessas experiências que permitirá apontar reavaliações necessárias à essa prática alternativa. (71)

A discussão do papel profissional dentro da linha de ruptura com a herança conservadora do Serviço Social deve passar por duas ordens de consideração em relação ao meio profissional dos Assistentes Sociais. Se alguns de seus segmentos colocam-se na perspectiva de transformar-se em intelectuais orgânicos do proletariado, não se tem em vista a passagem, em massa, da categoria dos Assistentes Sociais para

(70) Uma das experiências pioneiras, a nível da formação profissional na linha de tentativa de ruptura da herança conservadora do Serviço Social é dada, ainda nos inícios da década de setenta, pela experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, a qual encontra-se documentada através dos seguintes trabalhos: L.S. Lima et alii. "A Prática como Fonte de Teoria". Escola de Serviço Social da UCMG, jun. 1971 (mimeo); L.S. Lima et alii. "A Relação Teoria-Prática no Serviço Social". In: Compendio sobre Metodologia para el Trabajo Social. Buenos Aires, Ed. Ecro, série ISI/4, 2a. ed., 1976, p. 76-178; L.S. Lima et alii. "Proyecto de Reestructuración de la Escuela de Trabajo Social de la Universidad Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte)". In: Compendio sobre Reestructuración de la Carrera de Trabajo Social. Buenos Aires, Ed. Ecro, série ISI/5, 1973, p. 25-67; "Análise Histórica da Orientação Metodológica da Escola de Serviço Social da UCMG-BH" (mimeo), 1974.

(71) Nesse sentido aparece de grande relevância a percepção que a população cliente forma da prática geral dos Assistentes Sociais e, especialmente, das recentes iniciativas. Segundo pesquisa realizada em 1980, pode-se verificar que a população-cliente demonstra clareza das diferentes posturas e posições de classe que informam a prática profissional, percebendo, inclusive, as implicações institucionais de seu trabalho. Assume, ao mesmo tempo, uma posição vigilante frente ao tipo de profissional que lhe é apresentado, recusando aqueles que assumem uma posição controladora e tutelar diante do movimento popular. Ver a respeito: D. Pierre et alii. "O Trabalho Social de Organização Popular em Instituições Públicas". Revista Serviço Social e Sociedade nº 6, ano III, São Paulo, Cortez Ed., 1981, p. 67.98.

assumir essas funções. Tampouco deve-se desconsiderar as relações da categoria -- enquanto expressão dos estratos médios -- com o conjunto da classe trabalhadora, no processo de construção de uma contra-hegemonia que tendo por centro o proletariado, seja capaz de incluir em seu projeto para a sociedade as aspirações específicas dos setores médios que lhe são mais próximos. Nesse sentido o debate sobre o significado e a direção social da prática profissional deve ser incentivado no meio dos Assistentes Sociais, alargando as bases de um exercício profissional que respeite e contribua para a defesa da ampliação do espaço democrático, da participação popular no momento histórico presente.

LITERATURA CITADA

- ABESS. Valores e Serviço Social. Contribuição ao XIV Congresso Internacional de Escolas de Serviço Social (Helsinki, agosto 1968). Rio de Janeiro, ABESS, 1968.
- ALAYÓN, N. et alii. Desafio al Servicio Social. Buenos Aires Humanitas.
- ALMEIDA, A.A. "O Movimento de Reconceituação no Brasil: Perspectivas e Consciência. Revista Debates Sociais nº 2, Rio de Janeiro, CBCISS, 1975, p. 43-53.
- ALTHUSSER, I. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. São Paulo. Martins Fontes, s.d.
- AMMANN, S.B. Ideologia e Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. São Paulo, Cortez, 1980.
- Anais do II Congresso Brasileiro de Serviço Social. Rio de Janeiro, CBCISS, 1961.
- ANDER EGG, E. El Servicio Social en la Encrucijada. México, UMETZ, 1971.
- BARBOSA LIMA, S. A Participação Social no Cotidiano. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
- BOBBIO, N. et alii. O Marxismo e o Estado. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

- BRANDÃO, C.R. "A Prática Social e a Prática Profissional". Palestra pronunciada no Seminário Regional de ABESS. São Paulo, 12 de maio, 1981.
- BRAVERMAN, H. Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do Trabalho no Século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- BRUNEAU, T. O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição, São Paulo, Loyola, 1974.
- CARDOSO, F.H. O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios. São Paulo, Difel, 1973.
- CARDOSO, F.H. Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3a. ed., 1975.
- CARDOSO, F.H. e FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1973.
- CARVALHO, R. "Modernos Agentes da Justiça e da Caridade". Revista Serviço Social e Sociedade nº 2. Ano I, mar/1980. São Paulo, Cortez Ed., p. 43-71.
- COUTINHO, R. "Sobreviver para Trabalhar: Salário e Alimentação do Trabalhador Brasileiro". Caderno do CEAS nº 48, mar/abr, 1977. Salvador, Centro da Estudos e Ação Social, p. 33-40.
- DELLA CAVA, R. "Igreja e Estado no Brasil no Século XX". In: Estudos CEBRAP nº 12, São Paulo, CEBRAP, 1975.
- "Documento de Araxã". Revista Debates Sociais nº 4, ano III, Rio de Janeiro, CBCISS, mai. 1967.

"Documento de Teresópolis - Metodologia do Serviço Social."
Revista Debates Sociais. Suplemento nº 4, 5a.
Ed., Rio de Janeiro, CBCISS, set. 1978.

ENGELS, F. "A Contribuição à Crítica da Economia Política de
Karl Marx." In: MARX, K., e ENGELS, F. Textos
3. São Paulo, Ed. Sociais, 1977.

ENGELS, F. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. Lis-
boa, Ed. Estampa, 1971.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL da Universidade Católica de Minas Ge-
rais. "Análise Histórica da Orientação Metodo-
lógica da Escola de Serviço Social da UCMG - Be-
lo Horizonte." out. 1974 (mimeografado).

FALEIROS, V.P. Trabajo Social: Ideologia y Método. Buenos Ai-
res. ECRO, 1972.

FERNANDES, F. "A Análise Sociológica das Classes Sociais".
In: Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada. São
Paulo, Pioneira, 3a. ed., 1976, cap. 2, p. 65-
92.

FERNANDES, F. Apontamentos Sobre a "Teoria do Autoritarismo".
São Paulo, Hucitec, 1979.

FERNANDES, F. Brasil: em Compasso de Espera. Pequenos Escri-
tos Políticos. São Paulo, Hucitec, 1980.

FERNANDES, F. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na Amé-
rica Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 3a., 1981.

FERNANDES, F. "Raça e Sociedade: O Preconceito Racial em São
Paulo (Projeto de estudo)". In: A Sociologia

numa era de Revolução Social. Rio de Janeiro, Zahar, 2a. ed., 1976, cap. IX, p. 285-313.

FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

FORACCHI, M.M. e MARTINS, J.S. Sociologia e Sociedade (Leituras de introdução à Sociologia). Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.

FURTADO, C. O Brasil Pós-Milagre. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

GERMANI, G. Política y Sociedad em una Época de Transición. Buenos Aires, Ed. Paidós, 1962.

GORZ, A. (org.) Crítica da Divisão do Trabalho. São Paulo, Martins Fontes, 1980.

GORZ, A. "Técnica, Técnicos e Luta de Classe" In: GORZ, A. (org.) Crítica da Divisão do Trabalho. São Paulo, Martins Fontes, 1980.

GRAMSCI, A. "Americanismo e Fordismo". In: Obras escolhidas. Lisboa, Estampa, 1974, p. 135-86.

GRAMSCI, A. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, 3a. ed.

GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, 3a. ed.

- GRAMSCI, A. "Problemas da Vida Cultural". In: Obras escolhidas (2 v.), Lisboa, Estampa, 1974, p. 184-214.
- GUILHON DE ALBUQUERQUE, J.A. A Metáfora da Desordem, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- HAGEN, E.E. On the Theory of Social Change. Homewood, Dorsey Press, 1962.
- HELLER, A. O Quotidiano e a História. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1972.
- IAMAMOTO, M.V. e MANRIQUE, M.C. "Hacia el Estudio de la Historia del Trabajo Social en América Latina". Acción Crítica, nº 5, abr. 1979, Lima, CELATS/ALAETS, p. 53-73.
- IANNI, O. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- IANNI, O. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. (1930-1970). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- IANNI, O. Pronunciamento, como Membro da Banca Examinadora da Tese de Mestrado de Maria Luiza de Souza, PUC-SP, 18 de agosto de 1978.
- IANNI, O. Sociologia da Sociologia Latino-Americana. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971.
- JUNQUEIRA, H. I. "Quase duas Décadas de Reconceituação do Serviço Social: Uma Abordagem Crítica." Serviço Social e Sociedade, nº 4, São Paulo, Cortez, ano III, dez. 1980.

- KISNERMAN, N. Sete Estudos sobre Serviço Social. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978.
- KOWARICK, L. "Proceso de Desarrollo del Estado en América Latina y Políticas Sociales." Acción Crítica, nº 5, Lima CELATS/ALAETS, abr. 1979, p. 6-13.
- KRUSE, H. Introducción a la teoria científica del Servicio Social. Buenos Aires, ECRO, série ISI/1, 1972
- LEFEBVRE, H. Critique de la vie quotidienne. (2 v.). Paris, L'Arche, 1958-1961.
- LEFEBVRE, H. De lo Rural a lo Urbano. Barcelona, Ed. Península, 1974.
- LEFEBVRE, H. "Estrutura Social: A Reprodução das Relações Sociais." In: FORRACCHI, M.M. e MARTINS, J.S. 1977. Sociologia e Sociedade (Leituras de Introdução à Sociologia). Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, Ed. 1977.
- LEFEBVRE, H. La Vida Cotidiana en el Mundo Moderno. Madrid, Alianza, 1972.
- LEFEBVRE, H. Sociologia de Marx. São Paulo, Forense, 1968.
- LENIN, V.I. O Estado e a Revolução: O Conceito Marxista do Poder. Rio de Janeiro, Diálogo Livraria, s.d.
- LERNER, D. The Passing of Traditional Society: Modernizing the Middle East. New York, The Free Press, 1958.
- LIMA, A.A. "A Fundação das Duas Primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil". Dissertação de Mestrado apre

sentada à Escola de Serviço Social da PUC-RJ.
Rio de Janeiro, 1977 (mimeografado).

LIMA, B. Contribuição à Metodologia do Serviço Social. Belo Horizonte. Interlivros, 1976.

LIMA, L.S. "Marchas e Contramarchas del Trabajo Social: Repasando la Reconceptualización." Acción Crítica. n° 6, Lima, CELATS/ALAETS, dez. 1979, p. 25.31.

LIMA, L.S. et alii. "Prática como fonte de teoria." Escola de Serviço Social da UCMG, jun. 1971 (mimeografado).

LIMA, L.S. et alii. "Proyecto de Reestructuración de la Escuela de Servicio Social de la Universidade Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte)." In: Compendio sobre: Reestructuración de la Carrera de Trabajo Social. Buenos Aires, ECRO, série ISI/5, 1973.

LIMA, L.S. et alii. "A Relação Teoria-Prática no Serviço Social." In: Compendio sobre Metodologia para el Trabajo Social. Buenos Aires, ECRO, série ISI/4, 2a. ed., 1976.

LIMA, L.S. e RODRIGUES, R. "Metodologismo: Estallido de una Época." Acción Crítica, n° 2, Lima CELATS/ALAETS, jul. 1977.

MACCIOCCHI, M.A. A Favor de Gramsci. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2a. ed., 1980.

MAGUIÑA, A. "Desarrollo Capitalista y Trabajo Social. Peru, 1896-1979. Lima, CELATS, 1979.

- MAGUIÑA, A. "Trabajo Social: Servicio o Actividad Productiva?" Acción Crítica, nº 3, Lima, CELATS/ALAETS, 1977, p. 17-26.
- MALLOY, J. "Previdência Social e Distribuição de Renda. Notas de Pesquisa" In: Estudos CEBRAP, nº 25, Petrópolis, Vozes, S/d. p. 113-34.
- MALLOY, J. "Política de Bem-Estar Social no Brasil: Histórico Conceitos e Problemas". In: Revista de Administração Pública, nº 10, ano 2, Rio de Janeiro, junho de 1976, p. 5-29.
- MALLOY, J. "A Política de Previdência Social no Brasil: Participação e Paternalismo". In: Dados, nº 13, Rio de Janeiro, IUPERG, 1976, p. 93-115.
- MANNHEIN, K. Ensayos de Sociología y Psicología Social. México, Fondo de Cultura Económica, 1963.
- MANNHEIN, K. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro, Zahar, 3a. ed., 1976.
- MANNHEIN, K. Sociologia Sistemática. São Paulo, Pioneira, 1971. 2a. ed.
- MANTEGA, G. e M. MORAIS. "Tendências Recentes do Capitalismo Brasileiro". In: Contraponto nº 3, ano III, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Noel Nutells, set. 1978, p. 59-67.
- MARSHALL, T.H. Cidadania, Classe Social e "Status", Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

- MARTINS, J.S. Pronunciamento efetuado durante o Curso de Sociologia da Vida Cotidiana para Alunos de Graduação em Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, em 11.03.75 (Anotação de aula).
- MARTINS, J.S. Capitalismo e Tradicionalismo. Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975.
- MARTINS, J.S. O Cativo da Terra. São Paulo, Livraria Ed. Ciências Sociais Humanas, 1979.
- MARTINS, J.S. A Imigração e Crise do Brasil Agrário. São Paulo, Pioneira, 1973.
- MARTINS, J.S. "As Relações de Classe e a Produção Ideológica da Noção de Trabalho." Revista Contexto, nº 5, São Paulo, Hucitec, mai. 1978, p. 37-53.
- MARTINS, J.S. Sobre o Modo Capitalista de Pensar. São Paulo, Hucitec, Coleção Ciências Sociais, 1978.
- MARX, K. El Capital. Crítica de la Economía Política. México, Fondo de Cultura Económica, 2a. ed., 5a. reimpressão, 1975, 3 t.
- MARX, K. O Capital. Crítica da Economia Política. 3a. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- MARX, K. El Capital. Libro I, Capítulo XI - (Inédito). Buenos Aires, Siglo XXI, 1973.
- MARX, K. "Introdução Geral à Crítica da Economia Política". In: MARX, K. e SWEEZY, P. Para uma Crítica da Economia Política. Porto, Publicações Escorpião, Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.

- MARX, K. La Miseria de la Filosofia. Buenos Aires, Siglo XXI, 3a. ed., 1974.
- MARX, K. Los Fundamentos de la Crítica e la Economía Política, Madri, Comunicación, 1972, 2 t.
- MARX, K. "Manuscritos Económico-Filosóficos de 1848." In: MARX, K. e ENGELS, F. Manuscritos Econômicos Vários. Barcelona, Grijalbo, 1975.
- MARX, K. "O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte." In: MARX K. e ENGELS, F. Textos 3, São Paulo, Ed. Sociais, 1977.
- MARX, K. "Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política". In: MARX, K. e ENGELS, F. Textos 3. São Paulo, Ed. Sociais, 1977.
- MARX, K. "Trabalho Assalariado e Capital". In: MARX, K. e ENGELS, F. Textos 3, São Paulo, Ed. Sociais, 1977.
- MARX, K. e ENGELS, F. Textos 3, São Paulo, Ed. Sociais, 1977.
- MARX, K. e ENGELS, F. A Ideologia Alemã (Feuerbach). São Paulo, Grijalbo, 1977.
- MELLO, J.M.C. e L.G. DE MELLO BELLUZZO. "Reflexões entre a Crise Atual" Escrita Ensaio nº 2, ano I, 1977, p. 16-27.
- MILLIBAND, R. El Estado en la Sociedad Capitalista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- MILLS, W. A Nova Classe Média. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

- NETTO, J.P. "A Crítica Conservadora à Reconceptualização." Revista Serviço Social e Sociedade nº 5, São Paulo, Cortez, ano II, mar. 1981.
- NISBET, R. La Formación del Pensamiento Sociológico. Buenos Aires, Amorrortu, vol. I, 1969.
- NISBET, R. "Conservadorismo e Sociologia" In: MARTINS, J.S. Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo, Hucitec, 1980.
- O'CONNORS, J. USA: A Crise do Estado Capitalista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PALMA, D. La Reconceptualización: Una Búsqueda en América Latina. Buenos Aires, ECRO, Série CELATS nº 2, 1970.
- PARODI, J. "El Significado del Trabajo Social en el Capitalismo y la Reconceptualización." Acción Crítica, nº 4, Lima, CELATS/ALAETS, 1978, p. 33-43.
- PIERRE, D. et alii. "O Trabalho Social de Organização Popular em Instituições Públicas." Revista Serviço Social e Sociedade, nº 6, ano III. São Paulo, Cortez Ec., set. 1981, p. 67-98.
- PIGNON, D. e QUERZOLA, J. "Ditadura e Democracia na Produção". In: GORZ, A. (org) Crítica da Divisão do Trabalho. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
- PINHEIRO MACHADO, L. "Alcances e Limites da Teoria da Modernização". Revista Administração de Empresas, Vol. 10, nº 2, Fundação Getúlio Vargas, jul-set. 1970, p. 169-192.

- PIOTTE, J.M. El Pensamiento de Gramsci. Barcelona, A. Redondo, Ed. 1972.
- PORTELLI, H. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- POULANTZAS, N. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- POULANTZAS, N. O Estado em Crise. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- QUEDA, O. e DUARTE, J.C. "Agricultura e Acumulação." Debate e Crítica, nº 2, jan-jun., São Paulo, Hucitec, 1974, p. 90-7.
- QUEDA, O. et alii. Evolução Recente das Culturas de Arroz e Feijão no Brasil, Brasília, BINAGRI, Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979.
- RIZZOLI, A. Assistencialismo e Marginalidade: O Serviço de Colocação Familiar em São Carlos. Piracicaba, Dissertação de Mestrado ESALQ/USP, 1978.
- RODRIGUES, J.A. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difel, 1968.
- SINGER, P. A Crise do Milagre. Interpretação Crítica da Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3a. ed., 1977.
- SINGER, P. et alii. São Paulo: 1975. Crescimento e Pobreza. São Paulo, Loyola, 1976.
- SINGER, P. e V.C. BRANDT. São Paulo: O Povo em Movimento. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980.

- VIANNA, L.W. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- VILLAÇA, A.C. O Pensamento Católico no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- VERDES-LEROUX, J. Le Travail Social. Paris, Les Éditions de Minuit, 1978.
- WEFFORT, F. et alii. "A Crise Política e Institucional". In: Revista de Cultura Contemporânea, nº 2, ano I, São Paulo, CEDEC, jan. 1979, p. 47-61.
- YASBECK, M.D. Estudo da Evolução Histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936-1945. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1977 (mimeografado).